

REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS

publicação da associação nacional de pós-graduação

URBANOS E

e pesquisa em planejamento urbano e regional

REGIONAIS

ISSN 1517-4115

ISSN eletrônico 2317-1529

Disponível Online em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur>

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Publicação quadrimestral da Anpur
Volume 18, número 2, maio-agosto de 2016

EDITORA RESPONSÁVEL

Ana Cristina Fernandes (PPGEO-UFPE)

EDITORA ASSISTENTE

Norma Lacerda (MDU-UFPE)

COMISSÃO EDITORIAL

Bernardo Campolina (CEDEPLAR-UFMG), Fania Fridman (IPPUR-UFRJ), Fernanda Sánchez (PPGAU-UFF),
Helena Lucia Zagury Tourinho (PPDMU-UNAMA), Maria Laura Silveira (CONICET/IG-UBA, Argentina), Maria Lucia Refinetti Martins (FAU-USP),

CONSELHO EDITORIAL

Alain Lipietz (Centre National de la Recherche Scientifique, França), Ana Fani Alessandri Carlos (PPGH-USP), Andreas Novy (Vienna University of Economics and Business, Áustria), Anne-Marie Broudehoux (Université du Québec à Montréal, Canadá), Benny Schvartsberg (PPG-FAU-UnB), Bernardo Mançano Fernandes (Geografia-UNESP/PP), Carlos Antônio Brandão (IPPUR-UFRJ), Denise Elias (ProPGeo-UECE), Edesio Fernandes (DPU-Associates, England), Edna Castro (NAEA-UFPA), Ester Limonad (POSGEO-UFF), Ivo Marcos Theis (PPGDR-FURB), José Aldemir de Oliveira (PPGSCA-UFAM), Jose Tavares Correia de Lira (FAU-USP), Mariana Fix (IE-UNICAMP), Ramón Gutiérrez (Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana, Argentina), Roberto Luiz do Carmo (NEPO-UNICAMP), Sarah Feldman (IAU-USP), Sergio González López (Universidad Autónoma del Estado de México, México)

COLABORADORAS/ES

Ademir Araújo da Costa (UFRN), Aline Souza Magalhães (UFMG), Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS), Ana Paula Portella Gomes (UFPE), Andreas Novy (Vienna University of Economics and Business, Áustria), Angela Maria Gordilho Souza (UFBA), Anita Loureiro de Oliveira (UFRRJ), Aristides Monteiro Neto (IPEA), Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (UFPE), Aurílio Sérgio Costa Caiado (SEADE/SP), Bárbara Françoise Cardoso (UNIOESTE), Beatriz Kara José (UFABC), Bernhard Leubolt (Vienna University of Economics and Business, Áustria), Caio Santo Amore (USP), Carlos Bernardo Vainer (UFRJ), Claudio Roberto de Jesus (UFRN), David Moreno Sperling (USP), Denise Elias (UECE), Doralice Sátyro Maia (UFPB), Edilson Luis de Oliveira (UEL), Edson Míagusko (UFRRJ), Eliza Pinto de Almeida (UFAL), Eneida Maria Souza Mendonça (UFES), Ester Limonad (UFF), Fábio Lucas Pimentel de Oliveira (SEBRAE/PE), Fernanda Furtado (UFF), Floriano Godinho Oliveira (UERJ), Francisco Fransualdo de Azevedo (UFRN), Frederico G. B. Araujo (UFRJ), Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Geraldo Magela Costa (UFMG), Guilherme Teixeira Wisnik (USP), Heitor Frúgoli Junior (USP), Henri Acelrad (UFRJ), Hervé Théry (Centre National de la Recherche Scientifique, França), Ilse Scherer-Warren (UFSC), Jan Bitoun (UFPE), João Aparecido Bazolli (UFT), Joseane de Souza (UENF), Jupira Gomes de Mendonça (UFMG), Lilian Fessler Vaz (UFRJ), Lúcia Leitão (UFPE), Luciana de Oliveira Royer (USP), Marco Aurélio Arbage Lobo (UNAMA), Myriam Bahia Lopes (UFMG), Neison Cabral Ferreira Freire (FUNDAJ), Onélia Carmem Rossetto (UFMT), Pedro Novais (UFRJ), Raul da Mota Silveira Neto (UFPE), Renato Cymbalista (USP), Ricardo Machado Ruiz (UFMG), Rita de Cássia Barbosa de Araújo (FUNDAJ), Roberta Menezes Rodrigues (UFPA), Rogério Proença Leite (UFS), Rosana Denaldi (UFABC), Rose Compans (PCRJ), Salvador Schavelzon (UNIFESP), Sarah Feldman (USP), Silvio Mendes Zancheti (UFPE), Tamara Tania Cohen Egler (UFRJ), Vera Lúcia Chaia (PUC-SP), Vinicius de Moraes Netto (UFF), Virginia Elisabeta Etges (UNISC)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Tiago Cargnin Gonçalves (DCG-UFPE)

REVISÃO PORTUGUÊS

Carlos Gomes de Castro

TRADUÇÃO INGLÊS

Brian Honeyball

COORDENAÇÃO E EDITORAÇÃO:

Rian Narcizo Mariano

FOTO DE CAPA:

Mídia Ninja

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO

Letra Capital Editora (www.letrecapital.com.br)

Indexada na Asociación de Revistas Latinoamericanas de Arquitectura (ARLA); no Centro de Referência e Informação em Habitação (InfoHAB); no Portal de Periódicos da CAPES; na Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB); e no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latidnex).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.18, n.2,
2016. – Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor
responsável Ana Cristina Fernandes: A Associação, 2016.
v.

Quadrimestral.
ISSN 1517-4115
O nº 1 foi publicado em maio de 1999.

1. Estudos Urbanos e Regionais. I. ANPUR (Associação
Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento
Urbano e Regional). II. Ana Cristina Fernandes.

711.4(05) CDU (2.Ed.) UFPE
711.405 CDD (21.Ed.) BC-2001-098

REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS

publicação da associação nacional de pós-graduação

URBANOS E

e pesquisa em planejamento urbano e regional

REGIONAIS

S U M Á R I O

HOMENAGEM | TRIBUTE

HOMENAGEM A RODRIGO FERREIRA SIMÕES – 187 TRIBUTE TO RODRIGO FERREIRA SIMÕES
Pedro Amaral e Gustavo Britto

CIDADES E INSURGÊNCIAS: NOVOS E VELHOS CONFLITOS, AGÊNCIAS E DIREITOS

CITIES AND INSURGENCIES: NEW AND OLD CONFLICTS, AGENCIES AND RIGHTS

- | | | |
|---|-----|--|
| REBELIÕES METROPOLITANAS E PLANEJAMENTO INSURGENTE NO SÉCULO XXI – James Holston | 191 | INSURGENT CITIES AND URBAN CITIZENSHIP IN THE 21ST CENTURY |
| AMBIVALÊNCIAS DE PRÁTICAS ESPACIAIS AUTO-ORGANIZADAS EM DISPUTAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO – Lígia Milagres | 205 | AMBIVALENCES OF SELF-ORGANIZED SPATIAL PRACTICES WITH IN DISPUTES FOR DEMOCRATIZING THE PRODUCTION OF SPACE |
| CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO: UM CAIS MAUÁ DE TODOS? – Clarice Misoczky de Oliveira e Rafael Kruter Flores | 224 | CONFLICTS IN THE URBAN SPACE: MAUÁ DOCKS FOR EVERYONE? |
| ENTRE GAFANHOTOS E VAGA-LUMES: A POTÊNCIA NARRATIVA NA CRIAÇÃO DE OUTROS IMAGINÁRIOS POLÍTICOS NA PRAIA DA ESTAÇÃO – Milene Migliano | 240 | BETWEEN LOCUSTS AND FIREFLIES: NARRATIVE POWER IN THE CREATION OF POLITICAL IMAGINARY IN THE <i>PRAIA DA ESTAÇÃO</i> |
| SOCIAL NETWORKS AND RESILIENCE IN THE FIGHT FOR THE RIGHT TO THE CITY: THE <i>MOVIMENTO OCUPE ESTELITA</i> , RECIFE, BRASIL – Edinéa Alcântara, Fátima Furtado, Circe Gama Monteiro e Rubenilda Rosinha Barbosa | 255 | REDES SOCIAIS E RESILIÊNCIA NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE: O <i>MOVIMENTO OCUPE ESTELITA</i> , RECIFE, BRASIL |

BEYOND THE *JORNADAS DE JUNHO*: 275 POR TRÁS DAS JORNADAS DE JUNHO: DAS
FROM THE STREET DEMONSTRATIONS TO THE MANIFESTAÇÕES DE RUA À VOZ DA MULTIDÃO
VOICE OF THE MULTITUDE – REFLECTIONS ON – REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO POLÍTICO NOS
POLITICAL EXERCISES IN PUBLIC SPACES IN THE ESPAÇOS PÚBLICOS EM TEMPOS DE REDE
ERA OF NETWORKS – Piero Carapiá Lima Baptista
e José Carlos Huapaya Espinoza

APPROPRIATION AND POLITICAL EXPRESSION IN 291 APROPRIAÇÃO E EXPRESSÃO POLÍTICA
URBAN PUBLIC SPACES – Sergio Luis Abrahão NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

ARTIGOS | ARTICLES

PELOS “CANTOS” DA CIDADE: USOS E 307 ON THE CORNERS OF THE CITY:
APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS URBANOS POR USES AND APPROPRIATIONS OF URBAN SPACES
TRABALHADORES DE RUA NO CENTRO DE JOÃO BY STREET WORKERS IN THE CENTER OF JOÃO
PESSOA, PARAÍBA – Alessandra Soares Moura e PESSOA, PARAÍBA
Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

SISTEMA DE INDICADORES DE QUALIDADE 325 AN URBAN ENVIRONMENTAL QUALITY INDICATOR
AMBIENTAL URBANA PARA METRÓPOLES SYSTEM FOR COASTAL METROPOLIS (SIMEC):
COSTEIRAS (SIMEC): UMA PROPOSTA DE A PROPOSAL FOR TERRITORIAL ANALYSIS
INSTRUMENTO DE ANÁLISE TERRITORIAL – Nilton
Manoel Lacerda Adão e Marcus Polette

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR

Gestão 2015-2017

PRESIDENTE

Rodrigo Ferreira Simões (CEDEPLAR-UFGM)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Geraldo Magela Costa (Geografia-UFGM)

SECRETÁRIO ADJUNTO

Pedro Vasconcelos Amaral (CEDEPLAR-UFGM)

DIRETORES/AS

Ana Cláudia Duarte Cardoso (PPGAU-UFPA)

Fabício Leal de Oliveira (IPPUR-UFRJ)

João Farias Rovati (PROPUR-UFRGS)

Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (FAU-USP)

CONSELHO FISCAL (TITULARES)

Cidoval Moraes de Sousa (PPGDR-UEPB)

Flaviana Barreto Lira (FAU-UnB)

Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski (PPGeografia-UFPR)

CONSELHO FISCAL (SUPLENTES)

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (PPEUR-UFRN)

Ivo Marcos Theis (PPGDR-FURB)

Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFGM)

EDITORIAL

The present number of RBEUR comprises the second volume of the special issue **Cities and insurgencies: new and old conflicts, agencies and rights**. Although this had not been planned in advance, the qualified response to the call encouraged us, both editor and guest editor, to produce this second volume, as we are sure our readers will endorse. In this way, and seeking to reach beyond our Portuguese-speaking readers, we have decided to open this current issue with an English translation of the editorial produced for the first edition. It should be noted however, that the speed with which current changes are taking place in the contemporary *liquid* world (in reference to Zygmunt Bauman) is so high – and maybe even higher in the Brazilian political context – that we have allowed for a few adjustments to the original Portuguese version. Nonetheless, the bulk of the argument, which inspired it – the mass demonstrations that have sparked in many cities within the country – has thus far remained valid, and to which we would now ask our readers to turn their attention.

In January 2011, a number of Arab countries were rocked by massive protests, five of them very strongly, Tunisia, Libya, Egypt, Syria and Yemen. The movements were demanding an end to their corrupt, authoritarian regimes, ruled by monarchies and oligarchic dictatorships, largely militarized and perceived as being responsible for the harsh living conditions of the majority of the population. The uprisings were triggered by the self-immolation of a young man in Tunisia, who in December of the previous year had set fire to himself. The popular reaction to this extreme individual act was amplified through the use of modern communication technologies, and various internet tools and mobile phones commonly used by young people. These instruments served as a means to circulate information, organize demonstrations and resistance strategies, as well as to sensitize the local community and the world at large to the struggle of the movements. Mobilization soon spilled over into the prominent telecommunication companies, to the news programmes and social networks from the four corners of the earth, inspiring actions in defence of democracy and civil liberties in the countries of northern Africa and the Middle East, also ruled with an iron fist, such as Algeria, Bahrain, Djibouti, Iraq, Jordan, Oman, Kuwait, Lebanon, Mauritania, Morocco, Saudi Arabia, Sudan and Western Sahara.

The cycle went on to become known as the Arab Spring, in reference to the Spring of Nations, which spread across Europe in 1848 and in the Prague uprising of 1968. As in the first case, the Arab Spring spread like wildfire, crossing national borders and defying the established powers of decades. And as in the second, it made use of non-violent mobilization tactics, so instead of underground press networks and radio transmitters, essential to the Czech movement, Universe 2.0 was hailed within the Arab movement as being emblematic of the Twitter/Facebook revolutions.

The wave of mobilizations that emerged in the public square shortly afterwards spread to the West, thus bringing into question the limits of liberal democratic order that were firmly established there. In the wake of the anti-globalization movement that took to the streets in Seattle, Genoa, Quebec, Melbourne and Bangkok from the mid-1990s, in September 2011, Zuccotti Park, in the epicentre of the financial district of New York, became the stage for the now famous Occupy Wall Street movement. This time however, protests were being staged against the effects on employment and social inequality when the financial bubble burst in 2008 – shaking society across the US (and the world). Although on a smaller scale than the recent Eastern protests, repercussions from the Occupy movement were felt immediately across the entire world: thousands of people were mobilized to occupy streets and squares for days and nights, bringing continuous pressure to bear on the forces opposed to their claims.

Whether in one case or another, the repressive response was extremely violent. Genuine massacres and mass arrests were carried out. Considerable political instability was installed and even wars in Arab countries; in the United States, after the first two months of resistance, antiterrorist surveillance and repressive techniques were employed against dozens of similar occupation movements that mushroomed

at the headquarters of banks and corporations, public hearings, mortgaged real estate and universities nationwide.

It would be true to say that what was at stake in the Arab Spring or Occupy Wall Street was not exactly the city, nor urban management or urban transformations. The targets of the mobilizations undertaken – as with so many others that had magnetized public spaces everywhere, overshadowed by the neoliberal policies of the last thirty years such as Puerta del Sol Square in Madrid, Syntagma Square in Athens and the steps of Saint Paul's in London – were directly connected to the lives of the citizens: the legitimacy and representativeness of governments; military and police repression; the absence or loss of civil rights; rising prices; increased levels of inequality and unemployment; family debts or expropriation; the insuperable power of financial capital. Whatever the case, it was the cities that provided them with the objective conditions to materialize. Particular communicative and decision-making processes were produced, along with unusual strategies to occupy the streets and squares through both virtual and physical means, manners in which to self-organize and astonish local authorities with demonstrations in public spaces, individual and mass performances – organized or impromptu – direct actions, old and new forms of vocalization and images that became difficult to control.

Popular expressions of insubordination are not in any way unusual in modern times, and many, at other times, have either focused directly on the living conditions in cities, or have given rise to important political, legal, technical and urban planning responses. Movements like the Paris Commune of 1871, the Vaccine Revolt in Rio de Janeiro of 1904 and the Stonewall Riots in New York in 1969, for example, tactically appropriated urban materials, building significant spatial events of political struggle and resistance. Notable chapters in the history of urban policy and urbanism, on the other hand, such as the garden city movements in the UK, the French Situationists or the City Statute in Brazil, remain incomprehensible without referring to the various expressions of protest and popular mobilization. In each and every case, the cities, by concentrating large populations in a relatively limited geographical space, are the stage par excellence of insurgencies and mobilizations, through which ideas are disseminated and confronted, thus giving rise to public space.

The new generation of urban movements that have reverberated across the world not only involves the occupy movement, the anticapitalist fronts of various orientations and mobilizations for the democratic rule of law, but also reticular forms of uprisings, sometimes virulent and also digital, reaching centres of political and economic power and producing as yet unknown effects: urban counter-powers of multiple approaches and social bases, from the homeless to cyber-activists, from militant ethnic or gender groups to collectives of artists, educators, professionals and environmentalists, as well as squatters. Such movements are transforming the city into a highly disputed universe. Amid these forms of rebellion and resistance, it is very often possible to encounter the reconfiguration of agendas, policies, urban programs and projects, including proposals for new focal points, practices and spatial arrangements, often surpassing the traditions of urban and regional studies and the established disciplinary boundaries. Indeed, at a time when cities have become an immediate object of appreciation and financialization of capital, it is hardly surprising that many of these movements have been guided by explicitly urban motivations, such as criticism of real estate projects and interventions, poor housing conditions, the development of social infrastructure networks, proposals for the preservation of free public areas, of historical sites and reference spaces, infrastructure projects for mobility, leisure, culture, etc.

In Brazil, one of the first movements of this kind was *Ocupe Estelita*, which emerged from the Facebook group *Direitos Urbanos* (Urban Rights), extremely active in the city of Recife from March 2012. As well as installing an encampment on the disputed area, the movement also held musical performances, happenings, poetry and capoeira workshops, various educational and recreational initiatives and produced and projected engaging videos, many of which were available on the network during the course of the struggle. Mobilizing an entire generation of university students, with a greater diversity of social backgrounds than those in the past, the movement was organized to oppose a large real estate project in the Cais José Estelita, an old abandoned rail yard, on the fringe of the city's historic centre and the spectacular waterfront basin of Pina, a sensitive area from a scenic, environmental, social and cultural heritage perspective. In line with many other similar movements that emerged during this period in other parts of the country, such as those in Cais Mauá in Porto Alegre, in Praça

da Estação in Belo Horizonte, in Largo da Batata and Parque Augusta in São Paulo, in the port area of Rio de Janeiro and the Ver-o-peso Market in Belém, the struggle soon became converted into a bigger demand for the right to the city and for greater public participation in decisions on urban processes and transformations. The movement attracted artists, intellectuals, engineers, architects, lawyers, publicists, journalists, designers and also residents from other areas of the city threatened by real estate speculation¹. The chances of the movement's success in resisting the powerful fortress of alliance commanded by real estate capital led to a perception of empowerment for members of the movement. A militant teacher from the *Ocupe Estelita* movement stated that: "The positive message that we have inscribed into history is that it is always worthwhile to fight for and interfere in the processes of the city."

This type of mobilization has encountered an important detonator in mega sporting events, which have all left their marks on urban policies adopted in Brazilian cities over the past decade. Among others, the World Cup 2014 deserves special mention, which not only established general legislation on exclusion, in the flagrant violation of human rights, urban and consumer laws and the Sport Fans Statute, but also catalysed extremely ambitious urban and territorial investments, as well as significant amounts of public funds in order to produce the infrastructure required by FIFA and the International Olympic Committee. As a side effect of this, Popular World Cup Committees were set up across the whole country in order to denounce where arbitrary acts and decisions were being committed together with any inconsistencies between the works and the historical deficiency in public services, especially in education, health and public transport. Rio de Janeiro, host city of the 2007 Pan American Games and the 2016 Olympic Games, became one of the most explosive centres for protests and mobilizations against urban mega operations, the removal of thousands of homes, all types of environmental crimes, precarious public transport, real estate speculation and redevelopment strategies and countless other forms of violence, not necessarily only the repressive.

In 2013, just before the Confederations Cup, a wave of protests swept across the entire country, and massive street demonstrations in both large and medium-sized cities not only placed local governments in checkmate, but also shook the very foundations of the established political culture. In June of that same year, amid what had hitherto been identified as a modest albeit contumacious struggle by separate municipal committees of the Free Pass Movement (MPL) calling for free urban public transport, demonstrations broke almost daily across many cities, especially São Paulo. Stigmatized by the press for the inconvenience caused to the city's traffic and brutally suppressed by the São Paulo police force, the so-called *Jornadas de Junho* (the June Demonstrations) soon gained form and spread throughout the whole country, taking millions of citizens onto the streets, especially younger people, to the bewilderment of rulers, all-party politicians, journalists and social scientists. Militant appropriations of social networking via internet and mobile phones, horizontal, self-managed and even anarchic forms of organization and deliberation, multitudinous practices, body-to-body interactions and tactics of direct action, such as occupations, blockades, entering the transport system on mass without paying, sit-ins, performances, human megaphones, public projections, were mobilized for political purposes directly related to life in the cities. It is true that in its genesis the MPL structured itself around a more general reflection on urban issues, the status of citizens, the use of public space by young people and students, universal access to urban services and equipment, displacements and free interactions in the city. However, as the march gained momentum and visibility, demonstrations attracted a wide variety of issues and positions, from both the left and the right, and to the detriment of immediate conquests – such as the suspension of fare increases and a reformulation of public policies within the transport sector –, soon became diluted in the midst of a wave of general dissatisfaction with health, education, unemployment, guaranteed human rights, the media, political parties and politicians, corruption, amongst others.

Since this period, much has been said regarding the highly urban significance of these contemporary expressions of collective rebellion, the role of new communication technologies within them, the ruptures and continuities in relation to previous traditions of urban social movements, the socio-economic composition of the mass demonstrations of young people who took the lead in the protests. The

¹ Available at: <<https://youtu.be/bbvKuKutH9w>>. Accessed on: 20th April 2016.

phenomenon defies not only public authorities and the established political forces, but also the intelligentsia, and brings into question the classical models of interpretation, reverberating through the press, in academic research and literature, in seminars, conferences and exhibitions and thematic issues of more and less specialized journals, both in Brazil and abroad. And hence, the challenge to researchers and observers has grown even further since the demonstrations, strongly influenced by the media, and have escalated to the extent of contributing to the downfall of the elected president Dilma Vana Roussef, who has been replaced by a neoliberal-oriented government that has acted alarmingly quickly in rescinding the social and individual rights contained within the Federal Constitution of 1988 (the so-called Citizen Constitution), in corresponding to the public policy agenda, and in thrusting Brazilian democracy into the present political and economic turmoil.

After over three years since the demonstrations of June 2013, and in the wake of these uncertain, dangerous times, with regard to individual and social rights, it may be stated that on the one hand, the diffuse character stood as an expression of the elevated horizons of the post-1988 Constitution political and social democratization, of the failure to ensure high standards of public services compatible with the demands of income generation and increasing education, as well as the socially explosive potential of the perception regarding the individual and collective losses after a relatively long cycle (by Brazilian standards) of economic dynamism over a little more than ten years, since 2003. On the other hand, the diffuse characteristics of the protests have responded to processes that transcend the reality of the nation, in line with more general developments in the field of social conflicts. These processes certainly bring marks of technological changes, particularly relating to communication and security technologies, but above all they are also a sign of the fundamental void in the field of hegemonic ideology: the crisis of traditional paradigms of mobilization and social transformation; the weakening of the welfare state and, with this, of the utopias surrounding ideas regarding the labour society and the proletariat; the emergence of new political subjectivities in the face of contemporary forms of inequality and labour precarity; the political affirmation of differences and micronarratives as a strategy to overcome ideologies seen as being responsible for the perpetuation of the living standards of culturally hegemonic groups; and also strong sectarianism and denial of a pluralist society which have added to the legitimacy crisis of democracy itself as the institutional framework for the bourgeois state of individual rights, in its enduring alliance with the global capitalist system.

Through consideration of this scenario and its respective issues, the current issue of *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* proposes to continue the previous volume of the special issue on **Insurgent Cities**, since the number of manuscripts submitted that have met both our own and our *ad hoc* reviewers expectations has encouraged us to produce this second volume. Thus, we may bring together several more contributions in order to broaden the analysis of these processes both in their current multiplicity, as well as their historical and territorial expressions. In order to assist our new readers, we replicate the questions that were raised to inspire submissions for the special issue. How have social movements, both past and present, appropriated territories and urban materials? What are the dimensions of innovation, uniqueness and continuity of recent mobilizations regarding the substrates of inherited social action and previous agendas? Which movements and actors are involved, and what is the social composition, the codes of cohesion, the dynamics, rhetoric, and micro and macro strategies of action? Through which means, technologies and languages have they been served? Into which city desires and projects are they constituted? How are their agendas linked to the new and old public, popular, entrepreneurial and hybrid spatial policies (regional, land, environmental, urban, real estate)? What kinds of transformations and revolutions are they capable of undertaking? What is their effectiveness in the field of spatial justice, of defining the fortunes of cities and societies, of their institutional and cultural achievements from the viewpoint of urban regulation, as well as their weaknesses, limits and flow in relation to public authorities and their alliances and conflicts with the business world? Which readings and interpretations have been or may be made regarding these insurgent movements in the city?

Clearly, the current Brazilian political scene, which portrays considerable instability and uncertainty with regard to the future of democracy, of social and civil rights and of popular movements, has generated important power shifts within social relations and even some degree of invisibility and/or

dualization of the struggles and micropolitical processes, often contrasting, localized, or just subtly connected. The emergence of virtual and street demonstrations, of a moralist, religious or reactive nature in relation to social and cultural transformations, and of the conservative forces that have refused to accept defeat in four consecutive presidential elections by a more inclusive and sovereign ongoing political project, complicates the global understanding of the insurgent expressions and their impact on urban processes. However, as we have stated in the previous issue, it is not our intention at any moment herein to produce a global inventory of movements, and even less, of the supposedly successful initiatives of social production in the city, thereby reducing them to any exemplary scrutiny in terms of mobilization, planning or urban management. The aim has merely been to draw us closer to some insurgent imageries and experiences in their socio-spatial concreteness and political vibrations, addressing them as a constituent part of the socio-spatial processes of transformation and as an essential critical ingredient for understanding actions and political powers in the contemporary city. Hence, our readers should not expect reflections on the implications of the downfall of the elected Roussef government on the movements and policies across our cities, since the articles published herein were written before these distressing events. However, RBEUR will certainly address such expectations later next year and hereby invites the urban and regional studies community, both in Brazil and abroad, to submit manuscripts that contribute to the debate on such issues.

With regard to the challenges posed to the authors by the call from **Cities and Insurgencies**, we believe that our readers will agree that these questions have been appropriately addressed by the papers both in the previous and current issues. This second issue includes seven articles from within the scope of the call, followed by two other papers submitted on a regular basis to RBEUR, and are described below in their order of publication.

The issue opens with a broad overview of the topic. The paper “Insurgent cities and urban citizenship in the 21st Century”, by **James Holston**, offers an analytical perspective of the mass demonstrations that occurred during the early years of the current century within the context of a longer period of globalization, which in his view started back in the 1950s. Such a context leads the author to examine how a novel kind of “insurgent urban citizenship” has emerged from within these metropolitan rebellions, and the possibilities of the corresponding insurgent urban planning. Noting that these rebellions targeted circulation and gathering spaces, as opposed to government buildings and factories which had been the previous targets, the author argues that, although different in nature and objectives, the demonstrations arising from what he calls digital citizenship reflected the desire to legitimise civil rights and for new forms of direct citizenship, being triggered by the novel intersection of three factors: *city-making* from daily urban experiences with *city-occupying* and *rights-claiming*.

The possibilities for urban citizenship is also dealt with by **Lígia Milagres** in her article titled “Ambivalences of self-organized spatial practices within disputes for democratizing the production of space”, which follows on. The author brings an experience of “self-management” to the issue of **Cities and Insurgencies** with regard to a dispute between the radical urban democracy as proposed by the city dwellers and that of representatives of institutional urban planning concerning a valuable piece of land formerly used as Berlin’s Tempelhof airport. The author argues that the disputes over the production of space in the city foster a counterpower that brings about the possibilities for collective action, thus enhancing the capacity of citizens to discuss, negotiate and make decisions, thus promoting the urban planning they have campaigned to change. The author suggests that a “desire for democracy” compels city dwellers to join forces so as to bring their demands into the public space and become agents of a radical production of urban space even within a context of power asymmetry and neoliberal public administration. In spite of the revealing the contradictions and uncertainties, this collective action managed to counter the real-estate master plan as proposed by the public administration. The result of this case should certainly draw the attention of readers in Brazil and abroad, in order to learn from the circumstances that brought about such an unusual outcome, as the remaining experiences reported in the present issue may assert.

The next paper is by **Clarice Misoczky de Oliveira e Rafael Kruter Flores**, “Conflicts in the urban space: Mauá Docks for everyone?” and focuses on the conflicts that arose from the revitalization of an old port in the southern-most Brazilian metropolis of Porto Alegre. As with most revitalization

projects of old port areas worldwide, demonstrators did not succeed in halting the large scale urban renovation. However, observation of this experience has led the authors to endorse the contradictory nature of the process involved in the social production of space – especially regarding areas of public spaces – and to recognize how exposing dormant conflicts regarding the right to the city allows the demonstrations to have an important effect over the disalienation process of citizens .

Discussion on this process of disalienation is also present in the following paper, which turns its attention towards digital citizenship. The subject of “Between locusts and fireflies: narrative power in the creation of political imaginary in the *Praia da Estação*”, by **Milene Migliano**, deals with the way in which new digital tools may help formulate new interpretations of the city, redesign urban initiatives and provide new forms of addressing urban demands for local authorities. The paper focuses on a singular experience of urban protest by means of “creating” a beach in front of the central station of Belo Horizonte, a Brazilian metropolis four hundred kilometres from the coast. The initiative, planned and made possible by means of Internet connections, led to intense virtual and face-to-face discussions on the narratives produced throughout the movement, thus “contaminating” other social groups and cities for counter-hegemonic socialization, which the author discovered for motivating new manners with which to experience insurgent movements in the city, even in the positions of dissent that it has engendered, despite its ludic emergence.

The following two papers recall the importance of digital tools in contemporary urban movements from different perspectives. The first, by **Edinéa Alcântara, Fátima Furtado, Circe Gama Monteiro** and **Rubenilda Rosinha Barbosa**, is titled “Social networks and resilience in the fight for the right to the city: the *Movimento Ocupe Estelita*, Recife, Brasil”. This paper focuses on the well-known case of the Occupy Estelita Movement, also triggered by a large-scale urban redevelopment project in the old port area of the Northeastern metropolis of Recife. Producing an overview of the successive steps of the occupation, the authors concentrate on the idea of the movement’s resilience against the capital interests of putting forward a market-oriented city. By observing both the social network discussions and the daily evolution of the encampment, the authors not only emphasize the role of digital tools but also the ludic elements of the struggle for the right to the city, through which they perceive resilience as being valuable to the urban movement.

“Beyond the *Jornadas de Junho*: from the street demonstrations to the voice of the multitude – reflections on political exercises in public spaces in the era of networks”, by **Piero Carapiá Lima Baptista** and **José Carlos Huapaya Espinoza**, broadens the observation to consider the so-called *Jornadas de Junho* in several Brazilian cities. Beginning with Castells’ idea of the network society enabling extremely easy social interactions within the virtual sphere, the paper recognizes the spontaneous character of the demonstrations. Moreover, digital tools may help push the “multitude” into the public space, and even into the connections between local and global scales in order to resist the permanent threat to the democratic state, turning institutional exception into daily experience in contemporaneity. However, as the authors observe, although the demonstrations have sprung from a widespread sense of injustice faced with the “excessive care to meet the demands of an entity such as FIFA at the expense of the population”, the dispersion, the blurry demands and the confronting positions of contestants have obscured political participation. The supra-partisan “network strategy of resistance” has led the multitude to gather on the streets but also, we should add, to appropriate them on behalf of the political forces that have endangered the democratic state in Brazil.

Questioning the achievements of popular demonstrations with respect to the symbolic meanings of the urban spaces in which they take place, the paper “Appropriation and political expression in urban public spaces”, by **Sergio Luis Abrahão**, brings this special issue to a close. It takes account of the association made by architects, planners and urban managers, between streets, squares and other public spaces and places for political achievements to seek connections between form and content of the physical places chosen as the platform for protests. Inspired by São Paulo’s demonstrations triggered by the free transport ticket movement, the author researches these connections by interweaving different perspectives of knowledge from planning studies to political philosophy and concludes that rather than form, the symbolic dimension of public spaces matters most. This is especially true when exclusionary processes of access to urban spaces are the subjects of political dispute.

Since the *Jornadas de Junho*, demonstrations in Brazil have become much more focused, targeting on corruption scandals that moved the population against government, politicians and democracy itself, and all, as in several other countries worldwide, fuelled by the media. The achievements have been similar to those in most of the Arab countries. Although no military force has been used and there has been no widespread violence, an elected government has been ousted and a completely opposing economic and social agenda and foreign policy have been put forward to the benefit of both local and global interests of the ruling minorities. As income concentration follows on from the orthodox economic agenda now in practice, so the urban character of the economic and political crisis will become apparent, and the streets and squares of cities throughout Brazil will remain places of political dimension to which the population will gather in order to contest their social rights. The past 30 years of democratic construction and social accomplishments may be the pavement for the demonstrations to come. As Abrahão recalls, in this issue, “conflict, division and instability do not ruin the democratic public sphere; but are, above all, the conditions for its existence”.

To close this issue, our readers may enjoy two more articles from regular submission, the first of which however still corresponds to the topic of our special issue: “On the corners of the city: uses and appropriations of urban spaces by street workers in the center of João Pessoa, Paraíba”, by **Alessandra Soares Moura** and **Jovanka Baracuh Cavalcanti Scocuglia**. By understanding the streets as a space for conflicts, the authors observe in great detail the situation and quotidian strategies of informal street vendors in the Northeastern city of João Pessoa, in order to address the association between the urban experience as a daily practice and urbanism as an activity of technical intervention. This is most certainly a relevant, contemporary subject that may interest researchers from both the developed and developing world, since such vendors have become widespread even within cities in more advanced countries. The manner in which these street vendors appropriate, consider and even plan the public spaces they use is placed alongside the institutional urban interventions, thus leading the authors to suggest the need for users to participate more in decisions regarding the plans and projects of a city. Experiences such as these raise questions on the creative diversity of those who use our city centres and that may well act as information for both the basis and methods of practicing urban intervention. As the authors state, following Ana Clara Torres Ribeiro, “undoubtedly, the living, insurgent and experimental city is not dead”. Their point is to bring this daily vitality of the city centres into the eye and mind of urbanism, which must surely be of value to Brazilian and foreign urban researchers and professionals alike.

The paper that closes the present volume, by **Nilton Manoel Lacerda Adão** and **Marcus Polette**, addresses the issue of sustainability in coastal metropolises. Titled “An Urban Environmental Quality Indicator System for Coastal Metropolis (SIMeC): a proposal for territorial analysis”, the paper presents a system of comprehensive indicators for supporting decision making processes regarding the occupation of territory and the effects of climate change on long-established urban areas. Recollecting that a large majority of Brazilian metropolises are situated in coastal areas, where neglected natural characteristics bring added complexity to the unsustainable production of these urban agglomerations, the authors argue that the interconnections of the coastal and marine environments have not been properly dealt with in urban planning and administration. The need for environmental quality indicators that integrate the different municipalities of a metropolis has become even more urgent considering the effects of climate change on these agglomerations. Adão and Polette present a detailed account of the methodological construction of the indicator system that begins with an expressive review of no less than 22 systems covering 813 indicators, to adopt a systemic perspective, which later was submitted for evaluation by specialists. The system developed by the authors allows for five dimensions of the dynamics associated to the use and occupation of the coastal environment (although they assert that it may also be applied to non-coastal environments): economic productivity; environmental sustainability; life quality; inclusion and social equity; and infrastructure. Therefore, we believe that city planners and administrators from Brazil and abroad may receive it as a relevant contribution, which RBEUR is pleased to offer for scrutiny, along with all the other papers presented herein.

Last but definitely not least, we would like to offer the current issue of RBEUR to the memory of Rodrigo Simões, the president of ANPUR who recently and suddenly, departed from this world. The entire editorial commission of RBEUR pays homage to our dearest friend and colleague who will re-

main in our hearts forever as a brilliant scholar, a talented lecturer, a particularly enthusiastic supporter of our Journal, and a good humored and easy going friend, who provided us with a testimony of how to live with tenderness and intensity. Pedro Amaral and Gustavo Britto, two of his closest friends and colleagues wrote the tribute we now make public.

Ana Cristina Fernandes
*Editor RBEUR – Universidade Federal de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, Pernambuco, Brazil*

José Lira
*Guest Editor Special issue RBEUR – Universidade de São Paulo,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, São Paulo, Brazil*

HOMENAGEM A RODRIGO FERREIRA SIMÕES



Em 19 de agosto de 2016, aos 50 anos de idade, faleceu no Rio de Janeiro o então presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), o Professor Rodrigo Ferreira Simões.

Nascido em Belo Horizonte, Rodrigo era casado com Tereza Bruzzi e pai de Inácio. Era filho do saudoso Seu David e de Dona Maria e irmão de Gustavo e Leandro. De família originária “dos Pains” (interior de Minas Gerais), suas disciplinas e pesquisas sempre tiveram forte capacidade de motivar a discussão e a análise de redes urbanas, regionalização e polarização. “Meus mortos só morrem em Divinópolis ou, se a complexidade é muita, em Belo Horizonte”.

Rodrigo foi um dos economistas regionais mais inspiradores do país, sendo conhecido por ser um artista em sala de aula. Tendo iniciado sua carreira docente ainda muito jovem, como professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo se tornou referência entre alunos e colegas, distribuindo suas máximas e acumulando premiações e reconhecimentos diversos. Quando encontrava novos professores saindo das salas de aula, perguntava: “foi lá vender seu carro usado?”. Antes que pudessem responder, disparava logo: “pois hoje eu dei a minha tradicional aula-show”.

Com presença marcante na ANPUR, exerceu sua presidência em 2015-2016, foi diretor de 2013 a 2015 e membro do Conselho Fiscal entre 2005 e 2007 e de 2009 a 2011. Era ainda, desde 2014, vice-diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da UFMG e foi um dos membros fundadores da Associação Brasileira de Estudos Regionais (ABER).

Dentre as inúmeras mensagens de carinho e homenagens que a diretoria da ANPUR recebeu após a notícia de sua morte, se destaca a frequência com que a palavra “vida” aparece. E isso era Rodrigo. Um grande paradoxo: uma representação intensa da vida, nas suas mais variadas formas, ainda que breve. Um humor rápido e

peculiar, ainda que por vezes ácido. Uma grande capacidade de incluir a todos, ainda que com controvérsia. Ríspido, mas intensamente afetuoso e sensível. Não se passava imune à convivência com ele.

Com imenso zelo pelas instituições, se manifestava constantemente preocupado com a “exacerbação sem precedentes de intolerância, de preconceito, de rejeição à diversidade” no âmbito global e também com o momento de crise política institucional no Brasil, em que “valores e princípios básicos da vida republicana e democrática estão sendo ameaçados de forma sistemática”. Orientador nato em todas as dimensões da vida acadêmica – e em tantas outras fora dela –, transferiu para as novas gerações a primazia da dedicação à dimensão institucional da vida universitária, caminho que trilhou de maneira singular.

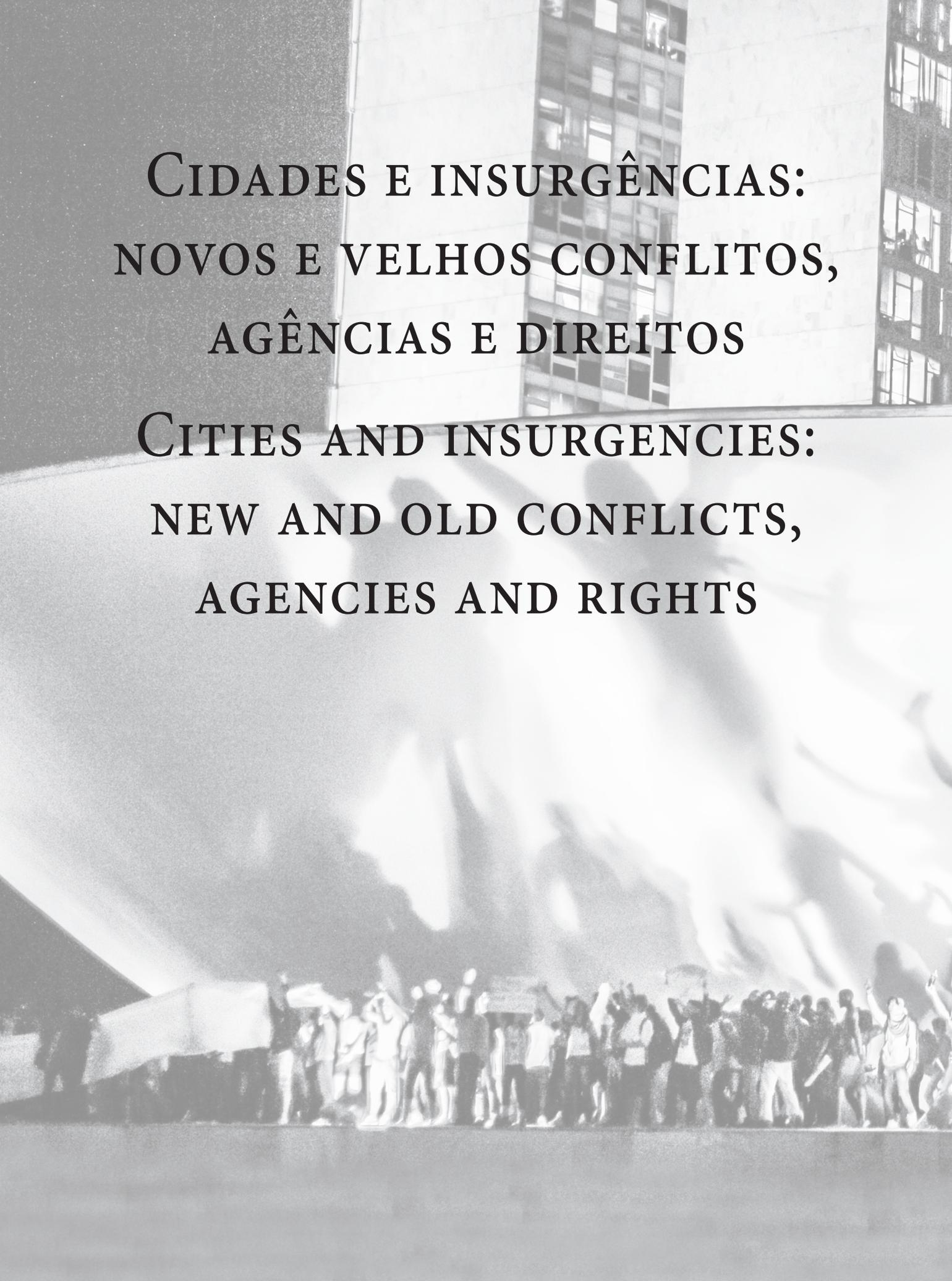
Transdisciplinar de formação, Rodrigo transitava confortavelmente pelos encontros internacionais, nacionais e regionais das mais diversas associações. Foi membro fundador do Grupo de Trabalho (GT) População e Piano na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), em cujos encontros podia-se ouvi-lo cantar junto a seus colegas de GT.

Rodrigo nutria verdadeira paixão por todas modalidades esportivas e por isso se gabava de ser “polidesportivo”. Quando jovem, foi árbitro de handebol de nível Nacional “A”, sendo mais tarde homenageado pela Federação Mineira. De todas as paixões esportivas, a maior era mesmo o Atlético-MG. Sua presença nos estádios era um reflexo de sua passagem pela vida: nunca passava despercebido e, por vezes, despontava como atração principal do evento.

Hoje, a risada larga e a voz de timbre forte e rouco foram substituídas pelo silêncio. Ficam a enorme saudade e a certeza de que aqueles que formou e tocou foram privilegiados por privar de sua convivência, mesmo que por tão pouco tempo.

Pedro Amaral e Gustavo Britto
*Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional,
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p187>



**CIDADES E INSURGÊNCIAS:
NOVOS E VELHOS CONFLITOS,
AGÊNCIAS E DIREITOS**

**CITIES AND INSURGENCIES:
NEW AND OLD CONFLICTS,
AGENCIES AND RIGHTS**

REBELIÕES METROPOLITANAS E PLANEJAMENTO INSURGENTE NO SÉCULO XXI¹

INSURGENT CITIES AND URBAN CITIZENSHIP IN THE 21ST CENTURY

JAMES HOLSTON

*Universidade da Califórnia em Berkeley, Departamento de Antropologia,
Berkeley, Califórnia, Estados Unidos da América*

R E S U M O : A insurgência inaugurou o século XXI com uma série de rebeliões metropolitanas. Buenos Aires, Atenas, Reykjavik, Tunes, Cairo, New York, Madri, Phnom Penh, Istambul, São Paulo e inúmeras outras cidades ao redor do mundo rebelaram-se de formas diferentes, rejeitando as políticas existentes e assaltando o Estado com alternativas. Muitas dessas alternativas surgiram da própria produção da vida cotidiana urbana dos manifestantes e foram prefiguradas em seus próprios meios de assembleias e deliberação. Este artigo examina, por um lado, se essas rebeliões metropolitanas constituem um novo tipo de cidadania urbana insurgente que realizaria e demandaria novas formas de democracia direta, e, por outro, como elas podem inspirar um planejamento urbano insurgente. Esse exame é feito por meio da análise da interseção entre os processos de “fazer a cidade acontecer” (city-making), “ocupar espaços urbanos” (city-occupying) e “reivindicar direitos” (rights-claiming). Ademais, é-se considerada a transformação da esfera política e do planejamento por elas produzida.

P A L A V R A S - C H A V E : planejamento; urbano; insurgente; cidadania; digital; rebelião; democracia.

A B S T R A C T : *Insurrection inaugurated the 21st century with a series of metropolitan rebellions. Buenos Aires, Athens, Reykjavik, Tunis, Cairo, New York, Madrid, Phnom Penh, Istanbul, São Paulo, and countless other cities around the world presented distinctive forms of rebellion that rejected existing politics and stormed the state with alternatives. Many of these alternatives arose out of the insurgents' own production of city life and were prefigured in their own processes of urban assembly and deliberation. This article considers whether they constitute a new kind of insurgent urban citizenship – one that both enacts and asserts new forms of direct democracy – and how they could inspire an insurgent urban planning. It does so by examining the intersection of city-making, city-occupying, and rights-claiming in which they emerge and considers the transformation of the political and of planning that the enactment of a new politics produces.*

K E Y W O R D S : *city-making; city-occupying; rights-claiming; urban rebellion; democracy; citizenship; insurgent urban planning.*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p191>

¹ Este artigo é baseado em um ensaio de autoria de James Holston, apresentado na conferência de abertura do XVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENAnpur) em 2015. Posteriormente, o texto foi trabalhado no formato de artigo, com a colaboração e a tradução de Rafaela Selem Moreira.

Discutirei, neste ensaio, a noção de “planejamento urbano insurgente” como forma de problematizar as premissas e as práticas do planejamento urbano institucionalizado. Para tanto, preciso estabelecer o significado do modificador “insurgente”. Que tipo de planejamento é insurgente? A que isso se refere? Sugiro que planejamento urbano insurgente é o tipo de planejamento que tem como fundação e que se endereça, em suas práticas, a movimentos de cidadania insurgente, isto é, movimentos que tomaram forma nas rebeliões que fizeram das cidades, durante os últimos séculos, proeminentes *loci* de novas formas de cidadania, contestando as formas nacionais de associação. Essas rebeliões foram de diversos tipos, compondo uma complexa genealogia que inclui, por exemplo, a Comuna de Paris de 1871 e o *Occupy Wall Street* de 2011. Além disso, a natureza da contestação da cidadania foi variada, indo desde demandas pelo alargamento dos direitos existentes à imposição de alternativas radicais. Desenvolverei essas distinções de planejamento a partir das rebeliões metropolitanas dos últimos quinze anos, pois, hoje, desenvolver um planejamento urbano insurgente significa engajar-se nos movimentos de cidadania insurgentes contemporâneos em que nos encontramos.²

² Desenvolvi o conceito de cidadania insurgente em várias publicações, mais integralmente em Holston (2008). A edição brasileira foi publicada em 2013.

A insurreição inaugurou o século XXI com uma série de rebeliões metropolitanas. No final dos anos 1990 e início dos 2000, os *piqueteros* bloquearam o tráfego de Buenos Aires, demonstrando novas formas de organização política e social frente à esmagadora exclusão econômica. Em 2003, bolivianos, amotinados em *El Alto*, bloquearam estradas municipais para exigir água e gás. Em 2005, a juventude levantou-se nas *banlieues* de Paris, queimando carros e desafiando a polícia. Manifestantes contra as desapropriações do capitalismo ocuparam as artérias e os pulmões de diversas cidades, começando, em 2009, em Atenas e Reykjavik, disseminando-se para Tunis, Cairo, New York e Madri em 2010 e 2011, irrompendo em Santiago e Phnom Penh em 2012, circulando por Istambul e São Paulo, em 2013, e Caracas em 2014, bem como por inúmeras outras cidades ao redor do mundo.³

³ Entre diferentes fontes sobre esses levantes, são citadas: Schneider Mansilla e Conti (2003); Balibar (2007); Lazar (2008); Panayotakis (2009); Hughes (2011); Taylor *et al.* (2011); Castells (2012); Charnock, Purcell e Ribera-Fumaz (2012); Razsa e Kurnik (2012); El-Kazaz (2013); Tugal (2013); Holston (2014).

Essas insurreições urbanas marcaram as duas primeiras décadas deste século com formas de protesto que, embora distintas, apresentavam muitas características em comum. Elas atingiram a cidade em si, não simplesmente os edifícios das fábricas ou do governo – os alvos mais usuais nos séculos anteriores –, mas os espaços de circulação urbana e de assembleia, ocupando-os e preenchendo-os com novas formas de convocação. Em alguns casos, os manifestantes pediam que o Estado alargasse os direitos existentes, incluísse o excluído e mudasse a política feita pelos canais políticos estabelecidos. No entanto, em muitos outros casos, eles rejeitaram as políticas delegadas e verticalizadas, desafiando o Estado com fontes e concepções alternativas de direitos que surgiram de suas produções da vida na cidade e que foram prefiguradas em seus próprios processos de assembleia e deliberação. Assim, as demandas por alternativas mais radicais não foram para que os Estados ampliassem os direitos já existentes. Foram, em vez disso, para que os Estados reconhecessem a legitimidade e a inevitabilidade de direitos que emergiram a partir das próprias lutas diárias para fazer a cidade acontecer – no processo de produzi-la por meio da vida e do trabalho de seus residentes – e daquilo que foi forjado durante as formas alternativas de assembleia política. A interseção entre (1) “fazer a cidade acontecer” (*city making*), (2) “ocupar a cidade” (*city-occupying*) e (3) “reivindicar direitos” (*rights-claiming*) gerou movimentos por novas formulações de cidadania que eu chamo de insurgentes, as quais, simultaneamente, demonstram e fazem valer novas formas de democracia direta.

CIDADANIA DIGITAL?

Todas essas rebeliões urbanas usaram a mídia digital como elemento central de mobilização. Muitos observadores afirmam que a sociabilidade do urbanismo “digitalmente inspirado” cria uma nova e revigorada cidadania ou, ao menos, condições que favorecem o desenvolvimento de um novo engajamento cívico digital. A esse respeito, Shirky (2008) argumenta que a conectividade da *Internet* torna fácil a criação de redes *on-line* de “amigos por afinidade de pensamento” (*linked-minded friends*) e que, por esse meio, é possível mobilizar rapidamente esses amigos em grupos que têm capacidade de tomar ação política. Zuckerman (2014, p. 159, 164), por sua vez, sugere que o uso da mídia social está produzindo novas formas de engajamento cívico através da criação de uma superabundância de espaços de deliberação. Castells (2012, p. 9-10, tradução do autor) faz uma afirmação ainda mais forte: “Redes sociais digitais oferecem a possibilidade para uma ampla e irrestrita deliberação e coordenação de ação”.

Certamente, esses observadores analisam limitações, moderam seu entusiasmo com a discussão de problemas proeminentes e insistem na importância de conectar espaços urbanos digitais e presenciais (*face-to-face*). Mas eles promovem, claramente, os exemplos dos contrapoderes da *Internet* para transformar a democracia: do papel do *Twitter* e do *Facebook* na derrubada de regimes repressivos na Primavera Árabe, passando pela capacidade do *FixMyStreet* de engajar moradores na curadoria diária de infraestrutura coletiva e pela *Tumblr Page Nós somos os 99%*, que potencializou o *Occupy Wall Street*, aos protestos relâmpagos do *#YoSoy132*, os quais se tornaram um movimento rebelde nas últimas eleições presidenciais mexicanas.⁴

Como avaliar esses argumentos sobre a geração, ou não, de novas cidadanias digitais (mais frequentemente urbanas), em particular sobre o uso das mídias sociais tanto como fim quanto como meio de projetar um novo futuro de cidadania? Essa pergunta é essencial para avaliar a capacidade das recentes rebeliões metropolitanas de gerar novas formas de cidadania democrática. Para avançar nessas considerações, é necessário encontrar, urgentemente, uma linguagem crítica de investigação e análise. Um problema que frequentemente observo é que as afirmações de uma nova cidadania “digitalmente inspirada” anunciam que algo novo substitui (ou pelo menos compete com) a cidadania nacional existente, sem definir ou problematizar as condições antecedentes de formas que poderiam permitir uma avaliação comparativa. Essa escorregada alimenta a hipótese daquilo que se deseja provar. Dizer que o novo rejeita a democracia representativa existente é, sem dúvida, uma afirmação correta, mas oferece pouco ao avanço do trabalho conceitual necessário para *avaliar e projetar* uma alternativa. Em um estimulante estudo etnográfico sobre o *Occupy Slovenia*, por exemplo, Razsa e Kurnik (2012, p. 240, 250, tradução do autor) atribuem ao movimento o desenvolvimento de uma “democracia de ação direta” como “alternativa” tanto ao “modelo baseado no consenso” do *Occupy Wall Street* quanto, e mais fundamentalmente, à “teoria liberal clássica”. Contudo, sem estabelecer o que se entende sobre essa teoria, é difícil, para os leitores, avaliar as contribuições do *Occupy Slovenia* para “radicalizar a democracia [...] [por meio] de novas formas experimentais de efetivar a democracia e de re-imaginar o político”. Esse “performar” e “re-imaginar” se referem ao que estou chamando de “planejamento insurgente”. Essa possibilidade é difícil de ser avaliada porque os autores não elaboram o que

4 Outros pesquisadores são mais críticos ao ativismo *online* como meio de revigorar a democracia. As posições variam daqueles que desconsideram essa possibilidade (GLADWELL, 2010; MOROZOV, 2011) aos que são moderadamente céticos (TUFEKÇI, 2014).

o planejamento, como disciplina de intenções, deve, sob tais condições, se parecer, nem analisam as condições do “liberalismo” que poderiam ser, presumivelmente, transgredidas. Eu não estou pedindo um tratado sobre liberalismo e democracia. Não obstante, um conjunto mínimo de argumentos consistentes e historicamente fundamentados seria útil.

O que se entende por “cidadania” nacional e/ou digital é, muito amplamente, tido como algo certo ou inequívoco, sem que seja analisado (a) como uma forma particular de associação, com uma genealogia histórica específica em relação a processos de formação política; (b) como uma definição tanto de inclusão quanto de exclusão, baseada no direito de nascimento em um lugar (*ius soli*) ou de ancestralidade (*ius sanguinis*); (c) como uma combinação de requisitos formais que criam as divisões de grupos sociais pela definição de critérios de afiliação e de uma substantiva distribuição de direitos e práticas para aqueles que são considerados membros; (d) como uma ética de pertencimento que é frequentemente militarizada e racializada; e assim por diante.

Dada a falta de problematização, é importante estabelecer, como patamar inicial de estudo, não apenas o contexto histórico no qual a nova cidadania da insurgência metropolitana parece emergir, mas também o texto histórico que ela pretende reformular. Portanto, eu analiso, no que se segue, as condições de texto e contexto por meio das quais me refiro à urbanização periférica global, à emergência de movimentos de direito à cidade e à cidadania urbana que por eles é produzida. Depois, examino recentes exemplos de insurgência urbana, com a intenção de sugerir problemas e critérios para avaliar a capacidade de tais movimentos e do urbanismo digital e suas medidas de forjar novas formas e conteúdos de cidadania. Fundamentalmente, esses critérios referem-se à capacidade de gerar *formas associativas* que sustentem uma cidadania urbana substantiva.

GLOBALIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DA CIDADANIA URBANA, 1950-2000

As quatro globalizações dos últimos 70 anos – urbanização, democratização, imigração e neoliberalização – resultaram não na redução do significado do “lugar” para a articulação da cidadania, mas no reaparecimento da cidade como um *locus* substantivo para seu desenvolvimento – mais substantivo, de fato, que a comunidade imaginada do Estado-nação que dominou a formulação nas últimas décadas.⁵ Ainda que a maioria dos cidadãos permaneça intensamente nacional, as cidades, em muitos países, tornaram-se, durante esse período, os *loci* mais salientes para a emergência de novas formas, de agendas e de experimentos de cidadania, transformando a noção de cidadania nacional. No Brasil, por exemplo, inovações da cidadania urbana local formataram, profundamente, a Constituição Federal de 1988 e a legislação por ela autorizada, a emergência de novos partidos políticos nacionais, o desenvolvimento de políticas públicas nacionais de urbanização e muitos outros aspectos relacionados à transformação democrática do país (HOLSTON, 2008).

O crescimento das cidades e a invenção da democracia também coincidem com a institucionalização do neoliberalismo como uma organização de Estado e

⁵ Para uma análise desse processo, ver: Holston (2001).

como uma racionalidade da privatização, da descentralização e do desapossamento. Embora essas combinações de urbanização, democratização e neoliberalização sejam “locais” de intensa combustão, elas produzem uma notável condição similar em todo o mundo: uma grande quantidade da população mundial – em breve se aproximando da maioria – vive hoje em periferias urbanas empobrecidas, em condições ilegais ou irregulares de residência, no entorno de centros urbanos que se beneficiam de seus serviços e de sua pobreza. Essas condições também têm gerado uma resposta característica: precisamente em periferias urbanas, residentes vêm a entender suas necessidades básicas não apenas em termos de habitar e sofrer a cidade, mas também em termos de construí-la, de fazer a paisagem da cidade, da sua história, da vida cotidiana e da política como um lugar para eles próprios. Os muitos significados desse fazer frequentemente aglutinam-se na ideia de que eles têm direito ao que produzem, isto é, têm direito à própria cidade.

Essa transformação da necessidade em direito fez das cidades uma arena estratégica para o desenvolvimento de cidadanias novas e insurgentes. Em outras palavras, nessas cidades, cidadanias nacionais estão sendo reconfiguradas a partir de conflitos a respeito dos termos e das aspirações da vida urbana contemporânea. Quero enfatizar, portanto, que, apesar de as políticas econômicas brutais do trabalho, da terra e da lei segregarem os pobres urbanos nas periferias e reduzirem-nos a uma “vida nua” de servidão e violência, essas mesmas estruturas de desigualdades incitam os residentes marginalizados a demandar uma vida digna de cidadãos, articulada como um direito à cidade que eles fazem acontecer. Durante a metade do último século, esses movimentos de “direito à cidade” estiveram exacerbadamente focados em problemas de pobreza urbana, sendo liderados pelas classes subalternas da cidade e, particularmente nas recentes décadas, por aliados das classes médias, universidades, organizações não governamentais (ONGs) e, ocasionalmente, dos partidos políticos. Assim, as experiências de cidade da classe trabalhadora tornaram-se, de maneira significativa, **fontes** novas e sem precedentes para a transformação do planejamento urbano (políticas, instrumentos e normas) e da cidadania (expectativas, práticas, direitos, leis e estatutos). Esses processos de fazer acontecer a cidade (*city making*) e de autoconstruir a cidadania (*citizen making*) coincidem no tempo e no espaço. A força dessa interseção desestabiliza, profundamente, não apenas as condições existentes da vida urbana e cidadania nacional, mas também as formulações políticas em planos, constituições, organizações e movimentos. Uma pergunta importante é se, desde os anos 2000, os levantes urbanos continuam sendo pautados pelo “fazer acontecer” a cidade, a cidadania e a política a partir das classes trabalhadoras, ou se eles foram alterados por outras agendas.

QUEM É O SUJEITO DO “DIREITO À CIDADE” – HUMANOS OU CIDADÃOS?

Enfatizo que o direito insurgente à cidade confronta os regimes entrincheirados com formulações alternativas de **cidadania**, e não meramente com protestos e violência idiossincráticos e/ou instrumentais.⁶ Essa formulação constitui uma nova pauta conceitual para o direito à cidade, desenvolvido primariamente em cidades do

6 Além de Holston (2008), ver: Appadurai (2002) e Bhan (2014).

sul global. Em outras palavras, os agentes dessa alternativa ao pertencimento nacional pautaram-na não em termos de revolução, intervenção divina ou mesmo de necessidades humanas. Menos ainda em termos de relações dependentes de clientelismo. Ao contrário, para muitos dos pobres urbanos, o direito à cidade tornou-se um tipo específico de demanda por uma ordem diferente: uma reivindicação de cidadãos, um direito de cidadania, um direito articulado, com referência à cidadania e a suas pautas legais, éticas e performativas.

David Harvey poderia, claramente, querer enquadrar esse direito no paradigma dos direitos humanos quando ele o descreve como “um dos nossos mais preciosos, contudo, mais negligenciado dos nossos direitos humanos” (HARVEY, 2008, p. 23, tradução do autor). No entanto, ele não desenvolve tal argumento. Na verdade, essa falta de formulação é sintomática da notável tendência – incluindo de ativistas de ONGs – de chamar o “direito à cidade” de “direito humano”, assumindo que o paradigma dos direitos humanos é uma fundação efetiva para ele, teórica ou empiricamente. Mas será que realmente é? O direito ao abrigo e, por extensão, à moradia pode ser um direito *humano*. Posso aceitar que seja; não estou convencido, no entanto, de que seja a melhor – no sentido de mais efetiva – fundamentação para moradia. A mesma lógica pode ser aplicada à cidade? Há um correspondente ao “direito humano ao subúrbio”, por exemplo, que ajude a dar sentido a um “direito humano à cidade”? Em outras palavras, quem é o sujeito do direito à cidade – humanos ou cidadãos?

Embora aqui não seja o lugar para desenvolver um debate sobre a sustentação filosófica dos direitos humanos em relação ao direito natural, ao positivo e a outros tipos de direitos, uma concepção de direito fundamentada na ontologia da natureza humana como essencial e normativa é, no mínimo, antropologicamente suspeita. Imagino que o problema dos imigrantes urbanos ilegais tenha motivado Harvey a enquadrar o direito à cidade como um direito humano, isto é, a necessidade urgente de incluir e cobrir, em sua esfera de proteção, precisamente aqueles que não têm direitos nacionais e que são, por definição, deles excluídos. Dada a quantidade extraordinária desse tipo de residente urbano, não seria isso um movimento estratégico eficiente, ainda que filosoficamente duvidoso?

Na verdade, essa estratégia não é nem efetiva nem a melhor opção disponível, se se foca o problema na questão de qual é a comunidade política mais efetiva para organizar a heterogeneidade de habitantes que caracteriza tantas regiões metropolitanas atualmente, uma heterogeneidade em que muitos residentes não são cidadãos nacionais. Ao menos um aspecto é claro: dada a multinacionalidade das cidades contemporâneas, a comunidade política mais efetiva não pode fundar-se na associação ao Estado-nação, nem na cidadania nacional. Poderia ser uma organização planetária de direitos humanos. Muitas pessoas concebem o direito à cidade como um direito humano exatamente desse modo. No entanto, como tenho argumentado, essa compreensão parece pouco plausível, e, ademais, os direitos humanos lidam com problemas conceituais, ontológicos e éticos relacionados a essa substância elusiva chamada “natureza humana” que não precisam ser resolvidos – isso se é realmente possível uma solução – para que seja fundamentado o direito à cidade. Em vez disso, sugeriria que a melhor fundação para esse direito é a própria cidade, organizada por uma cidadania baseada na residência, para a qual o pertencimento ao Estado-nação, o *status* nacional de imigração e a natureza humana são irrelevantes. É esse o tipo de cidadania urbana que pessoas na Cidade do Cabo, São Paulo, Mumbai e, ainda,

em lugares radicais como São Francisco – penso aqui nas carteiras de identidade municipais e no acesso a tratamento de saúde baseados somente em residência urbana – estão inventando, em resposta à espoliação neoliberal e às desigualdades derivadas das prerrogativas da cidadania nacional.

Assim, penso que é mais efetivo, política, antropológica e filosoficamente, argumentar que a urbanização do sul global nos últimos quinze anos transformou o enquadramento conceitual do direito à cidade, articulando-o como um direito de cidadania urbana, no qual a fundação primeira desse direito de cidadão é o pertencimento à cidade e não ao Estado-nação. Ao articularem o direito à cidade como um direito de cidadania, os residentes urbanos estão também inventando uma cidadania *urbana* distinta da nacional – e distinta, também, de uma noção planetária de humano. A formulação do direito à cidade como um direito de pertencimento urbano é, a meu ver, uma resposta mais atraente para alguns dos mais constrangedores problemas políticos e sociais do nosso tempo.

A próxima pergunta é: qual tipo de cidadania é a “cidadania urbana”? Suponhamos que a cidadania, em geral, seja entendida como uma norma de associação definida pela participação em uma comunidade política, na qual a atribuição formal de pertencimento ocasiona a distribuição substantiva de obrigações e prerrogativas vinculadas à associação, como direitos, deveres, recursos e práticas. Nesses termos, qual tipo de adesão a “cidadania urbana” constitui, que tipo de pertencimento ela requer, qual forma de substância? Se tais perguntas são fundamentais para a compreensão de qualquer cidadania, elas são especialmente importantes para compreender a cidadania urbana, porque ela não está formalmente constituída em quase nenhum lugar do mundo contemporâneo e tem sido sistematicamente desmantelada pelo Estado-nação e por seu respectivo tipo de cidadania – isto é, a cidadania nacional – ao longo dos últimos 400 anos.⁷

Dessa forma, só é possível decidir se nós estamos, de fato, testemunhando o ressurgimento de uma cidadania urbana nas últimas décadas, se houver critérios conceituais para identificá-la. Dada a supremacia e o antagonismo da cidadania nacional, é pouco provável que a cidadania urbana receba legitimação formal das fontes nacionais de direito e das instituições de autoridade. Pelo contrário, é mais provável que ela emergja de novas fontes de associação montadas pelos residentes a partir de suas produções compartilhadas de cidade durante suas atividades de vida e trabalho.⁸ Em termos de montagem, a cidade constitui um produto vasto e coletivo, em que cada residente cumpre uma parte no fazer. Esse fazer é a base da afirmação de ter um direito à cidade: o direito de colaborador ao que cada um faz, uma afirmação que não tem qualquer correlação com o *status* formal ou informal de trabalho, residência ou imigração. Pelo contrário, ela só tem correlação com a vida ativa dos residentes. Por essa razão, a residência é a condição que melhor viabiliza a produção da cidade como um produto coletivo. Nesse sentido, as associações que se desenvolvem entre aqueles que “fazem a cidade acontecer” (*city makers*) serão subversivas às prerrogativas nacionais na medida em que a residência urbana for a principal qualificação para associação e a filiação nacional for irrelevante. Esse antagonismo mútuo (de fato, subversivo) entre cidade e nação – ou entre princípios de pertencimento urbano e nacional – parece ser um fator difundido na recente emergência da cidadania urbana a partir da sua obscuridade.

Considero, portanto, a cidadania urbana como uma forma de associação em

7 Para um estudo histórico de soberanias em competição, ver: Spruyt (1994).

8 Recordo aqui o uso de Arendt (1958, p. 7, tradução do autor) do termo **vida ativa** “para designar três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação”, que, juntas, geram a “condição humana”. Curiosamente, Arendt não inclui a língua na primeira ordem de características, mas, adaptando a consideração de *lexis* (fala) de Aristóteles, considera isto essencial para a atividade da ação por meio da qual surge a esfera da vida política.

que o “fazer a cidade acontecer” é, simultaneamente, o contexto e o conteúdo de um sentido de pertencimento, no qual o fazer é entendido como a soma das atividades dos residentes, sendo a residência o critério primário de associação. A cidadania urbana como uma forma de associação é constituída (1) quando, a despeito de outras identidades, a residência determina a associação à comunidade; (2) quando a cidade é o primeiro *locus* da comunidade política; e (3) quando a reivindicação de direitos relacionados à produção da cidade e as atuações cívicas a ela ligadas constituem a agenda e a mobilização da associação. Com base nisso, proponho que uma das significativas consequências da globalização da democracia para cidades-regiões seja a geração de novas cidadanias urbanas. Sugiro, ainda, que essas novas cidadanias urbanas não vêm necessariamente suplantar ou negar a cidadania nacional, mas elas produzem duas consequências importantes e insurgentes. Elas, frequentemente, levam à reformulação da cidadania nacional e são acessíveis a indivíduos não nacionais, bem como aos nacionais marginalizados.

CIDADES INSURGENTES DO SÉCULO XXI

Investi um tempo estabelecendo o texto e o contexto da emergência da cidadania urbana porque isto fornece o melhor enquadramento para observar a onda de levantes metropolitanos que têm sacudido o mundo nos últimos quinze anos. Esse tipo de revolta acelerou o passo na segunda década deste século. Em 2009, cidades da Grécia, Islândia e de outros países ocidentais se rebelaram. Esses levantes se espalharam no final de 2010 e início de 2011 para a Tunísia e o Egito urbanos; retornaram para o Ocidente em 2011, com os movimentos *Occupy* em cidades dos Estados Unidos e da Europa – especialmente na Espanha; irromperam no Chile e Camboja em 2012, Turquia e Brasil em 2013, Venezuela e Hong Kong em 2014.

Há variações óbvias e marcantes entre esses levantes: alguns deles foram respostas diretas ao colapso financeiro de 2008 e ao estouro das bolhas imobiliárias (na Grécia, na Islândia, nos Estados Unidos e na Espanha); outros estiveram mais focados em questões de liderança nacional (por exemplo, os da Tunísia e do Egito). No entanto, como muitos analistas têm documentado, eles compartilham um conjunto de características semelhantes e fundamentais, tais como: a ocupação ostensiva do espaço urbano; a rejeição da política representativa; a mobilização contra o sucateamento de bens e serviços públicos; a resistência à violência policial; o uso de novas mídias sociais; e a emergência de novas esferas públicas de participação e de sociabilidade.⁹

Muitas dessas características são também encontradas nos movimentos urbanos de cidadania insurgente no final do século XX (HOLSTON, 2008). O ponto em comum mais importante é que o que mobilizou as pessoas, tanto antes quanto agora, foi a demanda generalizada por um tipo de cidade diferente, uma cidade livre e justa. O aspecto central dessas mobilizações é a compreensão do fracasso das condições urbanas em termos de direitos. As pessoas compartilham a opinião de que têm direito a melhores condições de vida, as quais não foram ainda realizadas – um direito à cidade que elas fizeram ao vivê-la e que deve ser condizente com seus esforços diários, um direito que foi violado. Por isso, os diversos tipos de manifestantes falaram sobre direitos de diversos tipos. A soma das falas sobre direitos foi algo maior que uma lista

⁹ Para referências bibliográficas, ver a nota de rodapé número 3 deste artigo.

de demandas individuais. Para mim, essa visão maior tornou-se clara depois de ver um cartaz que estava sendo sustentado em uma manifestação de rua em São Paulo, em meados de junho de 2013. Em um mar de cartazes que faziam demandas específicas, um deles se destacava por possuir uma reivindicação mais geral: **“A aula hoje é aqui. O assunto? Cidadania”**. O cartaz falava da descoberta de uma nova geração de brasileiros da cidade como local de insurgência (o **“aqui”**) e da vida das ruas como a agenda da cidadania democrática (**“a aula”**). Nesse sentido, especificamente no caso das rebeliões urbanas no Brasil, após uma década de paciência com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), os protestos de junho de 2013 indicaram o desenvolvimento de formas de cidadania urbana insurgente que são, simultaneamente, similares e diferentes dos movimentos que transformaram o Brasil entre 1970 e início dos anos 2000.¹⁰

10 Ver também Caldeira (2015).

Da mesma forma que as revoltas anteriores transformaram, significativamente, a natureza da democratização e da cidadania democrática conforme percorriam o mundo no último quarto do século passado, as mobilizações dos anos recentes ao redor do mundo encorajam a esperança de que mudanças democráticas sejam aprofundadas neste novo século. Uma forma de avaliar essa esperança é perguntar sobre o que pode ser diferente nos levantes recentes. Essa pergunta traz para o foco novas possibilidades e limitações para a constituição de um bem comum urbano mais democrático. Isso ajuda a indicar se um novo pacto de cidadania está fazendo com que residentes urbanos sejam mais propensos a se tornarem participantes ativos na condução dos assuntos públicos e no compartilhamento de benefícios.

Um aspecto revelador e distintivo das recentes revoltas urbanas é que os manifestantes contrabalançam as mobilizações contra um adversário – por exemplo, o planejamento do Estado, os despejos e remoções, a representatividade do governo ou o capitalismo – com a demonstração de uma alternativa. Alguns pesquisadores (GRAEBER, 2002) têm descrito esse tipo de demonstração como a prefiguração dos elementos desejados em uma nova ordem social, de tal modo que os participantes estruturam suas ocupações a partir das características que eles gostariam que o mundo viesse a incorporar. Assim, a rejeição à democracia representativa mobiliza uma política de democracia direta para governar os acampamentos por meio de reuniões gerais, redes horizontais e grupos de trabalho, com foco no desenvolvimento de estratégias tanto de contestação como de proposição de direitos de cidadania e de práticas justas. Os manifestantes não se contentam apenas em contestar as falhas na comunicação verticalizada com seus representantes políticos eleitos. Eles demonstram o que uma forma diferente de política pode ser com a criação de novas formas de comunicação horizontal, por meio de assembleias e mídias sociais abertas, participativas e deliberativas, sem a necessidade de uma liderança. Essas novas formas são exemplos de planejamento insurgente.

Similarmente, o desemprego, os despejos e a generalizada “monetização de tudo” são desafiados por uma crítica ao neoliberalismo e por propostas de uma nova economia, de desmercantilização e do uso de recursos. As falhas do planejamento urbano institucionalizado – como a falta de transporte acessível, a gentrificação e a redução do espaço público – e os crimes de corrupção praticados pelo governo são refutados pelos acampamentos e pelas próprias mobilizações que ocupam a cidade, dando um exemplo de nova sociedade. O sucateamento dos serviços públicos de saúde, da educação e da segurança são contestados não apenas pelos protestos

massivos, mas também pela efetiva execução de serviços sociais dentro dos próprios acampamentos e ocupações – mais uma vez, exemplos de planejamento insurgente. A produção de novos meios de comunicação substitui os ultrapassados meios de comunicação, monopolizados ou censurados, existentes. Todos esses processos políticos e de planejamento alternativos tornam-se novas fontes para uma cidadania gerada fora da alçada do Estado.

Uma segunda característica distintiva dos recentes levantes urbanos refere-se ao fato de que eles articulam seus argumentos por meio de novas identidades políticas e também da *Internet*. Essas duas características tornam-nos menos localizados que os movimentos de cidadania urbana anteriores. Assim, eles podem se referir a um lugar, mas esse lugar é a cidade como um todo, não vizinhanças ou territórios específicos, para usar os termos a partir dos quais as gerações anteriores de cidadania urbana insurgente costumavam se organizar. Essa é uma consideração importante para um planejamento contemporâneo insurgente. Particularmente significativa é a mobilização digital de “coletivos” que hoje organizam a juventude – sobretudo estudantes, mas não somente – em torno de questões de identidades temáticas, como identidade negra, LGBT, poesia, grafite, justiça e meio ambiente. Esses coletivos são relativamente novos como fenômeno de massa, e eles enfatizam a associação horizontal e sem liderança. Durante os protestos recentes, tais coletivos fundiram-se em um corpo político, geralmente sem qualquer formalidade ou hierarquia, por meio da *Internet*. Via mídias sociais, eles tiveram uma experiência de comunidade na participação conjunta; e indivíduos a eles afiliados foram energizados com uma forte sensação de legitimação como manifestantes. Essa mesma vitalidade também energizou algumas organizações pré-existentes e movimentos sociais importantes para os levantes, como o Movimento Passe Livre (MPL) e as organizações de hip-hop, no caso do Brasil.

Quando as faíscas do redensolvimento autocrático (Turquia), do aumento de tarifas do transporte público (Brasil) e da violência policial (em ambos os países citados) foram visualizadas na *Internet*, a combustão expandiu, dramaticamente, os conceitos de equidade e direito à cidade, catalisando novos públicos para uma causa comum. Dessa forma, uma nova geração de brasileiros e turcos – residentes habituais da *Internet* – está inovando suas formas de **expressão política** através da *Internet*, das mídias sociais e dos celulares, bem como dos fóruns *on-line*, das assembleias digitais e presenciais, das oficinas e marchas e, ainda, das novas maneiras de deliberação. Tudo isso nutre, diretamente, uma nova produção cultural da juventude. Assembleias, passeatas e multidões, é certo, não necessitam de mídia digital. Contudo, aplicativos sociais e digitalização oferecem uma nova dimensão à organização democrática, isto é, aquela da promessa, ainda não efetivada, de novas formas de democracia direta. Eles consolidam, assim, um novo – e agora comprovado – recurso de organização política que tem a capacidade de expressar e produzir grandes solidariedades horizontais.

Occupy Wall Street, Indignados, *Tahrir Square*, *Gezi Park*, São Paulo e Hong Kong, todos esses exemplos indicam que as novas rebeliões metropolitanas logo desaparecem como atividade de rua, mas que, ao mesmo tempo, algo delas permanece para ser reacendido em outro dia. Ambos os resultados derivam do mesmo problema: elas são mais protestos ou movimentos insurgentes? Estou considerando os primeiros como uma objeção às condições atuais, estruturada em pedidos de mudança feitos às autoridades existentes. Na medida em que as recentes revoltas são desse tipo, elas sofrem de uma contradição debilitante, porque usam uma linguagem

– isto é, a linguagem dos direitos, da política, do bem-estar, do desenvolvimento, da cidadania e do Estado – que pretendem rejeitar. Em outras palavras, exigem que o sistema político produza mudanças, mas rejeitam tanto as políticas existentes quanto a invenção de novas instituições políticas nos moldes das políticas existentes. Sem estas últimas, as revoltas estão fadadas a desaparecer sob a forma de “movimentos de petição” de pouca consequência ou de pouco impacto social.

Por movimentos insurgentes, refiro-me àqueles que contestam as condições atuais por meio da articulação de propostas alternativas surgidas das próprias assembleias autoempoderadas de cidadãos que investigam, decidem e agem, sacudindo as autoridades públicas com essas mesmas alternativas. As demandas desse tipo de movimento não são para que o Estado amplie os direitos e os recursos já existentes. Ao contrário, são para que o Estado aceite a legitimidade dos direitos desenvolvidos a partir dos recursos provenientes das lutas vividas pelos próprios participantes no processo de produzir a cidade, articulados nas suas próprias assembleias políticas e abertos a uma cidade/sociedade diferente.

Esse processo político alternativo tem a capacidade de gerar novas formas associativas e organizacionais – com efeito, novas instituições – que substanciem uma cidadania urbana que, necessariamente, subverta as instituições pré-existentes. Por essa razão, o ponto central do planejamento insurgente precisa ser definido a partir desses processos políticos alternativos, e seus métodos devem focar-se em descobri-los e engajá-los. Acredito, então, que a tomada e a ocupação de espaços da cidade constituem um processo político alternativo, no qual possuir a cidade é reivindicá-la como “bem comum”, como um produto coletivo. Nesse sentido, ocupar é uma instância da condição geral da cidadania urbana insurgente.¹¹

Os novos levantes, no entanto, são uma mistura complexa de protesto e insurgência. Nesse amálgama, eles são também como os movimentos de cidadania insurgentes anteriores – ainda que, de um modo geral, as instituições subversivas dos movimentos anteriores, tão relevantes para a democracia entre os anos 1970 e 2000, tenham pouca presença nas novas revoltas. No caso do Brasil, que conheço melhor, a comparação é, de certo modo, desencorajante. As inovações participativas da década de 1990 – como os conselhos municipais de saúde, educação e habitação – tiveram pouco ou nenhum papel nas manifestações de junho de 2013 e subsequentes. É possível argumentar que seus mais eficientes mecanismos de política popular foram aniquilados ao serem absorvidos pela máquina nacional do PT. Ao serem nacionalizados, eles perderam a urgência e a insurgência fundamentais para lidar com questões locais. Similarmente, as associações de moradores das periferias urbanas – que tiveram grande participação nas inovações dos anos 1970 e 1980 – também tiveram pouca presença nas manifestações recentes, embora muitas delas tenham mantido uma atuação efetiva em nível local. Nesse sentido, comparativamente, os cenários de política insurgente do novo século parecem escassos, sobretudo no caso do Brasil. Uma iniciativa básica para planejadores urbanos insurgentes é distinguir, nesse contexto, o que chamei de insurgente dos protestos dos movimentos metropolitanos contemporâneos e ajudar a criar processos políticos alternativos.

Certamente, entre as mais promissoras inovações das revoltas urbanas recentes, estão aquelas que tentam criar novas condições para a democracia direta por meio das assembleias gerais e do uso das mídias sociais digitais para convocá-las e até para gerenciá-las. O que é especialmente promissor, a meu ver, é a possibilidade de

¹¹ Entre as correntes de pensamento sobre a cidade como bem comum, é preciso mencionar Hardt e Negri (2009) e Harvey (2012). Como este último argumenta (2012, p. 78, tradução do autor), “[...] o direito a esse bem comum [isto é, a metrópole] precisa certamente ser acordado por todos aqueles que tomam parte em sua produção”.

criar formas associativas em que seja possível ingressar por meio de “adesões digitais”. Encerro este artigo com uma observação sobre esse potencial. Um problema-chave a ser investigado pelo planejamento urbano insurgente é se o método digital do urbanismo (*Web 2.0*) pode engajar os fluxos de armazenamento de dados da cidade aberta (*Web 1.0*) para produzir uma nova retórica da vida política. Por retórica, refiro-me ao sentido clássico ateniense de meio para transformar cidadãos comuns (*idiotai*) em cidadãos públicos e politizados – um *idiotai* sendo alguém absorvido pela vida privada, em contraste com o cidadão, que encontra autorrealização na vida da cidade. Contudo, também é preciso perguntar se esses meios digitais são mera conveniência, algo como algum aparelho elétrico que torna a tarefa de cortar grandes quantidades de cebola muito mais fácil. Eles constituem uma nova retórica política ou são um novo meio de autoabsorção, uma nova forma de “autocentrismo”, uma nova “idiotice”?

Além disso, para construir uma retórica que converta interesses privados ou pessoais em interesses públicos, os planejadores insurgentes devem considerar em que medida o desenvolvimento colaborativo (*crowdsourcing*) da democracia direta gera não apenas multidões temporárias, amorfas e festivas, mas também associações, instituições e organismos públicos capazes de sustentar uma sociedade – no sentido de afiliação – e, portanto, de definir uma cidadania. Em outras palavras, uma retórica que crie um *demos* digital (como numa *demokratia*), em vez de uma *hoi polloi* digital (uma plebe). Não quero dizer que multidões amotinadas não sejam importantes para a vida pública e para a cidadania. Todavia, sem a formação de um *demos* digital mais coeso, as *hoi pollois* digitais não são, em geral, suficientemente motivadas a fazer coisas em conjunto a fim de sustentar o desenvolvimento e a realização de projetos.

Assim, os levantes digitalmente mobilizados de 2009-2014 põem o projeto político utópico da mídia social digital em consideração. Esse projeto viabilizará, de fato, assembleias entre cidadãos que estão cansados da política representativa? As plataformas de *software* e os aplicativos de celulares gerarão recursos digitais para organizar solidariedades horizontais e para facilitar novas formas democráticas de argumentação e decisão? Eles vão possibilitar, em outras palavras, uma democracia direta em uma sociedade de massa, produzindo novas formas e agendas de conselho da cidade? Essa é uma possibilidade atraente, anteriormente considerada inatingível, dada a escala das cidades e sociedades contemporâneas. As recentes revoltas sugerem, por um lado, que as novas formas de cidadania insurgente são, realmente, eficazes na mobilização de massa e na definição de temáticas, algo que uma democracia direta em escala urbana requereria. Por outro, elas também demonstram as limitações da atual safra de aplicativos sociais, os quais são usados para formar assembleias ao redor de temas específicos, mas não para estruturar a própria deliberação democrática.

Essas são, com efeito, perguntas que incitam o desenvolvimento de cidadanias urbanas insurgentes e o planejamento insurgente a elas associado. Conquanto os levantes urbanos contemporâneos ainda não tenham desenvolvido formas digitais de deliberação capazes de promover melhores argumentos democráticos, eles, ao menos, apontam para alguns dos problemas que devem ser investigados.

James Holston é graduado em Filosofia pela *Yale University*; mestre em Antropologia pela *New School for Social Research*; doutor em Antropologia pela *Yale University*; professor no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia em Berkeley, EUA.
E-mail: jholston@berkeley.edu

Artigo recebido em 29 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

BIBLIOGRAFIA

- APPADURAI, A. Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics. *Public Culture*, v. 14, n. 1, p. 21-47, 2002. <http://dx.doi.org/10.1215/08992363-14-1-21>
- ARENDT, H. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- _____. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt, 1968 [1951].
- BALIBAR, É. Uprisings in the Banlieues. *Constellations*, v. 14, n. 1, p. 47-71, mar. 2007. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8675.2007.00422.x>
- BAVISKAR, A. Between violence and desire: space, power, and identity in the making of metropolitan Delhi. *International Social Science Journal*, v. 55, n. 175, p. 89-98, 2003.
- BHAN, G. The impoverishment of poverty: reflections on urban citizenship and inequality in contemporary Delhi. *Environment and Urbanization*, v. 26, n. 2, p. 1-14, out. 2014. <http://dx.doi.org/10.1177/0956247814542391>
- CALDEIRA, T. São Paulo: the city and its protests. *Kafila*, 5 jul. 2013, n.p. Disponível em: <<http://kafila.org/2013/07/05/sao-paulo-the-city-and-its-protests-teresa-caldeira/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- _____. Social movements, cultural production, and protests: São Paulo's shifting political landscape. *Current Anthropology*, v. 56, n. S11, p. S126-S136, out. 2015. <http://dx.doi.org/10.1086/681927>
- CASTELLS, M. *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- CHARNOCK, G.; PURCELL, T.; RIBERA-FUMAZ, R. ¡Indígnate!: the 2011 popular protests and the limits to democracy in Spain. *Capital & Class*, v. 36, n. 1, p. 3-11, fev. 2012. <http://dx.doi.org/10.1177/0309816811431937>
- DESAI, R.; SANYAL, R. *Urbanizing Citizenship: Contested Spaces in Indian Cities*. New Delhi: Sage Publications India, 2012.
- EL-KAZAZ, S. It is about the park: a struggle for Turkey's cities. *Jadaliyya*, 16 jun. 2013, n.p. Disponível em: <http://www.jadaliyya.com/pages/index/12259/it-is-about-the-park_a-struggle-for-turkey%E2%80%99s-cities>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- GLADWELL, M. Small change: why the revolution will not be tweeted. *New Yorker*, 4 out. 2010. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- GRAEBER, D. The new anarchists. *New Left Review*, n. 13, p. 61-73, jan./fev. 2002.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, p. 23-40, set./out. 2008.
- _____. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London: Verso, 2012.
- HOLSTON, J. Urban citizenship and globalization. In: SCOTT, A. J. (Ed.). *Global City-Regions*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 325-348.
- _____. *Insurgent Citizenship: Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- _____. *Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. Come to the street: urban protest, Brazil 2013. *Anthropological Quarterly*, v. 87, n. 3, p. 889-902, 2014. <http://dx.doi.org/10.1353/anq.2014.0047>
- HUGHES, N. 'Young people took to the streets and all of a sudden all of the political parties got old': the 15M movement in Spain. *Social Movement Studies*, v. 10, n. 4, p. 407-413, nov. 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/14742837.2011.614109>
- KUYUCU, T.; ÜNSAL, Ö. 'Urban transformation' as state-led property transfer: an analysis

- of two cases of urban renewal in Istanbul. *Urban Studies*, v. 47, n. 7, p. 1479-1499, jun. 2010. <http://dx.doi.org/10.1177/0042098009353629>
- LAZAR, S. *El Alto, Rebel City: Self and Citizenship in Andean Bolivia*. Durham: Duke University Press, 2008.
- LEFEBVRE, H. The Right to the City. In: KOFMAN, E.; LEBAS, E. (Ed). *Writings on Cities*. Malden: Blackwell, 1996 [1967]. p. 63-181.
- MOROZOV, E. *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. New York: Public Affairs, 2011.
- PANAYOTAKIS, C. Reflections on the Greek uprising. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 20, n. 2, p. 97-101, jul. 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/10455750902941110>
- RAZSA, M.; KURNIK, A. The Occupy Movement in Zizek's hometown: direct democracy and a politics of becoming. *American Ethnologist*, v. 39, n. 2, p. 238-258, maio 2012. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-1425.2012.01361.x>
- SCHNEIDER MANSILLA, I.; CONTI, R. *Piqueteros, una Mirada Histórica*. Buenos Aires: Australis, 2003.
- SHIRKY, C. *Here Comes Everybody: The Power of Organizing without Organizations*. New York: Penguin, 2008.
- SPRUYT, H. *The Sovereign State and Its Competitors: An Analysis of Systems Change*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- TAYLOR, A. et al. (Ed.). *Occupy! Scenes from Occupied America*. London: Verso, 2011.
- TUFEKÇI, Z. Capabilities of movements and affordances of digital media: paradoxes of empowerment. *dmlcentral*, 9 jan. 2014, n. p. Disponível em: <<http://dmlcentral.net/capabilities-of-movements-and-affordances-of-digital-media-paradoxes-of-empowerment/>>. Acesso em: 8 fev. 2015.
- TUGAL, C. Occupy Gezi: the limits of Turkey's neoliberal success. *Jadaliyya*, 4 jun. 2013, n. p. Disponível em: <http://www.syria.jadaliyya.com/pages/index/12009/occupy-gezi_the-limits-of-turkey%E2%80%99s-neoliberal-succ>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- _____. "Resistance everywhere": the Gezi revolt in global perspective. *New Perspectives on Turkey*, v. 49, p. 157-172, 2013. Disponível em: <<http://sociology.berkeley.edu/sites/default/files/faculty/tugal/Cihan%20Tugal,%20NPT-Gezi%20Revolt.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- ZUCKERMAN, E. New media, new civics? *Policy & Internet*, v. 6, n. 2, p. 151-168, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1002/1944-2866.poi360>

AMBIVALÊNCIAS DE PRÁTICAS ESPACIAIS AUTO-ORGANIZADAS EM DISPUTAS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

AMBIVALENCES OF SELF-ORGANIZED SPATIAL PRACTICES WITH IN DISPUTES FOR DEMOCRATIZING THE PRODUCTION OF SPACE

LÍGIA MILAGRES

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

R E S U M O : Este artigo tem por objetivo discutir as ambivalências de práticas espaciais auto-organizadas em situações de disputa pela democratização da produção do espaço urbano. Tendo em vista o papel dessas práticas na construção de uma democracia urbana radical, o texto analisa o processo de decisão sobre o espaço do antigo aeroporto Tempelhof (Berlim). São postos em relevo, para esse caso, alguns aspectos do conflito entre práticas auto-organizadas e planejamento institucional no contexto neoliberal. Conclui-se que, apesar dos entraves, essas práticas contribuem para ampliar as condições de discussão, decisão e ação coletiva de moradores urbanos. A análise desse tipo de conflito pode informar a crítica do planejamento urbano, assim como a imaginação de processos e instrumentos que facilitem a expansão do campo de ação dos moradores urbanos.

P A L A V R A S - C H A V E : planejamento urbano; auto-organização; processos de decisão; democracia radical; espaço cotidiano.

A B S T R A C T : *The paper aims to discuss the ambivalences of self-organized spatial practices involved in disputes for democratizing the production of space. Considering the role of these practices in the construction of radical urban democracy, the paper critically analyses the decision making process regarding the space of the former Tempelhof airport (Berlin). The paper highlights a number of aspects concerning the conflict between self-organized spatial practices and institutional urban planning in the neoliberal context. We conclude that, despite the limitations, such practices contribute towards broadening the conditions of collective discussion, decision and action on the part of urban dwellers. An analysis of this kind of conflict may provide information for criticism of urban planning, as well as for imagination in processes and tools that contribute to expanding the field of action for urban dwellers.*

K E Y W O R D S : *urban planning; self-organization; decision-making processes; radical democracy; everyday space.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão sobre as implicações políticas de práticas espaciais insurgentes antagônicas ao capitalismo e ao Estado neoliberal vem crescendo, especialmente com a análise crítica de movimentos que tiveram visibilidade global, como o *Occupy*, em Nova York, e os protestos que se espalharam pela Turquia a partir da resistência em torno do parque *Taksim Gezi*, em Stambul. Diferentes autores discutem esses movimentos como expressões de um processo de transformação no modo de se produzir cidades. David Harvey (2012, p. 119, tradução da autora) aponta para o desafio de se entender a política e o potencial transformador desses “movimentos de oposição difusa que carecem de coerência política geral”. Já Mark Purcell (2013) argumenta que eventos como o de Istambul são movidos por um desejo de liberdade e de responsabilidade sobre as questões urbanas coletivas, contribuindo para disseminar a prática e a construção da democracia nas cidades. Na motivação de movimentos como esses, há o descontentamento de diversos grupos sociais frente às condições de poder de decisão sobre a produção do espaço, que reflete a concentração de poder político e econômico em cidades do mundo inteiro.

Se se observa o cotidiano de qualquer grande cidade, pondo em relevo mobilizações de menor visibilidade e menor escala, é possível identificar coletividades que buscam ampliar seu poder de decisão por meio da auto-organização e de práticas que partem do questionamento das condições de decisão sobre um determinado espaço ou porção urbana. A auto-organização sócio-espacial¹ pode estar presente em diferentes práticas espaciais, como na ocupação de uma área abandonada para uso coletivo, na autoprodução de infraestruturas urbanas ou na resistência ao planejamento institucional por meio da elaboração de contrapropostas.

Como parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, este artigo discute as ambivalências de práticas espaciais desenvolvidas por moradores urbanos sem a presença de uma instituição ou de um especialista na coordenação do processo.² Tais práticas questionam a produção hegemônica do espaço, exercendo pressão para que se amplie o poder de decisão popular sobre certas áreas urbanas. Nesse sentido, elas se diferenciam de outras práticas que, apesar de também serem auto-organizadas, têm como foco a manutenção das condições privilegiadas por parte de certos grupos sociais e caracterizam-se pela organização coletiva voltada para a defesa de interesses privados.

O argumento deste artigo é o de que certas práticas espaciais auto-organizadas, assim como movimentos de maior amplitude, são motivadas por um “desejo de democracia” (PURCELL, 2013, tradução da autora) e são agentes importantes no processo de construção de cidades radicalmente democráticas. São aqui analisadas práticas auto-organizadas por diferentes grupos de moradores urbanos no processo de decisão sobre o uso do espaço do antigo aeroporto Tempelhof, em Berlim. Para tanto, são apresentados alguns pressupostos antes do caso empírico.

Entende-se aqui que a construção de cidades radicalmente democráticas depende da ampliação do poder de discussão e de decisão sobre os espaços urbanos, bem como de sua alteração material de forma coletiva e autodeterminada ao longo do tempo. A possibilidade de autodeterminar coletivamente o espaço cotidiano urbano está no centro da noção de autogestão (*autogestion*), desenvolvida por Lefebvre (2009). Para o autor, a autogestão é uma prática que implica o fortalecimento dos laços associativos em todos os aspectos da vida social – no trabalho, em unidades territoriais,

¹ O uso desse termo segue a proposta de Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 16, 17), para o qual o termo com o hífen – diferentemente de “socioespacial” – explicita uma abordagem equivalente tanto do social quanto do espacial, não reduzindo o “social” a um termo que apenas qualifica a abordagem do espaço. Neste artigo, auto-organização sócio-espacial diz respeito tanto ao processo de auto-organização quanto às práticas espaciais desdobradas no contexto desse mesmo processo.

² O artigo foi escrito durante o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, portanto, a contextualização da discussão aqui apresentada, o seu aprofundamento, assim como a descrição completa do caso do Tempelhof estão presentes na tese, cujo foco são os processos de auto-organização sócio-espacial e as práticas espaciais que lhes são intrínsecas. A pesquisa, intitulada *Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão*, foi realizada sob orientação da professora Dr.^a Ana Paula Baltazar dos Santos e defendida, em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Parte da investigação foi desenvolvida em Berlim, no departamento de Sociologia Urbana e Regional (*Stadt- und Regionalsoziologie*) da *Humboldt Universität zu Berlin*, com financiamento da Capes.

em cidades ou regiões –, partindo de grupos que têm por objetivo “dominar as suas próprias condições de existência” (LEFEBVRE, 2009, p. 135, tradução da autora). Trata-se do exercício de um “contrapoder” e de uma luta prática, marcada por falhas e retrocessos. Essa abordagem considera a autogestão como um processo ou movimento contínuo, e não como uma “operação técnica”, um modelo administrativo a ser implementado, nem como uma “fórmula mágica” a ser aplicada. Tal como a democracia, a autogestão “nunca é uma **condição**, mas uma luta” que evidencia as contradições da organização política vigente (LEFEBVRE, 1976; 2009, p. 135, tradução da autora).

O princípio da autonomia coletiva é um dos elementos importantes para essa discussão. Ele implica uma organização social autodeterminada que garanta condições iguais de participação nos processos de decisão a diferentes indivíduos e grupos (SOUZA, 2006a). Em outras palavras, trata-se de um princípio que pressupõe “a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço” (KAPP *et al.*, 2012). As práticas espaciais auto-organizadas, presentes em disputas pela democratização da produção de um determinado espaço, desenvolvem uma relação conflituosa com as práticas do planejamento urbano institucional. Esse conflito evidencia a assimetria de poder existente entre os moradores urbanos – especialmente aqueles com pouco poder político e econômico – e os agentes que podem decidir, oficialmente, questões que são de interesse coletivo. Por sua vez, tal assimetria de poder é apontada por Souza (2010) como característica da produção do espaço em uma sociedade estruturada pela combinação entre capitalismo e democracia representativa, além de ser um dos elementos centrais para a manutenção das desigualdades econômicas e políticas.

A abordagem do conflito aqui mencionado – entre práticas espaciais auto-organizadas e planejamento institucional – não tem por objetivo dicotomizar as duas lógicas, mas discutir a relação entre diferentes formas de produção espacial e suas contradições. Para essa abordagem, a perspectiva *estadocrítica*, defendida por Souza (2012) no contexto de sua discussão sobre a relação dos movimentos sociais urbanos com o Estado, é uma ferramenta útil para a reflexão crítica da relação entre as práticas mencionadas em uma situação específica de disputa. A perspectiva estadocrítica considera a dialética entre “estrutura e conjuntura, estratégia e tática, curto prazo e longo prazo”, tendo em vista as possibilidades de atuação dos movimentos **junto do Estado, apesar do Estado e contra o Estado**, sem que esses movimentos abandonem a crítica à heteronomia intrínseca a seu aparato (SOUZA, 2006b; 2012, p. 17).

A descrição e o exame crítico do caso do Tempelhof têm como base uma pesquisa de campo, com observação direta e entrevistas com integrantes dos grupos auto-organizados que atuaram no processo, um levantamento bibliográfico e uma análise dos estudos realizados por outros pesquisadores. A exploração desse caso evidencia aspectos ambivalentes das práticas espaciais auto-organizadas ao longo do processo de decisão e da sua relação com o planejamento institucional. Já a análise crítica oferece elementos relevantes para uma discussão das possibilidades, das ambivalências e dos desafios do papel dessas práticas no processo de democratização radical da produção do espaço. Busca-se compreender até que ponto tais práticas são capazes de criar e sustentar arranjos alternativos que ampliem as condições de atuação coletiva dos moradores urbanos na produção do espaço.

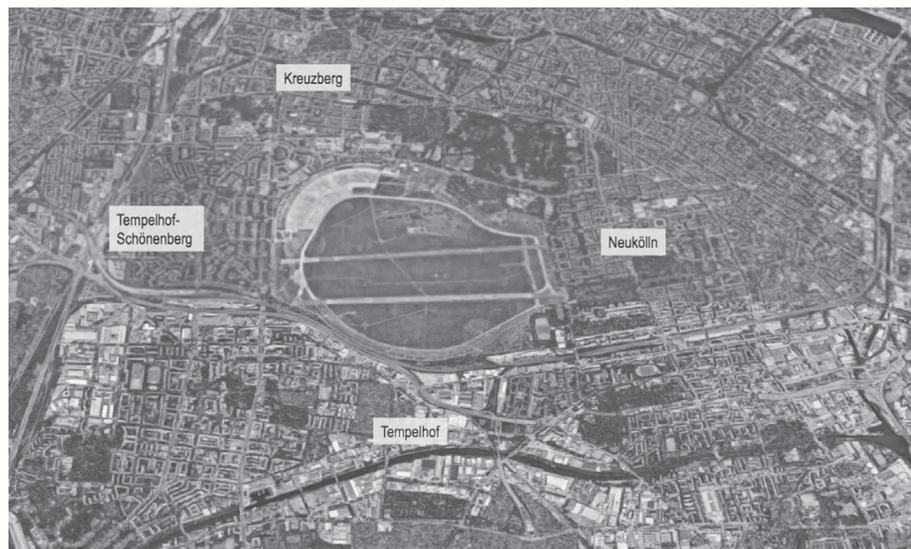
PRÁTICAS ESPACIAIS AUTO-ORGANIZADAS NO PROCESSO DE DECISÃO SOBRE O CAMPO DO TEMPELHOF

3 *Tempelhofer Feld* (campo do Tempelhof) é o modo como o espaço livre do aeroporto é chamado em Berlim.

Relativamente noticiado, o caso do *Tempelhofer Feld*³ ficou conhecido como aquele em que a população de Berlim votou, em um referendo, contra os planos de construção da administração pública no espaço do antigo aeroporto Tempelhof e em favor da sua preservação como espaço livre de uso público. O exame aproximado desse caso mostra um processo pouco linear, caracterizado pelo conflito entre práticas espaciais auto-organizadas (propostas por moradores urbanos) e práticas do planejamento institucional (propostas pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano do Senado – *Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt*). Esse conflito acontece tanto de forma explícita quanto tácita, evidenciando duas lógicas diferentes de desenvolvimento urbano: uma delas tem como centro demandas e propostas coletivas de diferentes grupos de moradores; a outra é voltada para os interesses de grupos dominantes e para a manutenção da valorização fundiária e imobiliária. Não se trata, aqui, de dicotomizar uma coisa e outra, mas de analisar uma situação que é repleta de zonas cinzentas e de contradições, cuja compreensão é relevante para discutir as ambivalências e os desafios presentes em processos de auto-organização e suas práticas espaciais.⁴

4 Como a discussão deste artigo enfoca as práticas auto-organizadas e seus pontos de contato com o planejamento urbano, a dimensão institucional da política urbana de Berlim não é abordada em profundidade, ainda que algumas de suas características sejam mencionadas quando diretamente relacionadas ao caso examinado.

Figura 1: Vista aérea do campo do Tempelhof. À direita, encontra-se o distrito de Neukölln, onde se iniciou a mobilização contra o desenvolvimento do espaço



Fonte: *Google Maps* e arquivo pessoal da autora, 2015.

Localizado próximo ao centro de Berlim, entre os distritos de Kreuzberg, Neukölln e Tempelhof, o espaço livre tem aproximadamente 4 milhões de metros quadrados, o qual já era objeto de disputa antes mesmo da decisão do encerramento das atividades do aeroporto em 2008. Em 2010, o espaço foi reaberto como parque público, e, desde então, é intensamente utilizado pelos moradores da cidade para atividades esportivas e também para outros tipos de lazer e ócio.

A disputa pelo espaço do Tempelhof acontece em meio a uma “nova onda de disputas na política urbana” e de resistência popular contra processos de renovação urbana em distritos centrais de Berlim, como Friedrichshain, Kreuzberg e Neukölln (HOLM; KUHN, 2011, tradução da autora). Trata-se de uma resistência contra um conjunto de problemas, como a atuação de investidores da indústria da construção na capitalização dos espaços remanescentes nesses distritos centrais e o enfraquecimento das políticas públicas de habitação social, com o subsequente aumento dos aluguéis e a gentrificação de vizinhanças inteiras. Nesse contexto, práticas auto-organizadas, como protestos e apropriações coletivas de espaços, questionam políticas urbanas neoliberais e processos de valorização de vizinhanças econômica e politicamente vulneráveis. Esses processos, que se iniciam depois da queda do muro de Berlim em 1989, são intensificados nos anos 1990 e 2000, quando a cidade privatiza mais da metade do seu estoque público habitacional e passa a ser foco de investimento imobiliário internacional (HOLM, 2013; LEBUHN, 2015).

Como apontam alguns autores, as dinâmicas dos movimentos urbanos e dos procedimentos participativos institucionais são historicamente entrelaçadas em Berlim. De acordo com Lebuhn (2015, p. 3, tradução da autora), “[...] muitos dos instrumentos participativos que podemos identificar hoje foram desenvolvidos ao longo dos anos 1990 e 2000. Mas suas raízes estão nas lutas urbanas da nova esquerda durante os anos 1960 e 1970 (MAYER, 2010)”. Ao mesmo tempo que os ativismos e movimentos sociais urbanos têm uma relevância histórica no desenvolvimento da cidade e de suas políticas urbanas – como é o caso do movimento *squatter* nos anos 1970 e 1980 –, eles enfrentam o risco de anulamento por meio da burocratização e formalização por parte do Estado. A partir dos anos 1980, já no contexto de reestruturação neoliberal, eles passam a lidar com o risco da assimilação conveniente de suas práticas vicinais de ajuda mútua (KATZ; MAYER, 1985). Atualmente, os ativismos e movimentos de Berlim se deparam com o risco de “serem cooptados ou discursivamente mobilizados como uma adição colorida à imagem comercializada de ‘cidade criativa’” (NOVY; COLOMB, 2013, p. 183, tradução da autora).

Nesse sentido, a imbricação entre movimentos sociais e práticas de planejamento institucional não implica necessariamente um maior poder de decisão e de ação dos moradores urbanos na produção do espaço. Mesmo num contexto de planejamento mais sólido e de relações instituídas entre administração pública e sociedade civil, as práticas espaciais institucionais se estruturam a partir da relação entre interesse econômico e poder político, fazendo com que interesses privados prevaleçam sobre interesses coletivos, o que provoca, por conseguinte, a atuação questionadora de diferentes grupos de moradores.

O caso do campo do Tempelhof evidencia os pontos de contato e as divergências entre lógicas distintas de produção espacial. Com o objetivo de discutir o potencial político, os desafios e as ambivalências do processo de decisão e das práticas auto-organizadas, são postos em relevo, na análise a seguir, três momentos: a mobilização

pela abertura do campo do Tempelhof (2008); a abertura do parque e o processo de planejamento combinado com usos temporários (2010-2011); a contraproposta da iniciativa Tempelhofer Feld 100% e a produção coletiva dos jardins comunitários ao longo do tempo (2011-2016).

A MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES PELA ABERTURA DO CAMPO DO TEMPELHOF (2008)

A discussão sobre os planos de construção e de uso do campo do Tempelhof, que já acontecia há alguns anos por parte do Departamento de Desenvolvimento Urbano, intensifica-se com o seu fechamento em 2008. As possibilidades de desenvolvimento da área são vistas como oportunidades para atrair investidores e propiciar atividades lucrativas no contexto da indústria imobiliária (ROSKAMM, 2014). Antes mesmo do fechamento, já eram discutidos planos para a criação de “milhares de novas moradias e escritórios” na área por meio da construção de novos quarteirões nas bordas do campo e da reestruturação das vizinhanças imediatas (SENATSVVERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG UND UMWELT, 2008, tradução da autora). Uma das áreas afetadas por esses planos é a Schillerkiez⁵, vizinhança economicamente vulnerável e politicamente organizada contra processos de valorização imobiliária e fundiária.

Em paralelo aos planos oficiais, surgem iniciativas que questionam radicalmente essas propostas de construção. A iniciativa *Tempelhof für Alle* (Tempelhof para Todos), voltada para combater o processo de gentrificação na Schillerkiez, defende o uso público e não comercial da área. Uma outra frente, a *Squat Tempelhof* (Ocupação Tempelhof), inicia uma campanha convidando toda a população de Berlim para uma ocupação em massa da área, em junho de 2009. Fazendo referência à cultura de ocupação de espaços vagos em Berlim, a chamada no *website* e nos panfletos traz como título a pergunta: “Você já ocupou um aeroporto?”. O texto afirma que os moradores querem decidir, por eles mesmos, o novo uso do espaço e que eles têm diversas ideias de uso não comercial, as quais refletem as necessidades da comunidade local.⁶ No dia da ocupação, centenas de moradores se reúnem no entorno do aeroporto para festejar, bloquear ruas e derrubar as grades. Apesar da tentativa ser reprimida fortemente pela polícia, em uma operação com cerca de mil policiais, a mobilização contribuiu para ampliar o debate sobre possíveis usos públicos do espaço sob o controle popular. Pode-se dizer que o interesse da população, evidenciado na ação de diferentes grupos, influencia diretamente os momentos subsequentes do processo, inclusive as estratégias de planejamento institucional que são adotadas pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano.

Em meio ao debate sobre planos oficiais de abertura do espaço e de construção em suas bordas, em outubro de 2009, o jornal crítico *Die Tageszeitung* (TAZ) publica uma proposta provocativa, sugerindo usar o espaço do Tempelhof como um experimento de democracia direta (ASMUTH, 2009). A provocação se dirige exatamente ao modo como a participação popular vinha sendo promovida pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano, que era, em grande medida, consultiva e permitia apenas os usos temporários selecionados pela administração pública – como será explicado mais adiante. A matéria publicada defende, no lugar desse processo burocrático, a tomada de decisão direta e coletiva da população sobre o espaço. A crítica é direcio-

5 Schillerkiez é a vizinhança em torno da Schillerpromenade, rua localizada no distrito de Neukölln. O termo *Kiez* se refere à porção urbana reconhecida pelos moradores como sua vizinhança.

6 O convite para a ocupação do Tempelhof em 2009 está disponível em: <http://tempelhof.blogspot.de/images/flyer_rck_en.jpg>. Acesso em: 15 abr. 2016; e um vídeo mostrando alguns dos momentos da tentativa de ocupação e da violência da repressão policial pode ser visto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v-4SEp4X8cl>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

nada especificamente à propaganda institucional de Berlim como “a capital da participação”, apontando que, no final das contas, quem decide sobre a implementação ou não de certas ideias propostas pela população é a própria administração pública (ASMUTH, 2009, tradução da autora).

Figura 2: Mobilização para ocupar o aeroporto



Fonte: Trecho do vídeo *Aktion: Squat Tempelhof Airport*, 2009 (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v-4SEp4X8cI>>. Acesso em: 15 abr. 2016).

Figura 3: Proposta do jornal TAZ



Fonte: Metrozones (Disponível em: <<https://www.metrozones.info/metrozones-saloon-4-recht-aufs-tempelhofer-feld/>>. Acesso em: 2 set. 2016).

A proposta do jornal apresenta uma solução para lidar com as dimensões quase inconcebíveis da área: *Ein Quadratmeter Tempelhof für Jeden* (um metro quadrado do Tempelhof para Todos), isto é, distribuir os metros quadrados do espaço em desuso (por volta de 3,5 milhões m²) entre os moradores de Berlim (aproximadamente de

3,5 milhões de habitantes). Cada morador teria, assim, um metro quadrado, fato que demandaria uma organização coletiva das propostas, já que pouca coisa se pode fazer com apenas um metro quadrado. Um campo de futebol, por exemplo, com 7.500 metros quadrados, envolveria necessariamente 7.500 moradores negociando suas porções espaciais. A proposta ainda sugere o uso de instrumentos de democracia direta eletrônica, como um *website* contendo a vista aérea do aeroporto para que as pessoas possam escolher a localização do seu metro quadrado e conquistar adeptos para suas propostas. Segundo o autor da provocação, o processo se autorregularia como em uma *Wikipedia* (ASMUTH, 2009).

Essa proposta foi criticada por autores como Roskamm (2014), que aponta um suposto tom neoliberal na tentativa de se discutir a questão por meio da noção de propriedade privada. Apesar da possibilidade dessa interpretação controversa, pode-se dizer que a provocação contribui para animar o debate e oferece elementos para imaginar como poderia ser, concretamente, uma produção coletiva e negociada do espaço ao longo do tempo. Além disso, a proposta apresenta um instrumento curioso de democracia direta para a apropriação de uma grande área por um número grande de pessoas: uma única regra (o tamanho reduzido da área de cada morador) impediria a apropriação individual do espaço e, ao mesmo tempo, propiciaria a negociação do espaço, ampliando as possibilidades de propostas coletivas, sem predeterminá-las.

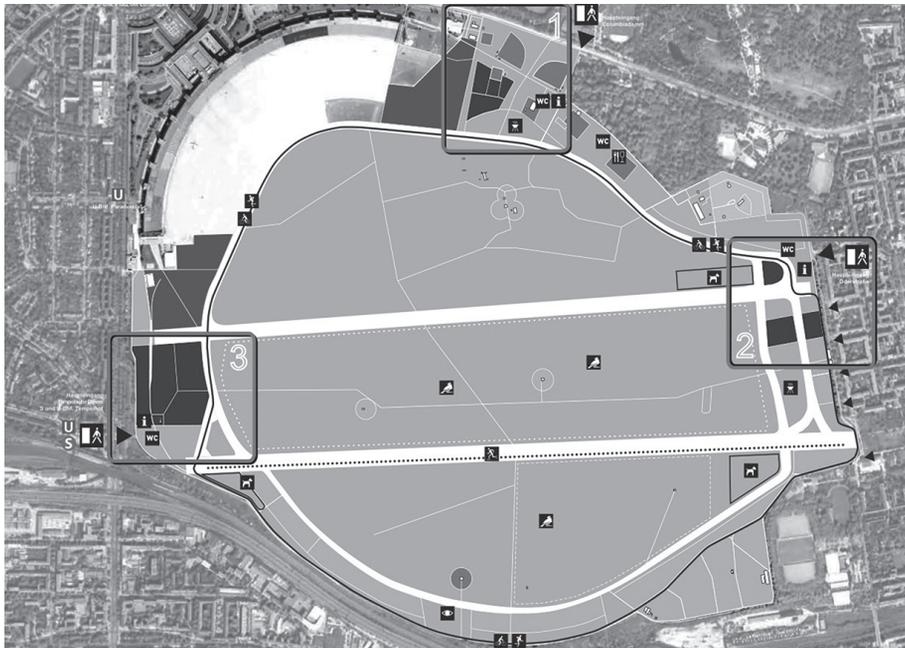
A ABERTURA DO PARQUE E O PROCESSO DE PLANEJAMENTO COMBINADO COM USOS TEMPORÁRIOS (2010-2011)

Diante da pressão popular, em maio de 2010, o Departamento de Desenvolvimento Urbano decide abrir o espaço como um parque, no âmbito da proposta *Tempelhofer Freiheit*. A infraestrutura do parque é mínima, contando com alguns banheiros, placas de localização, pontos de informação e alguns pontos de venda de comida e bebida. De um modo geral, o espaço é mantido exatamente como um aeroporto. Segundo Roskamm (2014), é justamente o fato de o parque ser “um aeroporto sem aviões” que atrai milhares de pessoas de todas as partes da cidade. O vento e as pistas asfaltadas propiciam uma gama de atividades que não são possíveis em outros espaços de uso público. Ainda que exista a delimitação de áreas designadas para certas atividades, como para fazer churrasco ou soltar cachorros, o espaço se caracteriza especialmente pela indeterminação de uso devido à inexistência de um desenho de parque – com caminhos, bancos, iluminação estratégica e canteiros. O dia da abertura é marcado por diversos protestos – todos controlados pela polícia – de grupos anticapitalistas e contra o aumento de aluguéis nas adjacências do aeroporto (BERGT, 2010).

Como parte do plano de desenvolvimento do espaço a longo prazo, ainda em 2010, o Departamento de Desenvolvimento Urbano abre uma chamada para que diferentes grupos da sociedade proponham usos pioneiros e temporários do campo (*Zwischen- und Pioniernutzer*). O texto da chamada assume que essa estratégia de planejamento tem como referência a cultura de uso temporário e espontâneo de áreas vazias pela população de Berlim. Essa narrativa busca evidenciar a predisposição da administração pública em estabelecer uma cooperação entre planejamento institucional e demandas propostas pelos moradores (TEMPELHOF PROJEKT, 2010). Como resposta, diversos grupos se organizam, e de 138 propostas, 19 são selecionadas para ocupar três

espaços nas bordas do campo – *Neuköllner Nachbarschaften* (vizinhança de Neukölln), *Kombinierte Sport- und Kulturnutzung* (uso combinado de esporte e cultura) e *Wissenschaft Kultur* (estudos culturais), sendo que nem todas são implementadas. Entre as principais propostas implementadas, estão os jardins comunitários localizados na borda destinada às atividades da vizinhança de Neukölln, que constituem uma das práticas analisadas nesse caso: o conjunto formado pelos jardins *Allmende-Kontor*, *Stadtteigarten Schillerkiez* e *Rübezahlgarten*, produzidos coletivamente por grupos de moradores da Schillerkiez e por ativistas ligados ao plantio urbano comunitário. Existem, atualmente, outros 14 projetos pioneiros no campo, entre eles, um minicampo de golfe e uma oficina de bicicletas, conduzidos também por organizações registradas e sem fins lucrativos.

Figura 4: As três áreas reservadas para os usos pioneiros



Fonte: *Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt* (2010).

A permissão inicial para a atividade de plantio comunitário seria de seis anos, mas, antes mesmo da instalação dos jardins, a permissão foi reduzida para três anos. Como os grupos não têm autorização para plantar diretamente no solo – tanto pelo caráter temporário da permissão quanto por um suposto risco de contaminação do solo –, os jardins são plantados em jardineiras suspensas. Além das jardineiras, são construídos espaços de estar, com mesas, bancos e estruturas de madeira em cada núcleo de plantio. Essa área passa a ser utilizada intensamente pela população que visita o parque diariamente, sobretudo nos fins de semana. É interessante observar que a primeira impressão que se tem ao visitar esse espaço é a de que os jardins comunitários são fruto de uma ocupação totalmente espontânea. Mas essa impressão é ligeiramente distorcida por placas oficiais da administração pública que, de certa maneira, explicitam que se trata de um espaço concedido e controlado por ela.

Figura 5: Os jardins comunitários no *Tempelhofer Feld*



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2015.

Enquanto os usos pioneiros se consolidam, o Departamento de Desenvolvimento Urbano passa a trabalhar com a proposta vencedora de um dos concursos realizados: um *masterplan*, com construções nas bordas do campo e um parque no centro – nos 230 hectares restantes –, envolvendo um investimento público consideravelmente alto e a participação de investidores privados. O plano prevê, além das 4.700 unidades de moradia e escritório, uma biblioteca nacional, a reestruturação das vizinhanças para conectá-las aos novos quarteirões que serão construídos, uma estação de metrô, passarela de pedestre etc. A proposta, curiosamente, desconsidera os usos pioneiros, prevendo novas construções em suas áreas, o que é endossado pela administração pública em um dos documentos de apresentação do plano: “no presente, o campo do Tempelhof abriga 13 projetos nos terrenos pioneiros, cobrindo uma área de 12 a 19 hectares que são designados para construções futuras, permitindo apenas o seu uso limitado” (SENATSV ERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG UND

UMWELT, 2012, tradução da autora). A área ocupada pelos jardins é igualmente ignorada pelo plano, que propõe, além dos blocos de apartamentos na borda onde se localizam, um enorme monumento de pedra, como mostra a Figura 6. As novas construções são representadas de modo quase transparente, disfarçando o seu real impacto no campo.

Figura 6: Trecho do plano vencedor do concurso



Fonte: *Senatsverwaltung für Stadtentwicklung und Umwelt* (2012).

Pode-se dizer que, nesse momento, o conflito entre práticas auto-organizadas e planejamento institucional, que até então acontecia de forma relativamente controlada, fica evidente, provocando uma nova onda de mobilizações contra as práticas de planejamento da administração pública.

A CONTRAPROPOSTA DA INICIATIVA *TEMPELHOFFER FELD 100%* (THF 100%) E A PRODUÇÃO COLETIVA DOS JARDINS COMUNITÁRIOS AO LONGO DO TEMPO (2011-2016)

Duas frentes podem ser destacadas em função da repercussão direta delas na produção do espaço do Tempelhof: uma é a iniciativa *Tempelhofer Feld 100%*, que elabora uma contraproposta ao plano da administração pública por meio de um referendo; e a outra é a produção e permanência dos jardins comunitários para além do limite de tempo concedido no contexto dos usos pioneiros e temporários.

A iniciativa THF 100% é fundada na vizinhança Schillerkiez em 2011, na esteira das iniciativas já mencionadas. Diante da notícia sobre os planos de construção e com o apoio de moradores de outra parte da cidade, a iniciativa amplia a sua campanha para a realização de um referendo. Questionando o plano de construção e a falta de poder de decisão dos moradores, é elaborada uma contraproposta por meio de uma lei que define a preservação total do campo, a manutenção do seu uso público e a possibilidade de projetos comunitários. O objetivo dessa lei é impedir qualquer plano de construção e a privatização do espaço por parte da administração pública. Os argumentos da lei têm como foco principal o uso público do espaço pelos moradores da cidade, a diversidade da fauna e flora do local, a ameaça do aumento de

aluguéis e da gentrificação das vizinhanças econômica e politicamente vulneráveis do entorno e a importância histórica do aeroporto (SCHALK, 2014; THF100%, 2014). Inicialmente, a iniciativa THF 100% não se opõe apenas ao plano apresentado pela administração pública, mas também a qualquer plano futuro que envolva a alteração do espaço visando ao lucro.

Durante a campanha em prol do referendo, a iniciativa faz um trabalho intensivo de divulgação das informações que estavam em jogo, especialmente por meio de jornais – no formato popular de tabloide com textos simples, diretos e repletos de imagens –, e também através de postagens em seu *website*, em uma lista de *e-mail*, na página do *Facebook* e em reuniões nas vizinhanças da cidade com a presença de grupos locais organizados contra o aumento de aluguéis e outras questões do espaço urbano. Esse trabalho contribuiu para incrementar o nível do debate entre os moradores, fazendo com que o assunto passe a ser veiculado nos principais meios de comunicação da cidade. A Figura 7 mostra um dos jornais distribuídos pela iniciativa. À esquerda, o *masterplan* é apresentado sob o título “retorno para poucos”, com detalhes sobre o investimento público que seria utilizado. À direita, é explicitada a proposta da iniciativa, sob o título “cidade para todos”, mostrando as vantagens de se manter o espaço preservado e de se utilizar o investimento previsto para a construção do *masterplan* em outras áreas, como habitação social e educação. O objetivo é explicar as opções que as pessoas teriam na cédula no dia do referendo, do que cada uma delas trata e seus argumentos.

Figura 7: Folha interna do jornal distribuído antes do referendo, apresentando as duas propostas em disputa



Fonte: Website da iniciativa THF 100% (*kampagnenzeitung*) (THF100%, 2014).

Em maio de 2014, depois de passar pelas etapas burocráticas exigidas para a realização do referendo, 65% dos votos decide pela manutenção da área como um espaço livre e público, interrompendo os planos de construção. A lei traz dois aspectos

importantes: a preservação total do campo e um processo de planejamento participativo. Usando um instrumento extremamente regulado e formal, a iniciativa cria condições para que o debate sobre o poder de decisão dos moradores sobre os espaços da cidade aconteça amplamente e de modo informado, extrapolando o momento da votação. Para Lebuhn (2015, p. 7, tradução da autora), é, ironicamente, por meio do “canal mais pré-formatado” de participação que diferentes grupos encontram um objetivo comum e avançam na discussão da questão do controle democrático dos recursos urbanos.

Desde então, o Departamento de Desenvolvimento Urbano vem promovendo um processo participativo para a formulação do Plano de Desenvolvimento e Manutenção (*Entwicklungs- und Pflegeplan*, o EPP) do campo do Tempelhof. Apesar da considerável quantidade de recurso utilizada nesse processo, poucos participam, havendo, em média, 50 pessoas por reunião. Trata-se de um número pequeno, especialmente se comparado à mobilização externa e anterior a esse momento institucionalizado. Além das inúmeras reuniões presenciais, as discussões acontecem por meio de uma plataforma no *website*, na qual as pessoas podem fazer sugestões para o plano. Segundo uma integrante da iniciativa, ao contrário do processo por eles proposto, o plano institucional parece, propositalmente, complicado e não envolve a tomada de decisão, apenas o apontamento de possibilidades e diretrizes. A participação pelo *website* é apontada como um problema por não permitir a difusão concreta de responsabilidades e o encaminhamento das propostas, já que nem todo mundo se identifica ao participar da plataforma, não ficando claro quem é a pessoa que está sugerindo determinada ideia.⁷

Os jardins comunitários são, além da iniciativa THF 100%, uma das frentes que atuam diretamente na produção do espaço. Como já mencionado, a sua produção acontece a partir da abertura da administração pública a propostas da população em um certo momento do processo de planejamento anterior ao referendo. Os grupos responsáveis pela produção dos jardins *Allmende-Kontor*, *Stadtleigarten Schillerkiez* e *Rübezahlgarten* conseguem se organizar o suficiente para garantir a sua permanência para além dos três anos que estavam previstos no contrato, o que também acaba contribuindo para a campanha do referendo. Os colaboradores atuam por meio de um arranjo auto-organizado de produção e de manutenção da área, que é repleta de jardineiras e de espaços de uso público.⁸ Além de enfrentarem um processo burocrático para renovar, anualmente, a permissão, os integrantes pagam uma taxa para a administração pública – taxa que já tentaram eliminar diversas vezes, sem sucesso até o momento, sob a justificativa de que atuam na manutenção de uma área que é uma das mais usadas no Tempelhofer Feld. Com a nova situação do espaço após o resultado do referendo, os jardins se estabelecem, superando o caráter anterior de uso temporário. Apesar da força política conquistada ao longo do tempo, seus integrantes são críticos em relação às limitações que enfrentam, e a dependência de renovação anual do acordo limita seu pleno desenvolvimento.⁹

7 Informações obtidas por meio de observação direta e entrevistas.

8 Disponível em: <<http://www.allmende-kontor.de/index.php/gemeinschaftsgarten.html>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

9 Informações obtidas por meio de entrevistas.

AMBIVALÊNCIAS DAS PRÁTICAS ESPACIAIS AUTO-ORGANIZADAS NO CAMPO DO TEMPELHOF

O processo de decisão sobre o destino do campo do Tempelhof, semelhante a outros processos que envolvem espaços em disputa em grandes cidades, evidencia o conflito entre práticas espaciais auto-organizadas e práticas do planejamento urbano institucional. Em alguns momentos, esse conflito acontece de modo tácito, com uma certa conciliação entre planejamento e práticas auto-organizadas. Em outros, ele é explícito, provocando respostas mais diretas por parte dos moradores e ativistas.

Retomando a noção de um processo de democratização radical da produção do espaço e a tentativa de identificar as ambiguidades, possibilidades e desafios das práticas auto-organizadas compreendidas como catalisadoras desse processo, a seguir são discutidos alguns aspectos à luz dos pressupostos apresentados inicialmente.

PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA COMO ENTRAVE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS AUTO-ORGANIZADAS

As práticas auto-organizadas conseguem driblar, ora mais, ora menos, os impedimentos que surgem ao longo do processo examinado, adotando diferentes estratégias e instrumentos que alteram as condições para a discussão coletiva e para a tomada de decisão direta dos moradores urbanos. Por um lado, as práticas avançam na divulgação de informações que são, em grande medida, acessadas por especialistas e na criação de espaços políticos para o debate e elaboração de contrapropostas. Por outro, elas enfrentam o risco de esgotamento e de enquadramento burocrático quando adentram canais de participação.

Pode-se observar, ao longo desse processo de decisão, uma disputa entre duas lógicas contrárias de produção espacial. A lógica auto-organizada tem a possibilidade de permitir alternativas aos princípios da lógica institucional, entre eles, a coordenação por parte de um especialista, a separação das etapas de projeto, construção e uso, assim como a existência de um plano, o qual serve à inserção da produção espacial numa ordem econômica e institucional que viabiliza orçamentos, alocação de recursos e aprovações legais (BALTAZAR; KAPP, 2006). O formato do processo de planejamento institucional posto em prática, inicialmente, no campo do Tempelhof propicia a abertura para usos pioneiros e temporários, mesclando essas duas lógicas de produção espacial até certo ponto e permitindo que a etapa de uso se misture à de planejamento. Alguns argumentam que esse formato se diferencia dos formatos convencionais de participação e que a mobilização de usos temporários, em paralelo ao planejamento a longo prazo, é uma tentativa de sincronizar essas duas lógicas (MACKRODT; HELBRECHT, 2013; SCHALK, 2014). No entanto, ainda que seja um experimento de planejamento interessante e que haja ganhos por parte dos grupos auto-organizados – como os produtores dos jardins –, esse processo se mostra frágil quando a burocracia institucional prevalece e estabelece um limite de tempo para os usos pioneiros, não os considerando como parte da produção efetiva do espaço a longo prazo. Isso significa que, nesse caso, o planejamento aberto à ação coletiva de diferentes grupos é uma experimentação temporária, em que a produção coletiva

é simbólica, servindo, no máximo, para inspirar um projeto que será produzido e executado, posteriormente, de modo convencional. A fragilidade desse processo fica ainda mais evidente quando os usos temporários não constam como parte do plano oficial divulgado pela administração pública.

Trata-se, por fim, de um processo que não altera uma das principais características da lógica institucional hegemônica: a concentração de poder de decisão nas mãos de técnicos contratados pela administração pública para coordenar um processo de produção espacial que é, em grande medida, atrelado aos interesses de grupos dominantes.

A incorporação das práticas auto-organizadas em processos de planejamento participativos não necessariamente significa que os agentes dessas práticas serão considerados como tomadores de decisão. Observando o desenvolvimento da proposta dos usos temporários e, principalmente, o processo participativo convencional adotado após o referendo, não causa nenhum espanto o fato de que alguns dos moradores entrevistados afirmem que é muito comum experimentar processos em que a participação deles é impedida pela participação institucionalizada.¹⁰ A discussão sobre a postura estadocrática, proposta por Souza (2012), mostra-se útil para a análise dessa situação. Se, por um lado, a utilização de brechas no contexto do planejamento participativo é oportuna, por outro, é importante que as práticas se auto-organizem para além disso, adotando a luta institucional como tática conjugada e subordinada à ação direta (SOUZA, 2006a; 2006b; 2012). Ou seja, trata-se de uma complementaridade que envolve a mobilização de instrumentos formais e de canais participativos sem o abandono da auto-organização de estruturas próprias de discussão e de ação.

10 Informações obtidas por meio de observação direta e entrevistas.

O POTENCIAL E OS LIMITES DA CONTRAPROPOSTA

Alguns críticos da lei proposta pela iniciativa THF 100% a consideram conservadora por impedir alterações no espaço. Um contra-argumento a essa consideração seria afirmar que, diante do contexto de valorização do espaço urbano em Berlim, manter a área como está – favorecendo o seu uso coletivo e preservando seus atributos naturais e históricos – é uma proposta transformadora. Viabilizada por um instrumento bastante burocrático, a proposta que interdita a realização de empreendimentos que beneficiam agentes de interesse privado constitui uma força contrária à produção hegemônica do espaço. É importante apontar ainda que, desde 2007, a administração pública vinha promovendo processos de participação e consulta à população sobre os planos para o espaço, sem que o pressuposto de construção nas suas bordas pudesse ser questionado. O uso do referendo foi uma forma de desconstruir esse pressuposto, que parecia incontestável, por meio da participação institucionalizada no planejamento. O potencial da contraproposta também está no seu caráter de antiplanejamento e de antiprojeto, ao pleitear a preservação de um espaço público sem desenho de parque convencional e sem pretender determinar esse desenho no futuro. Apesar de a lei não explicitar como poderia ser o processo de produção espacial, seu caráter indeterminado pode ampliar possibilidades de produção consonantes com o tipo de imaginação das primeiras propostas elaboradas, como a ocupação popular do espaço e a negociação coletiva dos usos.

O debate levantado ao longo do processo extrapola a questão do campo do Tempelhof, fortalecendo a discussão sobre a valorização de porções urbanas no

entorno do aeroporto, o aumento dos aluguéis e a situação da política de habitação social da cidade. Isso se intensifica, posteriormente, com a organização da campanha para um novo referendo, voltada para a questão dos aluguéis (o *Mietenvolksentscheid*)¹¹. Nesse caso, é possível notar que existe um processo pedagógico das práticas auto-organizadas por meio do compartilhamento de informações sobre seus métodos organizacionais, sobre suas estruturas, táticas e estratégias.

Um dos limites da proposta da iniciativa, o qual se deve ao próprio formato do referendo, é o foco no produto, não no processo de produção espacial em curto, médio e longo prazo. Além disso, a falta de uma estratégia de ocupação e de produção direta e material do espaço, paralela à estratégia legislativa e para além dos canais participativos, deixa o espaço vulnerável a possíveis alterações da lei no futuro.¹²

PRÁTICAS AUTO-ORGANIZADAS NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Ao mesmo tempo que apresentam alternativas e propiciam o debate sobre a atuação de diferentes moradores urbanos na produção do espaço, a auto-organização dos diferentes coletivos no caso do Tempelhof pode ser incorporada a processos de valorização fundiária e imobiliária. Isso pode realmente acontecer, ainda que as práticas auto-organizadas tenham se desenvolvido a partir do questionamento desses processos por parte dos moradores da Schillerkiez e apoiadores. Apesar de Berlim ter parques e áreas verdes de acesso público em toda a sua extensão, o campo do Tempelhof pode servir de elemento que reforça a valorização do entorno, favorecendo processos de gentrificação. Práticas que emergem inicialmente da mobilização contra a valorização e gentrificação de uma vizinhança antes desvalorizada, por estar próxima a um aeroporto, assim como a própria movimentação pelo referendo e o seu resultado, podem acabar, involuntariamente, contribuindo para incrementar o interesse imobiliário e a valorização da área.

Experiências como a produção de jardins comunitários são aceitas e apoiadas institucionalmente na mesma medida em que não interferem de maneira direta na estrutura de poder da produção do espaço. As suas práticas podem ainda ser incorporadas por estratégias neoliberais que visam a “[...] envolver a sociedade civil na governança urbana [...] passando responsabilidades do Estado para a sociedade” (ROSOL, 2011, p. 240, tradução da autora), sem que isso signifique o compartilhamento do poder de decisão e de ação sobre o espaço urbano. Desenvolvendo uma crítica sobre essa mesma ambivalência, Lebuhn (2011, p. 61, tradução da autora) aponta para a capacidade de o neoliberalismo “[...] ocupar e instrumentalizar o tempo e a energia criativa que os cidadãos colocam em projetos coletivos” e para o fato de que jardins comunitários também podem favorecer o aumento dos valores de propriedade e processos de gentrificação em uma determinada área. Muitas organizações que atuam em disputas espaciais em Berlim podem ser contraditoriamente incorporadas nesse contexto neoliberal pela máquina institucional de propaganda da administração pública. Essa apropriação faz com que práticas auto-organizadas percam força política e sejam incorporadas a processos que, no final das contas, contribuem para manter as situações de desigualdade econômica e política contra as quais lutavam.

11 Disponível em: <<https://mietenvolksentscheidberlin.de/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

12 Entre a submissão do artigo e a sua revisão final, um acontecimento reaquece o debate sobre o campo do Tempelhof e o referendo: a administração pública de Berlim anuncia, no final de 2015, que a lei aprovada via referendo deve ser alterada para viabilizar a construção de abrigos temporários para os refugiados recém-chegados à cidade. Sem que outras possibilidades de acomodação fossem consideradas, a alteração da lei é aprovada pelo órgão legislativo, apesar dos protestos da iniciativa THF 100% e do Conselho de Refugiados de Berlim (*Flüchtlingsrat Berlin*) – que, além de se oporem à alteração de uma decisão tomada via democracia direta, são contrários ao isolamento das pessoas recém-chegadas em abrigos com condições de vida questionáveis, defendendo alternativas dignas de moradia social que favoreçam a integração delas e evitem a sua estigmatização. Diante disso, a iniciativa THF 100% se engaja em 2016 numa nova campanha: um referendo para alterar as regras que dizem respeito ao referendo na Constituição, cujo objetivo é garantir maior controle por parte da população sobre o instrumento e seus resultados.

CONCLUSÃO

A análise crítica de práticas auto-organizadas em situações de disputa por poder de decisão sobre uma porção urbana evidencia as suas ambivalências e os desafios para que atuem na ampliação das condições de atuação coletiva dos moradores urbanos. Os elementos aqui discutidos buscam servir à reflexão das práticas de planejamento – principalmente as que se pretendem abertas e participativas – e à imaginação de estruturas e instrumentos que possam vir a ser criados no âmbito de processos de auto-organização e que contribuam para expandir o campo de atuação dos moradores urbanos na definição da cidade.

Os processos de auto-organização e suas práticas espaciais contribuem para tornar a prática da discussão, da tomada de decisão e da ação coletiva como parte do cotidiano dos moradores urbanos. O caso apresentado mostra que essa tarefa não é simples e que as práticas são caracterizadas por limites e contradições no seu desenvolvimento. Ou seja, os desafios para a construção da autonomia coletiva e da autogestão estão tanto na relação dessas práticas com o planejamento institucional quanto nos próprios processos de auto-organização. Como Lefebvre (2009, p. 134, tradução da autora) aponta, a prática da autogestão é especialmente importante dado seu caráter crítico e dialético, sendo que ela “[...] nunca se apresenta com a claridade e obviedade de uma operação técnica e puramente racional”, mas como uma luta.

A possibilidade de conexão entre a experiência cotidiana da cidade e a definição coletiva do seu desenvolvimento material depende da criação e da manutenção auto-organizada de arranjos alternativos abertos à ação direta de diferentes grupos. Retomando a perspectiva estadocrítica (SOUZA, 2006b; 2012, p. 17), se, por um lado, esse processo ocorre independentemente do aparato institucional, por outro, ele dialoga, interfere nesse aparato e explicita as suas contradições, podendo provocar transformações na direção do reconhecimento e da inclusão de coletivos de moradores como agentes com poder de decisão sobre a produção do espaço. Esse parece ser um passo necessário para a construção de cidades justas e democráticas.

Lígia Milagres é graduada, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: ligia.milagres@gmail.com

Artigo recebido em 14 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 7 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS

- ASMUTH, G. Ein Quadratmeter Tempelhof für jeden. *Taz*, Berlim, 29 out. 2009. Disponível em: <<http://www.taz.de/!5153500/>>. Acesso em: 15 set. 2015.
- BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. *Impulso*, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 93-103, 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/baltazar_por_uma.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- BERGT, S. Nicht alle sind willkommen. *Taz*, Berlim, 8 maio 2010. Disponível em: <<http://www.taz.de/!5143022/>>. Acesso em: 15 set. 2015.
- HARVEY, D. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso: London and New York, 2012.
- HOLM, A. Berlin's Gentrification Mainstream. In: _____; BERNT, M. (Org.). *The Berlin Reader. A Compendium on Urban Change and Activism*. Bielefeld: Transcript, 2013. p. 171-187
- _____; KUHN, A. Squatting and urban renewal: The interaction of squatter move-

- ments and strategies of urban restructuring in Berlin. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 3, p. 644– 658, maio 2011. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2427.2010.001009.x>
- KAPP, S. *et al.* Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: CONGRESSO BRASILEIRO HABITAÇÃO SOCIAL, 4., 2012, Florianópolis; CONGRESSO IBERO-AMERICANO HABITAÇÃO SOCIAL, 3., 2012, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/MOM_CTHab_2012.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- KATZ, S.; MAYER, M. Gimme shelter: self-help housing struggles within and against the state in New York City and West Berlin. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 9, n. 1, p. 15-46, mar. 1985. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2427.1985.tb00419.x>
- LEBUHN, H. Community Gardening and Grassroots Politics in the Neoliberal City. In: FRANCESCHINI, A.; MILICEVIC, M. (Ed.). *Beneath the Pavement. A Garden*. Loughborough: Loughborough University: Radar, 2011. p. 52-62.
- _____. Urban Social Movements between Protest and Participation. In: RC21 INTERNATIONAL CONFERENCE, 2015, Urbino. *RC21 International Conference on "The Ideal City: between myth and reality. Representations, policies, contradictions and challenges for tomorrow's urban life*. Urbino: RC21, 2015. Disponível em: <<http://www.rc21.org/en/wp-content/uploads/2014/12/E10.1-Lebuhn.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- LEFEBVRE, H. *The survival of capitalism*. Reproduction of the relations of production. Londres: Allison and Busby Limited, 1976.
- _____. *State, Space, World - selected essays*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- MACKRODT, U.; HELBRECHT, I. Performative Bürgerbeteiligung als neue Form kooperativer Freiraumplanung. *disP - The Planning Review*, v. 49, n. 4, p. 14-24, abr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/02513625.2013.892782>
- NOVY, J.; COLOMB, C.; Struggling for the right to the (creative) city in Berlin and Hamburg. New urban social movements, new 'spaces of hope'? *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 5, p. 1816-1838, set. 2013. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01115.x>
- PURCELL, M. Seeking Democracy. *Society and Space – Environment and Planning*, 2013. Disponível em: <<http://societyandspace.com/material/discussion-forum/forum-on-turkey/purcell/>>. Acesso em: 15 set. 2015.
- ROSKAMM, N. 4.000.000 Square Meters Public Space and a short Walk with Lefebvre and Laclau. In: DEGROS, A.; KNIERBEIN, S.; MADANIPOUR, A. (Ed.). *Public Space and the Challenges of Urban Transformation in Europe*. New York, London: Routledge, 2014. p. 63-77.
- ROSOL, M. Community volunteering as a neo-liberal strategy? The case of green space production in Berlin. *Antipode*, v. 44, n. 1, p. 239-257, 2011. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8330.2011.00861.x>
- SCHALK, M. Utopian desires and institutional change. In: BRADLEY, K.; HEDRÉN, J. (Ed.). *Green Utopianism: perspectives, politics and micro-practices*. New York: Routledge, 2014. p. 131-149.
- SENATSWERWALTUNG FÜR STADTENWICKLUNG UND UMWELT BERLIN. *Zukunft - Tempelhofer Feld*, 2008. Disponível em: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de/aktuell/pressebox/archiv_volltext.shtml?arch_0803/nachricht2972.html>. Acesso em: 25 set. 2015.
- _____. *Tempelhof Parkland - invitation to tender*, 2010. Disponível em: <<http://www.stad->

- tentwicklung.berlin.de/aktuell/wettbewerbe/ergebnisse/2010/parklandschaft_tempe-
lhof/ausschreibungstext_engl.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.
- _____. *Tempelhof Parkland - the concept*, 2012. Disponível em: <http://www.stadtentwicklung.berlin.de/aktuell/wettbewerbe/ergebnisse/2011/parklandschaft_thf_verhandlungsverfahren/download/thf_wettbewerb_flyer_en.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- SOUZA, M. L. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- _____. Together with the state, despite the state, against the state – social movements as ‘critical urban planning’ agents’. *City*, v. 10, n. 3, p. 327-342, dez. 2006b.
- _____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (1ª e 2ª partes). *Passa Palavra*, Florianópolis, abr. 2012.
- TEMPELHOF PROJEKT. *Zwischen- und Pioniernutzer der Tempelhofer Freiheit*. 2010. Disponível em: <http://www.thf-berlin.de/fileadmin/user_upload/Mitgestalten/Pioniere_der_Tempelhofer_Freiheit_Broschuere_Stand_Dezember_2010.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.
- THF 100%. *Tempelhofer Feld Gesetz*. 2014. Disponível em: <http://www.thf100.de/tl_files/thf100/download/gesetz/THFG_Gesetz-_und_Verordnungsblatt_15-14-s189-s196.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

CONFLITOS NO ESPAÇO URBANO: UM CAIS MAUÁ DE TODOS?

CONFLICTS IN THE URBAN SPACE: MAUÁ DOCKS FOR EVERYONE?

CLARICE MISOCZKY DE OLIVEIRA^{A, B, E, F}

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RAFAEL KRUTER FLORES^{A, B, E, F}

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO: Neste artigo, buscamos compreender os conflitos no espaço urbano relacionados ao projeto de revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre. A pesquisa foi realizada por meio de consultas a documentos oficiais, reportagens de jornais, *blogs* e mídias sociais, bem como de observação não participante e participante de eventos públicos e reuniões e de entrevistas. Argumentamos que os fatos recentes envolvendo a revitalização do Cais Mauá evidenciam que a produção social do espaço urbano resulta de processos contraditórios e conflituosos mais ou menos perceptíveis e que os eventos produzidos no tecido social, como manifestações de rechaço, mesmo que não impossibilitem o fluxo dos grandes acontecimentos, como os Grandes Projetos Urbanos, geram um efeito de desalienação e liberação de conflitos outrora latentes.

PALAVRAS-CHAVE: espaço; lutas sociais; grandes projetos urbanos; movimentos sociais; planejamento urbano.

ABSTRACT: *The aim of this article is to understand the conflicts within the urban space related to the revitalization of the Mauá Docks, in Porto Alegre, Brazil. Data was collected from official documents, newspapers, blogs, and social media, during participant and non-participant observations of public events and meetings, and interviews. We argue throughout the article that recent events involving the revitalization of the Mauá Docks have demonstrated that the social production of urban space results from relatively perceptible contradictory and conflictive processes, and that events produced within the social fabric, such as demonstrations of rejection, while they do not prevent the flow of large-scale urban projects, they are nonetheless responsible for generating an effect of disalienation and demonstrating previously dormant conflicts.*

KEYWORDS: *space; social struggles; large urban projects; social movements; urban planning.*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p224>

Contribuição de cada autor/a: **A.** fundamentação teórico-conceitual e problematização; **B.** pesquisa de dados e análise estatística; **C.** elaboração de figuras e tabelas; **D.** fotos; **E.** elaboração e redação do texto; **F.** seleção das referências bibliográficas.

Durante a realização da Copa das Confederações, da Federação Internacional de Futebol (FIFA), em 2013, eclodiram, em todo o país, manifestações contra os gastos excessivos do Estado, aprofundados por conta da realização de diversos megaeventos no país. Tais eventos podem ser entendidos como práticas de um “urbanismo mercadófilo” (SOUZA, 2002) e também como parte de estratégias de “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2006). Essas práticas e estratégias transformam o espaço urbano em mercadoria, ocasionando sérios prejuízos sociais às classes mais vulneráveis. As manifestações contrárias a essas práticas somaram-se às manifestações que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, que trouxeram à tona as práticas oligopolistas que organizam o transporte público no Brasil, além de terem reivindicado a defesa do direito à moradia digna e a melhores condições de vida nas cidades brasileiras.

Porto Alegre, conhecida mundialmente pela experiência pioneira do Orçamento Participativo, poucos meses antes dos acontecimentos de junho de 2013, também foi palco de expressivas manifestações. Em abril do mesmo ano, lideradas pelo movimento Bloco de Lutas, cerca de cinco mil pessoas foram às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus na capital do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2013). A esses protestos, somaram-se lutas contra o corte de árvores para a duplicação de avenidas e contra a expulsão de quase três mil famílias de baixa renda – alterações destinadas a viabilizar obras da Copa do Mundo de 2014. Vale lembrar que, atrelado ao megaevento, a capital recebeu 18 Grandes Projetos Urbanos (GPUs), todos alinhados a estratégias de “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2006).

Este artigo busca compreender os conflitos no espaço urbano gerados a partir de um desses GPUs: a revitalização do Cais Mauá. Seguindo Lefebvre (1991), entendemos que o espaço é sempre produção social, resultado de processos que envolvem conflitos e contradições. Alguns conflitos são subterrâneos, quase imperceptíveis, ocultados por ideologias e pela alienação que caracteriza a vida cotidiana (LEFEBVRE, 2014). Outros, no entanto, vêm à superfície em função das lutas sociais que com eles emergem, de sua própria natureza conflitiva ou de ambos os motivos.

A escolha desse GPU como objeto de estudo justifica-se pelo fato de que, no atual momento histórico, a revitalização do Cais Mauá revela claramente um processo de luta. Além disso, a análise desse objeto pode iluminar processos semelhantes que estão ocorrendo em outras cidades brasileiras, como os casos do Cais José Estelita, em Recife, e do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada por meio de consultas a documentos oficiais, reportagens de jornais, *blogs* e mídias sociais, bem como da observação não participante e participante de eventos públicos e reuniões de articulação. Também foi feita uma entrevista em profundidade com uma das lideranças do movimento Cais Mauá de Todos, no intuito de aprofundar o entendimento dos desdobramentos e ações do movimento e de sua origem.

Argumentamos que os fatos recentes envolvendo a revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre, evidenciam que a produção social do espaço urbano resulta de processos contraditórios e conflituosos mais ou menos perceptíveis; ademais, demonstramos que os eventos produzidos no tecido social, como manifestações de rechaço a determinados projetos, mesmo que não impossibilitem o fluxo de grandes acontecimentos como os GPUs, produzem um efeito de liberação de conflitos outrora latentes.

O texto é dividido em três tópicos. Fazemos, inicialmente, uma consideração conceitual a respeito dos GPUs, tendo como referencial analítico as discussões do

francês Henri Lefebvre (1991; 2008a; 2008b; 2011; 2014). Em seguida, apresentamos o processo histórico de criação do projeto de revitalização do Cais Mauá, juntamente da contestação social organizada por alguns atores principais. Finalmente, traçamos algumas considerações finais.

OS GRANDES PROJETOS URBANOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A lógica concorrencial entre as cidades em busca de investimentos do setor financeiro se insere no contexto da crise do modelo fordista de produção nos países de capitalismo avançado. Tal crise tem como reflexo uma alteração no significado das cidades para a acumulação do capital. Segundo John Friedmann (1986), em *The world city hypothesis*, as cidades-chave tornam-se, no mundo globalizado, a base espacial de articulação e produção do capital global, o que influencia não só seu desenvolvimento econômico, mas também sua morfologia e infraestrutura.

Nesse sentido, no âmbito do planejamento urbano, novas ferramentas estão sendo utilizadas para dar ancoragem territorial à ambição estratégica. Conforme Ingallina (2001), o projeto urbano traduz as orientações de desenvolvimento econômico e social do projeto de cidade em suas manifestações espaciais. O projeto urbano ocupa-se da dimensão formal, estética e funcional da cidade de acordo com sua ambição estratégica. Nesse contexto, o GPU pode configurar-se em um conjunto de pequenas intervenções que resultam na execução de um projeto de cidade global. Para Lacroart e Palisse (2007), o GPU é o lugar de uma intervenção pública concentrada num espaço e tempo relativos, com a finalidade de desenvolver um pedaço da cidade por renovação, intensificação ou criação do zero.

Na França, os GPUs são vistos como uma ferramenta de planejamento urbano que trabalha a cidade de maneira holística, com intervenções pontuais capazes de diluir seus efeitos no território como um todo. O planejamento por projetos, como é chamado, utiliza os GPUs de maneira concertada, viabilizando o desenvolvimento econômico e social sustentável das cidades.

Nos Estados Unidos, a origem do termo megaprojeto¹ tem características diferentes, abrindo margem, por exemplo, para diversas operações no espaço, que podem tratar desde grandes projetos monolíticos a grandes projetos de infraestrutura. Nessa concepção, o que muda é a forte participação do Estado. Para Altshuler e Luberoff (2003, p. 2),

[...] o termo megaprojeto denota iniciativas que são físicas, muito caras, e públicas. Mais especificamente, envolvem a criação de estruturas, equipamentos, preparação de locais para empreendimentos, ou a combinação de todos estes. Megaprojeto é, fundamentalmente, uma expressão da autoridade pública.

Entretanto, a partir dos anos 1990, com o processo de empresariamento da gestão pública e o movimento do empreendedorismo urbano, as características dos megaprojetos se modificaram. Surgiram, assim, as concepções de parcerias público-privadas e outros tipos de intervenção no espaço urbano, como a criação de centros esportivos, centros de convenções, de cultura e lazer.

¹ Termo utilizado em países anglo-saxões para GPU.

No Brasil, o GPU tem ganhado destaque nas últimas décadas. São vários os projetos recentes que se enquadram nessa categoria: a Operação Faria Lima, em São Paulo; o Pelourinho, em Salvador; o Centro Dragão do Mar Arte e Cultura, em Fortaleza; o Ver-o-Peso e a Estação das Docas, em Belém do Pará; bem como os projetos associados à realização de megaeventos no país, como os projetos para os Jogos Pan-Americanos e as Olimpíadas, no Rio de Janeiro, e as obras da Copa do Mundo, em diversas cidades brasileiras².

Harvey (2011) explica o investimento nesse tipo de projeto como uma busca por riqueza simbólica, tal como pode ser visto na gentrificação de determinadas áreas, na produção de comunidades, na reabilitação de paisagens urbanas e na recuperação da história valendo-se de imagens. O autor indica, ainda, que isso “nos ajuda a compreender o atual fascínio pelo embelezamento, pela decoração como códigos e símbolos de distinção social” (HARVEY, 2011, p. 82). A busca por arquitetos de grife e por projetos por ele denominados de arquitetura do espetáculo mostra a preocupação de governos locais em difundir a imagem da cidade e práticas relacionadas ao empreendedorismo urbano.

Harvey (2006) aponta, igualmente, uma preocupação com as rápidas mudanças no espaço urbano geradas por reações inovadoras e competitivas através de alianças urbanas da classe dirigente, a partir das quais há a decorrência de uma série de incertezas e, por consequência, de instabilidade no sistema urbano. Essa instabilidade pode expressar-se de diversas maneiras, por exemplo, no crescimento da desigualdade social e no empobrecimento urbano verificados em cidades como Baltimore e Nova York. A destruição criativa do capitalismo se insere no espaço urbano, representada por um turbilhão de projetos inovadores de estádios, *shoppings*, renovação de *water-fronts*, centros culturais, entre outros, que estimulam a produção e o consumo da base urbana.

Dito isso, o projeto urbano é, então, compreendido como: (1) aplicação de um procedimento, levando em consideração os mecanismos de gestão e articulação público-privada; (2) um projeto político, além de uma configuração no espaço e no tempo; (3) um projeto que considera a escala dos impactos socioespaciais que ultrapassam seu entorno imediato; (4) algo que tem a marca da complexidade não só em razão da articulação de múltiplos atores, mas também da complexidade de usos. O GPU vai, portanto, muito além de sua dimensão arquitetônica. Trata-se de uma operação concertada entre múltiplos atores e com diversos impactos no espaço urbano e no desenvolvimento econômico e social da cidade.

Aqui, entendemos espaço urbano não como algo dado pelo ambiente físico. Como afirma Lefebvre (2008b), o espaço não é produto, não é objeto, não é mercadoria, não é simplesmente um instrumento. Para o autor, a problemática do espaço vivido, em oposição ao espaço “neutro”, puramente epistemológico, é um aspecto essencial do conhecimento da realidade urbana. Em relação a essa questão, Lefebvre (2008b) explora diversas hipóteses. Na primeira, “o espaço é a forma pura”, conceito que exclui a ideologia, a interpretação e o não saber. O espaço seria, nessa ótica, capaz de articular “o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFEBVRE, 2008b, p. 41). Entretanto, tal hipótese implica a liquidação do tempo histórico, além de pesar sobre a cientificidade abstrata e o saber absoluto. Ela tem profunda relação com o urbanismo modernista e sua crítica: momento de valorização absoluta do saber científico, em que arquitetos e urbanistas acreditavam mudar o social através da forma. Lefebvre

2 Novais *et al.* (2007) expõem uma preocupação sobre a importação de projetos de natureza global com impactos adversos nas comunidades e na cidade.

os chamou de “senhores do espaço”. Ou seja, a forma concebida pelo técnico seria, depois, povoada pelos usuários, que se comportariam de acordo com o recipiente em que estivessem envolvidos. Nesse sentido, essa noção exclui o espaço histórico e vivido.

Em outra hipótese, o espaço é social, um produto da sociedade, que resulta do trabalho e da divisão do trabalho, sendo, pois, o lugar geral dos objetos produzidos. O espaço é, então, uma objetivação do social. Confrontando tais formulações, Lefebvre (2008b, p. 44) conclui que o espaço não seria nem um ponto de partida nem um ponto de chegada, “mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação”. O espaço seria um instrumento político intencionalmente manipulado, em que um indivíduo ou um coletivo detém poder sobre ele, e o transforma conforme seus próprios objetivos. “Nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008b, p. 44). O espaço seria carregado de ideologia e saber técnico. As representações do espaço seriam capazes de criar o consenso por meio de perspectivas, fossem elas verdadeiras ou falsas (LEFEBVRE, 1991). Em tal perspectiva, a detenção do saber da representação do espaço se transforma em poder de transformar ideias e sentimentos, ou seja, em poder de criar o consenso acerca do espaço. Essa dominação racional-funcional vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo, sendo o espaço “o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo da sociedade neocapitalista” (LEFEBVRE, 2008b, p. 46).

Para Lefebvre (2008b, p. 46), “[...] as cidades seriam tão somente unidades de consumo correlatas às grandes unidades de produção”. A essa formulação se incorpora a teoria da falsa consciência, da burguesia, do alienado: o espaço instrumental se torna abstrato a partir de uma falsa representação de vocação estratégica, passando a ser “um lugar fora do tempo, da vida e da práxis”. O espaço assume a forma de mercadoria, em que, “no limite [,] não há mais exatamente ideologia, mas somente a falsa consciência, com os discursos que ela engendra”.

Entretanto, o autor alerta que essa hipótese serviria ao capitalismo concorrencial do século XIX, cujo enfoque recai na reprodução dos meios de produção – o capitalismo incorpora a “reprodução das relações de produção” que se efetuam através da cotidianidade e dos momentos de lazer e cultura. Essa noção é complementar à última hipótese apresentada, mas leva a outra, mais complexa: “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008b, p. 48). Seria o espaço da produção, ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado:

Essa reprodução se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta-disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação. Este espaço homogêneo-fraturado não é somente o espaço global do planejamento ou o espaço parcelar do arquiteto e dos promotores imobiliários, é também o espaço das obras de arte, por exemplo, o do mobiliário e do design. É o esteticismo que unifica os fragmentos funcionais de um espaço deslocado realizando, assim, seu caráter homogêneo e fraturado (LEFEBVRE, 2008b, p. 49).

Retomamos, nesse ponto, a já citada noção de Harvey (2011) sobre a sedução pelo embelezamento e dos símbolos de distinção social. Espaços homogêneos, com

uma estética específica, criados em recortes, em partes fragmentadas no tecido urbano, tornam-se centros ou subcentros de consumo, polos de atração de uma determinada classe social, causando estranheza e constrangimento às demais classes e interferindo diretamente na noção de poder do espaço, assim como na dinâmica da estrutura urbana.

Segundo Lefebvre (2008b), tais centros de consumo dirigido e organizado – os lugares de lazer, de festa e tempo livre – mostram-se aparentemente dissociados da produção, embora estejam ligados ao trabalho produtivo. Baseado na fórmula trinitária de Marx³, o autor lança a hipótese do espaço conjunto-disjunto, situado entre a falsa consciência, a do alienado e a da ideologia, “que implica interpenetração do verdadeiro e do falso, e exclui a falsa consciência” (LEFEBVRE, 2008b, p. 52). Nas palavras do autor:

O espaço arquitetônico e urbanístico, enquanto espaço, tem essa dupla característica: desarticulado e até estilhaçado sob a coerência fictícia do olhar, espaços de coações e de normas disseminadas. Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É dessa maneira que ele é concomitantemente dominado (pela técnica) e não apropriado (para e pelo uso). Ele é imediato e mediato, ou seja, pertence a uma certa ordem próxima, a ordem da vizinhança, e a uma ordem distante, a sociedade, o Estado. A ordem próxima e a distante só tem uma coerência aparente que de modo algum impede a desarticulação (LEFEBVRE, 2008b, p. 53).

Em relação às ordens próxima e distante, Lefebvre (2001) qualifica a primeira delas como aquela de indivíduos mais ou menos organizados, de maneira mais ou menos ampla. Por sua vez, a segunda é caracterizada como aquela que se impõe; ela pode ser o próprio Estado ou qualquer organização e/ou instituição que detenha o poder. Na lógica em que os GPUs estão inseridos, a ordem distante se configura como, conforme Logan e Molotch (1993), uma “coalizão para crescer”, formada por políticos, empresários, mídia e elites locais. Segundo Lefebvre (2001), através de seu poder de dominação, a ordem distante atua na ordem próxima, tornando-a um “co-ator”:

Percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre estes dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado, vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais de mercadores do espaço (LEFEBVRE, 2008b, p. 57).

Vislumbrando o espaço urbano, isto é, o urbano (a sociedade urbana) como um horizonte, como algo possível (LEFEBVRE, 2008a), o autor propõe o que denomina de “triplicidade do espaço”: o espaço percebido (a prática do espaço), o concebido (a representação do espaço) e o vivido (os espaços de representação), sendo imprescindível que os três sejam analisados em conjunto pelo sujeito ou por determinado grupo social. Lefebvre ressalta a importância dos espaços públicos, aqueles sem o consumo organizado e direcionado, onde todos têm o direito de ir e vir, estar e permanecer, sem constrangimentos, onde tal triplicidade pode ser percebida sem interferências.

³ Trata-se da distinção das três dimensões da mercadoria, a partir da qual Karl Marx (1990) explica não apenas a dinâmica da produção, distribuição, troca e consumo, mas também a dinâmica do sistema capitalista como uma totalidade. Essas três dimensões são: o valor de uso, o valor de troca e o valor.

Espaços onde a ordem próxima pode organizar-se por meio de feiras e festas, como faziam os camponeses na França (LEFEBVRE, 2014) quando levavam para os jardins sua produção e suas vivências, possibilitando que relações se formassem e que fosse forjado um sentido de comunidade, de pertencimento ao espaço.

A análise dos GPUs como procedimento e projeto político, com base no referencial teórico de Lefebvre, permite-nos compreendê-los como uma dimensão ativa na produção social do espaço, estreitamente vinculada à forma mercadoria, à sociabilidade da sociedade burguesa. O processo que analisaremos no tópico seguinte se insere nessa perspectiva, tanto no que diz respeito ao projeto em si, quanto aos conflitos sociais que fazem parte de sua gênese e execução.

CAIS MAUÁ DE TODOS?

O GPU Cais Mauá é um projeto que visa a renovar uma parte desativada do porto de Porto Alegre. A ideia é transformar os 2,5 km de extensão do Cais em um local voltado para o comércio, serviços e turismo, com possibilidade de abrigar um *shopping center* e torres de escritórios. A fração do porto em questão localiza-se no centro histórico da capital gaúcha, às margens do Rio Guaíba. O conjunto arquitetônico, construído no início do século XX, é composto por 11 armazéns, sendo que “o pórtico central e os armazéns A e B foram declarados patrimônio histórico nacional em 1983, e o restante do conjunto foi protegido pelo município em 11 de outubro de 1996, sob o nº 46 do Livro Tombo” (CAIS, 2013). Trata-se de um local que possibilita uma vista privilegiada do pôr-do-sol no Rio Guaíba, conhecido cartão postal da cidade. Até recentemente, abrigava diversas atividades efêmeras de caráter público, como a Bienal do Mercosul, a Feira do Livro e a Feira Brasil Rural Contemporâneo, além de atividades permanentes, como a marina pública.

A vinculação desse GPU com a realização da Copa do Mundo 2014 foi exaltada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) como essencial. A revitalização do Cais Mauá, por exemplo, conforme notícia do Portal da PMPA, apareceu como uma das prioridades para a Copa de 2014: [...] o processo de revitalização do Cais Mauá está entre as principais preocupações para a preparação de Porto Alegre para a Copa do Mundo de 2014, especialmente por representar uma **profunda transformação na área central da cidade** (REVITALIZAÇÃO, 2008, grifos nossos).

Para a então governadora do Estado, Yeda Crusius, “o projeto pode ser **considerado um dos maiores e mais revolucionários em revitalização urbana**, seja pelo tamanho da área ou pelo impacto econômico e social que vai gerar” (FOGAÇA, 2009, grifos nossos). Já José Fortunati, o prefeito da cidade, em outro momento, afirmou que a “**modernização sustentável** do cais ir[ia] recuperar a relação da sociedade com o rio, promovendo **intensa atividade cultural, econômica e turística** na nossa Capital [...] e que a iniciativa eleva[va] para um novo patamar o processo de **revitalização** do Centro Histórico que a Prefeitura promove” (CONCESSIONÁRIA, 2011, grifos nossos).

A revitalização do Cais Mauá é um projeto antigo, que se iniciou em 1991 e passou por muitas administrações do município e do estado. A cada nova administração, novos estudos foram feitos. Depois de passar por várias versões e realizações de concursos públicos de projeto arquitetônico, em 2007, ano de confirmação da Copa

do Mundo 2014 no Brasil, o projeto ganhou novos contornos. Na ocasião, a iniciativa privada foi convocada para participar da elaboração do edital de *Revitalização do Cais Mauá*, a nova identidade do antigo projeto *Porto dos Casais*. A concorrência para a Solicitação de Manifestação de Interesse foi internacional. No ano seguinte, foi anunciado o consórcio vencedor, liderado pelo *M. Sortti Business Consulting Group*, do qual o arquiteto Jaime Lerner fez parte. O grupo apresentou um plano de negócios através de parceria público-privada (PPP) (CAIS, 2013).

O passo seguinte foi alterar o plano diretor para viabilizar o GPU, com projeto de lei encaminhado pelo prefeito Fortunati, definindo as regras de usos da área. A lei instituiu usos com apelo turístico, como centro de convenções, centro de educação ambiental, museu de tecnologia, centro de referência de artesanato, espaço para incubadoras de empreendimento de base de tecnologia, e liberou a construção de edificações com altura de até 100 metros em uma determinada área. Na ocasião da aprovação da lei, segundo uma das lideranças do Cais Mauá de Todos, já era possível identificar o comprometimento da PMPA e da grande maioria dos vereadores com o plano de negócios apresentado.

Uma vez legalizados os novos usos e concedidos índices construtivos atraentes para a construção civil, foi aberta a licitação para a empresa que ficaria responsável pela construção do projeto. Segundo as regras estabelecidas, a empresa poderia, inclusive, alterar o programa de necessidades proposto pela licitação anterior. A empresa vencedora, o Consórcio Cais Mauá, formado por um grupo espanhol, responsável pelo *Port Vell*, em Barcelona, e também integrado pelo arquiteto Jaime Lerner, obteve o direito de exploração da área por 25 anos.

Ainda em 2010, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), órgão ligado ao Ministério dos Transportes e que regula os portos do país, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar o edital do cais, “[...] alegando que a área [era] propriedade da União, e não do Estado” (CAIS, 2013). Por fim, a ANTAQ realizou a desafetação da área por meio de um Decreto da Presidência da República, sob a garantia de recebimento de R\$ 2,5 milhões anuais pagos pelo arrendamento (CAIS, 2013).

O caso do GPU Cais Mauá é um exemplo das alianças formadas entre diferentes esferas de governo para a viabilização de um projeto. Nele, o articulador principal foi o governo estadual – o papel da PMPA tem sido o de incluir o novo negócio no plano diretor da cidade, tornando-o atrativo do ponto de vista da exploração pelo setor privado. Legalizado o projeto, a PMPA ficou responsável pelas aprovações dos licenciamentos necessários para o início das obras. A necessidade de agilidade e flexibilidade nas aprovações exigiu mudanças na estrutura organizacional da PMPA.

Em 2012, foi criado o Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais (GADES), subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de ampliar a capacidade de investimentos no município por meio de parcerias público-privadas, viabilizando a execução de projetos especiais. O GADES se tornou o setor responsável pelos projetos de Revitalização do Cais Mauá e da Orla do Guaíba⁴. Nesse cenário, os técnicos da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) foram postos à parte do processo.

Na coalizão para a implantação de GPUs sob a ótica do empreendedorismo urbano, o Grupo RBS⁵ atuou com força. Em uma reportagem especial sobre o lançamento do projeto (Figura 1), afirma-se que o Cais Mauá “[...] será palco hoje de

4 O projeto de revitalização da orla do Guaíba abrange área com extensão de 6 km. Ele foi elaborado pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner, contratado pela prefeitura sem licitação ou concurso público, o que tem sido alvo de críticas por vários segmentos da sociedade.

5 O Grupo Rede Brasil Sul (RBS) é um dos maiores conglomerados de empresas do ramo de comunicação do país.

uma espécie de **renascimento da metrópole**” (MELO, 2011, grifos nossos), acrescentando, em seguida: “ao meio-dia, o Governador Tarso Genro **transfer[iu] a posse** dos mais de 180 mil metros quadrados do Cais Mauá **à iniciativa privada, o sonho de que aquele se torne um lugar realmente público começ[ou] a virar realidade**” (MELO, 2011, grifos nossos). Observamos uma inversão de termos e uma retórica mistificadora. O local, que até então abrigava diversas atividades de caráter aberto e público, iria, segundo a matéria, tornar-se “um lugar verdadeiramente público” ao ser entregue para o setor privado, quando o que de fato ocorre é a privatização desse espaço.

Após a assinatura do termo, algumas medidas por parte do consórcio Cais Mauá foram tomadas, como a retirada do tradicional barco de passeio no Rio Guaíba, do Cisne Branco, da Marina Pública e o fim da realização de eventos como a tradicional Feira do Livro e a Bienal do Mercosul. Diante desse cenário e de outras transformações em andamento por ocasião da Copa do Mundo de 2014, o Movimento em Defesa Pública da Alegria⁶ conduziu uma série de ações na área do Cais Mauá e arredores do Centro Histórico. Com a promoção de *shows* e apresentações artísticas, o grupo denunciou a privatização de espaços públicos como o Cais Mauá e o Largo Glênio Peres. Este último recebeu investimentos para reforma do Grupo Vonpar, representante da Coca-Cola no estado, e, desde então, passaram a ser proibidas manifestações artísticas e/ou políticas no local. Aos finais de semana, esse espaço, um tradicional ponto de circulação de pedestres no coração do centro da cidade, dá lugar a um estacionamento. Devido às recorrentes manifestações contra a presença da marca Coca-Cola no Largo, aos atrasos das obras do Cais Mauá e à especulação sobre falta de idoneidade das empresas formadoras do consórcio, o Grupo Vonpar se retirou como investidor do GPU⁷.

Após a Copa do Mundo de 2014, passou o sentimento de bem-estar associado aos jogos (MAENNIG, 2009). Seguindo a linha dos movimentos *Ocuppy*, as ações do Movimento em Defesa Pública da Alegria deram origem a outro movimento, o Ocupa Cais Mauá⁸, que, além de festas, promove eventos envolvendo manifestações artísticas e culturais⁹.

O Ocupa Cais Mauá, liderado por personalidades da cena cultural/noturna porto-alegrense, articulou-se ao Movimento Ocupa Estelita através de uma de suas líderes, a advogada e professora universitária Liana Cirne Lins, a qual começou a participar dos eventos do grupo e também a assessorá-lo, fundamentando-se na experiência de oposição ao GPU Cais José Estelita, em Recife.

Em uma carta aberta datada de 2014, o Ocupa Cais Mauá expõe seu posicionamento frente ao GPU. Nela, o movimento repudia

[...] a falta de diálogo e de transparência, o desprezo pelo interesse público, o descaso com a memória e com o patrimônio histórico da cidade, o desrespeito com o meio ambiente, entre outras violações que não condizem com uma sociedade democrática. Nós, enquanto movimentos organizados da sociedade civil, nos opomos frontalmente a esse modelo autoritário de revitalização urbana, com a mesma veemência que combatemos qualquer forma de abandono ou subutilização do nosso Cais Mauá. Acreditamos que este processo deve considerar as vozes que vêm de diferentes regiões da cidade e deve ser construído sobre princípios como diversidade, inclusão, bem como valorização e respeito ao patrimônio histórico, cultural, social e ambiental. Entendemos que a cidade não pode ser

6 A Defesa Pública da Alegria “busca a defesa das manifestações públicas, sociais e artística; repúdio às políticas de remoção das famílias e comunidades atingidas pela Copa do Mundo FIFA e a especulação imobiliária, à privatização do espaço público e ao aumento das passagens de ônibus” (O QUE, 2012).

7 Um dos projetos da Vonpar é construir uma minifábrica da Coca-Cola dentro de um dos pavilhões do Cais.

8 Maiores informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/ocupacaismaua?fref=ts>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

9 Entre esses eventos, merece destaque a Serenata Iluminada, em que a população é chamada a trazer seus instrumentos, velas, lanternas, comidas e bebidas para “fazer um encontro que mistura alegria, expressão e reflexão sobre o uso dos espaços públicos da nossa cidade” (SERENATA, 2014).

tratada como mercadoria, e sim como espaço compartilhado de interação, apoio mútuo e fortalecimento dos que nela habitam (CARTA, 2014).

Observamos que o movimento, embora se posicione contra a cidade compreendida como mercadoria e aos usos que estão sendo destinados à área, acredita que um projeto baseado na participação e discussão com a sociedade civil e com a participação do setor privado pode ser uma alternativa favorável.

Entre o final de 2014 e o início de 2015, o processo de implementação do GPU e o movimento Ocupa Cais Mauá ganharam novos contornos. O grupo espanhol saiu do Consórcio Cais Mauá, e Jaime Lerner passou a ser o arquiteto responsável. Um novo consórcio foi criado, o Consórcio Viva Cais Mauá. O projeto arquitetônico não possuía liberação da PMPA para a sua execução até o momento em que este artigo foi escrito. Nessa nova fase, o projeto foi dividido em três setores. No setor Usina do Gasômetro, haverá um *shopping*, com 35.000 m² de lojas e 60.000 m² voltados para 2.160 vagas de automóveis. O setor Armazéns será composto por uma área de 24.000 m² destinados a lojas, restaurantes e a um museu sobre a história de Porto Alegre. Por fim, no setor Docas haverá uma praça, três torres comerciais de aproximadamente 60.000 m² e 39.000 m² de estacionamento para 1.500 vagas.

O novo consórcio, frente às ações realizadas pelo Ocupa Cais Mauá, fechou os portões do cais para o acesso público, impedindo novos eventos. Como estratégia, o movimento preferiu não realizar invasões ou promover embates com os seguranças do consórcio. Sem poder ocupar a área, deu-se origem a um novo movimento, composto pelos atores anteriores e também por novas personalidades e instituições. Foi criado, assim, o Cais Mauá de Todos¹⁰.

Segundo um dos líderes entrevistados, a estratégia de não ocupar o Cais Mauá se deu por acreditar que a ação teria pouca visibilidade, uma vez que existe um muro que separa o cais da cidade. Além disso, esse muro, em caso de confronto com a polícia, dificultaria a dispersão. A organização do movimento também ganhou novos contornos, incorporando três esferas de ação: comunicação, política e jurídica.

O movimento optou, assim, por seguir a estratégia de ocupação dos espaços adjacentes ao cais por meio de encontros artísticos de caráter festivo. Nessa nova fase de contestação, os *shows* deixaram de ser colaborativos, contando com bandas e músicos de destaque na cena cultural da cidade. Os eventos foram concentrados em dois lugares estratégicos: um, em frente ao pórtico central do Cais Mauá, e o outro, na Praça Brigadeiro Sampaio, localizada em uma das extremidades do empreendimento. A praça, de uso intenso por parte dos moradores do centro histórico, sofrerá forte impacto, em função do corte de árvores e dos acessos ao empreendimento.

O Cais Mauá de Todos conta com o apoio de vários movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades classistas, sindicatos etc. Entre eles, estão: Minha Porto Alegre; Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS); Sindicato dos Engenheiros (SENGE/RS); Defesa Civil do Patrimônio Histórico (Defender); Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN); Poa em Movimento; Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS); Defesa Pública da Alegria; Ocupa Cais Mauá; Porto Alegre Ativa; Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre; Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho; Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (Mobicidade); Laboratório de Políticas Públicas e Sociais (LAPPUS); Chega de Demolir Porto Alegre; Fast Food Cultural (DEFENSORES, 2015).

¹⁰ Mais informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/caismauade-todos>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

11 Mais informações disponíveis em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1d-QaqdWsen3cUVDWWg-5MmFYjg/view>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Nos eventos, alternam-se *shows* com falas de pessoas conhecidas, como a citada Liana Cirne Lins, do Ocupa Estelita. Uma das falas tem sido a da arquiteta Maria Helena Cavaleiro, que concebeu um projeto alternativo ao Viva Cais Mauá. O projeto, desenvolvido em 2008 como trabalho final de graduação na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS), tem sido posto como uma, entre várias outras, forma de pensar outro espaço na área do cais¹¹. Além disso, o movimento vem trabalhando a ideia de montar a Fundação Cais Mauá para se fortalecer, contando com o SENGE/RS para realizar um estudo de viabilidade econômica do projeto alternativo (HOFMEISTER, 2015). A ideia é ter um contraponto à especulação imobiliária por conta dos altíssimos investimentos que são ditos essenciais à revitalização da área.

O Cais Mauá de Todos, inspirado no Ocupa Estelita, tem também uma abordagem legalista, adotando como estratégia a alternativa de derrubar a lei que aprovou os novos parâmetros urbanísticos para a área, uma vez que uma das cláusulas foi descumprida pelo consórcio. Existe, ainda, a possibilidade de criar a chancela e o tombamento da paisagem, impossibilitando que o *shopping center* e as torres sejam construídas na área.

Percebemos, pois, uma mudança de discurso em relação ao grupo Ocupa Cais Mauá. Isso pode ser comprovado no seguinte trecho:

Obviamente que nós não queremos que aquela área continue abandonada e degradada. Nós queremos sim progresso e desenvolvimento, geração de empregos, tudo isso. Mas não aceitamos *shopping* e torres naquela área da cidade. E queremos envolver a população nessa discussão (CAIS MAUÁ DE TODOS, 2015, p. 1).

O discurso é menos combativo e mais colaborativo. Não se trata de uma oposição ao sistema que propicia a criação do GPU, e sim do GPU em si, desconsiderando suas conexões com uma totalidade social. Em nossa análise, entendemos que o movimento Cais Mauá de Todos reivindica a participação da sociedade na construção de um projeto, articula suas ações em reuniões fechadas com atores selecionados. A participação de caráter aberto e público acontece apenas nos atos promovidos pelo movimento. Os manifestantes têm a preocupação de serem tachados de “vândalos e baderneiros”, “os contra tudo” ou “os contra o progresso” – rótulos utilizados pelas autoridades locais e mídia nos últimos tempos, em meio às manifestações de junho e julho de 2013, numa tentativa de desqualificar as lutas sociais. Deixam claro que não são contra o projeto e que querem participar. Embora se intitulem contra a cidade mercadoria, eles não se posicionam claramente quanto ao uso elitista ao qual o projeto é destinado.

Podemos compreender melhor essa posição do movimento e da mídia local dominante a partir do conteúdo de uma carta aberta do Cais Mauá de Todos publicada em resposta a um artigo do jornal do Grupo RBS, filiado à Rede Globo. O artigo foi elaborado por Rosane Oliveira, comentarista política da emissora, um dia após a primeira audiência pública sobre os trâmites legais para a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental pela PMPA. A audiência foi marcada pela resistência da população quanto à construção das torres de negócios, dos estacionamentos e do *shopping center*. A PMPA e, principalmente, os empreendedores mostraram-se fechados a qualquer tipo de diálogo.

Segundo Rosane de Oliveira, no Rio Grande do Sul, “qualquer tentativa de mudar alguma coisa, mesmo que para melhor, esbarra numa **muralha de conservadorismo**” (SIMON, 2015, grifo nosso). A carta aberta do Cais Mauá de Todos elencou vários itens em contraposição ao que seria a “muralha do conservadorismo”. Num deles, posiciona-se em relação à criação de PPPs para o projeto:

Uma “muralha de conservadorismo” se constrói por quem acredita que os românticos são contra a iniciativa privada. Pelo contrário, **achamos que o instrumento PPP é bastante apropriado**, desde que devidamente regulado pelo Estado em prol da cidade. A questão é que isso não está acontecendo: a regulação não existe, a iniciativa privada comanda a operação, define o que quer à revelia da lei e modifica incessantemente o projeto buscando enxugar recursos. Que fique bem claro, queremos sim a revitalização dos armazéns e seu uso para comércio, restaurantes, serviço e cultura. O que não aceitamos é o argumento de que a desfiguração da área com um projeto mutilado é a única possibilidade. Esse discurso de “ou é isso ou é nada” não cola. (SIMON, 2015, grifo nosso)

Entendemos esse fenômeno de duas perspectivas distintas, porém complementares: da perspectiva da prática política dos movimentos organizados que contestam a revitalização do Cais Mauá; e do ponto de vista do conflito social inerente ao espaço – fenômeno mais amplo do que qualquer movimento organizado. Como dito, estamos trabalhando com dois fenômenos distintos, mas absolutamente relacionados: um conflito social e um movimento organizado. Vimos que, de acordo com Lefebvre (2014), conflitos sociais podem ser encobertos por ideologias, ficando, assim, imperceptíveis, mesmo que reais. O conflito, nesse caso, é latente. Já o movimento organizado é perceptível, concreto e, portanto, atua em um plano distinto.

A partir da tipologia de planejamento urbano proposta por Souza (2002), o primeiro desses fenômenos – a prática política do movimento organizado – é entendido como um planejamento comunicativo/colaborativo, categoria teórica influenciada pelo filósofo Jürgen Habermas. Sua ênfase é na colaboração e na comunicação entre os atores, uma vez que seria possível, “dentro do contexto do agir comunicativo [...] chegar-se a acordos voluntários em nome da cooperação” (SOUZA, 2002, p. 150). Ou seja, não há uma ruptura, um conflito, mas a vontade de comunicação e colaboração dos planejadores: “O compromisso com a ética do discurso que evite ao máximo o recurso à violência física é algo crucial de um ponto de vista que recuse estratégias autoritárias” (SOUZA, 2002, p. 150). Essa abordagem explica a intenção pacifista, não conflituosa e colaboracionista do movimento, quando, por exemplo, opta por não ocupar o espaço e por não se contrapor a uma PPP. Isto é, o Movimento Cais Mauá de Todos troca um projeto pelo outro. Seu projeto alternativo não é elaborado por uma diversidade de atores, nem mesmo pela comunidade. Ainda assim, é uma outra possibilidade que, de alguma maneira, confronta a transformação do espaço e a destruição do patrimônio histórico, ambiental e social. A abordagem do planejamento comunicativo/colaborativo, no entanto, ajuda-nos a compreender apenas o lado concreto das ações dos movimentos organizados.

Já o segundo fenômeno salta aos olhos quando vemos o conflito sob um ângulo histórico e discursivo – um conflito que permeia a sociedade porto-alegrense desde muito antes do surgimento do projeto de revitalização do Cais Mauá, como fica claro na fala de um dos membros do movimento Cais Mauá de Todos:

Sempre a nossa narrativa enquanto movimento social foi de enfatizar esse aspecto fazendo uma espécie de retrospectiva. Nós tivemos a tentativa de demolição do mercado público [...] depois nós tivemos a questão do próprio Gasômetro [...] então nós temos uma tradição de defesa da cidade em relação ao aspecto ambiental e ao aspecto urbano e uma participação muito grande da sociedade neste sentido, de se mobilizar para isso. Tivemos o próprio Parcão, que também na década de [19]40 teve uma ação forte. Então quando a gente inicia esse movimento, na verdade é um movimento que começa lá com a revisão do plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Porto Alegre em 2007 (VOLINO, 2016).

Percebemos nesse relato uma narrativa que evidencia a existência de conflitos recorrentes sobre o espaço urbano, bem como de manifestações distintas de rechaços, oriundas de movimentos organizados da sociedade. Aqui, interessa-nos sublinhar a própria constituição do espaço como sendo inerentemente contraditória e conflituosa, mas que se torna de fato conflituosa a partir do momento que a oposição organizada de grupos e movimentos logra interromper o processo de transformação do espaço pela especulação imobiliária, o que não deixa de ser, de certo modo, a criação de espaços públicos. Em outros termos, o conflito é inerente ao espaço, mesmo que permaneça em um estado de latência (LUKES, 1993). Ele irrompe apenas com a mobilização organizada da sociedade, ainda que sem resultados e direções definidas.

Nesse caso, o conceito de planejamento e gestão urbanos críticos ajuda na compreensão (SOUZA, 2002). Essa abordagem parte de uma perspectiva autonomista, desenvolvida pelo autor tendo como referência o conceito de autonomia do filósofo Cornelius Castoriadis:

Assim como certos agentes modeladores do espaço correspondentes a frações de classe e a grupos dominantes, como o grande capital industrial e imobiliário, elaboram suas geoestratégias de forma clara e, não raro, sofisticada, também a parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa, sob um ângulo autonomista, qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática. Essa luta deverá combinar tanto pressões sobre o Estado quanto ações diretas (SOUZA, 2002, p. 178).

Essa abordagem questiona o planejamento que ignora os saberes locais e os modos de vida, “como se as aspirações dos homens e mulheres concretos devessem ser definidas por outros que não eles mesmos”. Entende que “o significado da participação dos indivíduos no processo de planejamento não é o de uma participação destes em processos decisórios comandados e coordenados pelo Estado como instância de poder separada” (SOUZA, 2002, p. 180). O rechaço do Estado como uma instância separada é parte de um processo de desalienação (LEFEBVRE, 2014), no qual a produção do espaço deixa de ser resultado da vontade de um grupo que se sobrepõe a outros, passando a ser o processo mesmo de produção social, com seus conflitos e contradições visíveis, atuantes. Nesses processos, são os próprios conflitos que produzem o espaço, e não o projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, a partir do que foi até aqui discutido, uma disputa clara pelo espaço urbano, precisamente por um espaço público, um lugar simbólico, de conexão com a natureza e com a história. De um lado, a ordem distante, representada não apenas pelo Estado, mas também por empresas internacionais, elites e mídia local; de outro, a ordem próxima, a comunidade e a vizinhança. O movimento Cais Mauá de Todos, via atividades que promoviam a cultura, o lúdico, a festa, o encontro e a troca, estimulou o crescimento desse sentimento de comunidade, ou seja, propiciou o fortalecimento da ordem próxima. Essas ações não poderiam acontecer em outro lugar que não no espaço público, onde a compreensão da tríade do espaço vivido-concebido-percebido pode ser realizada em sua plenitude.

Contraditoriamente, ao promover o lúdico, a festa e o encontro, promoveram também o conflito. Não no sentido de criação de conflitos inexistentes, mas no de desvelamento. O conflito deixa de ser latente (LUKES, 1993), passando a ser perceptível; ele sai à superfície, mas com um formato lúdico. Cumpre, assim, uma dupla função: de desalienação e de reapropriação do espaço por aqueles que nele vivem.

O GPU Cais Mauá, articulado pela ordem distante, aparece, nesse sentido, causando uma ruptura no entendimento da tríade proposta por Lefebvre; através do saber técnico e político, retificando o espaço público, privatizando-o, construindo-o por meio de símbolos e signos de distinção social, o GPU torna o espaço abstrato. Essa abstração, a partir de perspectivas em três dimensões, de imagens de publicidade e propaganda que seduzem com a idealização de como será, futuramente, o empreendimento, busca criar um consenso em torno do projeto. Ela traz consigo, igualmente, uma falsa consciência.

Nesse sentido, o GPU não pode ser visto como uma ferramenta de planejamento urbano. É, antes de tudo, uma possibilidade, um arranjo para intervir no espaço urbano de maneira orientada para o mercado. Ele apresenta soluções e perspectivas algumas vezes falsas, sem possibilitar que a sociedade conheça realmente como será o projeto. Em certos casos, o GPU se transforma num empecilho à compreensão da cidade que está sendo projetada, um empecilho ao espaço urbano de todos. A impossibilidade de participação da população e de movimentos sociais vai além, uma vez que esse arranjo é fundamentado em uma PPP, em que os interesses privados sempre prevalecerão sobre o público, independentemente de qualquer regulamentação.

REFERÊNCIAS

- ALTSHULER, A; LUBEROFF, D. *Mega-projects: the changing politics of urban public investments*. Harrisonburg: R. R. Donnelley, 2003.
- CAIS Mauá. Viva o Centro. *Portal PMPA*, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=114>. Acesso em: 17 jun. 2013.
- CAIS Mauá de todos. *Fanpage Facebook*. Disponível em <<https://www.facebook.com/cais-mauadetodos>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
- CARTA aberta à população de Porto Alegre: como queremos nosso Cais Mauá? (pelo Movimento Ocupa Cais Mauá). *Sul 21*, Porto Alegre, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://>>

Clarice Misoczky de Oliveira é graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: arq.clarice@gmail.com

Rafael Kruter Flores é graduado, mestre e doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor Adjunto na Escola de Administração e no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS.
E-mail: rafael.flores@ufrgs.br

Artigo recebido em 31 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 22 de agosto de 2016.

- www.sul21.com.br/jornal/carta-aberta-a-populacao-de-porto-alegre-como-queremos-nosso-cais-maua-pelo-movimento-ocupa-cais-maua/>. Acesso em: 31 ago. 2015.
- CONCESSIONÁRIA entrega projeto de revitalização do Cais Mauá. *Notícias Portal PMPA*, Porto Alegre, 12 set. 2011. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=145253&CONCESSIONARIA+ENTREGA+PROJETO+DE+REVITALIZACAO+DO+CAIS+MAUA>. Acesso em 30 jul. 2013.
- DEFENSORES de alternativa para Cais Mauá convocam novo ato festivo. *Jornal Já*, Porto Alegre, 22 maio 2015. Disponível em: <<http://jornalja.com.br/defensores-de-alternativa-para-cais-maua-convocam-novo-ato-festivo/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
- FOGAÇA recebe projeto de revitalização do Cais Mauá. *Notícias Portal PMPA*, Porto Alegre, 6 maio 2009. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=106974&FOGACA+RECEBE+PROJETO+DE+REVITALIZACAO+DO+CAIS+MAUA>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- FRIEDMANN, J. The World City Hypothesis. *Development and Change*, 1986. In: BRENNER, N.; KEIL, R. (Ed.). *The Global Cities Reader*. Oxon: Routledge, 2010. p. 67-71.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- HOFMEISTER, N. Grupo estuda viabilidade econômica de alternativa para Cais Mauá. *Jornal Já*, Porto Alegre, 20 abr. 2015. Disponível em: <<http://jornalja.com.br/grupo-estuda-viabilidade-economica-de-alternativa-para-cais-maua/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
- INGALINA, P. *Le projet urbain*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- LECROART, P.; PALISSE, J. P. Grands Projets Urbains em Europe: quels enseignements pour l'île-de-France. *Les Cahiers de l'institut d'aménagement et d'urbanisme de la région d'Île-de-France*, Paris, n. 146, p. 5-27, mar. 2007.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008b.
- _____. *Critique of Everyday Life*. London: Verso, 2014.
- LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. The City as a Growth Machine. In: FAINSTEIN, S. S.; CAMPBELL, S. (Ed.). *Readings in Urban Theory*. Oxford: Blackwells, 1993. p. 291-337.
- LUKES, S. *Power: a radical view*. New York: MacMillan, 1993.
- MAENNIG, W. *World Cup 2010: South African economic perspectives and policy challenges informed by the experience of Germany 2006*. Hamburg: Universität Hamburg, 2009.
- MARX, K. *Capital*. London: Penguin classics, 1990. v. 1.
- MELO, I. Pontapé inicial: Novo cais até a Copa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 nov. 2011, p. 4-5.
- NOVAIS, P. et al. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. *Anais...* Belém: ANPUR, 2007. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2390/2363>>. Acesso em: 15 mai. 2016.
- O QUE é a defesa pública da alegria? *Catarse, coletivo de comunicação*, Porto Alegre, 5 out. 2012. Disponível em: <<http://coletivocatarse.com.br/home/o-que-e-a-defesa-publica-da-alegria/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- OLIVEIRA, S. Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. *Sul 21*, Porto Alegre, 25 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/>>

- retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- REVITALIZAÇÃO do Cais Mauá entre as prioridades para a Copa de 2014. *Notícias Portal PMPA*, Porto Alegre, 11 dez. 2008. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=100631&REVITALIZACAO+DO+CAIS+MAUA+ENTRE+AS+PRIORIDADES+PARA+A+COPA+DE+2014>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- SERENATA Iluminada Cais Mauá. *Evento Facebook*, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/787293858026240/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
- SIMON, G. Rosane de Oliveira (ZH) faz ótimo artigo sobre a Revitalização do Cais Mauá. *Blog Porto Imagem*, Porto Alegre, 20 set. 2015. Disponível em: <<https://portoimagem.wordpress.com/2015/09/20/rosane-de-oliveira-zh-faz-otimo-artigo-sobre-a-revitalizacao-do-cais-maua/>>. Acesso em 10 jun. 2016.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- VOLINO, J. Porto Alegre. Entrevistador: Rafael Kruter Flores. Brasil: Gravada em meio digital, 2016.

ENTRE GAFANHOTOS E VAGA-LUMES:

A POTÊNCIA NARRATIVA NA CRIAÇÃO DE OUTROS IMAGINÁRIOS POLÍTICOS NA PRAIA DA ESTAÇÃO

BETWEEN LOCUSTS AND FIREFLIES:

NARRATIVE POWER IN THE CREATION OF POLITICAL IMAGINARY IN THE PRAIA DA ESTAÇÃO

MILENE MIGLIANO

Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, Bahia, Brasil

R E S U M O : Buscamos, neste artigo, realizar uma montagem de narrativas de situações vivenciadas na experiência insurgente Praia da Estação a partir de 2010, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Partimos do questionamento de Ana Clara Ribeiro Torres (2011) sobre a novidade, com o uso da Internet, das mobilizações de resistência política urbana e a capacidade delas de superar a contenção do imaginário político. Por meio de três narrativas imagéticas de eventos – o primeiro Eventão; o aniversário de um ano da experiência, com a chegada do mar na praça; e a lavagem das escadarias do edifício da prefeitura, durante o bloco de carnaval da Praia da Estação –, pretendemos tensionar os processos de produção de sentidos, tentando desvelar detalhes e conexões de fabulação de imaginários diferentes daqueles que circulam na contemporaneidade do planejamento urbano.

P A L A V R A S - C H A V E : Belo Horizonte; Praia da Estação; espaço público; narrativa; imaginários políticos; experiência urbana.

A B S T R A C T : *With this article we intend to create a montage of narratives in situations experienced during the Praia da Estação (Station Beach) insurgency, which started in 2010, in the city of Belo Horizonte, in Minas Gerais, Brazil. We started from the questioning and problematization of overcoming the contention of the political imaginary (RIBEIRO, 2011) in relation to the results achieved by the movements of political resistance, such as Praia da Estação. It is our intention to tighten the production processes, attempting to expose details and connections to other imaginaries, through the events of three imaged narratives: the first big event, the first anniversary of the experience with the arrival of the sea in the square, and washing of steps of the City Hall during the Praia da Estação carnival block.*

K E Y W O R D S : *Belo Horizonte; Praia da Estação; public space; narrative; political imagination; urban experience.*

Este artigo pretende compor uma montagem de algumas situações insurgentes vividas durante a realização da Praia da Estação, em Belo Horizonte. A proposta é produzir uma montagem, a partir de narrativas que evidenciam temporalidades distintas, da experiência urbana na ocupação de territórios urbanos. Partindo desse recorte, tensionamos as situações a fim de compreender se é possível ultrapassar a contenção do imaginário político contemporâneo. De acordo com Ribeiro (2011), para de fato transformar a realidade social, são necessários não apenas bons resultados em uma batalha insurgente, mas também a ampliação da imaginação a respeito do que podemos fazer em nosso meio de vida.

A Praia da Estação foi mobilizada em janeiro de 2010, a partir de uma reunião presencial convocada em um *blog*¹ anônimo na Internet, depois que o prefeito da capital decretou que estavam proibidos eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. No dia da reunião, cerca de 80 pessoas estiveram reunidas na praça, vestidas de branco, preto e vermelho, conversando sobre o lugar de onde vinham, as ideias que traziam, os caminhos que, juntos, poderíamos seguir. Depois de algumas horas, a conclusão foi a de que não era mesmo razoável ter, entre nós, apenas opiniões em comum; éramos muito diferentes, mas havia um motivo para estarmos ali, e decidimos fazer algo a respeito. Fizemos uma lista de *e-mails*, e, em uma semana, estava anunciada a chamada para a primeira Praia na Estação, marcada para a manhã de um sábado, especificamente no dia 16 de janeiro de 2010.

Os fragmentos de narrativas que abordaremos aqui provêm de situações em que as possibilidades de ocupação de espaços urbanos abandonados, revitalizados e/ou expropriados foram reivindicadas pela prática dos cidadãos, visando a propostas urbanísticas diferentes daquelas do poder hegemônico. A ideia inicial de fazer acontecer uma praia no centro da cidade foi escolhida pelo simples motivo de que qualquer um saberia o que fazer em uma praia, e, assim, estaríamos acionando a participação e a memória de todos na composição da situação. Outro fato importante: a primeira condição para que a praia realmente acontecesse foi, em alguma medida, uma inversão das regras e dos bons costumes da tradicional família mineira, apoiados na moral da Igreja Católica, amparada em irmandades e coronelismos – todos trajariam biquínis, sungas ou maiôs de banho.

Entre as diversas maneiras de fazer uso do espaço público da Praça da Estação, tentaremos apresentar aquelas em que identificamos a produção de narrativas sobre a Praia. Destacamos, inicialmente, o *teaser* da Praia da Estação que, lançado logo após a primeira praia, fazia um convite para os próximos eventos com um *funk* endereçado: “se liga aí prefeito/ aqui não tem depredação/ não me proíbe de ser cidadão/ liga a cascata, bota o calção e vem pra praia da estação.”² Depois aconteceu o primeiro Eventão, em um domingo, fazendo transbordar pela primeira vez a Praia para além da Praça da Estação. Por sua vez, a marchinha, o trajeto e a lavagem da escadaria do edifício da prefeitura no primeiro ano do bloco da Praia da Estação compõem a produção do Bloco da Praia da Estação, realizado desde 2010 nos sábados de carnaval na capital. Outras situações guardam a exclusividade de uma realização contextual e efêmera, como a fabricação do mar para o Eventão³ de aniversário de um ano da Praia. Outras situações ainda, como os mandados de desocupação pela cidade, utilizam-se da convocação da ideia da Praia para juntar forças e motivação em contextos relacionados à luta por moradia urbana, como aconteceu, recentemente, na Ocupação Izidora, ameaçada de despejo pela prefeitura, também no mandato de Márcio Lacerda.

1 Disponível em: <<http://vadebranco.blogspot.com.br>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

2 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4mEzQrF6v0M>>. Acesso em: 31 ago 2015.

3 Eventão é o nome que foi dado à criação de outro encontro, não apenas nos sábados de sol, na Praia da Estação. Esses encontros continham uma programação cultural ampliada e buscavam, no título, ironizar a proibição de eventos do prefeito.

4 A partir da reunião que aconteceu pela chamada no *blog* anônimo no início de 2010, foi produzida uma lista de *e-mails*; depois da primeira praia, os banhistas – como se auto-declararam os manifestantes da Praia da Estação – decidiram produzir um *blog* de acesso irrestrito às postagens, no endereço virtual www.pracalivrebh.wordpress.com.

Temos acompanhado na internet⁴, por meio de uma etnografia digital, todas essas situações, e podemos dizer que a busca por respostas para as condições de possibilidades de as novas tecnologias de comunicação e informação associadas à Internet transformarem as experiências de movimentos insurgentes na cidade é motivadora, além de fazer-nos visualizar muitos dissensos. No início de 2015, uma discussão acirrada sobre a legitimidade da chamada pública da Praia da Estação no *site* de redes sociais *Facebook* provocou a emergência de situações de desrespeito, machismo e racismo, tanto na Internet quanto no espaço físico. A situação estava primeiramente relacionada a um desentendimento sobre os tipos de referências culturais da ocupação – questionamento que surgiu depois da publicação no *site* de um cartaz de chamada da retomada da Praia no verão desse ano. Algumas pessoas se mobilizaram para produzir e postar um cartaz, que foi criticado por outra pessoa de maneira preconceituosa, deslegitimando o trabalho; a crítica foi rapidamente rechaçada com diversas publicações que remetiam ao racismo e a uma certa elitização da Praia: o grupo novo (aquele criticado) questionava a hierarquia que parecia existir, como se houvesse a necessidade de submeter os chamados a alguém. Logo, outros adeptos da mobilização retomaram a importância da diversidade e da mobilidade em relação aos que estavam à frente das ações, ressaltando a horizontalidade e a ausência de lideranças.

Lembramos que, já durante o primeiro ano, em 2010, a chamada e ocorrência da Praia do Trabalhador, no primeiro de maio, surgiu por via de um desconhecido dos banhistas da Praia, o que gerou uma grande discussão dentro da lista de *e-mails* e do *blog* da Praia da Estação. Ambos os ambientes virtuais eram consideravelmente utilizados na época⁵; e, depois de algumas discussões – tanto nos espaços virtuais como em encontros na Praia –, chegamos à conclusão de que era exatamente essa liberdade de ação que gostaríamos que emergisse do esforço em se manter o *blog*⁶ como um espaço aberto, com *login* e senha para a publicação disponíveis na primeira página. Segundo Carolina Abreu (2013), nos ambientes virtuais analisados em sua dissertação, as maiores discussões sempre giraram em torno da horizontalidade e do fato de a Praia ser um espaço sem líderes; tais questões ainda continuam tendo reverberações, mesmo depois de cinco anos. Pelo exposto até o momento, já podemos, em alguma medida, inferir que a Praia da Estação possibilitou um aumento das discussões sobre questões que enfatizam modos diferentes de fazer a cidade.

5 Seguindo a análise de Carolina Abreu (2013) na dissertação *Eu polícia, a praia é uma delícia – rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação*, esse período foi um daqueles em que houve maior mobilização e trocas nos dois ambientes das redes sociais.

6 Disponível em: <www.pracalivrebh.wordpress.com>. Acesso em: 30 ago. 2015. Até 30 de agosto de 2015, o espaço continuava aberto.

OUTRAS TEMPORALIDADES

A praça Rui Barbosa é conhecida em Belo Horizonte como Praça da Estação, já que abrigava, até 2004, a estação de trem e a central de metrô. Nesse ano, o prédio entrou em reforma para receber o acervo da Fundação Cultural Flávio Gutierrez, que, atualmente, compõe o Museu de Artes e Ofícios. A Praça da Estação tem lugar cativo na memória e história da cidade, pois foi a porta de entrada na nova capital mineira, tanto no que diz respeito à chegada de pessoas quanto de materiais. Belo Horizonte foi inaugurada em 1896, e, em 1904, a praça já estava urbanizada, contendo o “primeiro relógio público da cidade”⁷, que havia sido fixado na estação antiga em 1898. Em 1922, foi feito o novo prédio da Estação, projeto do arquiteto italiano Luiz Olivieri, que estava na cidade desde 1895, compondo a Comissão Construtora para a Nova Capital, na equipe responsável pela execução do plano de Aarão Reis. É importante

7 Informação recuperada no *site* oficial da Prefeitura de Belo Horizonte (Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&lang=pt_BR&pg=5780&tax=22380>. Acesso em: 30 ago. 15).

ressaltar, ainda, que a nova capital foi uma das primeiras cidades planejadas no Brasil e que o plano original, quando produzido, foi inspirado no positivismo francês, o qual não considerava conhecimentos ligados a crenças e espiritualidades, mas sim à ciência e aos avanços científicos, compreendidos como único modo de progresso do homem.

Além do novo prédio, a praça também ganhou, em 1922, estátuas representando as quatro estações e um tratamento paisagístico inspirado nos jardins franceses, uma vez que, até aquele tempo, os jardins da cidade seguiam a tradição inglesa. Em 1931, foi inaugurada uma fonte luminosa, ampliando as atrações oferecidas aos habitantes e visitantes da cidade, como o jardim com mais de 250 espécimes diferentes de rosas. Na década de 1960, ocorreu a ampliação da Avenida dos Andradas, com a consequente diminuição da área para convivência, isto é, para uso dos pedestres, nos nichos da praça.

Sabemos que, com o desmantelamento da rede ferroviária nacional, a dimensão de entrada e saída da cidade vai tomando outro plano; em 1980, a praça foi novamente tema de polêmica sobre os usos a oferecer: os planejadores almejavam instalar a estação central de metrô superficial junto à estação de trens.

Em 1988, o prédio da estação foi tombado, e, em 1998, o conjunto arquitetônico da Praça da Estação passou a integrar a lista de bens culturais do Estado de Minas Gerais. Nesse momento, o metrô já estava instalado, transformando a sociabilidade da praça em, novamente, um lugar de “aportamento de passageiros” (RODRIGUES, 2012, p. 210), mas, dessa vez, não mais para pessoas provenientes de outros lugares, agora a maioria era oriunda da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Seguindo, ainda, a trajetória de espaço público da Praça da Estação, encontramos informações de que a área foi amplamente usada pelo movimento das Diretas Já, no início da década de 1980, e de que em 1996 “as edificações da Praça eram de uso coletivo, uso comercial, de serviços e industrial. O espaço abrigava grande número de manifestações culturais. À época havia um bar localizado no prédio da Estação Central” (RODRIGUES, 2012, p. 208). Em 2002, a praça entrou em um processo de revitalização que havia começado com a retirada da área de estacionamento em frente ao prédio da estação. Depois, veio o deslocamento das estações: a do metrô, para um *hall* subterrâneo rapidamente adaptado, e a de trem, para um prédio em péssimo estado de conservação. Na sequência, houve a retirada dos comerciantes e dos outros usos públicos do prédio.

Em 2005, as porções da praça à oeste da margem do Ribeirão Arrudas tiveram seus espaços públicos tapados, e, a partir de um certo dia, todas as árvores passaram a portar números e letras em pequenos papéis cor-de-rosa amarrados aos seus troncos; parecia que estavam marcadas para alguma decisão entre morte ou vida. A praça entrou em reforma. Todas as pessoas que a utilizavam para almoçar, encontrar, trabalhar – como os fotógrafos lambe-lambe e os vendedores de sorvete e CD’s –, descansar, esperar o ônibus ou simplesmente para trafegar ficaram impossibilitadas de realizar seus usos no território.

O deslocamento da estação de trens e metrôs foi feito com a promessa de que, assim que o museu se estabelecesse, as plataformas de passageiros voltariam para o lugar original e as pessoas transitariam pelas obras do acervo para chegar aos vagões. Em 2005, a polêmica chegou aos muros dos tapumes das obras na escadaria que liga a Rua Sapucaí à praça, os quais foram preenchidos com inscrições que criaram uma rede de sentidos sobre o direito de ser informado quando o museu ficaria pronto. Durante a reforma, as estátuas que ainda estavam na praça foram substituídas por réplicas e as

originais foram guardadas no Museu Histórico Abílio Barreto, sob decisão do Poder Público para protegê-las de vandalismo.

Mas os belo-horizontinos não sofriam apenas com a falta da praça pública, eram afetados também pela falta de praia⁸. Em 1989, atores do Grupo Galpão convidaram bailarinos e atores de vários grupos da cidade para saírem vestidos com roupas de banho pela Savassi e Praça Sete, com faixas, proclamando o manifesto “Queremos praia!” (OLIVEIRA, 2012, p. 216), a partir do qual promoveram o imaginário de que “todos [poderiam] se torn[ar] participantes ativos da experiência, do evento” (MELO, 2014, p. 23). A experiência, fruto de um Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é considerada como uma das mais importantes na formação do Grupo Galpão, tanto no que tange ao uso do espaço, quanto na “relação ator/expectador” (GONTIJO, 2009 *apud* MELO, 2014, p. 23).

Outro evento relacionado ao imaginário praieiro⁹ foi a ideia do grupo Maneiras de Morar (MOM), da Escola de Arquitetura da UFMG, de criar uma praia em um lote vago da cidade, ocupando-o com propostas diversificadas de uso. No lote-praia, foram espalhados espreguiçadeiras, piscinas de plástico e guarda-sóis, que foram aproveitados durante um dia inteiro, como pode ser visto no vídeo-registro da ação.

Já em 2008, Márcia Amaral, moradora do Edifício JK¹⁰, passou a usar a praça Raul Soares para tomar banho de sol, deitada em uma canga que estendia ao lado de seus acessórios para usufruir de um momento ao ar livre, próximo às fontes de água. Além de ter sido tema da mídia belo-horizontina, por chamar a atenção dos transeuntes e outros adeptos da praça, Márcia começou a sofrer também repressão policial por estar na grama do espaço público. No mesmo ano, a musa da Raul Soares, como passou a ser chamada, foi presa por desacato às autoridades policiais. Ela reivindicava a liberação do uso do gramado da praça para famílias e para a realização de piqueniques, como acontece em muitas cidades européias na primavera e no verão.

As performances *A Ilha* (2008), do Conjunto Vazio, e *Rotatória de Praia da Estação* (2009), do Coletivo Azucrino, também podem ser elencadas, conforme Oliveira (2012) e Melo (2014), como ações que precederam e influenciaram a escolha da realização do protesto-festivo como praia, depois da reunião do Vá de Branco. Ambas as ações conduziam momentos de lazer em rotatórias e outros espaços vagos na cidade, com roupas de banho, cadeiras, guarda-sóis e até cangas. O *Rotatória de Praia* na Praça da Estação comemorou três anos do Coletivo Azucrino e contou até com sonorização de DJ's. A presença de integrantes de ambos os coletivos na reunião do Vá de Branco possibilitou que a ideia fosse lembrada, apresentada e tomasse forma na primeira Praia da Estação, em janeiro de 2010.

Em 2007, a praça foi novamente entregue ao uso da população, com a esplanada concluída, fontes de água que saltavam do chão para amenizar o calor da aridez do piso; sua amplidão possibilitava, inclusive, a realização de grandes eventos, seguindo o projeto de lei que havia sido publicado para fazer jus a todas as obras que estavam sendo conduzidas. Quando o uso da praça foi novamente liberado para os habitantes de Belo Horizonte, o pessoal do Duelo de MC's passou a se reunir perto da estátua, retomando a região central para encontros dos adeptos do *Hip Hop*. Na verdade, os *rappers* tentaram se reunir aí, mas, como os guardas municipais disseram que precisariam de uma autorização para permanecer no local, passaram a se encontrar na calçada ao lado, o que acabou facilitando a instrumentação para a realização das rimas, com o uso do som do carro de um dos participantes¹¹. Nos primeiros meses,

8 Diz a máxima: “em Belo Horizonte não tem mar, tem bar”.

9 Termo utilizado por Paulo Rocha, banhista da praia, citado por Thalita Melo (2014) e Igor Oliveira (2012).

10 O conjunto Governador Juscelino Kubitschek foi projetado por Oscar Niemeyer e construído na década de 1950. Localiza-se no bairro Santo Agostinho, próximo à Praça Raul Soares. No período de sua construção, o objetivo do governador era atenuar a crise de moradia da classe média, como consta na página oficial da cidade. O projeto ambicionava conter todos os serviços no próprio conjunto, refletindo a prática dos complexos arquitetônicos modernos europeus, inspirados nos ideais de Le Corbusier (Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/node/33144>>. Acesso em: 30 ago. 2015).

11 Informações disponíveis em uma entrevista constante em Cesário (2011).

eles se reuniram nesse ponto, porém, com a chegada das chuvas, deslocaram-se para a parte de baixo do viaduto Santa Tereza.

Ao final de 2009, após três anos de inauguração do Museu de Artes e Ofícios, a população já tinha percebido que o uso original como estação do prédio desenhado por Luiz Olivieri não voltaria para os usuários do metrô urbano e trem de passageiros¹². Então, saiu o anúncio de que o decreto que proibia os eventos no espaço público da praça entraria em vigor no primeiro dia de janeiro de 2010.

É importante assinalar que a discussão sobre os espaços públicos é densa e extensa, demandando um tratamento adequado, no entanto, neste texto, apenas tateamos esse debate. Em uma rápida avaliação das situações já elencadas, como a substituição das estátuas por réplicas, a tomada da função pública do prédio da estação e, por último, a proibição de eventos no espaço público da praça, podemos concluir, em concordância com o que diz Manuel Delgado (2014), que o espaço público está sendo sequestrado pelos discursos que criam a ilusão de continuar proporcionando o poder dos dominadores sobre os dominados, numa tensão que fantasia a potência dos cidadãos como usuários dos espaços, praticamente como clientes do Estado: “A sociedade democrática seria assim, de fato, uma amplificação universal da ideia matriz de sociedade anônima mercantil, cujos indivíduos participam em função não de sua identidade, mas no entanto compartilham – em um sentido agora empresarial – interesses, ações e valores.” (DELGADO, 2014, p. 50).

A cidade ordenada conforma-se, então, como uma expressão dos poderes hegemônicos nos espaços públicos. Compreendemos que tal entendimento do espaço social aproxima-se do pensamento de Jacques Rancière (1996) sobre a dimensão política e a ordem policial que regem a realidade social. Para o autor, o mundo social faz uma articulação entre uma ordem policial, que aloca os sujeitos em grupos de nascimento, lugar conquistado e interesses – sujeitos que têm suas funções, espaços ocupados e seus modos de ser articulados em um mundo visível –, e uma ordem política, que dá visibilidade a alguns dos danos sofridos pelos sujeitos que não estão situados na contagem feita pela ordem policial. Para Rancière, “a política é descrita como uma ruptura específica da lógica imposta pela ordem policial”, explica Marques (2012, p. 1), esmiuçando a perspectiva do filósofo, na qual a ocorrência da política acontece quando há perturbação da ordem policial. Essa perturbação ocorre quando, por meio de ações comunicativas conflituosas, apresenta-se e questiona-se um dano social de minorias/maiorias. Seguindo Rancière, há um comum saturado produzido pela ordem policial, que opera pela via dos consensos, da adequação dos corpos, vozes, intenções e lugares. Esse tipo de comum não tem a capacidade de incorporar excessos ou partes que não estão integradas à sua ordem. Mas a igualdade da ordem policial pode ser questionada a qualquer momento por aqueles que se dão conta de que não fazem parte da contagem que ela abrange, embora continue, ainda assim, regendo-os. Ao instaurar um processo de encenação do dano político que sofrem, os sujeitos podem produzir uma cena de dissenso, na qual conquistam esclarecimento e visibilidade do dano e, ao mesmo tempo, sofrem juntos a compreensão da desigualdade existente nas situações sociais e da naturalização que se reafirma pelo preconceito e pela injustiça. Rancière ainda destaca que essa cena de dissenso é dissolvida na ordem policial, após conquistada a visibilidade e a transposição do dano que certo grupo social sofria. A política existiria, assim, apenas como um lampejo, brilhando, rápida, mas infimamente, na ordem policial.

12 A linha de transporte de passageiros entre Belo Horizonte e Vitória é uma das últimas ainda preservadas em toda a rede brasileira. Passa pelo Vale do Aço e Governador Valadares, atendendo uma população carente do interior.

OUTRAS NARRATIVAS?

Talvez possamos afirmar que a superação da contenção do imaginário político pode vir a acontecer quando um dos lampejos que irrompem a ordem policial brilha e produz narrativas da experiência. Se urbana, a narrativa precisa, para existir, vir a ser compartilhada nas redes de sentidos espalhadas pela(s) cidade(s), a fim de que produza imaginários outros sobre as experiências vividas. A compreensão da narrativa urbana é atravessada pela dimensão da escrita da cidade. Em *Rua de Mão Única*, Benjamin (2000 [1928], p. 28) anuncia que os textos, as “nuvens de letras-gafanhotos”, que, antes se encontravam deitados nos livros, passariam a ocupar a posição ereta, distribuídos pelos muros, atrapalhando o contato com o sol dos “espíritos dos habitantes da metrópole” (BENJAMIN, 2000 [1928], p. 28). Nos tempos do historiador, as letras que ocupavam as ruas eram os nomes dos estabelecimentos comerciais, e a premonição benjaminiana de que elas iriam se tornar cada vez mais densas virou realidade. Agora, no século XXI, é fato que a quantidade de estímulos urbanos e a velocidade do transporte transformaram as condições de vida e, conseqüentemente, de possibilidade de se produzir narrativas.

Em *Teses sobre a História*, Benjamin (1996 [1940]) trata da emancipação que as narrativas da história são capazes de promover com a cisão do pensamento histórico oficial, isto é, o pensamento dos vencedores. Assim, compartilhamos o entendimento de que “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1996, [1940], p. 223). Nesse sentido, a ampliação das narrativas comporia uma possibilidade de ampliação do imaginário político por meio da fabulação e fabricação de outras experiências urbanas insurgentes, ainda nem sequer sonhadas e que podem vir a ser meios de transpor a produção do “terror inconsciente que malogr[a] qualquer apelo à organização da resistência” (BENJAMIN, 2013, [1925], p. 70). O perigo da desistência da resistência é abrangido por outro ainda maior: “entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento” (BENJAMIN, 1996 [1940], p. 223). A opção sugerida pelo autor é “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1996 [1940], p. 223), sendo que tal reminiscência pode ser uma imagem daquele momento.

Didi-Hubermann (2011), na esteira de Benjamin, destaca que “o primeiro operador político de protesto, de crise, de crítica ou de emancipação, deve ser chamado **imagem**, no que diz respeito a algo que se revela capaz de **transpor o horizonte** das construções totalitárias” (DIDI-HUBERMANN, 2011 [2009], p. 118, grifos do autor). Ele, indo ainda mais além, propõe que o sentido da reflexão de Benjamin “sobre o papel da imagens como modo de ‘organizar’ – isto é, também de desmontar, de analisar, de contestar – o próprio horizonte de nosso pessimismo fundamental” tem uma dimensão crítica produtiva (DIDI-HUBERMANN, 2011 [2009], p. 118). Ao desvelar os sentidos de qualquer imagem sobre a qual decida se debruçar, Didi-Hubermann esmiuça cada detalhe que possa explodir em uma mônada de possibilidades, facilitando a compreensão sobre o contexto imaginado daquele tempo-instante em que, talvez, tenha lampejado um vaga-lume.

Já Kracauer apresenta a ideia de que é possível encontrar “a presença do imprevisível” na imagem fotográfica (KRACAUER, 2014 [1951], p. 79), acrescentando

que esta pode e deve facilitar a produção de conhecimento do historiador, ou seja, deve ser utilizada pela ciência. Em um de seus ensaios, ele afirma que a fotografia “é uma medida de isolar os movimentos e as configurações transitórias que nosso olho seria incapaz de registrar” (KRACAUER, 2014 [1951], p. 62). Ao utilizar imagens fotográficas, ampliamos, pois, a produção de um conhecimento crítico sobre a situação contida na narrativa daquela imagem. É o que faremos a seguir.

IMAGENS DA PRAIA DA ESTAÇÃO

A primeira imagem que compõe nossa montagem é um registro da marcha do primeiro Eventão da Praia da Estação, organizado em parceria com diversas bandas e com o Duelo de MC's, havendo a realização de uma apresentação musical debaixo do viaduto Santa Tereza (Figura 1). Entre a praça e o viaduto, ambos constantes do conjunto arquitetônico tombado, vemos na imagem uma parte do caminho que os manifestantes estavam quase terminando de percorrer.

Aliás, essa foi a primeira saída da Praça da Estação do movimento, a primeira onda¹³ que transbordou para além da areia da praia. Duas proposições muito importantes para o movimento foram desenvolvidas nesse dia: a primeira era fazer que a praia existisse fora da praça, e a segunda, assumir a marcha como um movimento de produção de sentido coletivo na cidade. A demanda de sair da praça aconteceu, principalmente, por uma razão prática, a impossibilidade de sonorização para as bandas que tocariam no Eventão. Conversando com a equipe do Duelo de MC's, eles nos ensinaram como utilizavam a instalação elétrica embaixo do viaduto nos eventos que realizavam semanalmente nas noites de sexta-feira.

13 A ideia de onda perpassa a produção do imaginário praieiro e fez parte dos textos do cartaz chamando para o Eventão, na frase “A onda não acaba na praia” (ABREU, 2013, p. 30).

Figura 1: Primeiro Eventão Praia da Estação, Avenida dos Andradas, 6 de março de 2010



Fonte: Fotografia de Tamás Bodolay (2010).

Com a necessidade da mudança de local, ficou certo para todos os participantes do Eventão que, em algum momento, o deslocamento precisaria ocorrer entre a

Praça da Estação e embaixo do Viaduto Santa Tereza. Terminadas as atividades na praça, alguns banhistas propuseram, então, que o trajeto fosse feito pela Avenida dos Andradas, compondo um texto durante o caminho percorrido na cidade. Segundo a compreensão de Michel de Certeau (2004, [1990]), quando caminhamos na rua, construímos igualmente um discurso que significa (e tem significado) no e com o contexto urbano. Para o autor, a “enunciação pedestre” se constitui na relação entre o estilo e o uso tanto da linguagem quanto do espaço urbano, possibilitando, dessa maneira, uma outra escrita na cidade – a escrita que todos os transeuntes fazem ao percorrer a pé as ruas cotidianamente.

Na imagem, podemos perceber algumas linhas de luzes de automóveis e ônibus paralisados nos dois lados da avenida. As linhas de trânsito também estão riscadas e, mesmo na curva, seguem uma linha ordenada. As plantas crescem em jardineiras de concreto, que, semelhantemente, também seguem os traços da avenida. Já a escrita dos passos da marcha indica uma mistura de corpos que foge ao traçado urbanístico, mistura-se e perturba a ordem policial, ao atrapalhar o trânsito de uma tarde de domingo. Destacamos que foi a primeira vez que a praia aconteceu em um outro dia da semana que não o sábado. A ocupação possibilitada pela marcha imprimiu uma escrita que surge nas entrelinhas dos traços definidos pelo planejamento urbano.

Ao decidir fazer a marcha juntos, decidimos escrever algumas outras linhas nas proximidades da Praça Rui Barbosa, já que eventos por lá estavam proibidos. Com a enunciação dos passos dos banhistas que percorreram o asfalto e o concreto sobre o rio Arrudas, quase todo coberto, escrevemos para a cidade que estávamos ali, realmente com o intuito de trazer à tona outros projetos de cidade, entre eles, o de ocupá-la para, assim, atribuir-lhe outros sentidos.

Figura 2: Aniversário de um ano da Praia da Estação, Avenida Amazonas, 23 de janeiro de 2011



Fonte: Fotografia de Flora Rajão (2011).

A segunda imagem é a do mar da Praia da Estação, descendo a Avenida Amazonas em direção à praça, no evento de comemoração de um ano da existência da Praia (Figura 2). O mar foi inspirado na obra *Divisor* (1968), da artista Lygia Pape, encenada pela primeira vez com crianças de uma escola localizada em uma favela carioca, em plena ditadura militar. Em uma entrevista em 2004, a artista disse que gostaria que o trabalho fosse coletivo e que pudesse acontecer outras vezes, sem que ela estivesse presente, participando da produção dos sentidos atualizados pela obra – ações que “atualmente são chamadas de performances”¹⁴. Composta por um pano branco de algodão de 20 x 20 metros e com fendas, *Divisor* foi diversas vezes reenencenada, sendo que em 2010 foi apresentada em um vídeo (de uma outra encenação feita na década de 1990 no Rio de Janeiro) na 29ª Bienal de Arte de São Paulo. Belo Horizonte recebeu, logo na sequência, uma mostra de extensão da Bienal de Arte, com a exposição de algumas obras no Palácio da Artes, centro cultural estadual, gerido pela Fundação Clóvis Salgado. Entre as atividades, para além da exposição, estava prevista a reenencenação da obra de Lygia Pape. Foi organizada, para tanto, uma reunião, porém esta não foi aberta a todos os presentes que nela se apresentaram; a participação foi restrita a jovens participantes de um projeto de serviço social e de formação artístico-cultural do Estado.

Sentindo-se lesados por não terem a possibilidade de participar da proposição, alguns dos banhistas da Praia da Estação que lá estavam presentes resolveram propor a produção de uma réplica da obra para os outros membros da lista de *e-mail*. Convo-caram uma reunião em uma outra praça da cidade, localizada aos pés da zona do Curral, a Praça Juscelino Kubitschek, onde os que estivessem interessados estariam convidados a comparecer para ajudar a produzir o que já se chamava de “mar da Praia da Estação”. Inspirado no *Divisor*, esse mar foi produzido em plástico azul.

Esse segundo deslocamento das atividades da praia para outra praça possibilitou contatos com pessoas diferentes do público que circula no centro da cidade e, consequentemente, ampliou o desenho dos limites da Praia. A proximidade com a Vila Acaba Mundo¹⁵ e com os apartamentos luxuosos de uma das áreas nobres da cidade – a Avenida Bandeirantes – garantiu um dia de trabalho permeado por encontros com muitas crianças, tanto com as da favela, que circulavam livres pela área, como com aquelas que eram acompanhadas pelas babás:

A saída do mar foi chamada na lista de *e-mails* da praia como atividade do Eventão de um ano, e desceu da Praça Sete em direção à praia pela Avenida Amazonas, com as pessoas cantando acompanhadas por um tarol, inventando danças e parando o trânsito movimentado do centro, no sábado pela manhã. Chegando, o mar foi direto para a fonte, e a pressão dos jatos de água formaram condições de possibilidades de criações de brincadeiras, negociadas entre os corpos vestidos em trajes de banho, no concreto. Logo, o mar estava no chão e os banhistas escorregavam sobre ele, junto com as outras pessoas que vieram se misturar naquele momento, como no vídeo compartilhado no mesmo dia, <https://www.youtube.com/watch?v=GpqS2pfXfVY> (MIGLIANO, 2014, p. 125).

A realização da performance com a réplica/inspiração de Lygia Pape ampliou a maneira de se relacionar com a cidade. A dimensão lúdica e contagiante do protesto-lúdico-festivo perpassou a potência estética na apropriação de uma obra de uma artista implicada nas lutas políticas e históricas, atualizando o imaginário praieiro na

¹⁴ Disponível em: <<http://www.lygiapape.org.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

¹⁵ Em Belo Horizonte, os aglomerados urbanos construídos em condições precárias de ocupação e baseados em arquitetura vernacular, conhecidos como favelas em todo o Brasil, são chamados de vilas.

prática. Na imagem, ainda podemos notar a dimensão de criação dos banhistas participantes, quando desvestem o mar e, juntos, fazem vibrar o azul, com os braços estendidos para o alto, simulando as ondas de um mar imaginado.

Se a enunciação pedestre produzida coletivamente na marcha do primeiro Evento foi uma situação importante para a onda da praia, o mar foi a conquista da estratégia de produção tática de ondas. Ao considerar que a tática é o modo de usar de quem não tem o poder estratégico para agir, estamos seguindo a dimensão de produção de sentidos da enunciação pedestre de Certeau (2004 [1990]). A potência da arte na produção de agenciamentos coletivos de enunciação, acessando e acionando afetos e perceptos por meio da “contaminação transversal afetiva” (GUATTARI, 2012 [1992], p. 116), pode explicar a força da imagem do mar para os banhistas mineiros, que estavam ali performando a agência de transformação daquele espaço. O agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 2011 [1980]) produzido aqui ultrapassa a dimensão da criatividade cotidiana, pois transforma a ordem policial dos espaços legitimados, inclusive, pela arte. Felix Guattari afirma que, quando a produção simbólica passa pela dimensão sensível, o desejo de se “excentrar em relação aos quadros e coordenadas pré-formadas” (GUATTARI, 2012 [1992], p. 116) se amplia ainda mais em todos os que são afetados pela produção em questão. Transformar as coordenadas e quadros, tanto da realidade social urbana quanto do mundo da arte, muitas vezes exclusivo aos círculos que interessam aos que têm o poder sobre a sua legitimidade, era, sem dúvida, uma das motivações dos participantes do Evento de um ano da Praia.

Relevante para os banhistas, mas também para a mídia local e para as redes alternativas de comunicação conectadas pela Internet, a imagem do mar chegando à Praia da Estação expandiu o alcance do imaginário praiense. Quando a figura 2 foi publicada nos jornais impressos e na Internet e, posteriormente, em revistas, ela foi vista por muitas pessoas que não estiveram no momento presente da performance. Um grupo do carnaval de rua do Rio de Janeiro – que a cada ano muda seu percurso e o nome do cortejo, numa tática política de fuga do ordenamento determinado – fez ainda, naquela semana, um convite ao mar belo-horizontino para participar do seu desfile, que se chamaria “O centrão vai virar mar”. A Internet começava a fazer sentido para além das ruas de Belo Horizonte, conectando a Praia da Estação a outros portos.

A terceira imagem é a do Bloco da Praia da Estação realizando a lavagem simbólica das escadarias da Prefeitura de Belo Horizonte (Figura 3). A prática cultural da lavagem de escadarias de igrejas acontece principalmente nas festas de largo na Bahia, como a Festa do Nosso Senhor do Bonfim. Todo começo de ano, as baianas, vestidas com trajes típicos de suas atuações em terreiros de candomblé, realizam uma procissão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, na Ribeira, em Salvador. Ao chegarem às escadas do bonfim, jogam a água perfumada por lavanda que traziam em seus baldes e varrem a sujeira, que simboliza os pensamentos negativos, abrindo espaço para os bons caminhos do novo ano. No caso de Belo Horizonte, a demanda era lavar todas as corrupções e os desmandos do atual prefeito, para que a cidade pudesse seguir inspirada em outras experiências, como as do tempo em que o Orçamento Participativo acontecia em reuniões públicas nos bairros da cidade.

Figura 3: Lavagem das escadarias da Prefeitura de Belo Horizonte pelo Bloco da Praia da Estação, Avenida Afonso Pena, 5 de março de 2011



Fonte: Fotografia de Flávia Mafra (2011).

Na imagem, vemos o caminhão-pipa estacionado, as pessoas vestidas em trajes de banho, portando acessórios de praia como parte da fantasia do bloco. Os guardas municipais, em uniformes escuros na escadaria, e a monumentalidade e dureza do prédio da prefeitura contrastam-se com a volumetria da massa de foliões ao pé do prédio.

Notamos, ainda, ao menos três pessoas que passam pela rua, observando o bloco, fazendo um outro uso da rua, o de lugar de passagem cotidiana. Talvez os banhistas-foliões estivessem cantando a marchinha da Praia da Estação: “fui me banhar na Praia da Estação/ mas esqueci o filtro solar/ agora saio no bloco do Tchatcha/ fantasiado de camarão/ tenho certeza que valeu a pena/ é um absurdo o tal decreto/ se o Lacerda curte a canetada/ que dê uma canetada no próprio reto”¹⁶.

O imaginário praieiro também chegou até a crítica política por meio do samba de uma marchinha de carnaval. Outros blocos vieram, por diversos bairros, transformando a tradicional fuga da cidade para outros estados ou mesmo para o interior no feriado pagão. Dois anos mais tarde, a festa já estava tão animada que chamou a atenção de emissoras de televisão e do Poder Público. No ano seguinte, além dos banheiros químicos que a prefeitura já havia passado a distribuir, foi preciso que os blocos dissessem se aceitariam ou não a divulgação da prefeitura, cláusula exigida diante da publicidade que estava sendo feita a partir das imagens produzidas nos blocos. Atualmente, a prefeitura tem desenvolvido um plano de apoio e de publicização da festa que tem atraído multidões, a qual já faz parte do calendário festivo da Secretaria de Turismo do Poder Municipal. Uma das grandes discussões entre os foliões e a secretaria é a da dimensão de manifestação cultural do carnaval, em vez do entendimento da festa como um evento turístico pontual.

Contudo, existem outras apropriações de todo esse imaginário praieiro que, com ludicidade e posicionamento político, vem contaminando outros movimentos de

¹⁶ De autoria de um dos banhistas, a marchinha encontra-se gravada no disco, disponível online, *Deita no cimento! Músicas do carnaval de rua de Belo Horizonte 2009-2014*.

ATUALIZAÇÕES

Consideramos como narrativa a produção de imaginários compartilhados sobre a situação de experiência. Usamos como matéria-prima da montagem entrevistas, conversas e encontros, bem como textos e imagens das práticas que foram compartilhadas tanto em copresença espacial quanto por meio de mediação digital. Levamos em conta os processos relatados pelos cidadãos implicados no desejo, visibilidade e reivindicação dos espaços urbanos em questão.

Podemos, agora, com a breve análise crítica que esboçamos, perceber que é possível inventar, produzir e compartilhar outros projetos de cidade, fazer uso dos espaços físicos e virtuais nos processos de ocupação e reivindicação da urbanidade, produzindo imaginários políticos diferenciados. Encontrar a potência de produzir contaminações e redes e imbricar outras pessoas e outras cidades em práticas de criticar/desejar/fazer outra cidade são algumas das outras sociabilidades contra-hegemônicas que emergem da Praia da Estação. Fazem parte dessas redes de sentidos as narrativas híbridas, produzidas, muitas vezes, com o uso das novas tecnologias de comunicação e informação e compartilhadas no espaço urbano e na Internet.

Observamos na montagem a potência crítica da Praia da Estação na produção de outros imaginários políticos e urbanos, reinventando o uso do modelo de ocupação urbana, de sociabilidade na cidade, e buscando outros modos de apropriação do espaço virtual da Internet.

A partir da ampliação de temporalidades em cada uma dessas situações, as condições de possibilidade de experiências a serem mobilizadas também se expandiram. Quando outros tempos se atualizam no mesmo território da praça Rui Barbosa, percebemos que a Praia da Estação permite a composição coletiva de recreações de rituais cotidianos, políticos, religiosos, populares e artísticos, bem como de rituais que ainda estão por vir. Essas experiências são apreendidas por narrativas em imagens, vídeos, músicas e textos produzidos colaborativa e compartilhadamente, na espera dos desenrolares, dos acasos e imprevistos. É essa capacidade de não saber ao certo o que pode vir a acontecer, mas confiando, praticando e atualizando as experiências que já aconteceram, que cria, nesses tempos de ocupação, outros imaginários políticos possíveis.

Milene Migliano é graduada e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
E-mail: milenemigliano2@gmail.com

Artigo recebido em 31 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 7 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. A. *Ei, polícia, a praia é uma delícia!*: rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas Vol. I* – Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1996 [1940].
- _____. *Obras Escolhidas Vol. II* – Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1928].
- _____. *Capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 [1925].
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2004 [1990].
- CESÁRIO, L. L. Debaixo do viaduto tem um Duelo de MC's. *Revista Marimbondo*, Belo Horizonte, v. 1, 2011. Disponível em <<http://revistamarimbondo.com.br/artigo/16>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia, vol. I*. São Paulo: Ed. 34, 2011 [1980].
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011 [2009].
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012 [1992].
- JACQUES, P. B. Espetacularização Urbana Contemporânea. *Cadernos PPG-AU*, Salvador, nº especial, 2004. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1684>> . Acesso em: 10 maio 2016.
- KRACAUER, S. *Sur le seuil du temps: Essais sur la photographie*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2014 [1951].
- MARQUES, Â. C. S. Relações entre comunicação, estética e política: tensões entre as abordagens de Habermas e Rancière. *Revista Compolitica*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 110-130, set./out. 2011. <http://dx.doi.org/10.21878/compolitica.2011.1.2.28>
- _____. Três bases estéticas comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 21., 2012. *Anais...* Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 1-14. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1830.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- MELO, T. M. *Praia da Estação [manuscrito]: carnavalização e performatividade*. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- MIGLIANO, M. O Dissenso do Divisor enquanto mar. In: CORPOCIDADE, 4., 2014. *Caderno de Articulações Corpocidade 4*. Salvador: Plataforma Corpocidade, 2014. p. 124-125.
- NEGT, O. *L'espace public oppositionnel*. Paris: Editions Payot et Visage. 2007.
- OLIVEIRA, I. T. M. *Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- RANCIÈRE, J. *O descentendimento: Política e Filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RIBEIRO, A. C. T. Nós temos hoje uma espécie de contenção do imaginário político. *Revista Marimbondo*, Belo Horizonte, v. 1, 2011. Disponível em <<http://revistamarimbondo.com.br/artigo/25>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- RODRIGUES, R. L. *Arquiteto moderno na cidade: traços e rastros de Luiz Olivieri em Belo Horizonte*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- SENNET, R. *Juntos*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

**SOCIAL NETWORKS AND
RESILIENCE IN THE FIGHT
FOR THE RIGHT TO THE CITY:
THE *MOVIMENTO OCUPE ESTELITA*, RECIFE, BRASIL**

**REDES SOCIAIS E RESILIÊNCIA
NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE:**

O MOVIMENTO OCUPE ESTELITA, RECIFE, BRASIL

EDINÉA ALCÂNTARA ^{A, B, C, D, E, F}

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Garanhuns, Pernambuco, Brasil

FÁTIMA FURTADO ^{A, E, F}

CIRCE GAMA MONTEIRO ^{A, E, F}

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Garanhuns, Garanhuns, Pernambuco, Brasil

RUBENILDA ROSINHA BARBOSA ^{A, E, F}

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Psicologia, Recife, Pernambuco, Brasil

A B S T R A C T : Online social networks have played a key role in the struggle for rights and for more sustainable, less unequal cities. In Brazil, this movement is relatively recent, and has tended to increase in the face of threats or crises that might adversely affect the rights, welfare or life of a city's residents, or the public interest. The *Movimento Ocupe Estelita* fights against the interests of capital, symbolised by the *Projeto Novo Recife*, a project destined for the *Cais Estelita*. The movement started in 2012 and shows signs of resistance and resilience. This article aims to identify the theoretical and empirical basis of this resilience. The research was based on participatory online and offline observation and interviews at the encampment, with a chronology of the occupation process and subsequent campaigns of resistance and struggle. Finally, the movement's capacity to reinvent itself and grow stronger despite continual disputes is analysed.

K E Y W O R D S : right to the city; *Direitos Urbanos*; *Movimento Ocupe Estelita*; social networks; resilience.

R E S U M O : *As redes sociais têm desempenhado importante papel na luta pelo direito à cidade e no empoderamento da sociedade. No Brasil, esse movimento é recente e surgiu frente a desastres e ameaças aos direitos e à qualidade de vida urbanos. O Movimento Ocupe Estelita luta contra a cidade negociada para atender aos interesses do capital, simbolizada pelo Projeto Novo Recife, um megaempreendimento proposto para o Cais Estelita. O movimento, iniciado em 2012, mostra sinais de resistência e de resiliência. Este artigo objetiva identificar as bases teóricas e empíricas dessa resiliência, a fim de que sirva de reflexão a outras experiências. A pesquisa e a análise foram baseadas em observação participante online/offline e em entrevistas com os acampados. O artigo apresenta uma cronologia dos desdobramentos do movimento no processo de ocupação e as posteriores campanhas de resistência e de luta. Finalmente, analisa a capacidade do movimento de se reinventar e de se fortalecer em face das contínuas disputas.*

P A L A V R A S - C H A V E : *direito à cidade; Direitos Urbanos; Movimento Ocupe Estelita; redes sociais; resiliência.*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p255>

Contribution of each author: **A.** theoretical and conceptual basis and problematization; **B.** research data and statistical analysis; **C.** producing figures and tables; **D.** photographs; **E.** preparation and drafting of manuscript; **F.** selection of references

INTRODUCTION

In various cities around the world, online social networks have played an important role in the struggle for social and political rights and for less unequal and more sustainable cities. Their large communicative potential has made social networks into an essential tool during the emergence of protests, to strengthen citizen participation and for the consolidation of social movements, whose importance is growing across the world against the background of the crisis in representative democracy.

In Brazil, this movement has grown in response to threats against people's rights, welfare and life, as well as the public interest in cities. The June 2013 protests, starting with a cry of indignation against increased bus fares, spread through social networks in various Brazilian cities and emerged as a project of hope for a better life, with demonstrations on the streets of over 350 cities. This movement arose from the mobility crisis in Brazilian cities, motivated by a model of urban growth characterised by property speculation and municipal corruption (CASTELLS, 2013).

In Recife, the struggle for the right to the city is being led by one of the largest political movements seen amongst urban struggles of recent times in Brazil – the *Movimento Ocupe Estelita* (MOE). Beginning in 2012, with its roots in the *Grupo Direitos Urbanos | Recife* (DU)¹, this movement represents the struggle on the part of the city's inhabitants against the interests of those large firms that finance political campaigns and insist on making decisions over major projects, with no democratic participation.

MOE, with its local bases, struggles against the negotiation of the city to suit the interests of capital, as symbolised by the *Projeto Novo Recife*, and it acquired prominence throughout Brazil and internationally as a result of its protests and especially the occupation of the area of the *Cais José Estelita*.

The *Projeto Novo Recife* is a large-scale property development, with 13 tower blocks around 40 storeys high, located at the *Cais José Estelita*, in São José, a district that has existed for around 500 years and includes a large number of listed buildings as well as being within close reach of low-income communities. A project of this kind is emblematic of the segregationist planning that is being put into practice in the city, which creates barriers, empties public spaces and promotes land occupation, factors that combine to produce the collapse of urban mobility, making the Recife Metropolitan Region second worst in Brazil according to the 2009 urban welfare index (IBEU)² (RIBEIRO, 2010).

Motivated by the desire to maximise profits, the architecture and planning seen in Recife have given priority to extracting the maximum building potential, leading to the proliferation of fortified enclaves, towers and vertical condominiums surrounded by high walls. This model supposedly aims to guarantee the safety of residents, but it causes the streets to empty out and increases feelings of insecurity. Together with the lack and poor quality of public space, the result is reduced quality of life in the city.

Dissatisfaction with this vision of the city is causing the emergence of a new form of politics to deal with growing urban problems. Social networks allowed the consolidation of a movement with its origins in the *Cais Estelita* struggle which then transformed itself into a larger movement focused on the right to struggle for the city.

¹ Information available at: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/>>; <<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/>>; and <<https://www.facebook.com/DireitosUrbanos>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.

² The *Observatório das Metrôpoles* developed the index of urban welfare (*Índice de Bem Estar Urbano – IBEU*), based on three indicators: i) the quality of public services; ii) housing conditions; and iii) urban mobility (RIBEIRO, 2010).

David Harvey, the author of *Rebel Cities*, who follows the movement in Recife, emphasises the relevance of similar groups for the emergence of a new politics:

Only when politics focuses on the production and reproduction of urban life as the central labour process out of which revolutionary impulses arise will it be possible to mobilize anti-capitalist struggles capable of radically transforming daily life. Only when it is understood that those who build and sustain urban life have a primary claim to that which they have produced, and that one of their claims is to the unalienated right to make a city more after their own heart's desire, will we arrive at a politics of the urban that will make sense (HARVEY, 2014, p. 21, author's translation).

In Recife, the context of increasing verticalisation and projects having a negative impact on mobility and quality of life created favourable conditions for mobilisation on social networks in the search for more sustainable cities with better quality of life. The reaction to this unsatisfactory city fostered the emergence of social movements such as the DU and the MOE³, which includes the DU and other groups and associations; they are emblematic examples of the struggle against cities mainly organised for the benefit of capital.

The objective of this report is to understand the process by which the movement came into being, its strategies of resistance, and the resilience of social networks while all this was taking place. The resulting understanding is intended to shed light on the whole process and tease out the implications for future struggles.

3 Available at: <<https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita>>, Accessed on: 14th Dec. 2014.

METHODOLOGY

This article presents theoretical background drawing on authors who discuss the right to the city and social networks, as well as those treating concepts such as individual, collective or community resilience as psychological and social phenomena present within such processes.

Its analysis and reflections are based on an exploratory study conducted in two realms of participant observation: the online world, especially the Facebook pages of the *Grupo Direitos Urbanos | Recife* and the *Movimento Ocupe Estelita*, and the offline world, with the objective of investigating how the *Cais Estelita* came to be occupied, and the movement's capacity for social resilience in the face of adversity, threats and crises. To this end, texts and interviews were subject to qualitative analysis, an approach well suited to the study's empirical object (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

The documentary base for the virtual sphere was made up of posts and comments, text files, photos, audio and video recordings of events and public consultations, events set up by the movements, publicity and campaign materials, all these posted on websites and the groups' Facebook pages. Participation in online discussion groups was used as a tool to articulate, mobilise, and develop communication and organisational/mobilising strategies for the "Occupy" events.

Participation in events in the offline world included participation in various "Occupy" events, public consultations, meetings of Recife's Urban Development Council, attending the *Conferência Municipal das Cidades* (Municipal Cities

4 *O dia que o Recife foi traído* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=azBBxQwLR0g&feature=youtu.be>>. Accessed on: 17th Oct. 2014); *Braço armado das empreiteiras* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=-cw-67cCuni0>>. Accessed on: 14th Dec. 2014); *Ação e Reação* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=8gFeKTTCT-Mc&feature=youtu.be>>. Accessed on: 14th Dec. 2014).

5 *Vida Estelita* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=bBvKu-KuH9w>>. Accessed on: 14th Dec. 2014).

Conference), organisational meetings for the movements, and regular visits to the occupations at *Cais José Estelita* and the *Viaduto Capitão Temudo* (two or three times a week) as well as being present at deliberative assemblies and events organised to attract visitors to the location of *Ocupe Estelita* and explain the movement's struggle.

Two events were particularly important for an understanding of the resilience of the encamped group: first, the illegal process⁴ by which control of the plot intended for the *Novo Recife* project was regained by the developers; secondly, shortly after the activists had left the plot, they were pursued by unknown groups of masked men along the *Viaduto Capitão Temudo*. Individual interviews were conducted, as well as subsequent meetings using the focus group technique, with video and audio recordings that formed the basis of a video⁵ to strengthen the movement and publicise the struggle and what the militants had learned during the whole course of these events. Their statements were transcribed to help understand the foundations underlying the resilience of groups that experienced shocks, threats and adversity, as those at the encampment did, and the explosive potential of resilience in the wider context of the city.

THE ROLE OF SOCIAL NETWORKS IN THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO THE CITY

Social networks acted as a major catalyst of both hope and indignation in the struggle for the city, as “reinventing the city inevitably depends on the exercise of a collective power over the processes of urbanisation” (HARVEY, 2014, p. 28, author's translation).

This concept is fundamental to understanding the mobilisation of the *Grupo Direitos Urbanos* and the *Movimento Ocupe Estelita*. David Harvey argues that laying claim to the right to the city implies the ability to interfere radically in the urbanisation process and the way in which cities are (re)produced (HARVEY, 2014).

To understand the social movements that arise in this interface between the online and offline worlds, Castells (2009 quoted in CASTELLS, 2013, p. 10-11) develops a theory of power in his book *Communication Power*. This form of mass communication, based on horizontal interactive communication networks, is hard for firms and governments to control and grants social actors autonomy by means of a technological platform. In a networked society, autonomous communication is constructed in internet networks and wireless communication platforms, offering the chance to conduct unmonitored discussion of one's actions (CASTELLS, 2013, p. 12, 14).

For Bustamante as well, (2010, p. 15), rather than just being an instrument of social control or a tool for more efficient communication, networks are the battlefield where important struggles for human rights are waged. This power to disseminate information is fundamental in situations that call for mobilisation and communication within the struggle for rights and for quality of life. In Brazil, just 46.5% of homes have access to the internet (PNAD, 2011; 2013, quoted in IBGE, 2011), although the recent expansion of access to mobile phones and smartphones attained an increase of 112% in 2015, a sign of increasing democratisation when it comes to internet access and accessing information.

The dissemination of communications is a fundamental aspect for any social movement. The scope and speed of transmission through networks has a huge impact on this. Another key aspect for the consolidation of action is a sense of a common struggle. In the case of the struggle for Estelita, the occupation movement emerged as the result of an emotional sense of indignation and revulsion against the authoritarian practices seen in the city.

Castells (2013) emphasises the emotional aspect underlying social movements, which makes them arise when emotion is transformed into action. Drawing on the theory of emotional intelligence, he picks out fear and enthusiasm as the emotions most relevant for social mobilisation. An important factor motivating individuals is their human aspirations for justice, which underlie the struggle for human rights, the protection of minorities, and the struggle against corruption, inequality and authoritarianism. When fear and anxiety are overcome, enthusiasm and hope take over. Low or non-participation of individuals and social groups in the process of reproducing the city causes a feeling of exclusion and the desire to participate in this process, as can be clearly seen in the statement of this young participant in the occupation movement:

[...] I felt really excluded from my city. That's how I've always felt, ever since I was a child. And I didn't understand why that's how things were for me. But then I found out, I got to know the cause of this movement in our city and I became really enthusiastic, but I stayed in the occupation, after I got to know the people, after I felt welcomed by them, when I felt at home with the ideas, I felt I was participating in this city and that was the first time I managed to understand what inclusion was, what it means to feel you are a real person.

Once anxiety is overcome, anger and indignation are the result. If many people suffer from the city's problems, they can transform this anger into action, by means of communication, as soon as they overcome their fear (CASTELLS, 2013, p. 16, author's translation). This statement by an interviewee shows motivation of this kind:

We're here [...] with our baggage, with our history, building this, trying to make this space into one where excluded people can truly say: we're here, we have a voice, we want to change the city, we want to participate in the decisions that shape our city.

Such indignation associated with hope has been the leitmotif of the communication and actions promoted by *Direitos Urbanos | Recife* and by the *Movimento Ocupe Estelita* in the struggle for a more inclusive and therefore sustainable city. As one of those interviewed illustrated: "we were brave enough not to give in because of fear or panic, because what it boiled down to was giving up your autonomy because of fear. We also didn't think it was that likely people would come and start a terror campaign."

Another interviewee showed his indignation about the issues of inequality and exclusion experienced in the city, and saw the solution as lying in people of different social classes joining together to fight for a city that put the interests of people before those of capital:

[...] so when I arrived here what I found was something completely different from what I was expecting [...] because here, we created ties, we managed to see one another as we really are, and I feel less suffocated here because I like it better here, especially learning from the community, learning with others, because in a classroom we hear the same thing every day and don't really do it. So here we can express our indignation at being suffocated, which is how I felt about the system, people like me who are on the margins of society, like lots of people here. And I thought it was great because I could see the middle class together with people like us who suffer every day [...] suffering violence every day, being evicted from their shacks every day. We're struggling for a compromise, to show the city belongs to the people too, the people have a voice as well. Struggling against this system which makes products and capital more important than life itself.

These individual mechanisms for overcoming fear, adversity, and everyday stress are also associated with attributes and processes relating to individual and community resilience, and so we have turned to studies on resilience to provide a theoretical understanding of the resistance of the *Movimento Ocupe Estelita* at various stages.

THE MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

The movement to defend the Estelita began in 2012 with its roots in the DU, with more than 31,000 members. DU's focus is the crisis of the city and the dissatisfaction of the population with their quality of life, but it then expanded to embrace the reaction to the *Projeto Novo Recife*. The DU created a space for online and offline discussion of a project for the city where the citizen would be placed at the centre of planning policy, as a reaction against the unsustainable existing urban development model with its major impact on the city.

From 2012 onwards on Sundays, various *#OcupeEstelita* events were held in opposition to the *Projeto Novo Recife*, with cultural and political activities, inspired by other "Occupy" movements. This was a strategy of protest in the struggle against inconsistent planning decisions and public and private projects of little benefit to the public interest.

The strategy of occupation was also employed on other occasions: *#OcupePrefeitura* [occupy the town hall], to apply pressure against the *Projeto Novo Recife*; *#OcupeEspaçoPúblico* [occupy public space] in protest against the privatisation of a square on the side of the "twin towers"; *#OcupeAgamenon*, to exert pressure against the viaducts planned to cross Av. Agamenon Magalhães, a major avenue linking Recife to Olinda; *#OcupeMinistérioPúblico* to protest against the removal of the Public Ministry official investigating illegalities in this and other high-impact projects in the city of Recife; and *#CoqueResiste*, which drew over a thousand people to attend a day of political and cultural activities in the Coque, a low-income community over 100 years old located close to *Cais José Estelita* which is under constant threat, and has already lost half its territory.

Mobilisation against the *Projeto Novo Recife* then increased and gained a higher, even international profile on 21st May 2014, when activists encamped to protest at the destruction of warehouses of historical and cultural value on the *Cais José Estelita*.

The movement acquired a firm identity with the name “*Movimento Ocupe Estelita*”, which includes the *Direitos Urbanos* group and other groups and collectives.

During the period militants were present within the land plot, cultural activities were put on at weekends, sometimes attracting over 10,000 people on a single day⁶. The movement grew and attracted allies, because although its struggle was a local one, it reflects a global set of problems – the struggle for the right to the city, to participate in deciding on its future course. The strengthening of the movement was seen in the actors, singers⁷, intellectuals, public figures, local, Brazilian⁸ and international⁹ organisations that joined, as well as the way it captured the attention of the media inside and outside Brazil, especially as a result of the heavy-handed operation conducted by the police with tear gas, pepper spray and rubber bullets, which was condemned in a number of reports and posts.

Figure 1: Support for the movement in Germany



Source: Photo by Sabrina Tenório, International movement of support for the occupation of *Cais Estelita*.

Figure 2: Support for the movement in Italy



Source: Photo by Eric Gomes.

One of the cultural events held after the period of occupation of the area in question took place on 16th November 2014 (TRUFFI, 2014), and was attended by David Harvey¹⁰, who said to the movement: “I write about the right to the city, and you do it. This is the most important thing”. (Figure 3).

The occurrence of these events provides an important example of key characteristics of community resilience, the capacity to organise and mobilise people and other resources inside and outside the community in order to face adversity and crises. It is significant that on the night of 17th June itself, after the earlier attack by the police, the activists began to set up barricades underneath the Viaduto do Capitão Temudo, in close proximity to the disputed plot of land. This shows both their capacity for resistance and also their resilience, immediately following a shock.

A similar event is the occupation of the central offices of the Prefeitura (town hall) of the city of Recife, when the movement demanded to be included in negotiations to reconfigure the project on the basis of a planning framework that was not considered in the earlier version of the project. This occupation forced the city council to conduct a renewed dialogue with the movement, which returned to the negotiating table.

6 O dia que o Otto cantou no Estelita (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=XdyucY0gajl>>. Accessed on: 14 Dec. 2014).

7 *Criolo Ocupa Estelita – Sangue no Cais* (Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=GQ8x1_BGSWQ>. Accessed on: 14 Dec. 2014); *Karina Buhr no Ocupe Estelita – Som na Rural* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=wUCPNqVs6d4>>. Accessed on: 14 Dec. 2014); *Lirinha no Ocupe Estelita – Som na Rural (song: Memória)* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=mNm6ZLSDXOw>>. Accessed on: 14 Dec. 2014); *Lirinha no Ocupe Estelita – Som na Rural (Matadeira)* – in this video, Lirinha alludes to Canudos and the massacre that occurred there in the past and their resistance, drawing a comparison with the events at *Cais Estelita* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=4N-S0T7pz9MQ>>. Accessed on: 14 Dec. 2014); *Arquitetura de Vertigem – China* (Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=T_DEREQngnk>. Accessed on: 14 Dec. 2014).

8 Cf. Lins (2014), Melito (2014) and Sakamoto (2014).

9 Cf. Cais (2014), Les Occupants (2014), Meireles (2014), Senra (2014), Temos (2014) and Watts (2014).

10 David Harvey @ #OcupeEstelita (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnt8XHk>>. Accessed on: 14 Dec. 2014); Pinto (2014).

Figure 3: David Harvey at the *Ocupe Estelita*

Source: Photo by Leonardo Cisneiros (Available at: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=757645614306118&set=o.233491833415070&type=3&theater>>. Accessed on: 15th Dec. 2014).

A public consultation was held on 17th July during which the city council presented the guiding principles for the redrafting of the project and heard suggestions. One month later, new proposals were released to the press without being presented first to the society and institutions that had demanded changes in the project, and they showed little change from its original conception, retaining a similar format and the characteristics of segregation from the surrounding city (Figure 4).

Brazil's federal constitution, the Cities Statute and Recife's Master Plan all guarantee the principles of participatory democracy, which were not properly applied by public officials or the developers in relation to the project; or of they were, this was only after they were required by a court order to do so, as in the case of the public consultation meeting set for 14th November without the required notice, which was suspended by order of the court upon a challenge by militants.

This meeting was delayed till 27th November, as a mere formality. Nonetheless, showing the capacity of the movements to have recourse to their rights, the militants took the opportunity to express their indignation over the token participatory process put in place by city administrators in relation to the project, when it became clear that there was no intention to listen to the recommendations presented, as could be seen from the fact that previous suggestions had not been incorporated in the supposedly new project.

On this occasion, an official from the Federal Public Ministry presented various illegal features of the project relating to the location of the proposed construction on railway land of historic value, meaning it would be legally impermissible to implement the new version. On this basis, the movement strengthened its advocacy of a complete change in the basis of the project, launching the video *Recife, cidade roubada*¹¹ during the occupy event held on 16th November 2014, which has been viewed over a million

¹¹ *Recife, cidade roubada* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk&feature=youtu.be>>. Accessed on: 14th Dec. 2014).

times; this is a further example of the movement's clear capacity to react positively to adverse events.

Figure 4: Simulation of the proposed remodelling presented at Recife Town Hall



Source: Montage by Theo Araújo (Available at: <<https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838.1073741828.320033178143669/374181602728826/?type=1>>. Accessed on: 16th Sep. 2013)

The approval and ratification of Law nº08/2015, regarding the Local Plan for the *Cais José Estelita*, *Santa Rita* and *Cabanga*, was accompanied by allegations of illegality, including a legal challenge by Pernambuco's Public Ministry. As a reaction, militants began a series of walks (Figure 5) including the occupation of the Rio Mar shopping mall, and they encamped in front of the mayor's house because they perceived his unwillingness to discuss the *Projeto Novo Recife* with society. During one of these walks, which had started from Boa Viagem, the militants stopped in front of the offices of Moura Dubeux, leader of the Novo Recife Consortium, and projected the video *Novo Apocalipse Recife*¹², a sharp satire on the alliance between the city council and developers; it has been viewed by more than half a million people and went viral on WhatsApp.

On 30th September 2015, the Federal Police announced the detection of fraud in the auction of the *Cais José Estelita* land plot in 2008. This was in the context of the operation Lance Final, an investigation into the São Paulo company Milan Leilões, with links to the Caixa Econômica Federal [a major public banking institution in Brazil], various politicians, the Novo Recife Consortium, and the company Moura Dubeux. On this date, computers, spreadsheets and documents were seized as evidence of the fraud in the auction as well as other crimes including criminal association, sale of influence and active and passive corruption, according to G1 (PF, 2015). This occurred on the eve of the Urban Development Counsel's meeting to approve the *Projeto Novo Recife*. The meeting was temporarily suspended because of the political context. On the following day, the militants held an act of commemoration, which was very well-attended.

¹² *Novo Apocalipse Recife* (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>>. Accessed on: 29 Aug. 2015).

Figure 5: Walk after the approval and ratification of n°08/2015, covering the Local Plan for the *Cais José Estelita*, *Santa Rita* and *Cabanga*



Source: Photo by Marcelo Soares (Available at: <<https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/17365571966/in/album-72157652408265225/>>. Accessed on 14th Dec. 2014).

On 28th November 2015, the struggle for the Estelita won another major battle when the auction of the quay was annulled by a federal court. As well as giving legal justifications for the annulment of the auction, the judgment emphasises the historic importance of the quay for the city and for future generations, aspects central to the struggle over more than three years: “[...] there is far more of history, landscape, the environment and social and political value to be protected than the ever pressing economic interests of those currently favoured by fortune, all too often allied with elements of public authority.” The judge also alleges that “[...] there is no point defending the legality of this absurd misappropriation of real estate resulting from a spurious relationship between the public and private sectors depending on the circumstances of form and content that indubitably mark this pseudo-legal operation.”¹³ The ruling also requires the land be returned within 30 days and orders the authorities not to authorise any more works there. To celebrate these victories, another occupation of the *Cais Estelita* was held on Sunday 30th November 2015, with over 1500 people who responded to an announcement the day before. That night, more than 200 people once again entered the land plot under dispute, as a political act reclaiming the land for society; some of the walls separating it from the quay were breached (Figure 6).

13 The full text of the judgment is available at: <<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/869724339791813/?pnref=story>>. Accessed on: 13th Dec. 2015.

Figure 6: Militants occupy the *Cais Estelita* once more



Source: Photo by Keila Vieira.

In sum, the group *Direitos Urbanos | Recife* took a number of opportunities to contribute towards the right of the population of Recife to their city. In the case of the *Movimento Ocupe Estelita*, the close link between the use of social networks and resilience was particularly clear. From the start of the struggle in 2012, many gains were achieved in the struggle for the right to the city. In broad terms, online mobilization had a concrete impact on the offline world in these respects:

- Mobilisation of civil society for protest, petitions, investigating illegalities, cooperation with the Public Ministry;
- Legal actions and the struggle for integrated planning, a more human city, increased public space, preservation of urban memory and the environment, improved mobility, transparency and social control;
- Online organisation to mobilise for offline events and online discussions of urban problems and major projects;
- The struggle against gentrification (ALCÂNTARA *et al.*, 2013);
- Above all, the consolidation of a local political force made up of militants, both able to bring to bear technical and scientific knowledge in different areas and also the inclination to struggle on the part of battle-hardened young militants, ready to face up to biased decisions, irregularities, and the violation of rights, all within the struggle for the right to the city

The online communication skills of the most active militants are fundamental for motivating and sustaining engagement in the struggle for the right to the city. In this way, they proved able to bring people together, organising them in groups that grew in a short period of time and deal with specific questions related to improving the quality of life in cities, rapidly mobilising creativity, critical capacity, intelligence and knowledge of the city's problems (ALCÂNTARA *et al.*, 2013).

RESILIENCE AS THE KEY TO READING AND UNDERSTANDING THE RESISTANCE OF THE OCUPE ESTELITA

Recent decades have seen considerable discussion of the concept of resilience. It is traditionally associated with the capacity of a system to absorb disturbances and reorganise itself when it is subject to change, while retaining the essential aspects of its functions, structure, identity and mechanisms (WALKER *et al.*, 2004).

The report of the UN General Secretariat's High Level Panel on sustainability, "Resilient People, Resilient Planet: A future worth choosing", by including the term resilience in its title, shows its wide dissemination as applied to human beings and their collectivities as well as locations as such.

In the Social Sciences, the use of the term has gradually been extended to the area of human relations in a social context. In this way, it has been used to describe the adaptive capacity of both individuals (BONANNO, 2004; BUTLER; MORLAND; LESKIN, 2007), and communities (ADGER, 2000; BROWN; KULIG, 1996, 1997; SONN; FISHER, 1998; GODSCHALK, 2003). Walsh (2003, p. 4 quoted in LANDAU; SAUL, 2002, author's translation) defines resilience as "[...] the capacity to react to adversity, grow stronger and acquire more resources. It is an active process of resistance, self-recovery and growth in response to the crisis and the challenge."

The emergence of certain psycho-social, cultural and environmental conditions allows individuals, groups and communities to develop resistance and the capacity to face the adversity that may arise, coming out of the conflict all the stronger.

Grotberg (2005, p. 16-17, author's translation) sums up the basis of resilience in the affirmations "I have" (support from people I trust); "I am" (associated with the development of internal psychological strength, being loved, loving and respecting others, taking responsibility for one's actions, having confidence on the future); "I can" (gaining interpersonal skills and resolving conflict, facing up to problems, and finding support from others). An individual who brings together these qualities has a large potential for resilience and the capacity to learn from adverse experiences.

Drawing on a study by Kotliarenco, Cáceres e Fontecilla (1997) on resilience, Melillo (2005, p. 60-61) sums up the qualities of the resilient individual as follows:

1. the ability to cope with adversity, adapt, recover and have a productive life;
2. a history of successful adaptation when exposed to risk or stressful events, while retaining low susceptibility to subsequent stressful events, as well as the capacity to cope effectively with stressful circumstances;
3. the universal human capacity to deal with adversity, overcoming it or being transformed by it, where resilience is one part of the evolutionary process, and needs to be encouraged from childhood on;
4. the capacity to reproduce essential positive behaviour, together with the conjunction of social and mental processes that allow for a healthy life even under chaotic circumstances;
5. a combination of factors that allow problems to be faced and overcome, as the product of environmental factors, temperament and cognitive ability;

When the work of these theoreticians is brought to bear on analysing the case at hand – the *Grupo Direitos Urbanos* and the *Movimento Ocupe Estelita* – the

characteristics present in the theory can clearly be seen, both during the struggle and while coping with stressful situations, and in the words of various individuals.

For example, one of the interviewees reveals the empowerment resulting from having participated actively while overcoming adversity:

[...] the feeling of satisfaction because you were able to contribute to a better project for your city. Feeling capable and active within decisions being made about your city, your area, your region. You end up developing more self-esteem, a greater concept of democracy and justice. You end up regaining your awareness all round, and that's really good, it makes a person feel more whole.

As Melillo (2005, p. 61, author's translation) points out, it is important to notice that “[...] resilience is produced as a function of social and psychological processes. People are not born resilient, and resilience isn't acquired ‘naturally’ during development: it depends on certain qualities of the iterative process of the subject with other human beings, which is responsible for creating the human psychical system”. It is thus within intersubjective interaction that the possibility is found to develop psychological processes which, in combination, create the conditions for building resilience, whether that is of the individual or the group. The literature (ALCÂNTARA *et al.* 2014) also emphasises that resilient community leaders tend to propagate resilient behaviour within the groups where they are active, contributing to community resilience, whether in the face of day-to-day stress or in extreme situations.

Just as in the case of individuals, it can be observed that resilience on the level of communities also depends on the capacity to mobilise internal and external resources – whether material or immaterial – in order to react positively to adverse events. The notion of resilience thus entails the idea that certain conditions encourage the capacity to resist and cope with adversity. This approach suggests that in order for the resilience of a given community to be strengthened, it is necessary to understand its sociocultural context and the relationships between people and with the environment within which they live while attempting to identify and build up those factors associated with the capacity to mobilise individual (psychological) and collective (community) resources.

Brown and Kulig (1996, quoted in NORRIS *et al.*, 2008, p. 129, author's translation) in their analysis of factors associated with the mobilisation of such individual and group factors define resilience as “the ability to recover from or easily adapt to adverse events or a continually stressful life”. Ganor and Ben-Lavy (2003 quoted in NORRIS *et al.*, 2008, p. 129, author's translation) analyses it as “the ability of individuals and communities to cope with a continuous, long-term state of stress”.

It seems that community resilience results from a complex juxtaposition of conditions, attitudes and actions bringing positive results and enabling the community to face difficulties. Ojeda (2005, p. 50) identifies some key elements of resilience understood in this way:

1. Collective self-esteem – a prideful attitude and feelings in relation to the place people live;
2. Cultural identity – the incorporation of customs, turns of phrase, dance, or songs that become inherent components of the group;
3. Social humour – the capacity of some groups or collectivities to find comedy in

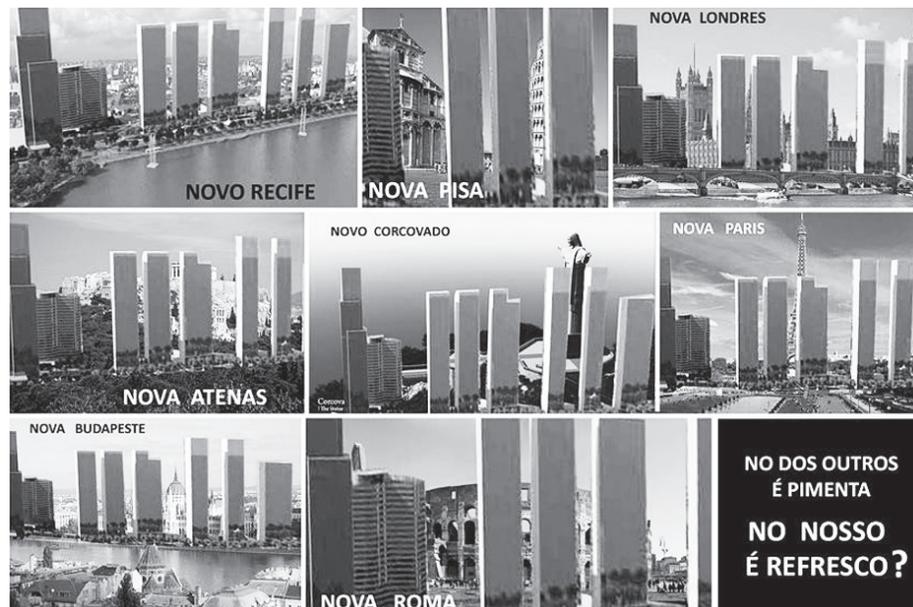
the midst of their own tragedy;

4. Records of existing personal and collective resources;
5. Capacity to (re)organise strategy and tactics when needed;
6. Adequate government administration and collective or state probity – decent and transparent handling of public roles.

THE STRENGTH OF VISUAL IMAGES AND SATIRE WITHIN THE MOVEMENT'S COMMUNICATIONS

Humour has been a significant ally as one creative approach to overcoming adversity. For example, Vanistendael (1994, quoted in OJEDA; AUTLER, 2006, p. 276) emphasises the importance political jokes have played in resisting dictatorships. Wuerfelle, DeFrain and Stinnett (1990, quoted in WALSH, 2005, p. 64) point out the benefits of humour in drawing attention to incongruous aspects of an anxious, inconsistent, bizarre, crazy or illogical situation. In the case studied here, there were numerous jokes within the struggle for the Estelita, whether images and videos or artistic and cultural expressions such as the Carnaval “*bloco*” *Empatando tua Vista*.

Figure 7: Satire showing simulated versions of the *Projeto Novo Recife* in other cities around the world



Source: Montage based on *Tumblr Projeto Novo Recife* (Available at: <<http://projetonovorecife.tumblr.com/>>. Accessed on: 15th Dec. 2014).

Figure 8: Carnival group *Empatando tua vista* showing the “Twin towers”



Source: Photo by Ana Lira (Available at: <<https://www.facebook.com/empatandoatuavista/photos/pb.410103215801160.-2207520000.1418611468./412335228911292/?type=3&theater>>. Accessed on: 15 Dec. 2014).

This group, which began during Recife’s 2014 Carnival, presented an irreverent satire on the city’s verticalisation, with people dressed as tower blocks, and was well received by the population.¹⁴ It was created by residents of the city and militants belonging to the *Grupo Direitos Urbanos | Recife* to express their indignation and sadness at the trend caused by the city administration’s submissiveness to property capital. Wearing fabric prisms, to create the same impression as identikit skyscrapers, carnival-goers attempted to imitate what was occurring in Recife, with the height of the towers growing ever greater, preventing much of the population from enjoying the city’s most important views and perspectives (ALCÂNTARA, 2014)

Walsh (1998, quoted in RAVAZZOLA, 2005, p. 81) presents some other aspects important for the development of resilience: recognising problems and limitations that need to be faced, and communicating these frankly and clearly; making a record of existing personal and collective resources; (re)organising strategy and tactics when necessary; and reviewing and analysing losses and gains.

The authors would like to add, however, that in addition to the presence of these qualities in social subjects, community resilience requires the presence within their relationships of attitudes that show emotional support and conversations that allow shared meanings to be built up around negative occurrences, with a narrative that lends dignity to the protagonists.

During the research process on which this article is based, it was noted that some participants within the movement were already familiar with the concept of resilience, while others discovered it when they were interviewed individually, but in both cases they recognised themselves as being resilient. At the level of the group, participants identified in the *Movimento Ocupe Estelita* some of the characteristics attributed by WALSH (2005) to groups and to the family, for example: a positive perspective on overcoming

14 Video of *Troça Empatando tua Vista* (Available at: <<http://www.youtube.com/watch?v=P2RgkZkw2AE>>; <<https://www.facebook.com/empatandoatuavista>>. Accessed on: 14th Dec. 2014).

adversity, trying to produce meaning from it; facing crisis as an understandable and manageable challenge; active initiative and perseverance; the courage to face challenges and encourage others; keeping up hope and an optimistic view; confidence that obstacles will be overcome; seeking out new possibilities for inspiration through creativity.

A number of those interviewed referred to trust within the group as one of the factors that helped overcome difficulties and face challenges. One stated that “we created a link of trust, in one another [...] and we learn, we develop knowledge we already had, or discover things we didn’t realise we knew, as part of constantly trying to make things better here in this place.”

Characteristics of resilient individuals and groups were seen such as: change through learning; a commitment to help others; social responsibility; flexibility, and respect for individual needs, differences and limitations; a connection in the form of mutual help, cooperation and commitment; resolving problems and conflicts collaboratively; and above all, the capacity to mobilise social and economic resources.

Our research on *Movimento Ocupe Estelita* showed that online communication deserves to be emphasised in the articulation and mobilisation of people, resources and the media, because the production of video and graphical materials improves and increases the impact, drawing people and institutions to support the cause. In her study of communication patterns that help family life run more smoothly, WALSH (2005) points out some other key elements of effective communication within a group which were also seen in the case of the *Movimento Ocupe Estelita*, such as clarity of messages, avoiding ambiguity; open emotional expression, involving the sharing of a broad range of feelings (happiness and suffering; hopes and fear), as well as the clarification of ambiguous information and the search for truth, through pleasant, good-humoured interactions.

Nonetheless, the heterogeneous nature of the groups, individual vanity, and differing interests or political and ideological positions led to conflict, tension and disputes over power and leadership, all sometimes brought initiatives to a standstill or put people off. Despite this, the strong emotional involvement of the militants and their commitment to the struggle meant they were able to respond rapidly. There are many challenges and this may help with the learning process about how to overcome these internal difficulties. The same resilient characteristics of the movement and its rapid response capacity in extreme situations are strong allies for the growth and maturing of the Movement in its leadership of the struggle for the right to the city, as well as other urban struggles.

FINAL CONSIDERATIONS

The *Movimento Ocupe Estelita* came into being in 2012, with its roots in the *Grupo Direitos Urbanos | Recife*, and expanded with the inclusion of other groups. Its initial concerns were local urban ones, but the focus moved outward to other struggles for participation and democracy in cities elsewhere in the world.

Activity in online social networks has made a contribution to more effective participation in the discussion of local urban problems as well as creating a more sustainable and democratic city. This consolidation of the public sphere has also strengthened governance, with the features of a virtual agora for debating the city, having an impact

on the real world in the struggle to build a more sustainable vision of the city focused on people, on pedestrians and cyclists, and on switching on the vitality of the street.

What happens in social networks can even attract the attention of administrators, who become cautious and show more concern about accounting for their acts and activities because of mobilisations that occurred online. Individuals and groups posting on blogs and on Facebook have played an important role in the control of official public acts and the democratisation of information, with a positive impact on social control and governance. This new form of activism offers an alternative to the crisis of representative democracy, creating an opening to new spaces for participation which can help in the struggle for fairer, more inclusive and more sustainable cities.

The *Grupo Direitos Urbanos | Recife* is a benchmark for the diffusion of information and the mobilisation of individuals and groups in the debate on the city and the right to the city. This potential for mobilisation and articulation has contributed to community and social resilience to continue and reformulate strategy within the struggle.

The *Movimento Ocupe Estelita* showed its potential for resilience and resistance to keep the struggle going, during a range of situations of conflict with the City Council and economic actors from the civil construction sector, most of all following on the violent expulsion of the militants from the Estelita. After their departure from the land plot, the Movement was the key player in a type of resistance and resilience without territorial expression, based in the virtual world and spread throughout the city in the form of walks, meetings and official complaints. The adversity it faced in 2014 strengthened the Movement, which can be considered a political force giving significant expression to the struggle against established power structures in the city of Recife, both political and economic. Its strength draws on both the expertise of older militants and the readiness of younger militants to enter the fray on the ground in order to combat fraudulent, arbitrary decisions and the violation of rights within the struggle for the city.

Cyberactivism turned out to be a major, powerful means of communication and mobilisation, catalysing resilience on the scale of the city. Yet major challenges remain to be faced. The heterogeneous nature of the groups, their interests, political and ideological positions, conflict and disputes over power and leadership are all internal challenges that at times took the wind out of the sails of initiatives and drove members away. The coming municipal elections are raising the temperature and will mean greater pressure from capital to influence the future destiny of the city in accordance with its interests.

Some groups have slowed the pace of their initiatives, while others have reorganised and increased their articulation given a possible revision of the Master Plan and the zoning law (*Lei de Uso e Ocupação do Solo*). On the other hand, the Movement has been strengthened and acquired allies because of the actions of the Federal Police in its investigation of fraud in the auction of the land intended for the *Projeto Novo Recife*, as well as the ruling by a federal court striking this auction down. The federal Public Ministry, its local arm in the state of Pernambuco, the federal courts and the groups struggling for the preservation of the *Cais Estelita* are now acting in concert.

The legal fight continues through the appeals process, but whatever the outcome, developers will face a *Movimento Ocupe Estelita* that has been strengthened by its struggle. The challenges remain considerable and only time will tell if the Movement

Edinéa Alcântara é engenheira civil, mestre em Gestão e Políticas Ambientais e doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), campus Garanhuns. E-mail: edinealcantara@gmail.com

Fátima Furtado é arquiteta e urbanista e mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); doutora em *Planning Studies* pela *University of London*; professora associada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (DAU/UFPE). E-mail: fgfurtado@hotmail.com

Circe Gama Monteiro é arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutora em Sociologia Urbana pela *University of Oxford*, Inglaterra; professora titular no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: monteiro.circe@gmail.com

Rubemilda Rosinha Barbosa é graduada em Psicologia, mestre e doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); professora adjunta no Departamento de Psicologia da UFPE. E-mail: rosinha.barbosa@uol.com.br

Article received on 1st September 2015 and approved for publication on 2nd December 2015.

will be able to retain its characteristics of resilience, rapid response and articulation between the distinct groups of which it is made up in order to overcome future crises and challenges. However that may be, the Movement is an emblem of resistance and urban resilience in the struggle of Recife's citizens for the right to the city.

REFERENCES

- ADGER, W. Social and ecological resilience: Are they related? *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 3, 347-364, Sep. 2000.
- ALCÂNTARA, E. Empatando tua Vista: humor e irreverência para criticar a verticalização excessiva nas cidades. *Direitos Urbanos | Recife*, Recife, 27 Oct. 2014. Available at: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/02/27/empatando-tua-vista-humor-e-irreverencia-para-criticar-a-verticalizacao-excessiva-nas-cidades/>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- _____; MONTEIRO, C. The Right to Fight for the City. In: INTERNATIONAL CONFERENCE EVERYDAY LIFE ON THE 21ST CENTURY, 2., 2015, Firenze. *Annals...* Firenze, jul. 2015.
- _____. *et al.* Cyberactivism in the struggle for more sustainable cities – a resource for urban social resilience? In: AESOP-ACSP JOINT CONGRESS, 2013, Dublin. *Annals...* Dublin: AESOP, ACSP, 2013.
- _____. *et al.* Vulnerabilities and resilience of communities living in circumstances of risk. In: MIRA, R. G.; DUMITRU, A. (Org.). *Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*. A Coruña: Institute for Psychosocial Studies and Research, Deputación da Coruña, 2014. p. 51-72. Available at: <<http://www.udc.es/dep/ps/grupo/varios/urbansus.pdf>>. Accessed on: 14th Aug. 2015.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWNDZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BONANNO, G. Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *American Psychologist*, v. 59, n. 1, p. 20–28, Jan. 2004. <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066x.59.1.20>
- BROWN, D.; KULIG, J. The concept of resiliency: Theoretical lessons from community research. *Health and Canadian Society*, v. 4, n. 1, p. 29-52, 1996.
- BUSTAMANTE, J. Communicative power, digital ecosystems and digital citizenship. In: SILVEIRA, S. A. (Org.). *Cidadania e redes digitais – Citizenship and digital networks*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. p. 11-36. Available at: <<http://www.readbag.com/cidadaniaeredesdigitais-br-files-livro>>. Accessed on: 9th Jun. 2013.
- BUTLER, L.; MORLAND, L.; LESKIN, G. Psychological resilience in the face of terrorism. In BONGAR, B. *et al.* (Ed.). *Psychology of terrorism*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 400-417.
- CAIS Estelita. La demolizione dei diritti. *Libera Mottola*, 19 jun. 2014. Available at: <<http://www.liberamottola.it/component/content/article/2-non-categorizzato/227-cais-estelita-la-demolizione-dei-diritti.html>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GANOR, M.; BEN-LAVY, Y. Community resilience: Lessons derived from Gilo under fire. *Journal of Jewish Communal Service*, v. 79, n. 2/3, p. 105-108, Mar. 2003. Available

- at: <<http://www.bjpa.org/Publications/details.cfm?PublicationID=1223>>. Accessed on: 9th Jun. 2014.
- GODSCHALK, D. Urban hazard mitigation: Creating resilient cities. *Natural Hazards Review*, v. 4, n. 3, p. 136-143, Aug. 2003. [http://dx.doi.org/10.1061/\(asce\)1527-6988\(2003\)4:3\(136\)](http://dx.doi.org/10.1061/(asce)1527-6988(2003)4:3(136))
- GROTBERG, E. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. S. (Org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 15-22.
- HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *MUNIC Perfil dos municípios brasileiros*, 2011. Available at: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2260&id_pagina=1>. Accessed on: 2nd Jun. 2012.
- JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. Nova York: The Modern Library Edition, 1993.
- KOTLIARENCO, M. A.; CÁCERES, I.; FONTECILLA, M. *Estado de arte em resiliência*. Washington: OPS/OMS, Fundacion W. K. Kellogg, Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Centro de Estudios y Atención del Niño y la Muje, 1997. Available at: <<http://www1.paho.org/hq/dmdocuments/2009/Resil6x9.pdf>>. Accessed on: 14th Aug. 2015.
- LANDAU, J.; SAUL, J. Facilitando a Resiliência da Família e da Comunidade em Resposta a Grandes Desastres. *Pensando Famílias*, n. 4, ano 4, p. 56-78, 2002.
- LEFEBVRE, H. *El Derecho a la Ciudad*. Barcelona: Ediciones 62, 1973.
- LES OCCUPANTS du mouvement « Ocupe Estelita », à Recife, capitale du Pernambouc, au Brésil, ont été violemment expulsés par la Police Militaire. Trois activistes ont été arrêtés et un autre grièvement blessé. *Oximity*, 17 jun. 2014. Available at: <<https://www.oximity.com/article/Les-occupants-du-mouvement-Ocupe-Estel-1>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- LINS, L. Reintegração de posse acaba em confusão em Recife. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 2014. Available at: <<http://oglobo.globo.com/brasil/reintegracao-de-posse-acaba-em-confusao-em-recife-12895696k>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- MEIRELES, M. Biógrafo de Clarice Lispector vai doar renda de novo livro para Movimento Ocupe Estelita. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 nov. 2014. Available at: <<http://oglobo.globo.com/cultura/livros/biografo-de-clarice-lispector-vai-doar-renda-de-novo-livro-para-movimento-ocupe-estelita-14634954>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- MELILLO, A. Prefácio. In: _____; OJEDA, E. S. (Org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 11-13.
- _____.; OJEDA, E. S. (Org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MELITO, L. Anistia Internacional condena desocupação do Cais José Estelita. *Portal EBC*, Brasília, 17 jun. 2014. Available at: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/anistia-internacional-condena-desocupacao-do-cais-jose-estelita#.U6DVoCNYVPw.facebook>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- NORRIS, F. H. *et al.* Community Resilience as a Metaphor, Theory, Set of Capacities, and Strategy for Disaster Readiness. *American Journal of Community Psychology*, v. 41, n. 1-2, p. 127-150, Mar. 2008. <http://dx.doi.org/10.1007/s10464-007-9156-6>
- OJEDA, E. S. Uma Concepção Latino-americana: a resiliência comunitária. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. S. (Org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 47-57.

- _____; AUTLER, L. La resiliencia em la comunidad: um enfoque social. In: GROTBORG, E. H. (Comp.). *La resiliencia em el mundo de hoy: cómo superar las adversidades*. Barcelona: Gedisa editorial, 2006. p. 271-299.
- PF aponta fraude no leilão do terreno do Cais José Estelita, no Recife. *Porta G1 Pernambuco*, 30 set. 2015. Available at: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/09/pf-confirma-fraude-no-leilao-do-terreno-do-cais-jose-estelita-no-recife.html>>. Acesso em: 13 dez. 2015.
- PINTO, L. C. David Harvey participa de evento no Ocupe Estelita. *Revista Fórum*, São Paulo, 16 nov. 2014. Available at: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/11/16/david-harvey-participa-de-evento-ocupe-estelita/>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- RAVAZZOLA, M. C. Resiliências Familiares. In: MELLILO, A.; OJEDA, E. S. (Org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 73-85.
- RIBEIRO, L. C. Q. (Coord.). Índice de Bem-Estar Urbano. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2010. Available at: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rcct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDEQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.observatoriodasmetrolopolos.net%2Fdownload%2Findice_bem_estar_urbano.pdf&ei=t_Q2Upe6NY7Y8gTXiYHoDw&usg=AFQjCNHtw9nadrXOKVsP9rH3DL0aC09Lhw&bvm=bv.52164340,d.eWU>. Accessed on: 16th Sep. 2013.
- RODRIGUEZ, D. O humor como indicador de resiliência. In: MELLILO, A.; OJEDA, E. S. (Org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 131-138.
- SAKAMOTO, L. Caso Estelita: Sabe quem vai ganhar as eleições? Empreiteiras, como sempre. *Blog do Sakamoto*, São Paulo, 21 jun. 2014. Available at: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/06/21/caso-estelita-sabe-quem-vai-ganhar-as-eleicoes-empreiteiras-como-sempre/>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- SENRA, R. #SalaSocial: 'Fizeram meu bebê respirar gás lacrimogêneo', diz grávida sobre reintegração no Recife. *BBC*, 19 jun. 2014. Available at: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140617_ocupa_estelita_acao_policial_rs.shtml>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- SONN, C.; FISHER, A. Sense of community: Community resilient responses to oppression and change. *Journal of Community Psychology*, v. 26, n. 5, p. 457-472, Sep. 1998. [https://doi.org/10.1002/\(sici\)1520-6629\(199809\)26:5%3C457::aid-jcop5%3E3.3.co;2-7](https://doi.org/10.1002/(sici)1520-6629(199809)26:5%3C457::aid-jcop5%3E3.3.co;2-7)
- TEMOS que nos tornar anticapitalistas, diz David Harvey no Ocupe Estelita. *Carta Capital*, São Paulo, 24 nov. 2014. Available at: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temos-que-nos-tornar-anti-capitalistas-diz-david-harvey-no-ocupe-estelita-9906.html>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- TRUFFI, R. A batalha pelo Cais José Estelita. *Carta Capital*, São Paulo, 18 jun. 2014. Available at: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html?utm_content=buffer95d51&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer>. Accessed on: 14th Dec. 2014.
- VANISTENDAEL, S. *Cómo crecer superando los percances, resiliencia: capitalizar las fuerzas del individuo*. Ginebra: BICE, 1995.
- _____; ELCOMTE, J. Resiliencia y sentido de vida. In: MELLILO, A.; OJEDA, E. M. S.; RODRÍGUEZ, D. (Comp.). *Resiliencia y Subjetividad: los ciclos de la vida*. Buenos Aires: Paidós Iberica, 2003. p. 84-91.
- WALKER, B. *et al.* Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems. *Ecology and Society*, v. 9, n. 2, 2004.
- WALSH, F. *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. São Paulo: Roca, 2005.
- WATTS, J. Brazilian police criticised over raid on protest camp. *The Guardian*, 18 jun. 2014. Available at: <<https://www.theguardian.com/world/2014/jun/18/brazil-police-raid-protest-camp-recife>>. Accessed on: 14th Dec. 2014.

BEYOND THE *JORNADAS DE JUNHO*¹:

FROM THE STREET DEMONSTRATIONS TO THE VOICE OF THE MULTITUDE —
REFLECTIONS ON POLITICAL EXERCISES IN PUBLIC SPACES IN THE ERA OF
NETWORKS

POR TRÁS DAS *JORNADAS DE JUNHO*:

*DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA À VOZ DA MULTIDÃO — REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO POLÍTICO
NOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM TEMPOS DE REDE*

PIERO CARAPIÁ LIMA BAPTISTA ^{A, B, D, E, F}

JOSÉ CARLOS HUAPAYA ESPINOZA ^{D, E, F}

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, Bahia, Brasil

ABSTRACT: The month of June 2013 has entered the annals of recent Brazilian history, due to the street protests throughout the country's major cities, which showcased facets of the country's reality to a world already focused on Brazil, as it prepared to host the 2014 World Cup. The aim of this article is to summarize the manifestations, which took place in public spaces, contextualize them into recent Brazilian events, and demonstrate how they appeared as a consequence of the increasing loss of political voice in contemporary society due to globalization. This same phenomenon would seem to present its own possible solutions to the very problems it has created, such as those indicated by Milton Santos (2000), Hardt and Negri (2005), mostly through networked actions and the concept of "multitude". However, having moved on a few years from the *Jornadas de Junho*, the particular dissensions and lack of clarity surrounding the demands reveal a horizon on which political participation is still vacillating and confused.

KEYWORDS: *Jornadas de Junho*; mega-events; political participation; globalization; network society; manifestations; public space.

RESUMO: O mês de junho de 2013 entrou para a história recente do Brasil em decorrência de protestos realizados nas ruas das principais metrópoles do país, expondo facetas da realidade brasileira como uma vitrine global, circunstância oportunizada pelos preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Este artigo objetiva discutir as manifestações ocorridas no espaço público, além de contextualizar os eventos brasileiros recentes, entendidos como consequência da crescente perda de voz política da sociedade contemporânea diante da globalização. Esse mesmo fenômeno parece apresentar as possíveis soluções aos problemas que cria, tal como apontam Santos (2000) e Hardt e Negri (2005), através, sobretudo, das ações em rede e do conceito de "multidão". No entanto, alguns anos após as *Jornadas de Junho*, as dissonâncias particulares e a falta de clareza das petições revelam um horizonte de participação política ainda vacilante e confuso.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornadas de Junho*; megaeventos; participação política; globalização; sociedade em rede; manifestações; espaço público.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p275>

Contribution of each author: **A.** theoretical and conceptual basis and problematization; **B.** research data and statistical analysis; **C.** producing figures and tables; **D.** photographs; **E.** preparation and drafting of manuscript; **F.** selection of references.

¹ This was the name given to the demonstrations, which broke out in Brazil during the Confederations Cup in 2013. Initially, in São Paulo, the focus was not on the Cup, but rather on the increases in public transport fares, giving rise to the slogan "it's not about the 20 cents".

INTRODUCTION

To begin to understand the logic behind the recent demonstrations and protests in Brazil, most notably after June 2013, it must be recognized that technological advances, the development and modernization of the media and the intrinsic characteristics of the paradigm of globalized life have evolved to the point that we are currently experiencing a network society (CASTELLS, 2009). Within this format, in addition to the traditional networks (power, road, water etc.), the influence and relevance of telecommunication and digital networks are growing, constituting distinctive forms of socialization and communication. Translating this reality into the sphere of urban life may reveal new mechanisms for appropriating the city, spreading ideas and, in particular, mobilizing physical encounters within urban spaces through the media and virtual networks, such as: the Arab Spring², which spread across a number of countries between 2010 and 2012 and helped to remove regimes such as those of Mubarak and Gaddafi, the protests across Europe because of unemployment and the 2008 economic crisis, the Occupy Wall Street protests, active since 2011 in New York, and many other Occupy movements around the world.

Although virtual networks allow extremely easy social interactions, they do not occur completely indiscriminately or without filters. As with face-to-face relationships, the interaction between social network users also tends to be defined by personal affinities, a sense of belonging, self-recognition, affirmation of identity and goals or interests in common, with or without specific territorial locus (PERUZZO, 2002). Nevertheless, the huge gatherings we are attempting to understand have ended up spilling out onto the streets and squares, especially those with symbolic appeal, as in the case of the *Jornadas de Junho*, being motivated to do so by some great common interest or shared sentiment.

In June 2013, Brazil experienced a moment of political and social effervescence, becoming both the stage for large demonstrations as well as a showcase for the world, revealing autonomous mechanisms of resistance and, within the process, baring a society with a long list of demands. It should be remembered that Brazil had been preparing to host the mega-event of the 2014 World Cup since 2007, when the Fédération Internationale de Football Association (FIFA) officially announced its decision, and demonstrations erupted even more strongly during the Confederations Cup in 2013, which is considered the most important test event for the World Cup. When the persuasive arguments regarding the legacies of this mega event no longer seemed to meet with approval throughout the country, protests began to surface on a global scale against overspending, problems with public transport, health and security, as well as the excessive care to meet the demands of an entity such as FIFA at the expense of the population. Although the example of Brazil and of the demonstrations in June 2013 (see Figure 1) were of great concern to the organizers of the mega-event and to the Brazilian government, there was also considerable national and international support, as acknowledged by the German newspaper *Zeit*: “The main sports federations will have to rethink their behavior [...] For this: thank you, Brazil” (“OBRIGADO”, 2013). Within a context where injustice, a lack of transparency, budget overruns, human rights abuses and exceptional measures that often ran counter to the rule of law - observed in recent history to a lesser extent in the 2006 World Cup in Germany, and to a greater degree in 2010, in South Africa (PAULA; BARTELT, 2014) - Brazil’s message given out on a global scale was: we will fight in the streets for the changes we want and we will be heard.

² The democratic movements, which began in Tunisia (December 2010), quickly spread to other countries across the Middle East and North Africa. The manifestations grew significantly because of the repercussion and speed with which the news spread through the social networks in the internet.

Figure 1: Multitude of demonstrators in the *Jornadas de Junho* of 2013

Source: Não (2013).

To enter into detail regarding the 2014 World Cup and its preparations would require another article, but it is important to state that although the *Jornadas de Junho* had initially broken out in response to the increase in public transport fares, the mega-event contributed decisively to the notoriety of the demonstrations, ensuring a voice to the multitude through both virtual and informal means, and at least in essence, unmindful of partisan issues. This aspect serves to contextualize the moment and, to some extent, suggests that the proximity of the 2016 Olympics in Rio de Janeiro may trigger off a similar process for a number of reasons, even though the “tone” of the demonstrations have mostly moved towards to the conflict between federal government supporters and opposition supporters, between those who defend impeachment of the president and those who consider it to be a *coup* (among many other agendas such as corruption and removing the Speaker of the House, Eduardo Cunha, from public office, for example) .

While recognizing this is a vast thematic field, for an analysis of the protests and their recent developments in public spaces, we believe it is more expedient to investigate how these phenomena occur within the political sphere, by which mechanisms they are structured and whether it would be possible to obtain any real gain in political citizen participation, since records on the facts, the demonstrations in each city, the numbers involved and the material and journalistic examinations have been carried out to exhaustion, either by the formal media, or by autonomous journalism from social movements and virtual channels. For example, if we were to examine some of the reports from June 2013, the *On marketing digital* website published an unofficial estimate that “more than 200 thousand people attended in Rio de Janeiro, 65 thousand in São Paulo, 20 thousand in Minas Gerais, 10 thousand in Rio Grande do Sul, Paraná and the Federal District, 13 thousand in Pará, 5 thousand in Espírito Santo and Ceará, 4 thousand in Bahia and 2 thousand in Maceió and Pernambuco” (O PAPEL, 2013, author’s translation). This is without

3 A Fiat commercial during the Confederations Cup (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=R-CR68eAYrvk>>. Accessed on 16th Sept. 2016.

4 See, for example, the advertising video *The giant wakes up to the world* by Johnnie Walker, produced by Neogama/BBH (2011), which shows a giant made of rock waking up and walking through Rio de Janeiro. (Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=Duw1aj2s9uw>>. Accessed on: 16th Sept. 2016).

5 The appropriation by demonstrators may be found in videos such as *Come to the streets – the giant has woken up – official video* (Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=pW_yQN__7WI>. Accessed on: 16th Sept. 2016).

6 Sassen became well-known through *The Global City* (1991).

7 According to Sassen (2011, n.p.), “There was a time [...] when the middle class was the historical agency. But not any more [...] it has lost its space and political voice”.

mentioning the abundance of hashtags associated with the protests, video-complaints regarding police abuse and repression or boycotts by the formal media, and events posted on Facebook, viral expressions such as “Come to the streets”³ and “The giant has woken up”⁴ (demonstrating that the advertising campaigns, which had become an apology for “grandeur” and “joy” of the FIFA world cup in Brazil could effectively be appropriated by the protesters)⁵, and the “Collaborative Map #protestosbr”, the real-time mapping of protests and demonstrations throughout Brazil.

As a result of this aggrandizement of the demonstrations, both in terms of the numbers taking part and the topics they were dealing with, it may be perceived that what originally began as a concise, specific demand, embraced by a heterogeneous mass that perceived commonalities not in their differences, but rather within a problem that would affect everyone, had moved on to a broader, more diverse agenda, often criticized for not having a clear direction, and for fighting “against everything that’s out there”. Leonardo Sakamoto, in an article for *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (“Rebel Cities: the free travel pass and the demonstrations that took to the Brazilian streets”), describes how in addition to the popular movements, and militants from the Free Travel Pass Movement and political parties, most of whom were from the left, the demonstrations were now joined by a significant layer from the “[...] ‘white elite of São Paulo’, the so-called ‘new middle class’, who were upwardly mobile, holding on to consumption symbols as their reference (and their absence as depression)” (SAKAMOTO, 2013, author’s translation). Added to these, there were: members of the extreme right, some of whom were nostalgic for the Military Dictatorship, and also the “black blocs”, which divided public opinion, either fairly or unfairly, for being compared to rioters, which apparently served as sufficient justification for strong police repression, use of excessive force, arbitrary arrests and, not unexpectedly, retaliatory responses from the protesters.

With regards to the driving force behind the protests – which is one of the points we seek to address more closely herein – it may be noted that even developed countries are facing crises of economic polarization, with a marked loss of economic and political power not only among the poor, but also throughout the middle classes. Saskia Sassen⁶ states that protests such as the Occupy Wall Street, are due to the increasing wealth of around 20% of the population and the impoverishment or informalization of the others⁷, demonstrating a clear break in the social pact with the characteristic middle class during the years of Fordism. This form of action, which greatly resembles the paralyzations brought about by union strikes, often takes to the streets in various forms of protest or social statement, extrapolating across numerous borders in order to perceive the unity of ideas even when separated by different territories, thus demonstrating that the dissatisfaction, which led to the demonstrations of the *Jornadas de Junho* is not only a Brazilian peculiarity. In October 2011, an interview with Sassen generated a report entitled “*The ‘powerless’ are making history*” (“*Os ‘sem poder’ estão a fazer História*”) (HENRIQUES, 2011), in which, besides emphasizing the importance of the protests, further explains that the city is also a space where voices have historically gained recognition, are able to meet and to realize they are not alone.

Sassen recognizes that there is a sense of deep pain, frustration, dissatisfaction and even anger, which with the advancement of the media and the direct integration between different people, often with similar problems, leads to identification and

even solidarity; at which point the social networks enter. For her, while the networks integrate, facilitate interaction and agility among the demonstrators, by no means do they create demonstrations, they merely intensify the contact between people who have already experienced a feeling of revolt against this invisible social contract that has been broken, i.e., what has been witnessed since June 2013 are not merely “Facebook or Twitter revolutions.” In considering the Brazilian case, long after the “painted faces” movement of 1992, which contributed to the impeachment of President Collor, over recent years there have been several other street demonstrations, such as Occupy Sampa⁸ in São Paulo in 2011, Occupy Estelita⁹ in Recife, in 2012 to the present day, and the Vacate Movement¹⁰, in Salvador in 2012, although the *Jornadas de Junho* in June 2013 portrayed exponentially bigger protests, which have reverberated until today, especially by “pointing the way” for more recent protests, they do not however constitute the country’s pioneering cases.

Due to this growing wave of mobilizations, a number of authors have proposed reflections on the reasons behind these facts and the relevance of this Brazilian moment. Erminia Maricato suggests that the reasons for the crisis may be encountered in the Brazilian “urban issue”, in the persistent benefits for a limited portion of the population, thus ensuring that traditional urban and political exclusions are maintained, together with the precarious transport and public facilities, which culminated in the protests (MARICATO, 2013).

For Vainer, part of what is observed may be explained by the years of consolidated popular movements that, despite the numerous conscious attempts to mobilize people and become united under some common agenda in the face of so many particular concerns, finally saw the materialization of Marx’s “metaphor of the old mole”, who works underground until he suddenly emerges in revolution with the “freshness that has not been contaminated by the ideology of entrepreneurship and competitive individualism [...]” (VAINER, 2013, p. 36, author’s translation).

For Harvey, who has reflected on contemporary urban mobilizations, what motivates and differentiates these genuinely popular manifestations from others under the agency of constituent power is that, using the concepts of Lefebvre (2001a), the right to the city can only be formulated when there is a renewed, transformed right to urban life that “[...] is therefore much more than a right of access to what already exists: it is the right to change the city more in accordance with the desire of our hearts” (HARVEY, 2013, p. 28, author’s translation).

Assisting with a broader understanding of the issue, Maricato, in the text *Nunca fomos tão participativos: reflexões sobre os movimentos sociais urbanos* (We never been so participative: reflections on urban social movements), highlights the importance of differentiating between social movements such as MST, or the genuine, autonomous manifestations of the population, as we have seen recently in Brazil, and those derived from broad cooptation/corruption promoted by organizations of power, especially the municipal executive power and private companies. Thus, there has been a certain urgency for popular participation to remain ineffective in public hearings, the criterion of which is “what favors some of them is carried through, but what goes against them is ignored” (MARICATO, 2011, p. 96, author’s translation), a practice that in fact contributes greatly to the widespread feeling that the real desires of the population are not heard¹¹, while meeting the necessary requirements in order to spark off the demonstrations.

By seeking a deeper understanding of what leveraged the demonstration, together with its current and future developments, a glimmer of hope will be sought

8 A movement, which occupied the Anhangabaú Valley proposing a nonviolent, nonpartisan political organization, willing to implement greater discussion and direct political participation in decisions.

9 This appeared in response to the purchase of land in the region of the Cais José Estelita by private groups in 2008. Active since 2012, the movement has suffered violent reprisals from the police force.

10 Motivated by the dissatisfaction with the mayor at the time - João Henrique, very much because of the preparations of the 2014 World Cup, this referred to the intention to force the mayor “vacate” his position. Stepping back in time, in 2003 Salvador was the protagonist for the “Revolta do Buzu”, similar to “it’s not for the twenty cents” in 2013.

11 These issues were addressed by Arantes, Vainer and Maricato (2000) in *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*.

in order to reconquer the right to exercise political participation, which seems to have become repressed and inefficient through the normal channels of representative politics in Brazil, although herein we are not decreeing its death nor rendering it completely disabled. It is for this reason that the present article proposes to reflect on the concept of “multitude” in this era of the “Global Empire” as described by Hardt and Negri (2005), so as to understand how it may help to shape an experimental strategy of resistance within a scenario restricted to political exercise, and that within the network and street demonstrations encounters the possibility of being achieved. Before this, however, it is necessary to obtain a better understanding of how the demonstrations would be viewed and how they originate in public spaces from a sociological perspective, as well as examining what has led to this state of deep political violence that now accompanies contemporary life, whose fraying at the edges seems to have led to the most recent protests.

PUBLIC SPACE AS THE STAGE FOR COLLECTIVE POLITICAL ACTIONS AND PROTESTS AS LEGITIMATE POLITICAL PARTICIPATION

Perhaps surprise with the proportion of public street demonstrations because of the abovementioned events has led to the belief that public protests were not so common. In fact, virtual communication at the expense of physical contact and the establishment of shopping centers as contemporary living spaces on the grounds of comfort and security, among other factors typical of globalized contemporaneity, appear to have resulted in political apathy, a lack of appropriating public spaces and individualism.

Collective manifestations have had a significant presence throughout human history, and have not been restricted to the everyday manifestations of “the left”. In other words, conservative institutions (traditionally viewed politically as being on the “right”), have also had their moments of manifestations (MAGALHÃES, 2013), such as the March of the Family with God for Freedom¹², for example, and rediscovered a space and voice within the political dichotomy established between pro-PT and anti-PT before and after the October 2014 national elections. In *As manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política* (Demonstrations in public spaces: the street as a place of political expression), by Fabiano Rosa Magalhães (2013), it is made clear through the bias of the “Sociology of Demonstrations”¹³ that public demonstrations are collective actions, which precede the proto-trade union protests in the early stages of the Industrial Revolution. However, it is not appropriate to dwell on previous demonstrations of the model of the capitalist city¹⁴, since it is upon this that fall the forms of protest with which we are most familiar.

Taken initially as a fleeting response to a state of irrational, raging tempers (FREUD *apud* MAGALHÃES, 2013, p. 14), normally associated with the working class and trade unionists, social protests were only recognized as being legitimate during the 1960s, when there was an abundance of movements for the rights of women, blacks and homosexuals, for example. With regard to the validity of the demonstrations in the streets and public spaces, according to Magalhães (2013) it is possible to separate two theoretical fields: a) the Descriptive Democratic Theory, which views the demonstrations

¹² This was the name given to a series of events that took place slightly before the 1964 military takeover in Brazil, in response to the supposed communist threat.

¹³ A field of social sciences rarely addressed by Brazilian theorists, but much discussed in France, where it is known through authors such as Fillieule (1993) as “*Sociologie de la Protestation*”.

¹⁴ The capitalist city and its social, urban and political aspects are addressed by Mumford (1991), in *The city in history*; Lefebvre (2001b), in *The city of capital*; and more recently, Harvey (2005) in *The capitalist production of space*.

with reservations, and; b) Political Philosophy, which indicates perspectives in order to “state how life should be” (MAGALHÃES, 2013, p. 16, author’s translation). Political Philosophy, represented by authors such as Arendt (2007), believes that democracy is an open field for new and constant incorporation of rights, including demonstrations and protests. These are validated because of the lack of space within representative political action, i.e., partisan and institutionalized.

With regard to the work of Pierre Favre (1990), Magalhães states that in principle, demonstrations are peaceful, express opinion, seek to seduce and grow, yearn for change and strive for publicity, but may also present violent consequences or develop into urban rebellion, not only due to being an agglomeration of many people with different behaviors and principles, but also because of the possible existence of provocateurs misaligned with peaceful protest or even the presence of undercover police - nothing new in relation to what has been witnessed in Brazil since 2013.

Apart from this, they also possess different targets, amongst which we may indicate the state, the public and the media. In Brazil, prior to the 1988 Constitution (Article 5, section XVI) it was possible for the state to intervene or veto public protest. Currently however, the State’s presence is felt by recognizing that unpredictable outcomes are a possibility, and could endanger the integrity of persons whether connected or not to the demonstration, it should not however prevent peaceful protest under any circumstances. The public is the main target to which the demonstrations are aimed, which as a consequence, inserts the media as a necessary, strategic target, since this may broaden the visibility of the action (preferably in a favorable manner, which will go to promote the general acceptance and level of compliance/tolerance to the appeals of the demonstrators).

There are numerous, important options as to where the demonstrations may take place within the public space. From historical squares to the central avenues, they appropriate areas normally allocated to cars and businesses, which thus become politically subverted (SANTOS, 2002). An analysis on the appropriation of places usually regarded for consumption is especially relevant when analyzing the case of FIFA mega sports events, particularly since this institution obtained guarantees from the Brazilian government to hold the event in an “exclusive zone”, within a two kilometer perimeter surrounding the arenas. This ensured their advertising privileges, the sale of sponsored products and increased control over the right to come and go, curbing not only demonstrations and protests, many of which were legitimate, but also the actions of local merchants, street vendors and even traditional activities protected as intangible heritage, such as the case of the Bahia woman in Salvador selling their *acarajé*¹⁵.

The symbolic use of the streets, the march from one place to another within the city, or from one specific city to the capital of the state, or even of the country, are done so in order to become visible and expand the symbolic expression of the demonstration. It should be remembered that since June 2013, Brazilian cities have been home to constant public protests, many of which have brought together hundreds of thousands of people, for example on the main Paulista Avenue in São Paulo, or in the Square of Three Powers in Brasília. The proportions, the numbers involved and the symbolic gesture of occupying these particular places - and not just any place - form a combination of factors, which signifies that something deep is stirring the population to mobilize, which from certain speeches and discourses

15 The Movement of the Bahian *Acarajé* Makers (women in the state of Bahia who make this traditional food) represented an important struggle for the women to gain their right, albeit on a limited scale, to sell their traditional food within the perimeter of the Arena Fonte Nova, an adverse situation which spread to the FIFA FanFests.

contained within the protests seems to indicate a complete disbelief in the ability or willingness of the state and of the political parties to represent the interests of the citizens, among the other meanderings of the deadlock affecting political exercise.

CONSIDERATIONS ON THE CURRENT DEADLOCK OF POLITICAL EXERCISE THROUGHOUT THE GLOBALIZED WORLD

It is our desire to explain that the critical point that led to the events of June 2013 and that has followed through until the present day – naturally, under various pretexts – encounters its reason for being in the very structure of our capitalist, globalized society, and it is clearly within this very same society that solutions should be sought in order to solve the problems that have led to the protests. By explaining that the reality of globalization has established a new paradigm, also signifies that escaping the influence of its perverse effects is not a simple matter, and among these effects is the progressive loss of a political voice, since any violent act against the human condition naturally generates rebellion and mobilization. By choosing to introduce the contributions of authors such as Antonio Negri and Michael Hardt, the latter being a scholar of Deleuze, into this analysis, we are banking on the fact that because they wrote a major work inspired by the book entitled *Empire*, which deals precisely with the exercise of power in the times of globalization, together with the fact that they also worked with the concept of “multitude” as a resistant response “empire”, it would be possible to move slightly beyond critical analysis in order to corroborate the proposal of the authors. However, before presenting their contribution from *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire* (2005), it would be appropriate to address a number of key points contained within the vision of this work from other sources.

Initially, it is necessary to state that the suppression of political exercise is equivalent in many ways to the suppression of the human condition, to paraphrase the work of Hannah Arendt (2007), *The Human Condition*, and which is why any attempt to reconquer it is so important. The author states that the totalitarian regimes of the twentieth century have employed strategies to ensure that certain groups of people became politically “invisible” and disposable, but the real criticism is that although these regimes have been defeated, the temptation to adopt these resources remains and is compatible with capitalist democratic societies, although through different justifications and means. In other words, what Arendt calls *animal laborans* refers to the man who assumes political value as that which is only productive through work and being able to consume, in a cycle that is constant and apparently increasingly more extreme. But if the protests mentioned thus far demonstrate that even the middle class is being positioned on the edges of this effective political recognition process (not the simulacrum of representative politics that seems to be one of the reasons behind the protests in Brazil), it is easy to understand the reason for the large number of heterogeneous manifestations: it is no longer just a problem of the poor¹⁶.

Arendt’s reflection on the “glorification of animal laborans” is clearly associated with the relationship between biopower and biopolitics¹⁷ addressed by Hardt and Negri due to the fact that it manifests as a form of political violence, supporting

¹⁶ Traditionally, as indicated by Arendt (2007), political invisibility has been associated to poverty; but authors such as Santos (2000), Hardt and Negri (2005) and Sassen (2011) have demonstrated that this ideas should be expanded to contemporary globalized societies.

¹⁷ In order to help conceptualize, biopower is related to the investment in control technology of the production networks, their management and neutralization; biopolitical production is land and the means of action in the struggle between cooperation networks and regulatory forces, or modulators, of biopower (HARDT; NEGRI, 2005).

the current reflection of authors seeking to describe this critical point in globalized contemporary societies moving away from the stage of discipline (FOUCAULT, 1999) towards societies of control and of the market. Here, the logic is marked by sales, merit pay, continuous control as opposed to examination, the factory giving way to the enterprise and the inadequacy of the old resistance systems (such as unions), to the extent that individuals cease to be a sum of the masses in order to enter a regime of fluid working, of “inexorable rivalry” (DELEUZE, 2010, p. 225, author’s translation), the solution to which seems to be able to come through other weapons (as in the example of the autonomous demonstrations and the experience the “multitude”).

The ideology advocated by the “perverse globalization”, a term used by Professor Milton Santos (2000) in *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (For another globalization: from a single thought to universal consciousness), contains very concrete and non-fanciful consequences. The beginning of this century presented a number of characteristics that favored maintaining this ideology, which had appeared during the last decades of the twentieth century. According to the author, the development of history always moves forward in conjunction with technique, its uniqueness, underpinned mainly by the computer and its derivatives, a strong element capable of creating, disseminating and maintaining globalization as we know it today. The uniqueness of the technique, the convergence of moments, the presence of a “single engine” (i.e., value-added universal, explains Santos) and the understanding of the planet, i.e., becoming aware of the facts, dimensions and historical and socioeconomic processes on a world scale (albeit in an unrealistic and biased manner), based the establishment of globalization onto being something inevitable, natural and of a single world discourse (SANTOS, 2000).

The advancement of communication allowed dissemination of a lot of knowledge and also shortened distances, but much of what is affordable for most people is duly filtered and suitable for global ideology. According to the author, the tyranny of money and the monopoly of information form the supporting pillar of contemporary globalization, accelerating hegemonic processes supported by one thought, able to absorb other productive social processes or weaken and disrupt those that offer resistance. This framework, in which it seems to be impossible to swim against the current or at least extremely risky, implies that processes unrelated to these logics are uncompetitive (which already indicates that globalization itself provides the means for resistance).

In the ideology of globalization, even man himself has his exchange value identified in his productive and competitive capacity. There is no place for everyone and exclusion, social bankruptcy and unemployment are viewed as something natural, part of the ideology of meritocracy, something destined for the least able, as well as establishing that a political voice is directly associated with the fulfillment of these expectations. Within this programmed reality, the state itself eludes its role as protector of its citizens, and politics is driven by market interests, not principles. However, since the positions of privilege have become scarce with the intensification of inequality, and political invisibility seems to hit both the very poor and the middle class, this logic also appears increasingly untenable.

It is within this scenario that an appropriation may begin of Hardt and Negri’s work (although the resistance strategy they propose will only will be discussed later). According to the authors, there is a “Global Empire” that places everyone in a constant

state of widespread, arbitrary “war”, in which this state of conflict is no longer linked with neighboring or enemy nations, thus forming a circumstantial, although steady, state, that makes peace the exception and imposes a state of internal or civil war with the forces of constituted power, i.e., the government, private corporative entities, the media and international powers. The failure of democracy is aggravated when this state of constant war installs the legal status of a State of Exception¹⁸, that is, not legal. The metaphor of “war” is appropriate because it is a state which seeks the indistinct collaboration of all segments in favor of a guiding objective, conducting a war against poverty, against drugs, terrorism or against national shame (a strategy that combines perfectly with a convincing speech in the organization of mega events, for example, which will help to justify a series of arbitrary and repressive attitudes - and protests in response to these attitudes - as we little by little have indicated throughout this work).

It is also understood that in this state of global war, international relations and internal politics become confused, appearing similar and interconnected, with no clear boundaries. Hardt and Negri specify that military and police activities are interlinked to ensure security, and no longer national defense. The “enemy”, which was traditionally embodied in an external threat, is increasingly confused with the so-called “dangerous classes” or dangerous groups related to the internal threat. By becoming increasingly difficult to differentiate - the so-called black blocs, party militants, infiltrated people, hoodlums, “terrorists” or simply citizens engaged in the struggle for a political voice - low-intensity war policies or high-intensity police actions are oft adopted by one or sometimes by another (HARDT; NEGRI, 2005, p. 36). The consequence of this posture is often to adopt an idea of a “fair war” against evil or an obvious, absolute enemy, an enemy of humanity, of physical and patrimonial collective security, rioters and vandals, and therefore liable to be removed from the political sphere and have their rights curtailed. Whether someone is a terrorist or not is a viewpoint which is increasingly flexible, but it is commonplace that the prerogative of deciding rests with the state and its agents in the alleged zeal for public safety. This invisible threat begins to curtail individual rights by escaping the ordinary legal and judiciary process for a number of absurd and exceptional reasons, as in the attempt to establish the PL 728/2011, called the “AI-5 of the Cup,” by providing the possibility of qualifying any manifestation that causes panic or mass fear as a terrorist activity, especially in acts involving public transport¹⁹.

What we would like to certify at this point is that the metaphor of global war appointed by the authors, is the experience of the State of Exception, of the exceptionality of the laws in daily life and the deadlock of political exercise, reasons that mobilize the search for alternatives - in the state of war there is no true compatibility with justice or with democracy. In the Hardt and Negri metaphor, it is possible during war to encounter both an obedient regime and a partial or total suspension of the exercise of democracy - circumstances made commonplace in mega-events, for example. The difference is that in the modern era these were exceptional and temporary circumstances - in a state of permanent global war the suspension of democratic activities also tends to be permanent, so much so that the demonstrations and protests on the networks and streets seem plausible strategies within a barely transparent, participative discredited political reality through the formally established means.

18 The State of Exception is established constitutionally in emergency situations such as a national threat, states of siege or public calamities. However, authors such as Vainer (2013) state that this state has become commonplace in certain contemporary political circumstances

19 The politics of exception are not only restricted to the Brazilian experience in mega-events. Even in the 2006 World Cup in Germany, considered successful, presented a series of these characteristics, including those related to special surveillance of potential “immigrants”, the use of the army, AWAC airplanes and special courts for the Cup.

THE “MULTITUDE” AS A POSSIBILITY FOR RESISTANCE AND RESPONSE WITHIN A NETWORK SOCIETY

At this point we trust that a certain comparative link is clear between the concept of “multitude” and its applicability in the demonstrations and protests that have gained space in Brazil and across the world. It is expressed as a response and resistance to the concept of biopower, which is this attempt to control all spheres of life, which enables the exercise of dominion within the “gray” areas between war and peace, which is exactly where the non-conventional conflicts of contemporary life appear. The more biopower becomes multidimensional, no domination is complete or without resistance (HARDT; NEGRI, 2005), hence the importance of reflecting on the multitude and the validity of protests in contemporaneity.

Therefore, the watchword is resistance - although this needs to be conducted through channels that biopower cannot penetrate. It is therefore important that a manner is found that, for the paths of resistance, uses tools that are multidimensional and able to impose themselves upon these unconventional “gray” conflicts, in the same manner as biopower. With regard to these possible strategies of resistance, the authors appropriated the “network” model in order to demonstrate that this is a development of guerrilla resistance, which acts on the possibility of multiple attacks on the oppressor by means of various groups that are related to one another, exploring the problem of “a lack of targets”, much like the hydra, the mythological Greek monster with multiple heads. The network strategy of resistance, even more so than the guerrillas, does not even have heads to be “cut off”, nor can it be reduced to a unified command. On the network, relatively autonomous units comprise a multiplicity with amorphous characteristics, capable of being in several places or even disperse to the point of invisibility. The concept of “multitude” enters to understand the biopolitical struggles on the network, since this is where the heterogeneous singularities interact.

Michael Hardt and Antonio Negri describe the concept of the multitude as a form of seeking a new political exercise, capable of placing itself as resistance, or even revolution, against the power currently in office. The multitude is expressed as a power (NEGRI, 2004, p. 17), the possibility of going beyond measure and becoming part of the “General Intellect”²⁰, or increasingly obtaining the fruits of intellectual activity and immaterial products, which are absolutely biopolitical by creating not only products, but relationships and social experiences. The multitude is not a manipulable, disorganized social body like people, but an active, organized social actor, a promoter of self-organization, capable of promoting the freedom of revolutionary potentials. Thus, the multitude may escape the influence of biopower, since it is directed to act on the unity of the subject (the people), the forms of organization (contract between individuals) and government regimes (monarchy, democracy, etc.) i.e., elements alien to the concept of the multitude.

In a more pragmatic analysis, the multitude extrapolates and binds the models of resistance within itself, allowing resistance both within the law, seeking to neutralize oppressive effects of the law, and completely outside the law, when it effectively enables the struggle to build a new society. As Hardt and Negri clearly explain in the subchapter *The wealth of the poor (or we are all poor!)* (HARDT; NEGRI, 2005), the multitude is also an inclusive concept, allowing political exercise on the same

²⁰ A concept formulated by Marx which Negri (2004) used to define the actions of the multitude.

level as the very poor and the “traditionally excluded”, in that it sees in these the combination of rich, unique experiences, as well as a natural vocation for antagonism and rebellion. This perspective is shared by Milton Santos (2000) whereby in the constant, cyclical shortage of consumer goods, which he extends to the shortage of rights and socio-political visibility, he indicates the necessary impetus for change and political participation. Understanding this perspective seems to be a revolutionary step in attempting to escape the aforementioned cruel *animal laborans*.

The local revolt communicates with other revolts by recognizing what is common, in the form of an *international cycle of struggles*, like a contagious disease (HARDT; NEGRI, 2005). The communication of common practices and desires, participation in collaborative networks, the revolutionary appropriation of the media and the tools once monopolized by the oppressor, together with immaterial production, form a reactive, active and creative cycle, in which the wealth of each local experience reinforces the political voice of the multitude. Therefore it is necessary to assess the described international, and above all, national experiences, amongst which are the *Jornadas de Junho*.

As an integral part of the process of resistance, this is revealed, therefore, in three principles: a) that of historical opportunity; b) that in which the most effective form of resistance uses the same “weapons” as the oppressor; and c) that in which each expression of resistance creates movements and progressively democratic processes at the same time that it destroys the antidemocratic characteristics of previous models. We may conclude that, according to the authors, each manifestation on the network, collaborative action and legitimate immaterial production seeking to attend the common desire, would be a progressive and continuous improvement towards a more democratic experience in globalized societies, in which Brazil is included.

FINAL CONSIDERATIONS (BEYOND THE JORNADAS DE JUNHO...)

Looking back, it may be said that the *Jornadas de Junho* of 2013, and the entire context, which involved Brazil hosting the 2014 World Cup, was a revealing experience and far from isolated. This was not merely a rejection of football or indeed FIFA. Disapproval was stronger and more widespread due to dissatisfaction with the direction that the nation was taking, and because of the government’s strong retaliation in an attempt to defend the interests of a controversial nonprofit entity. Apparently, the mega-events model inspired by the Barcelona Olympics in 1992, divulged in such a positive manner by the organizers, public administrators and even some of those more aligned to the theoretical proposals of Strategic Planning²¹, was being met with open antagonism²². It is generally known that Stockholm, St Moritz and Munich have rejected the 2022 Winter Olympics - the populations have given clear signs of rejection. Similarly, the mayor of New York, Bill de Blasio, announced in May 2014 that the city would not receive the Summer Olympics in 2024, and in Brazil the wave of protests related to the 2016 Olympics persists, and may intensify to the extent that the “dream of the Olympic legacy” disperses in a similar manner to that of the FIFA World Cup, as indicated by Rafael Alcadipani (KAWAGUTI, 2015).

On the other hand, also according to Alcapadini, it is similarly likely that

21 A model for urban planning inspired by business techniques developed by the *Harvard Business School* and widely defended by authors such as Borja (1996).

22 Authors such as Matheson and Baade (2004), Matheson (2006) and Maening and Plessis (2007) developed studies, which indicate that the material legacy of the mega-events are far less significant than officially stated (when they exist and they do not leave exorbitant debts).

the wave of anti-government demonstrations continue in 2016, so that within this scenario, the dispute between the pro- and anti-PT groups could take over the agenda of the protesters more than the actual Olympics itself. It has become common practice to observe rallies and marches spilling over from the virtual media onto the streets, either in favor of impeaching the president, as on August 16th 2015, or for the affirmation of racial struggles (such as the recent *Crespo* (Afro/curly hair) Pride March in São Paulo) or, as expected, for a more transparent, democratic and less authoritarian 2016 Olympic Games, than other mega-events recently held in Brazil. This last point seems especially challenging within the current context, since on August 12th 2015, the House of Representatives approved the basic text of Bill 2016/2015, which deals with counter-terrorism. The project presents severe criticism, especially because of extremely vague, broad definitions, potentially damaging to social movements and to full political exercise. With the proximity of the 2016 Olympic Games in Rio de Janeiro, a similar scenario is evident on attempting to pass the aforementioned “AI-5 of the Cup.”

As the development of “supra-partisan” political structures becomes increasingly more common, recognizing common issues on the agendas that mobilize riots and marches, the individual merits of which we will avoid herein, there is a trace, when the “ball starts rolling” (to use a common expression from the 2014 World Cup), of tempers becoming calmed by the furor that a mega-event brings - or the repression that the state is able to mobilize. In this sense, according to Alcadipani, the police have learned to deal with the protesters and black blocs with “techniques” that bring fear to the people, together with the use of a large contingent of up to 2,000 men (KAWAGUTI, 2015). The fact is that the demonstrations of June 2013 were not repeated with the same intensity during the days of the 2014 World Cup, and most probably will not be repeated during the 2016 Olympics. On the other hand, there has been no evidence of a major police crackdown on protests calling for the impeachment of President Dilma (Figure 2), nor for those defending her stay, on the contrary, both have gained ground and presented huge numbers of people – normally with large differences between police data and that of the organizers - including maps of the demonstrations as from March 2015²³ (similar to that produced during the *Jornadas de Junho*, as mentioned above). Within a climate of emotional shock that a mega-sports event may provide, even the international press gave in to the fact, at least from the viewpoint of a sporting competition, that it was the “Cup of Cups”. Numerous declarations on social networks, texts published in newspaper columns, among others, publicly lamented the fact that they had followed the wave of pessimism and regretted not being able to enjoy the games with their friends, who had simply ignored what appeared to be a sure failure. Apparently the “World Cup effect” had completely destroyed the ability to distinguish between fair demands that erupted during the last year of global preparations and the possibility of enjoying and cheering along with millions of people, as has always been the case in the so-called “Country of Football”.

Will we experience the same with an “Olympics effect”? Will the political and truly democratic potential of the multitude, as exposed by Hardt and Negri, also be co-opted and somehow corrupted, or deleted by a more efficient police apparatus that is not effectively able to distinguish legitimate protests from those that “shatter order”, as described by Alcadipani? In a process which is so open and willing to absorb

23 Available at: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/15-03-2015/>>. Accessed on: 3rd April 2015.

Piero Carapiá Lima Baptista graduated in Industrial Design at the *Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*; he is also graduated in Architecture and Urbanism, has completed his master degree and is currently undergoing his doctorate studies in Architecture and Urbanism at the *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*.
E-mail: pierocarapia@hotmail.com

José Carlos Huapaya Espinoza graduated in Architecture, Urbanism and Arts at the *Universidad Nacional de Ingeniería (UNI)*, Peru; and completed his master and doctorate degrees in Architecture and Urbanism at the *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*; he is a professor at the *Faculdade de Arquitetura at UFBA*.
E-mail: jhuapaya@gmail.com

Article received on 31st August 2015 and approved for publication on 2nd December 2015.

the numerous singular voices, many of these will be dissonant and some collective experiences will generate lesser gains; however, errors are invariably experienced, seen and shared (on the networks too, of course), and are certainly reinterpreted and given new meaning by so many other “multitudes”. For now, at least it is possible to envisage new horizons for political exercise - the voices of the multitude are meeting in the streets and appropriating them politically.

Figure 2: The multitude during the demonstrations of March 2015



Source: Un (2015).

REFERENCES

- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARENDRT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão Contemporânea, Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 79-99.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Edições Câmara, 2012.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2009.
- DELEUZE, G. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DUARTE, A. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FAVRE, P. Manifestar em France aujourd'hui. In: _____. (Org.). *La Manifestation*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990. p. 11-65.
- FILLIEULE, O. *Sociologie de la protestation: les formes de l'action collective dans la France contemporaine*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HARDT, M; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- _____; _____. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

- _____. A liberdade da cidade. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 26, p. 9-17, 2009. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74124>
- _____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.
- HENRIQUES, J. G. “Os ‘sem poder’ estão a fazer História”. *Público*, 15 oct. 2011. Available at: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/os-sem-poder-estao-a-fazer-historia-1516631>>. Accessed on: 12th March 2012.
- JENNINGS, A. *et al. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.
- KAWAGUTI, L. Brasil tem todos os ‘ingredientes’ para protestos na Olimpíada, diz especialista. *BBC Brasil*, 25 ago. 2015. Available at: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150820_alcadipani_ping_1k>. Accessed on: 25th August 2015
- LEFEBVRE, H. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2001a.
- _____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MAENING, W; PLESSIS, S. World Cup 2010: South African economic perspectives and perspectives policy challenges informed by the experience of Germany 2006. *Contemporary Economic Discussions*, v. 25, n. 4, p. 578-590, oct. 2007. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1465-7287.2007.00074.x>
- MAGALHÃES, F. R. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 12, p. 7-35, jan./jun. 2013. Available at: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3179>>. Accessed on: 20th July 2016.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. É a questão urbana, estúpido! In: _____ *et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 19-26.
- MATHESON, V. *Mega-Events: The effect of the world’s biggest sporting events on local, regional, and national economies*. Worcester: Department of Economics College of the Holy Cross, oct. 2006. (Faculty Research Series, 06-10).
- _____.; BAADE, R. *Mega-Sporting Events in Developing Nations: Playing the Way to Prosperity?* Worcester: Department of Economics College of the Holy Cross, sep. 2004. (Faculty Research Series, 04-04).
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NÃO é por causa de 20 centavos... acordaaa Brasil! *Manga com pimenta*, 15 jun. 2013. Available at: <<http://mangaompimenta.com/2013/06/15/nao-e-por-causa-de-vingte-centavos-acordaaa-brasil/>>. Accessed on: 14th August 2015.
- NEGRI, A. Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*, n. 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113103120455output19-20.pdf>. Accessed on: 12th May. 2013.
- O PAPEL das redes sociais como fio condutor das manifestações no brasil. *On Marketing Digital*, 18 jun. 2013. Available at: <<http://www.onmarketing.digital/noticias/o-papel-das-redes-sociais-como-fio-condutor-das-manifestacoes-no-brasil/>>. Accessed on: 10th June 2014.
- “OBRIGADO Brasil!”, diz jornal alemão depois de manifestações contra a Fifa. *R7.com*, 25 jun. 2013. Available at: <<http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confederacoes-2013/obrigado-brasil-diz-jornal-alemao-depois-de-manifestacoes-contra-a-fifa-25062013>>. Accessed on: 20th July 2016.

- PAULA, M.; BARTELT, D. D. (Org.). *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.
- PERUZZO, C. M. K. Comunidades em tempo de redes. In: _____; COGO, D.; KAPLÚN, G. *Comunicación y movimientos populares: cuales redes?*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. p. 275-298.
- SAKAMOTO, L. Em são Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 95-100.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2000.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2002.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- _____. A globalização do protesto. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Available at: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-globalizacao-do-protesto,758135>>. Accessed on: 28th June 2015.
- UN millón y medio de personas marcharon contra Dilma Rousseff en todo Brasil. *Infobae*, 15 mar. 2015. Available at: <<http://www.infobae.com/2015/03/15/1715971-un-millon-y-medio-personas-marcharon-contradilma-rousseff-todo-brasil/>>. Accessed on: 22nd August 2015.
- VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 35-40.

APPROPRIATION AND POLITICAL EXPRESSION IN URBAN PUBLIC SPACES

APROPRIAÇÃO E EXPRESSÃO POLÍTICA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

SERGIO LUIS ABRAHÃO

FIAM-FAAM Centro Universitário, Programa de Pós-Graduação em Projeto,
Produção e Gestão do Espaço Urbano, São Paulo, São Paulo, Brasil

ABSTRACT: There are many, diverse issues that determine the relationship between citizens and their public urban spaces and, consequently, the significance that these spaces acquire for society as a whole. In totalitarian regimes however, the use of streets and parks as places of protest and resistance against sequestered freedom is not permitted. However, in democratic regimes, the reflections and discourse of architects, urbanists, researchers and policy makers regarding the manner in which public urban space is (or should be) appropriated by the population, has revealed a systematic reinterpretation of these spaces. Indeed, ever since the last decades of the past century, it has become recurrent to associate these physical spaces with the space of political realization. The intention of the present article is to bring the meaning of this association into debate, above all due to the insurgencies from certain segments of our population, which have taken place over recent years, manifestly in the streets, parks and avenues of our cities.

KEYWORDS: public spaces; urban spaces; political expressions; insurgencies; appropriations.

RESUMO: *São muitas e diversas as questões que determinam a relação dos cidadãos com seus espaços públicos urbanos e, por conseguinte, o significado que esses espaços assumem para o conjunto da sociedade. Em regimes totalitários, por exemplo, não se permite o uso das ruas e praças como lugares de manifestações e resistência à liberdade confiscada. No entanto, nos regimes democráticos, as reflexões e discursos de arquitetos, urbanistas, pesquisadores e gestores públicos, em torno do modo como o espaço público urbano é (ou deveria ser) apropriado pela população, tem evidenciado uma sistemática resignificação desses espaços. Com efeito, desde as últimas décadas do século passado tornou-se recorrente associar esses espaços físicos ao espaço da realização política. Este trabalho pretende trazer ao debate o sentido desta associação entre cidadãos e espaços públicos urbanos, sobretudo frente às insurgências de segmentos de nossa população, como vem ocorrendo nos últimos anos, manifestadamente nas ruas, praças e avenidas de nossas cidades.*

PALAVRAS-CHAVE: *espaço público; espaço urbano; expressão política; insurgências; apropriações.*

INTRODUCTION

Since the last decades of the previous century, there has been a recurrent theme in the discourse of administrators, architects and planners associating the physical space of our streets, squares and avenues with a space for political achievements, in which a particular form of social bond and relationship with power is developed. The strength of this association has resulted in the indistinct use of the term “public space”, not only as a manner of designating our streets, squares and avenues, as immanent spaces of urban morphology or as protagonists in the processes of urbanist interventions, but also to identify the space where the public sphere and that of public life are manifested, as defined by Habermas (1984), Arendt (1993) and Richard Sennett (1988), among others.

Over recent decades, there have been numerous publications, official documents and seminars that have analyzed the appropriation and use of our streets, squares and parks, from the viewpoint of democracy, citizenship and urbanity, in short - as spaces for political achievement. With the exception of authors such as Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981; 1984), Rosalyn Deutsche (1998), Sharon Zukin (1996) and David Harvey (2006; 2014) among others, discourses and reflections that involve political achievement in urban public spaces have conveyed a concept of political public space, which presupposes, drawing on Delgado (2011, p. 20, author’s translation): “a realm of peaceful and harmonious coexistence by all that is heterogeneous in our society, which demonstrates that what we are allowed to do in society is to place ourselves in accordance with a set of programmatic postulates within which the differences are seen to be overcome.”

Delgado attributes this understanding of political public space as one of the conceptual ingredients of what he called a *citizenist* ideology. Towards this direction, Rosalyn Deutsch (1998) attests that in her view, this ideology understands democracy not as a form of government, but as a way of life and as an ethical association. Thus, the overlap of political space in the materiality of our streets, squares and avenues in which the *citizenist* illusion is dramatized, in her view, functions as a “mechanism whereby the contradictions that support the ruling class remain unseen, while at the same time they obtain the approval of the dominated class for the worth of the political system to convince those who are dominated of its neutrality” (DELGADO, 2011, p. 24, author’s translation).

The present paper aims to bring to debate the role of our streets, squares and avenues, as spaces of political expression within the urban context, seeking to demonstrate that such a political expression comes into being when there is evidence of contradictions in the process related to dominating those spaces by the ruling classes, and calls into question the idea of urbanity, as a system of good civic practices, repeatedly conveyed through planning and policy management submitted to the interests of the ruling minority. To guide the occasioned debate we will observe the places and reasons for which over recent years, large demonstrations have taken place in our cities, and seek to examine them in the light of the political significance that has been attributed to urban public spaces.

POLITICAL EXPRESSIONS IN THE URBAN PUBLIC SPACES

Over recent years, the number of demonstrations has intensified all over the world, especially in Brazil, with groups of people claiming their constitutional rights to housing, free high quality public transport, participation in state educational reforms, safety, gender equality, decent salaries, as well as the right to speak out against corruption and urban violence, among other things. Clearly, such demonstrations would not be possible in totalitarian regimes, where the degree of freedom of speech and action is nonexistent. In such regimes, it is prohibited to use the streets and squares as places of resistance against sequestered freedom. In totalitarianism, there are physical spaces that characterize the streets, squares, precincts and parks, but there is no space of freedom or for reaction by those who are dominated.

The demonstrations to which we are referring were organized through virtual social networks, and used the streets, squares and avenues of our cities as their stage. In the city of São Paulo, as well as other cities across the country, one of the main characteristics of these demonstrations was the itinerant character, with displacements from one point, where they gathered, to another (or others) in the city.

In the series of demonstrations organized by the Free Transport Pass Movement (MPL) during 2013 and 2014, in São Paulo, most of them occurred in the central-southwest region of the new old-city center: gathering on Avenida Paulista, moving off towards the center, or gathering at Largo da Batata in the neighborhood known as Pinheiros, moving off towards Paulista and the center, or gathering in the Ramos de Azevedo Square, in front of the Municipal Theatre, and moving off towards Avenida Paulista¹. The demonstrations took place against the planned increase in public transport fares, and which according to an article by the organizers for *Rebel Cities* (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 1, author's translation), were needed so as to ensure "workers' access to the wealth of urban space", access which is invariably conditioned by the use of public transport. According to them, by taking over the streets during the demonstrations people had removed the administration of fare policy away from the city and onto themselves, which resulted in the government reversing the intended increase for public transport: buses, subways and trains.

Such demonstrations erupted violently because of the disproportionate response of the police in their crack down on protesters, especially on those involved in the depredation of banks, imported car showrooms, cafeterias and public institutions, as an expression of discontent against capitalism. However, these aspects of the demonstrations were broadly classified and disseminated by the media as acts that went against the interest of the common good, lacking urbanity,

But why did these protests take place within this area and not in other regions of the city? Or why did they not occur in areas where the vast majority of public transport users are concentrated? Harvey (2014, p. 212, author's translation) states that the characteristics of each place chosen to stage the popular demonstrations "are important, and the physical and social reengineering and territorial organization of these places are weapons in political struggles," leading us to indicate the relevance of these characteristics for the outbreak of the abovementioned movement.

In fact, it was into the southwest sector of the city of São Paulo where historically, the vast majority of its ruling class segregated itself, as demonstrated by Flávio Villaça

¹ Of the demonstrations during the cited period, some took place on the outskirts of the city of São Paulo, such as the pamphlet distribution campaign in Jardim Angela, in May 2013, the demonstration on the Estrada do M'Boi Mirim in June 2013 and the blockade on the Dutra highway in June 2013.

(1998) in *Espaço Intra-Urbano no Brasil* (Intra-urban space in Brazil). It is the part of the city that due to the concentration of political and economic power of its occupants, has received more attention and investments from local government, much to the detriment to other areas of the city: it is better structured in terms of its business and services networks, in its urban infrastructure network (the area with the greatest number of subway lines, long stretches of tunnels, overpass complexes, bridges and express avenues), in its facilities for health, education and culture, and in the qualification and maintenance of its public spaces, where the major public and private institutions are concentrated.

It is also in the southwest sector of the city where Avenida Paulista, Avenida Faria Lima and Avenida Berrini are located, central points created by the ruling classes ever since the late 1960s when they lost interest in the center of São Paulo - the so-called Central Sé Cathedral Republic. Until the 1960s, the center of São Paulo was the exclusive domain of this social minority. The abandonment of this region to which we refer was only not complete, because in order to maintain its condition as the ruling class the bourgeoisie, once again returning to Villaça (1993), has systematically pressed the state to promote interventions within that region. After all, the center of the city still retains a great affective, cultural and symbolic value for the majority of the population.

During the 1990s, Avenida Paulista was elevated to become the new status symbol of the city of São Paulo, through a campaign run by *Banco Itaú*, for which those voting were not offered any other options and more recently, the Estaiada Octavio Frias de Oliveira Bridge, built on the Marginal Pinheiros, close to Roberto Marinho Avenue, so that only motor vehicles - predominantly private - could cross the River Pinheiros, became the new symbol of the city, by being transformed into a backcloth for a daily Globo TV news program. Indeed, the southwest sector of the city of São Paulo is the sector of the ruling class, where the creation and manipulation of its symbols contribute ideologically to legitimize its process of domination.

The outbreak of popular protest demonstrations in the streets, squares and avenues of the southwestern sector and center of São Paulo, a key region in the process of domination, and therefore segregated by higher income levels, where fundamental class relations are concealed (HARVEY 2006; VILLAÇA, 1998), highlights the political expression taken on by the public spaces where such events occur, whether these spaces are squares, streets or avenues.

In this respect, it would seem that the design, dimensions and topography of these spaces do not seem to have been decisive factors in choosing Avenida Paulista, Avenida Faria Lima, Largo da Batata, Avenida da Consolação, Praça Ramos, or Viaduto do Chá, where the outbreaks of these demonstrations took place. These spaces are symbolically relevant for the whole population, but contain no similarities of design, dimension or topography. This therefore, leads us to raise questions concerning the correspondence between urban form and the possibility of political achievement. In this aspect, Delgado states (2011, p. 73, author's translation):

[...] there is a kind of urban idealism from which we work with the idea that urban form is a kind of system conducting human performances from conditioned reflexes generated by the placing of architectural volumes or by the arrangement of elements in public spaces.

FORM AND CONTENT

The correspondence between the form of public spaces and human activities is very present in the discourses that accompany urban projects developed since the 1980s, especially in Europe and the US. One of the most paradigmatic of these urban projects, especially in relation to the significance and role associated with public spaces, was in Barcelona. Thus, *El Espacio Público: ciudad y ciudadanía* by Jordi Borja and Zaida Muxi (2003), the former being one of the main contributors to the Barcelona Plan, identified three dimensions that a public space should contemplate:

- urbanistic, capable of organizing a territory, supporting a diversity of uses and functions and creating places;
- cultural, because it should be: monumental, in order to express and fulfill a diversity of functions, an urbanistic reference, a symbol of collective identity, an expression of history and the power of will;
- political, because apart from being a space for the collective expression of community living, of the visibility of different social groups, of quotidian encounters, it should also be a space of affirmation and confrontation, a space for the large civil or social demonstrations.

Jordi Borja and Zaida Muxi (2003) based their arguments on this systematization in order to explain and attribute content to the public spaces that were being created in Barcelona, using the urban projects carried out for the 1992 Olympic Games. Without denying that the form and arrangement of the elements in public spaces may serve as stimuli for certain behavioral guidelines, the formation of public space created by Jordi Borja and Zaida Muxi (2003) does not seem, however, to consider that it is the entire population that appropriates and attributes meanings to public space.

This question seems to have been central for the administrators of the Faria Lima Urban Operation Consortium (an urban design modality deployed in the city of São Paulo, successful from the viewpoint of real estate interests) not to focus special attention onto the existing public spaces, nor onto those that were to appear. In the predominant space belonging to the ruling class, the landscape was composed of railings, walls, elevated gardens and corner squares. Here the public space serves only to exert its maximum degree of functionality: the circulation of predominantly public and private motor vehicles.

Achieving political expression in urban public spaces, as conceived by the Catalans in the Barcelona Plan, seems not to have been echoed in the main critical assessments of the large urban projects that emerged during this period, especially since, in the opinion of the critics these were projects that intensified territorial social exclusion, disregarding the possibility of social transformation, were elitist and authoritarian in the manner they were conceived and formulated, and in this sense, the use of these spaces becomes socially standardized (VAINER, 2013; DELGADO, 2011). Therefore, it was highly improbable that these spaces would become a collective expression of community life, of the different social groups, of everyday encounters or of affirmation or of confrontation, as Jordi Borja and Zaida Muxi (2003) would like.

If the urban, cultural and political dimensions that a public space may eventually contain, are widely used in official discourses, whether technical or political, to justify and give meaning to the public spaces that appear, especially with the large urban projects from the 1980s, these dimensions, in particular the political, have also served,

since this same period, as the starting point for analysing the conflicts encountered in the public spaces of our cities.

Indeed, during the 1980s, numerous publications succeeded in analyzing urban public spaces from a socio-political perspective. They registered the spaces of our streets, squares, parks and avenues as spaces belonging to the public sphere, public opinion, public life, in an explicit reference to the concepts, located in the field of political philosophy, of two of its greatest creators: Hannah Arendt, in *The Human condition*, in 1958, and Jürgen Habermas in *The Structural Transformation of the Public Sphere* (Strukturwandel der Öffentlichkeit), in 1962. Additionally, in the mid-1970s, Richard Sennett also became a frequent reference in the literature regarding urban public spaces, mainly through the sociological studies contained in his book *The Fall of Public Man*, published in 1974.

From this universe of thinkers, Hannah Arendt (1993), gave rise to the contemporary reconstruction of the political thought of Aristotle, by identifying the public sphere as a meeting of individuals who monitor the exercise of power and make pronouncements on subjects related to life as in the Greek Agora (or the Roman Forum). In this case, she linked the public sphere of praxis and discourse as a manifestation of public life in the physical space of the polis.

Otilia Arantes (1995, p. 117, author's translation) indicates that it was in the Greek polis that Arendt sought the model from which she judged the modern transformation of the public sphere, i.e., the dissolving of the harmonious distribution between public and private, caused by the indefinite expansion of private territory, concurrently with the decline of the public nature of freedom and therefore the public visibility of mass society. In his view, Arendt took as a “[...] paradigm an interpretation of ancient politics as the domain of joint action, action triggered by the discursive practice exercised between equals.”

In his reflections, Habermas (1984) established the process that, from the eighteenth century, led to the construction of bourgeois political domination, and which led to the institutionalization of the moral structure of the activity of governing on the basis of a socio-political structure founded on formal - or public - freedoms, and on equality before the law. Hence, Habermas (1984) systematized the formation of the bourgeois state.

Interestingly, in Lavalley (2001, p. 38), we observe that the historical features in Habermas expressed a constellation of strongly interwoven factors (market expansion, the emergence of the nuclear family, urbanization, proliferation of the social habit of reading, the peak of the press, etc.), which demonstrated a correspondence between the public sphere and two types of institutional crystallization: the affirmation of bourgeois autonomy in practices and spaces of dialogic interaction (reading clubs, saloons, coffee and tea houses, conversational gatherings, Masonic lodges and various societies of a cultural nature) and a set of institutions dedicated to publicly conveying the opinions that represented the interests of this social segment of free proprietors (newspapers, leagues, clubs and extra parliamentary political associations).

In Brazil, the reflections of Marilena Chauí (1998) present public space as a social space of struggles (social movements, popular movements) and as the political forms of permanent expression (political parties, rule of law, economic and social policies). The sense of public space in Chauí (1998) subscribes to the circle of concerns by leftist intellectuals from the central countries, which according to Rosalyn Deutsche

(1998, p. 272) during the 1970s and 1980s were involved in renewing theories on democracy.²

With the exception of the Greek model – gatherings of individuals who inspected the exercise of power and made pronouncements on subjects related to life like in the Greek Agora (or the Roman Forum) – that Hannah Arendt (1993) sought to reconstruct in contemporaneity, none of the other conceptions from the fields of philosophy and politics associated the notions of the public sphere/public space to a physical complement, whether it was the street, the square, the park, largo the avenue, or the boulevard, among others. All of them, abstract concepts that in their formulation did not take into account the materiality of urban spaces.

² The thinkers to whom Rosalyn Deutsche (1998, p. 272) was referring, were: Claude Lefort, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Etienne Balibar, Jean Luc Nancy and Philippe Lacoue-Labarthe. For her, Lefort was one of the pioneers in the debates that structured the ideas that emerged as the key points in the discussions on radical democracy.

THE STREET IN COMBATTING AUTHORITARIANISM

The transposition of the concepts formulated in the fields of politics and philosophy for urban public spaces, widely used since the 1980s, has been paved by city planners, with a humanist profile, who, from the 1960s/1970s, began to identify the streets and squares of our cities as the main antidote for the functionalist urbanism introduced by modern architects and urban planners, who favored functionality, accessibility, circulation and speed in our cities.

A reference book for specialists in public spaces, *The Death and Life of Great American Cities*, written by Jane Jacobs and published in 1961, locates within the interventions established within the principles of modern planning, as proposed by Moses for the city of New York, an end to the diversity of uses in the streets, which she considers fundamental for the economic and social vitality of our cities. In fact, the impact of the interventions proposed by Robert Moses for the city of New York, which were respectively, the creation of extensive roadways, the parkways, which enabled the emergence of low density residential suburbs in the 1930s and 1940s and, in the 1950s and 1960s the construction of expressways, especially the overpasses that, unlike the parkways, were fully inserted into the urban area of New York, caused the emergence of acid criticism towards this kind of urbanism.

Separating the functions of the traditional cities: commerce from the residential and green areas; changing the basic unit of urban design - the street – to the blocks and superblocks and the need for a new order, to the detriment of the disorder within ancient cities, are some of the principles of modern planning that Jacobs (2003) identified and sought to deconstruct in her work.

In Europe, the valorization of streets, squares and avenues of the traditional cities, as the main antidotes for modern planning was the object of researchers and scholars of urban issues, such as Aldo Rossi and Henri Lefebvre and Richard Sennett. In *The Fall of Public Man*, Sennett (1988) examined the formation of public space for the manifestation of public life, which in his view, had become stigmatized since the 1960s by the public space derived from the movement. He cites two examples - Lever House and La Defense, respectively, the so-called *international style* and icons of urban roadways – in order to demonstrate that public space is reduced to a single function, to mobility linked to transport; the street becomes a place of obligatory passageway between transport and support to households or offices, thus losing all their social significance.

Also in Brazil, since the 1960s, the threat to the street as the main structuring element of economic and social diversity of the city has generated strong criticism regarding the functionalist principles that influenced Brazilian urban planning. Here we would highlight the work of the architect Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981; 1984; SANTOS; VOGEL, 1981).

During his short career of a little over 20 years, developed during the time of the military dictatorship in Brazil, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, who graduated in 1966 from the Faculdade Nacional de Arquitetura in Rio de Janeiro, confronted and attempted to overcome the difficulties at that time of establishing public space as a social space for struggles, social movements, and popular movements.

Involved in participatory urban redevelopment processes in the favelas of Brás de Pina and Morro Azul in Rio de Janeiro, Carlos Nelson and a group of friends encountered the refusal by Pina Brás residents to deploy some of his proposals, most notably: the implementation of a socializing urbanization in the form of a horizontal condominium without the division of lots; a choice of places to deploy common open spaces and services, and even the construction of an open building with indefinite spaces between the public and private, to be built in the Central Square as a manner of signaling to the entire population that this was their house, the center of their interests, the representation of their unity - the Agora of Brás de Pina.

A decade later, in 1979, on returning to Brás de Pina for his dissertation, Carlos Nelson would argue that the issues revealed in the urbanization of the abovementioned favela, especially regarding the disinterest of its residents in designing a permanent physical space for participation and for demanding their rights - the political in the physical space -, were not reflections of a crisis with an urban character, but a consequence of the manner in which cities, under authoritarian rule, were appropriated by the Brazilian capitalist development model and transformed by progressive-rationalist urbanist assumptions.

Another work by Carlos Nelson worthy of mention for the purposes of this study, was jointly developed with Arno Vogel, which resulted in the book *Quando a rua vira casa* (When the street becomes home). This was an ethnographic research concerning the traditional district of Catumbi, a modern housing complex, known as *Selva de Pedra* (Concrete Jungle) and an exclusive condominium that appeared in Barra da Tijuca known as *Riviera dei Fiori (one)*, all located in Rio de Janeiro.

This research aimed to evaluate the profound transformations, both the physical and within the relationships of society with its city, brought about by major structural road projects - expressways; tunnels; overpasses and flyovers - all mainly geared towards private vehicles, and by the large housing complexes and private walled condominiums, among others, through joining together the established spaces and the great degree of varied activities that existed within them.

They observed that in Catumbi, the borders were fluid, i.e., there was nothing appropriate for each space and no appropriate space for each thing, there was a mixture corresponding to an urban lifestyle of the area, and therefore depended on the context.

Using these observations, Carlos Nelson and Arno Vogel (1981) argued that the street was the fundamental means of developing citizenship and civility. They understood citizenship as a conviction of belongingness within a social universe that shares a set of representations and social relations as something more than just a formal

status, but rather an exercise of responsibility regarding what is common and civility, as the appropriate exercise of applying the rules and therefore their daily reproduction at the level of sociability.

They also found that the ongoing practice of negotiation as a form of undoing any undesired clashes or of forming hierarchies and making the different forms of appropriation provided for diversity compatible, was the basis of active public and social life. This they called, in reference to Hannah Arendt, the “rhetoric of persuasion.”

In their observations on the *Selva de Pedra* housing complex, they indicated that there was a clear concern regarding the separation of functions and spaces, where each function must only correspond to the use for which it was appropriate, with the objective of establishing univocal, homogeneous and transparent spaces, or stated in another form, avoiding ambiguities.

The lack of diversity and the option of an architecture that favored transparency, aligned to an increase in violence, mistrust and insecurity, as well as the ruthless appropriation of spaces on the streets and sidewalks for vehicles to circulate and park, demonstrated a paradigm of urban life to Carlos Nelson and Arno Vogel (1981), which emphasized the individual, his/her privacy and autonomy in relation to the other, although in the latter case the functions of safety, mediation and control were particularized institutionally.

In the case of the *Riviera dei Fiori*, where common spaces were totally privatized, Carlos Nelson and Arno Vogel (1981) argued that in this enterprise the rules and practices reified in the regulations prevailed, without mediation from the communities in the streets. In this case, the central argument of the architects was that this type of consortium of private capital constituted a model of urban development that was based on changes in code values, brought about by the loss of citizenship and the lack of interest in urban issues - officially encouraged by bureaucracy and authoritarianism – exactly at a time when Brazilian politics began to show clear signs of moving towards democratic openness.

Within his various considerations concerning the exclusive condominiums, Carlos Nelson demonstrated his concern over the privatization of urban public spaces and the consequent decrease of the public pivot. In this regard, he drew attention to the relevance and urgency of installing political public spaces as a way for the poorest part of the population to make decisions on urban issues or, put another way, as a form of distributing political power across the cities.

Indeed, with the political opening in Brazil and, consequently, the end of authoritarianism, Carlos Nelson was proposing the creation of a political public space (participation and communication) as a means of democratizing decisions on the fate of cities, and founding an ideal model of social relations, which encountered its ideal expression on the streets of traditional cities. In this perspective, as Carlos Nelson demonstrated with his research in Catumbi, the street acquires the fundamental means of developing citizenship and civility, the place for the permanent practice of negotiation, in short, the locus of active social and public life.

THE OVERLAP OF POLITICAL ACHIEVEMENT IN URBAN PUBLIC SPACES: APPROACHES

Reflections on the work of Richard Sennett (1988) and Jane Jacobs (2003); in Lefebvre's (1997) critique of attempting to reproduce the complex social structure of a historic city in the large post-war housing complexes and the arguments by Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981; 1984) on the *political* nature of the urban public place, among others, have paved the way for several approaches in relation to the meaning of urban public spaces in democratic societies.

Undeniably, if the streets, squares and avenues of the historically built cities were taken as an antidote to urban and social ills attributed to rationalistic and authoritarian planning, with capitalism turning towards neoliberalism and the worsening of social dilemmas associated with the reproduction of certain urbanistic models (shopping centers, exclusive condominiums, Disney World, etc.), they began to replicate analyzes supported by the political character of those spaces.

To illustrate the diffusion of such analyzes, we will cite a number of authors, whose publications have become references in research and studies on public spaces. To this end, we have grouped them around the central issues that were common to them all, specifically: the correspondence between the manifestation of contemporary public life and traditional public places (Michael Brill and Stephen Carr *et al.*); the relationship between democracy, the privatization processes of public space and the recovery of the public pivot (Sharon Zukin, Gilles Lipovetsky, Rosalyn Deutsche, Diane Ghirardo, Antonio Arantes, Eduardo Yázig, Paulo Cesar da Costa Gomes, Heitor Frúgoli Jr, Ali Madanipour, *New Urbanism*) and the character and the degree to which spaces are public (*Lês Annales de la Recherche Urbaine*, Herman Hertzberger).

The reflections by Michael Brill (1989) and Stephen Carr *et al.* (1992) derive from discussions on the possible reduction in the public life of American society in the traditional public places (streets, squares and parks). Contrary to Carr's arguments, for whom the reduction of the public space implied the disappearance of American public life, Brill (1989) argued that this reduction did not imply the impoverishment and decay of public life, but rather a transfer of this manifestation to other places identified generically as *communication channels*: such as the internet, local newspapers, local TV programs, among others.

The findings of Carr *et al.* (1992) and Brill (1989) become relativized in the face of the manifestations to which we refer herein, since the importance of contemporary communication media became evident, such as the internet and social networks, in coordinating and disseminating protests in public spaces; thus strengthening the expression of public life in those spaces.

In the discussions surrounding the traditional forms of cities as a means of restoring its public pivot, Lipovetsky argues (1991) that only the restitution of public space in cities can counter the postmodern individualist logic responsible for causing changes in the political public space, due to the de-ideologization developed through the disinterest in large systems of representation and opinion.

In his view, this represents the end of the great social utopias (nobody believes in promises to change the world, no one wants revolution, no one talks of destroying capitalism and the market economy) and of mass demobilization (the confrontation

between the right and the left has lost its earlier radicalism) and the desecration of trade unions (collective movements had become increasingly independent of political parties and trade unions).

For Lipovetsky (1991), urbanism in the twentieth century, by causing an explosion of interpenetration between public and private through the condemnation of a mixture of housing, offices, public squares, as well as the coexistence of homes and factories in the same street, have contributed to the death of cities dominated by the *public pivot*, and the recurrent social atomization.

Interestingly, the manifestations and the frequency with which they have occurred in several countries on the four continents, seem to have weakened Lipovetsky's (1991) argument regarding the end of social utopias and the demobilization of the masses due to the reduction of the public pivot in cities.

Perhaps the most intriguing analytical approaches that have emerged since the 1980s for public spaces have been those that have dealt with the appropriation of public space, not only in a standardized and legitimized manner by the government, but also spontaneously without necessarily being standardized or legitimized by the government. In the first case we highlight the work of sociologist Sharon Zukin (1996) who analyzed the way in which many public spaces are managed by commercial and corporate forces in US cities, especially in New York. For her, this form of ownership has caused negative effects on urban public culture.

Her argument is that urban public culture, derived from social encounters that shape the daily life of streets and parks, stores and other spaces in which we experience public life in the cities, is being conditioned by the investments applied to urban public spaces, as well as the right and the condition of being able to use and of using such spaces, in other words, her assumption is that the democratic essence and construction of public culture in urban public spaces of North American cities are being shaped by people with economic and political power and interests. In her view, such logic favors the strengthening of what she has called the symbolic economy of the city, in "[...] its visible ability to produce visible symbols and spaces: the symbiosis of image and product, the scope and scale of selling images on a national and global level and the role of the symbolic economy in speaking for or representing the city" (Zukin, 1996, p. 133). In short, the strength of marketing to produce and intervene in urban public spaces.

Social control legitimized by the US Government to delegate investment in the management and maintenance of public spaces to commercial and corporate forces in return for conceding areas of public spaces for commercial exploitation, is indicated from another angle by Diane Ghirardo (2002), in a critical analysis on the mega-projects - theme parks, shopping-malls, etc. - that have spread across the US, since the 1950s. For her, these are models that subtract public life in American cities because they exercise control, by seeking to redefine public spaces as being private. Ghirardo's (2002) central argument is that these mega-projects, by attracting stores and buyers away from the heart of the cities, have led to the general decline of many traditional retailing neighborhoods in major cities across the US, Canada and the UK, and have kept out any type of spontaneous political and social activities associated with cities, thus sanctioning the sense of these mega-projects as carefully controlled places, and thereby reducing the notion of civic participation to mere consumption.

From the perspective of appropriating of a square in New York for the homeless, which occurred spontaneously without legitimacy or regulation by the government,

Rosalyn Deutsche (1998) focused on analyzing the official discourses, which were supported by democratic attributes so as to justify decisions on the use and appropriation of public spaces in US cities, especially in New York. Rosalyn Deutsche (1998) noted that those who spoke more in the name of absolute social meanings (freedom, equality) - in her view a democracy in an authoritarian direction - were mobilized to induce approval in new forms of subordination, taking uncontested gentrification processes into urban public spaces, unlike those who spoke on behalf of circumstantial meanings (political).

For her, the threat appears exactly with the efforts to annul the conflict, because the public sphere remains democratic only to the extent that their exclusions are taken into account and open to contestation. In her view, conflict, division and instability do not ruin the democratic public sphere; but are, above all, the conditions for its existence. She argues that to claim that the public space is the place of democratic political activity may be reflected in a reduction of policies that one allegation such as this seeks to challenge. The policy, she states, cannot be reduced to something that happens within the confines of urban public space and the political community. As an way out, Rosalyn Deutsche (1998) suggests that the specific socioeconomic conflicts that produce social ills - such as the homeless and gentrified urban public spaces, were not simply accepted as evidence of the inevitability of conflict, but rather, they were politicized, open to the challenge as a social issue.

Indeed, the political dimension of public spaces is evident when exclusionary processes of access to urban spaces are politicized within them, either by private appropriation of the spaces, or by the privatization of essential public services for this access, an example of which is public transport, or yet still, when the idea of urbanity is put into question, as a system of good civic practices, repeatedly conveyed through planning and policy management submitted for the interests of the ruling minority. In this direction, rather than the form, dimensions and topography, the symbolic aspect of public spaces proves to be of fundamental importance.

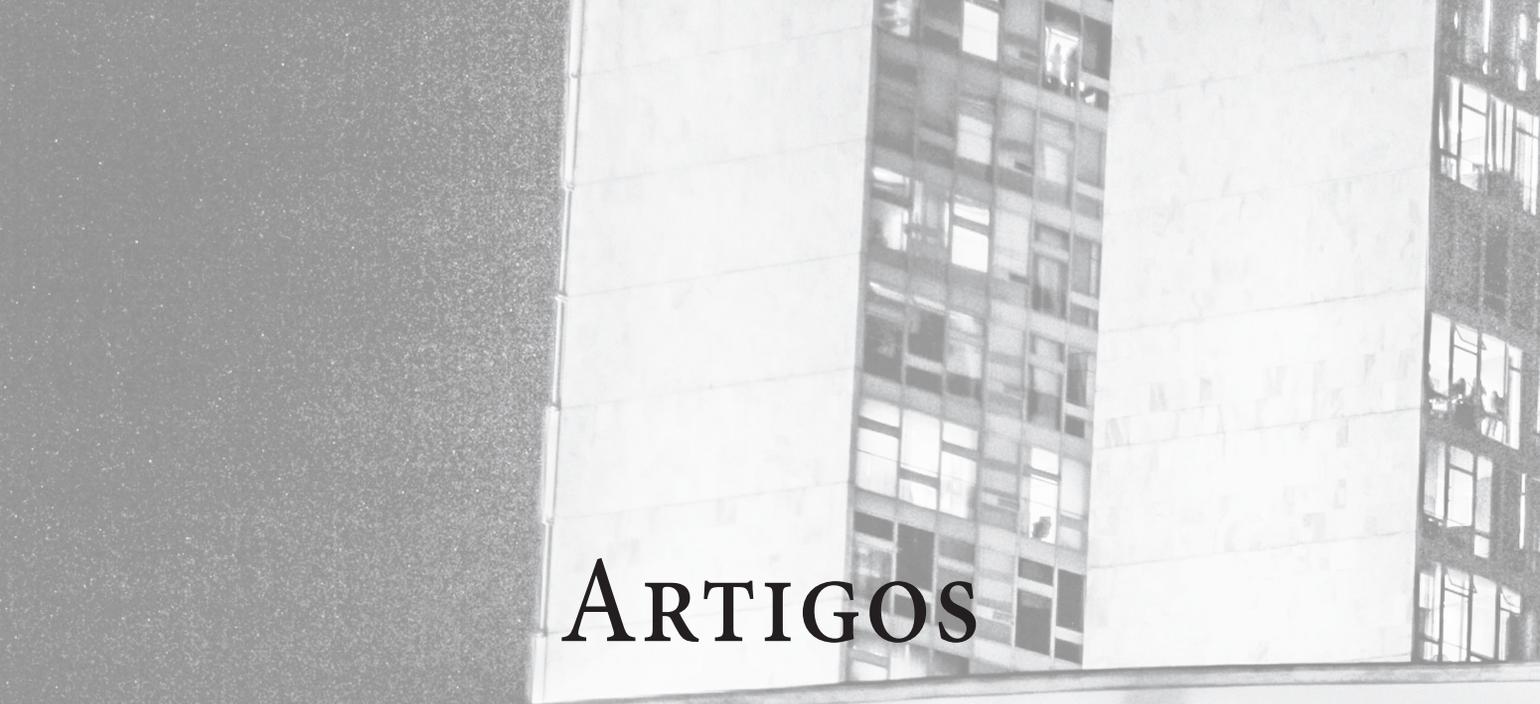
Sergio Luis Abrahão graduated in Architecture and Urbanism at the *Universidade Presbiteriana Mackenzie* (UPM); he has a master and doctorate degree in Architecture and Urbanism from the Faculty of Architecture and Urbanism at the *Universidade de São Paulo* (FAU/USP); he is a professor at *FIAM-FAAM Centro Universitário*.
E-mail: sabrahaa@bighost.com.br

Article received on 13th September 2015 and approved for publication on 7th December 2015.

REFERENCES

- ARANTES, O. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 1995.
- ARENDRT, H. *A Condição Humana*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. *El Espacio Público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.
- BRILL, M. Transformation, nostalgia and illusion in public life and public space. In: ALTMAN, I.; ZUBE, E. H. (Ed.). *Public Places and Spaces*. New York: Plenum, 1989. v. 10. p. 7-29.
- CARR, S. *et al. Public Space*. Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1992.
- CHAUÍ, M. O espaço público e a democracia (mimeo). *Seminário Internacional O Espaço Público e Exclusão Social*, São Paulo, 1998.
- DELGADO, M. *El Espacio Público como Ideología*. Madrid: Catarata, 2011.
- DEUTSCH, R. *Evictions: Arts and Spatial Politics*. Londres: MIT, 1998.
- FRANCK, K. A.; PAXSON, L. Women and Urban Public Space. In: ALTMAN, I.; ZUBE, E. H. (Ed.). *Public Places and Spaces*. New York: Plenum, 1989. v. 10. p. 121-143.
- FRUGOLI JUNIOR, H. *Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- GHIRARDO, D. *Arquitetura Contemporânea: Uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- GOMES, P. C. C. *A Condição Urbana*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2002.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, D. The Political Economy of Public Space. In: LOW, S.; SMITH, N. (Ed.). *The Politics of Public Space*. New York: Ed. Taylor & Francis Group, 2006. p. 17-35.
- _____. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JACOBS, J. *Vida e morte das grandes cidades americanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LAVALLE, A. G. *Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*. 2001. Thesis (Doctorate in Political Science) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LEFEBVRE, H. Propositions. *Urbanisme, Architecture D’Aujourd’hui*, n. 132, p. 14-16, 1967.
- LERNER, J. O Desenvolvimento Urbano no Brasil. *Revista Brasileira do Planejamento*, Porto Alegre, p. 10-23, jun. 1978.
- LIPOVETSKY, G. Espace privé, espace public à l’âge postmoderne. In: BAUDRILLARD, J. *et al. Citoyenneté et urbanité*. Paris: Esprit, 1991. p. 105-122.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não Começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO *et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: BoiTempo: Carta Maior, 2013. p. 13-18.
- SANTOS, C. N. F. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Formações metropolitanas no Brasil: mecanismos estruturantes*. 1984. Thesis (Doctorate in Architecture and Urbanism) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- _____; VOGEL, A. *Quando a rua vira casa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Finep, 1981.
- SENNET, R. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VAINER, C. Grandes Projetos Urbanos: significados e formas de avaliação. In: CUENYA, B.; NOVAIS, P.; VAINER, C. (Org.). *Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Buenos Aires: Masquatro Editora Ltda; Editorial Café de las Ciudades Ltda, 2013. p. 135- 166.
- VILLAÇA, F. *A produção e o uso da imagem do centro da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: 1993 (mimeo).
- _____. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1998.
- YÁZIGI, E. *O mundo das calçadas: por uma política de espaços públicos em São Paulo*. 1997. Thesis (Livre-Docência apresentada ao Departamento de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- ZUKIN, S. Whose Culture? Whose City? In: LEGATES, R.; STOUT, F. (Org.). *The City Reader*. 2. ed. Londres: Nova Iorque: Routledge, 1996. p. 131-142.



ARTIGOS

ARTICLES



PELOS “CANTOS” DA CIDADE:

USOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS URBANOS POR TRABALHADORES DE RUA NO
CENTRO DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA

ON THE CORNERS OF THE CITY:

USES AND APPROPRIATIONS OF URBAN SPACES BY STREET WORKERS
IN THE CENTER OF JOÃO PESSOA, PARAÍBA

ALESSANDRA SOARES MOURA^{A, B, C, D, E, F}

JOVANKA BARACUHY CAVALCANTI SCOCUGLIA^{A, C, F}

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, João Pessoa, Paraíba, Brasil

R E S U M O : Este artigo trata das experiências espaciais e socioculturais vinculadas ao trabalho informal nas ruas do Centro da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. É parte dos resultados das pesquisas realizadas em 2014 durante um mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Paraíba (PPGAU/UFPB). Ele representa um esforço de aprofundamento teórico-metodológico do debate acerca da cidade contemporânea e suas dinâmicas socioespaciais. O foco da pesquisa são as formas de produção e reprodução dos espaços públicos atravessados pela diversidade de usos e pelas apropriações que os cidadãos neles imprimem por meio de suas práticas e representações cotidianas. O objetivo principal deste artigo é problematizar, a partir da análise de experiências cotidianas de trabalhadores de rua, alguns conflitos contemporâneos no espaço urbano, pondo em debate a experiência urbana, compreendida na relação entre prática cotidiana e urbanismo.

P A L A V R A S - C H A V E : ambulantes e camelôs; práticas urbanas; cotidiano; espaço público; planejamento urbano.

A B S T R A C T : *This paper examines the spatial and socio-cultural experiences linked to the informal sector working in the streets of the historical center in the city of João Pessoa, Brazil. The work is part of the research for a master's degree in Architecture and Urbanism at the PPGAU/UFPB, concluded in 2014. It represents an in-depth theoretical and methodological investigation of the debate regarding the contemporary city and its socio-spatial dynamics. The research focuses on the forms of producing and reproducing public spaces through which there is a diversity of uses and appropriations imprinted onto the city by its residents through their daily practices and representations. The main objective of this paper is to problematize the contemporary conflicts in the urban space starting from an analysis of the daily experiences of street workers, bringing into debate the urban experience, which is understood as the relationship between quotidian practices and urbanization.*

K E Y W O R D S : *traveling and street vendors; urban practices; quotidian; public space; urban planning.*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p307>

Contribuição de cada autora: A. fundamentação teórico-conceitual e problematização; B. pesquisa de dados e análise estatística; C. elaboração de figuras e tabelas; D. fotos; E. elaboração e redação do texto; F. seleção das referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, procuramos aprofundar o debate sobre a cidade contemporânea por meio da relação entre trabalhadores de rua (camelôs/ambulantes)¹ e a própria rua. Sabedoras da impossibilidade de abarcar a totalidade da realidade dos camelôs e ambulantes, assim como de retratar inteiramente as experiências e vivências deles nas ruas do Centro de João Pessoa, lançamos reflexões sobre o urbano a partir de um recorte, de um olhar voltado à vida de um grupo de pessoas que trabalham na rua. Elegemos os ambulantes e os camelôs – um grupo pertencente ao setor informal² – para analisar suas práticas e atuações nas ruas. Muitas vezes, os termos “ambulante” e “camelô” aparecem como sinônimos. Mas, por questões de diferenciação, nesta pesquisa, entendemos que o primeiro se associa ao trabalhador informal que atua nas ruas locomovendo-se com mercadorias, e o segundo, ao trabalhador informal que comercializa em espaços fixos.

Estruturamos o texto em três pontos principais: (1) um espaço – a rua; (2) uma perspectiva – a prática cotidiana; (3) um sujeito – o camelô/ambulante. Analisamos a rua como um espaço de conflitos, discutindo novas ferramentas de reflexão sobre espaços urbanos, intervenção e gestão urbana a partir do estudo das práticas cotidianas dos ambulantes, das suas experiências, usos e apropriações das ruas centrais da cidade de João Pessoa. O problema de pesquisa: como os ambulantes/camelôs, inseridos no bairro do Centro de João Pessoa, experienciam a rua e compreendem o espaço em que atuam? A busca por respostas ao problema posto parte da consciência da necessidade de conectar duas visões: a do (1) pesquisador e a do (2) ambulante/camelô³.

Nesse sentido, aproximamo-nos de pesquisas que problematizam conceitos e buscam novos métodos/abordagens para compreender os conflitos urbanos, os usos e apropriações dos espaços públicos e as novas urbanidades (CERTEAU, 1994; JACQUES, 2012b; RIBEIRO, 2012c; SCOCUGLIA, 2012). Esses tópicos multidisciplinares são debatidos na esfera da arquitetura e do urbanismo a partir, muitas vezes, de reflexões sobre o uso das ruas – modos de apropriação do espaço – e sobre a possibilidade de ampliação da participação dos usuários nas decisões que fundamentam os projetos e intervenções urbanísticas.

A discussão e a incorporação dessas teorias e dos questionamentos epistemológicos e metodológicos do campo empírico em foco ocorreram por meio da identificação, apresentação e problematização das práticas cotidianas que “subvertem” a lógica dominante de constituição dos espaços urbanos. Seguindo Ana Clara Ribeiro (2012c, p. 102), entendemos que “[...] é preciso valorizar as racionalidades alternativas, buscar outras racionalidades, outras maneiras de ver e de pensar”. E, para podermos reconhecer as diversas possibilidades futuras, é necessário valorizar a experiência urbana, o “território usado”, como diria Milton Santos, pois “[...] sem dúvida, a cidade viva, insurgente e experimental não morreu” (RIBEIRO, 2009, p. 149).

Ainda na linha de pensamento de Ribeiro (2012a), podemos dizer que atravessamos um período em que as análises das práticas concretas dos “homens ordinários” se tornaram fundamentais para o entendimento da realidade contemporânea:

[...] Talvez a saída seja aceitar, mas aceitar de verdade, que o fundamental é a agência humana, contra o agenciamento dominante. Estamos, sim, num momento em que a agência

1 Quando utilizarmos os termos trabalhadores de rua ou trabalhadores informais, estaremos contemplando tanto os camelôs quanto os ambulantes.

2 Compreendemos o comércio informal como um setor de trabalho ou serviços que não tem regulamentação legal, sendo isento de obrigações fiscais, à margem da lei.

3 Vale ressaltar que, neste trabalho, a visão do ambulante e do camelô é a visão do pesquisador a partir das narrativas daqueles.

humana deve ser o objeto privilegiado da observação. E, assim indicado, vemos como o pensamento que se generaliza, inclusive no planejamento, segue essa direção (RIBEIRO, 2012a, p. 89).

É interessante perceber como essa perspectiva de análise das práticas cotidianas dos “homens ordinários” foi, de alguma forma, incorporada ao marco regulatório desde a Constituição de 1988, normatizada pelo Estatuto da Cidade (2001) e, em nível municipal, pelos Planos Diretores. Temos avanços evidentes na regulamentação/legislação que determina a participação dos usuários e moradores nas diferentes fases de planejamento, projeto e gestão dos territórios urbanos que são objetos de intervenção. Fato que nos remete à urgência de estudos que incorporem o cotidiano, a diversidade e multiplicidade nos/dos espaços públicos contemporâneos. Entretanto, há fortes indicações da dificuldade que os órgãos planejadores e os poderes a eles vinculados têm para incorporar não só as determinações legais, como também as multiplicidades do urbano (LEFEBVRE, 2008; MARICATO, 2015).

Compreendemos, desse modo, que o pensamento crítico no campo da arquitetura e do urbanismo e áreas afins é fundamental para os novos estudos que incorporam os usos e as apropriações dos espaços por diferentes grupos sociais. Um dos fundamentos dessas ideias está explícito na constatação de que “[...] as ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres” (JACOBS, 2000, p. 29).

Prezamos por uma leitura qualitativa da vivência dos ambulantes e camelôs no bairro do Centro de João Pessoa. E isso é feito a partir de um debate interdisciplinar e de um universo constituído por uma pesquisa de campo realizada durante cinco meses⁴, período que resultou na realização de três percursos no Centro da cidade de João Pessoa. Na busca por responder ao problema proposto na pesquisa, optamos por ir a campo (à rua) e realizar uma leitura do espaço urbano a partir “do nível do chão” (CERTEAU, 1994) e em sua “multiplicidade” (LEFEBVRE, 2008) – escolha que implicou a incorporação de questões adversas e mais amplas que as propostas definidas no plano de pesquisa, obrigando-nos a adentrar no mundo do trabalho informal e da gestão e do planejamento urbano contemporâneos.

4 Houve um intervalo de tempo entre cada percurso realizado, no qual percorríamos o Centro apenas para observações. Decidimos deixar esse intervalo e ter uma pesquisa de campo longa para podermos observar períodos diversos do Centro, incluindo algumas festividades.

TRABALHADOR DE RUA: O CAMELÔ E O AMBULANTE

Compreendemos que a cidade abarca múltiplas facetas, entre as quais destacamos, para efeito didático/compreensivo, duas: uma visível, hegemônica, e outra invisível, contra-hegemônica. Na realidade concreta, essas duas facetas aparecem imbricadas e relacionam-se às tentativas de dominação e apropriação do espaço urbano.

Em nossas pesquisas, procuramos identificar possibilidades de existência de “subversões” cotidianas da lógica hegemônica de estruturação das ruas nas cidades capitalistas. Essas lógicas são trabalhadas por Milton Santos no conceito de “espaço opaco”, que se contrapõe à ideia de “espaço luminoso”. Ao falar de “espaços opacos”, Santos (2008) se refere a espaços que muitas vezes são invisíveis à lógica dominante, mesmo estando situados no interior dos espaços adaptados às exigências globais e pertencentes à lógica dominante.

5 Essas ideias de Ana Clara Torres Ribeiro se fundamentam em obras de Milton Santos, mais especificamente nos livros *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (2008) e *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2011).

6 “Na verdade, [...] contrar-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização” (SANTOS, 2011, p. 110).

7 Conceitualmente, as pessoas consideradas à margem foram identificadas como “homens lentos”, por Milton Santos, “sujeitos corporificados”, por Ana Clara Torres Ribeiro, “praticantes ordinários das cidades”, por Michael De Certeau, e o “Outro urbano”, por Paola Jacques (JACQUES, 2012a).

8 Conceito utilizado por Certeau (1994).

9 Trecho de um texto presente no site “Cidades Inclusivas” (Disponível em: <<http://www.inclusivocities.org/pt/organizando/vendedores-ambulantes/>>. Acesso em: 15 jun. 2016).

Enquanto os espaços luminosos, envolvidos com a racionalidade hegemônica, são os de “[...] reconhecimento, de valorização e, enfim, da vida plena, *clean* e justa, que, envolta em beleza, não teme se expor e, até mesmo, se oferece à exposição e às celebrações laicas” (RIBEIRO, 2012a, p. 67); os espaços opacos, envolvidos com a contrar-racionalidade, são aqueles “[...] representados como feios, sem interesse ou perigosos pelo pensamento dominante, [e que] oferecem materializações de racionalidades alternativas”⁵ (RIBEIRO, 2012a, p. 68). São espaços excluídos, flexíveis e fluidos, gerados pela lógica dos espaços luminosos e atravessados pela racionalidade dominante, assim como por outras racionalidades.⁶ Por abarcar diversas realidades, temporalidades e a capacidade de se construir segundo novas definições, os espaços opacos estabelecem uma relação dialética com os espaços luminosos, impedindo que os atores do poder hegemônico dominem completamente o espaço (SANTOS, 2011).

Os espaços opacos são, dessa forma, constituídos por práticas “estranhas” “[...] ao espaço ‘geométrico’ ou ‘geográfico’ das construções visuais, panópticas ou teóricas” (CERTEAU, 1994, p. 172); eles são constituídos pelo “[...] homem ordinário, praticante das cidades, que escapa – resiste e sobrevive – no cotidiano” (JACQUES, 2012a, p. 195), isto é, o homem pertencente ao setor informal da economia (moradores de rua, catadores, prostitutas, ambulantes, camelôs, favelados, entre outros), indivíduos anônimos⁷ que constroem sua própria racionalidade.

Consideramos, assim, que as práticas do “homem ordinário⁸” podem ser consideradas como contra-hegemônicas, pois ganham relevância por sua resistência, ao garantir vitalidade aos “[...] espaços públicos a partir de uma forma de apropriação que contraria, desvia ou subverte as imposições autoritárias dos projetos urbanísticos mais luminosos e espetaculares” (JACQUES, 2012a, p. 196), mesmo que de forma inconsciente.

Os trabalhadores de rua – homem ordinário – são compreendidos aqui como sujeitos que podem ter vozes dissonantes e, por isso, estigmatizadas, embora sejam fundamentais na orientação de projetos e diretrizes urbanísticas, dado possuírem uma tradição na história dos espaços públicos no Brasil. Por vezes, ambulantes e camelôs são alvos de processos de higienização nos projetos de requalificação urbana contemporâneos, que não levam em consideração a informalidade como prática de reprodução de parte dos trabalhadores das cidades, em especial nos países latino-americanos.

Do ponto de vista dominante da produção do espaço, o comércio informal tende a ser encarado como um problema a ser “eliminado”, “controlado” e/ou “encoberto”, conclusão fundada na justificativa de que eles comercializam produtos ilegais e atrapalham a circulação nas ruas (causam desordem). Enquanto a primeira opção remete, geralmente, à tentativa de expulsar ambulantes e camelôs das ruas, as outras comumente reportam à necessidade de inseri-los em lugares fechados e planejados. Sem dúvida, todas essas opções envolvem conflitos entre o poder público e os camelôs/ambulantes.

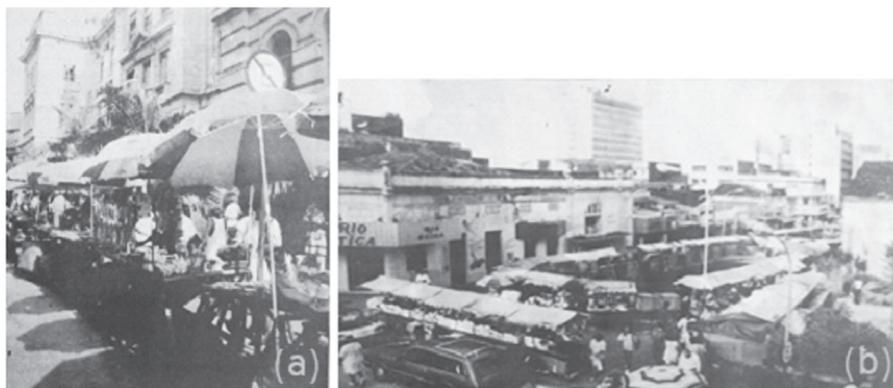
Já da perspectiva do trabalhador de rua, o comércio ambulante é uma parte significativa da economia urbana informal, uma vez que distribui “[...] bens e serviços acessíveis, oferecendo aos consumidores opções de varejo convenientes e baratas⁹”:

Sabemos que nossa atividade é importante para a economia, especialmente para proporcionar o acesso aos diversos bens e produtos produzidos na sociedade como, por exemplo,

chapéus, roupas, sapatos, eletrônicos, utensílios domésticos, material de informática, bijuterias, alimentação, bebidas, doces, salgados, acessórios masculinos e femininos, bilhetes de ônibus, entre outros milhares de produtos consumidos diariamente pela população brasileira de todas as faixas econômicas, raça, credo e origem. Quem nunca comprou algum produto com um ambulante que atire a primeira pedra!!! (COMISSÃO NACIONAL DE VENDEDORES(AS) AMBULANTES, 2013).

Em João Pessoa, a busca por retirar camelôs do Centro não é recente. Em duas matérias publicadas em um jornal de circulação local, percebemos que ela aparece em diversos momentos como parte de políticas municipais de reordenamento dos espaços públicos. Em uma edição de *A União*, de 1950, uma notícia aborda o crescente número de barracas nas ruas do Centro da cidade (A CIDADE, 1950). No mesmo jornal, em uma matéria publicada em 1997, a questão é discutida a partir do surgimento de um possível projeto – ou solução – de retirada dos camelôs do Centro. Nesta última, o principal problema alegado é o da ocupação de espaço nas calçadas, impedindo a circulação dos pedestres. A notícia de 1997 apresenta duas fotografias de alguns espaços do Centro (Figuras 1 e 2). Nelas, é possível perceber a presença de inúmeras barracas e uma ocupação diferente da atual.

Figuras 1 e 2: (A) Barracas na calçada da Rua Miguel Couto, em frente da atual Prefeitura Municipal de João Pessoa*; e (B) Calçada da Avenida Duque de Caxias**



* Legendada da fotografia no jornal: “As barracas armadas na calçada dificultam a passagem de pedestres”.

** Legenda da fotografia no jornal: “As barracas instaladas pelos camelôs tomam conta das ruas e fazem concorrência com os estabelecimentos comerciais de maior porte”.

Fonte: Jornal *A União* (LUTA, 1997).

Nas últimas décadas, principalmente entre 2005 e 2012¹⁰, muitas das “soluções” propostas pelo poder público para o “ordenamento” do espaço urbano, sobretudo do Centro da cidade, atingiram diretamente camelôs e ambulantes. Nesse período, ocorreram inúmeros conflitos – inclusive físicos – entre agentes do poder público e trabalhadores informais, assim como foram criados alguns “*shoppings* populares¹¹” no Centro, como podemos ver no Mapa 1. Importa salientar que não há cadastro nem dados oficiais acerca da quantidade de ambulantes e camelôs que trabalham na cidade.

Atualmente, parece existir uma maior elasticidade quanto à possibilidade de diálogo do Poder Público – nível municipal – com os ambulantes e camelôs que

¹⁰ Período da gestão municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo como prefeito Ricardo Coutinho, substituído, em 2010, por Luciano Agra, seu vice.

¹¹ Os “*Shoppings* Populares” são espaços institucionais criados para “formalizar” e retirar das ruas o comércio informal.

12 A operação foi realizada no primeiro semestre de 2013 – executada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa a partir de uma determinação do Ministério Público – em toda a cidade, mas com foco principal na Orla e no Centro. Essas informações foram retiradas do website oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

13 Após a *Operação Calçada Livre*, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) passou a dialogar com a Associação de Ambulantes (Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/apos-operacao-calçada-livre-sedurb-dialoga-com-associação-de-ambulantes/>>. Acesso em: 15 jun. 2015).

14 Desde o começo das observações, frequentamos a Praça Vidal de Negreiros, por ser ela um espaço de intenso movimento e local de trabalho de muitos ambulantes/camelôs. Nela, existe uma área que chamou a nossa atenção em razão da diversidade de configurações ao longo do dia.

exercem suas atividades de trabalho no bairro do Centro. Contudo, operações de “limpeza urbana” continuam sendo registradas na região. A mais recente, intitulada *Operação Calçada Livre*¹², objetivou “desobstruir” vias do Centro retirando ambulantes que trabalham nas calçadas. Na página oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa, encontramos, em uma matéria publicada em abril de 2013, contexto do início da *Operação Calçada Livre*, a seguinte colocação do atual Secretário de Desenvolvimento Urbano: “A ação realizada na última segunda-feira (15) foi o primeiro passo para garantir o direito de todos de transitar com segurança pelas calçadas da Capital [...]”¹³. O discurso de justificativa da retirada dos ambulantes segue a concepção da rua como um espaço de circulação, sendo negativa a presença dos que nela trabalham.

É no sentido oposto das recentes ações dos poderes públicos instituídos que direcionamos nossas pesquisas, buscando revelar parte das múltiplas dimensões dessa forma de trabalho nas ruas e identificando as táticas de permanência dos trabalhadores e de produção/reprodução dos espaços públicos.

A PESQUISA

O trabalho de campo foi realizado durante cinco meses, de outubro de 2013 a fevereiro de 2014. Optamos por esse intervalo de tempo, relativamente longo, a fim de investigarmos as práticas e perspectivas dos ambulantes/camelôs que trabalham no Centro de João Pessoa em diferentes períodos. A pesquisa foi dividida em duas etapas: (1) de início, realizamos observações a partir de trajetos percorridos a pé pelo pesquisador em um local que designamos como “ponto de partida”, compreendido, aproximadamente, entre o anel externo do Parque Solon de Lucena e a Praça Vidal de Negreiros (Mapa 1). Observamos atentamente os locais de maior permanência de camelôs/ambulantes e efetuamos registros por meio de diário de bordo, elaboração de mapas e desenhos à mão livre, reelaborados e/ou complementados, posteriormente, a partir de outras formas de registro, como fotografia, vídeo e transcrição de entrevistas.

Após repetirmos três vezes os trajetos de observação, em diferentes dias da semana, identificamos os locais de maior concentração de ambulantes e camelôs. Levando isso em consideração, escolhemos dois pontos fixos para estudo: os bancos da Praça Vidal de Negreiros e o último andar do Hotel Parahyba Palace, localizado no entorno imediato da referida praça. Esses locais proporcionam a visualização, tanto de perto quanto de longe, de alguns aspectos do posicionamento dos camelôs na praça¹⁴.

Na segunda etapa da pesquisa empírica, aproximamo-nos dos sujeitos pesquisados, ainda por meio de pesquisa qualitativa, valendo-nos de entrevistas semiestruturadas. Deixamos as observações realizadas a distância – foco da primeira etapa – para entrar em contato direto com os camelôs, na tentativa de apreender, a partir de suas falas, a forma como experienciam o Centro, bem como as representações que instituem sobre os espaços públicos, suas vivências e o trabalho informal nas ruas da cidade. Decidimos não preestabelecer um número total de camelôs e ambulantes a serem entrevistados, muito menos se iria haver a mesma quantidade de cada categoria. Partimos de três camelôs ou ambulantes que encontramos ao longo da pesquisa para, então, construirmos três percursos distintos. Em cada percurso, realizamos diversas entrevistas (Esquema 1).

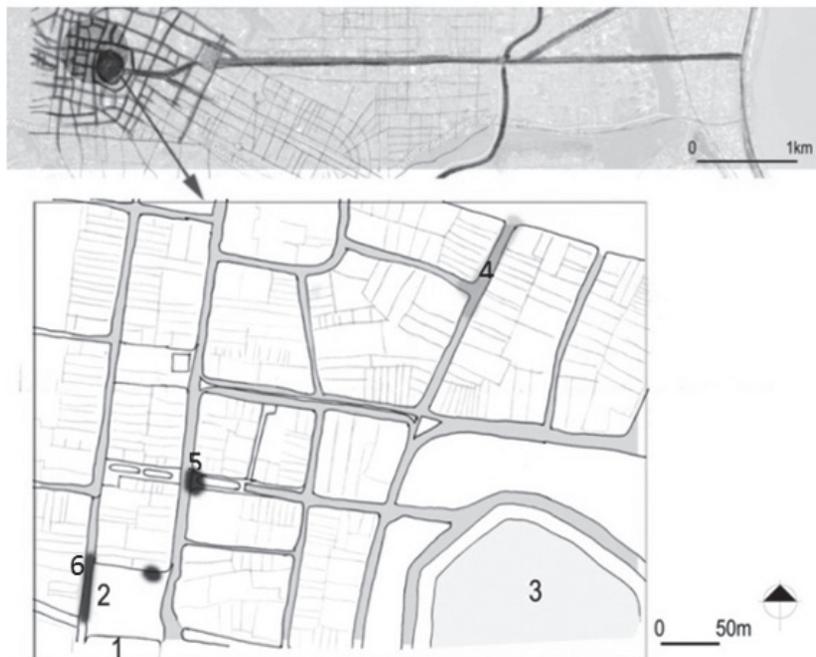
Mapa 1: Localização e pontos citados ao longo das entrevistas



Legenda: 1 – Praça Vidal de Negreiros; 2 – Praça João Pessoa; 3 – Praça Venâncio Neiva; 4 – Praça Pedro Américo; 5 – Mercado Central; 6 – Rodoviária; 7– Terminal de Integração; 8 – Centro de Comércio e Serviços Varadouro de Passagem (2010); 9- Shopping 4&400 (2003); 10 – Shopping Terceirão (1999); 11- Shopping Paraíba Palace (2013); 12 – Centro Popular de Serviços (2008); 13 – Centro Comercial de Passagem (2006); 14 – Shopping Também; 15 – Praça Rio Branco; 16 – Galpão; 17 – Parque Solon de Lucena.

Fonte: Moura (2014).

Figura 3: Área designada como ponto de partida e identificação dos locais onde ocorreram os três percursos realizados na pesquisa de campo

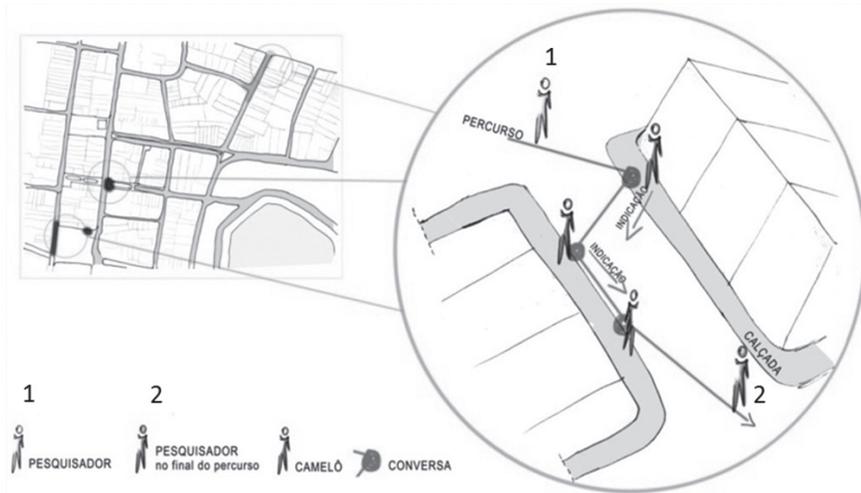


Legenda: 1 – Hotel Parahyba Palace; 2 – Praça Vidal de Negreiros; 3 – Parque Solon de Lucena; 4 – Percurso 1; 5 – Percurso 2; 6 – Percurso 3.

Fonte: Moura (2014).

Procuramos realizar os três percursos (Figura 3) seguindo a ideia de que o pesquisador não deveria ser o único a conduzir a sequência das entrevistas. Buscamos deslocar uma parcela dessa ação para os próprios entrevistados. Assim, cada percurso foi iniciado com um trabalhador de rua, que deu origem à própria trajetória. Para que os três percursos fossem construídos a partir das entrevistas, pedimos para cada ambulante/camelô entrevistado escolher o outro trabalhador com o qual poderíamos continuar a conversar. Passamos, pois, para o sujeito pesquisado a tarefa de dar o caminho a ser seguido pelo pesquisador no percurso. O Esquema 1 contribui para a visualização e compreensão dessa opção de pesquisa de campo:

Esquema 1: Esquema da realização de um percurso



Fonte: Moura (2014).

Em sua maioria, as entrevistas de cada percurso foram realizadas no período da tarde (entre 14 e 18 horas) e durante dias de semana, por ser o momento de maior concentração de trabalhadores de rua¹⁵. Ao longo das conversas realizamos as seguintes perguntas: Como é trabalhar na rua? Há quanto tempo trabalha aqui? Onde você mora? Como seria um espaço de trabalho ideal para você?

Além de câmera fotográfica, filmadora e diário de bordo, utilizamos um gravador nessa etapa da pesquisa, a fim de imprimirmos as falas das entrevistas. A partir desse conjunto de informações, lapidamos os dados na tentativa de identificar temas, categorias e problemáticas referentes à atuação dos trabalhadores de rua.

ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA À LUZ DA TEORIA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA

Após a realização dos percursos e das entrevistas, organizamos todas as informações coletadas e desenvolvemos reflexões a partir delas. A seguir, destacamos as mais relevantes.

A primeira constatação surgida a partir das descrições e narrativas dos entrevistados foi a de que as formas de ocupar e permanecer no espaço têm importância crucial na vida dos camelôs/ambulantes. Entendemos que essa importância revela

¹⁵ Para manter o sigilo, alteramos os nomes reais de todos os entrevistados.

a existência de conflitos na cidade, de controle do espaço e também da atuação do Poder Público em relação aos camelôs e ambulantes.

Para permanecer no espaço, os camelôs/ambulantes assumem uma racionalidade própria, definem critérios e criam padrões de comportamento, incorporando regras e valores que transitam entre os espaços “luminosos” e os espaços “opacos” (essas transições de espaços são identificadas, no decorrer da análise, no pacto com os lojistas). Um ponto que demonstra essa racionalidade própria na forma de ocupar o espaço é a ideia de “deixar a calçada livre para pedestres”. Essa frase, repetida constantemente pelos ambulantes e camelôs entrevistados, guia grande parte de suas ações no tocante à ocupação do espaço de trabalho a partir daquilo que identificamos como “princípio da organização”. Seguindo esse princípio legitimador de ocupação espacial, os espaços são construídos e desconstruídos todos os dias, gerando sempre novas possibilidades de arranjos de ocupação.

Um exemplo de preocupação, por parte dos trabalhadores informais, em ocupar pouco espaço da calçada, a fim de facilitar a circulação dos pedestres, pode ser visto em um trecho de uma das entrevistas:

[Expliquei a minha pesquisa a A. e o fato de que cheguei até ela a partir da indicação de J.]
[...] A desorganização também. Ali [aponta no sentido da Lagoa] é o seguinte, desde ali, seguindo a Insinuante e o Armazém Paraíba, ali embaixo é cheio de bolsa, entendeu? Aqui todo mundo tenta organizar seu cantinho. Mas os dali não colaboram, botam tudo no chão sem pensar em nada, sem deixar espaço. Se a prefeitura tá tentando organizar é para todo mundo colaborar [A Prefeitura Municipal de João Pessoa, junto com a Associação dos Ambulantes, decidiu realizar um cadastramento dos ambulantes de João Pessoa. A Rua Santo Elias é um dos pontos iniciais desse cadastramento]. Não tomar muito espaço na calçada (MÁE DE A., Percurso 1, informação verbal, 2014).

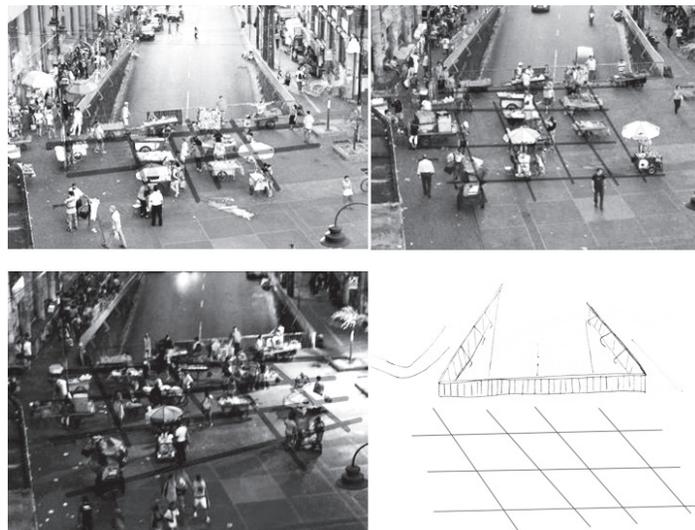
Essa preocupação, chamada pela entrevistada de “tentar organizar”, aparece vinculada à identificação e localização dos “desorganizados”. Para ela, a designação “desorganizados” está relacionada à atitude de não ter a preocupação de ocupar pouco espaço e de tentar adequar-se à ordem imposta pelos gestores – no caso, a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O “princípio da organização” também pode ser observado visualmente na repetição do arranjo de ocupação de carrinhos utilizados pelos trabalhadores informais. Realizamos observações e registros dessa prática a partir de um ponto elevado da Praça Vidal de Negreiros (Mapa 1). Captamos imagens em curtos intervalos de tempo (das 17 às 18 horas), e, a fim de enfatizar tal prática, sobrepusemos algumas linhas artificiais nas fotografias, como pode ser visto na Figura 4.

Na terceira fotografia, percebemos que o número de carrinhos é superior ao da primeira; apesar disso, a disposição cartesiana, que faz alusão a um tabuleiro de xadrez, mantém-se. Tal característica pode estar relacionada ao “princípio da organização”.

A semelhança da disposição dos carrinhos com a malha urbana de uma cidade moderna e as características de organização adotadas pelos entrevistados talvez pressuponham um discurso que veja o espaço urbano através de regras engessadas e estáticas, por exemplo, o discurso da legitimação da ocupação do lugar pelo fator “tempo” e “relações sociais”.

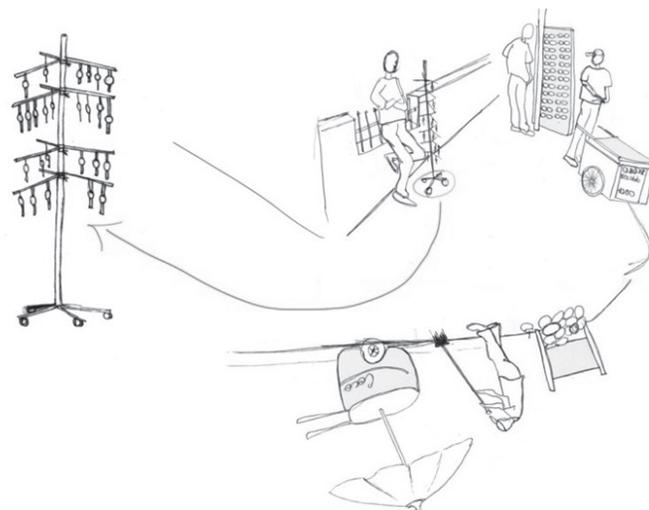
Figura 4: Organização dos camelôs na Praça Vidal de Negreiros



Fonte: Moura (2014).

A esse discurso, associa-se a lógica de ocupar pouco espaço. Quase todos os entrevistados adotam alguma solução para ocupar uma pequena parcela de espaço. Um deles, J., desenvolveu uma estrutura própria para vender suas mercadorias. Ele criou um expositor pequeno que pode ser facilmente deslocado e que, ao mesmo tempo, comporta muitas mercadorias (Figura 5). Dois outros camelôs ocupam fachadas de lojas e posicionam-se ao lado das mercadorias, sempre deixando um espaço de fluxo livre para pedestres. D. segue a mesma lógica de deixar o expositor apoiado na parte externa de uma loja e ocupar pouco espaço. A adaptação dos expositores de mercadorias, a apropriação das paredes e o posicionamento dos carrinhos de forma estratégica demonstram a procura dos trabalhadores por deixar espaço de circulação para pedestres.

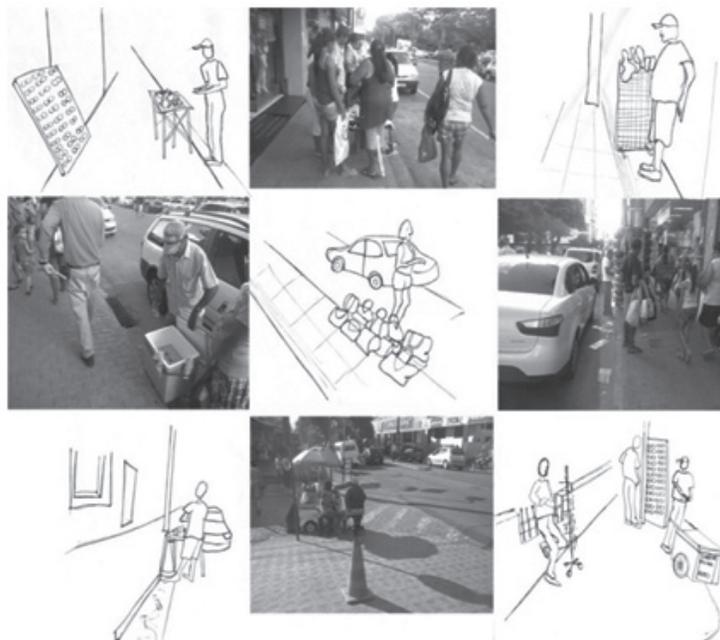
Figura 5: Representação do espaço da conversa, com destaque para o expositor de J.



Fonte: Moura (2014).

Registramos diversas formas de ocupação das calçadas pelos camelôs. Alguns ocupam as margens da calçada, outros, o meio-fio, com as mercadorias expostas no chão ou no braço, entre outras maneiras. Ressaltamos algumas dessas formas de ocupação nas imagens a seguir:

Figura 6: Formas de ocupar a calçada pelos camelôs



Fonte: Moura (2014).

Podemos afirmar que reflexões sobre a realidade do camelô – trabalhador fixo que vende na calçada, no meio-fio, na praça, na fachada de lojas, entre outros espaços – são importantes para discussões acerca dos usos e ocupações da rua. Ratificamos tal asserção com o seguinte apontamento de Ana Clara Torres Ribeiro (2012c, p. 107): “O que acontece é que, além da leveza, temos que pensar o peso; além dos fluxos, temos que pensar os fixos [...]. O camelô tanto sai do lugar quanto busca ficar no lugar; não está somente circulando, está lutando para ficar aí, grudado no lugar”.

Para pensar “os fixos” no espaço e as apropriações que realizam, devemos levar em consideração a heterogeneidade do universo dos trabalhadores de rua, as relações entre Estado e camelôs – que no Centro de João Pessoa aparecem, principalmente, como relações entre a prefeitura e os trabalhadores –, bem como as ações de apropriação que eles levam a cabo para se manter no espaço.

Percebemos que, diariamente, o espaço é reconstruído e as formas de apresentação das mercadorias transformam-se. A ocupação e a permanência no espaço são construídas diariamente, adaptando-se quase sempre às novas exigências dos próprios camelôs e também dos poderes instituídos. É o corpo presente que afirma o espaço conquistado. Em uma fala de J., por exemplo, aparece essa constante adaptação: “Tem recuo em uma loja que tá fechada. A dona da loja não vai abrir a loja. É claro que se ela abrir a loja vou diminuir o tanto de mercadoria que coloco, mas vou continuar trabalhando no recuo” (Percurso 1, informação verbal).

Figura 7: Ações de camelôs/ambulantes no Centro de João Pessoa



Fonte: Moura (2014).

Quanto à escolha do lugar de trabalho, notamos que ela é definida a partir de diversas variáveis. A principal delas é a importância do fluxo de pessoas, pois, sem o contato direto com os pedestres, não há vendas. J., por exemplo, falou da relevância do local para vender, da busca por estar dentro dos espaços que têm fluxo intenso:

Tá todo mundo aqui, todo mundo quer ganhar dinheiro. Na outra rua é fraco, na paralela [depois da entrevista circulei pela rua paralela e, de fato, o movimento de pessoas é menor, porém, alguns camelôs ali trabalham]. Só digo uma coisa, ninguém quer ficar onde não vende, onde vende é que a turma quer ficar. Ninguém quer ser deslocado pra um local vazio, todo mundo dá um jeito de se virar (J., Percurso 1, informação verbal).

Dentro da teia de relações sociais existentes entre os trabalhadores informais, há hierarquias, regras, consensos e atribuições de valores aos espaços. Há, por exemplo, o consenso de que o melhor lugar para trabalhar é aquele em que existe um fluxo de pessoas.

Observamos que a forma de permanecer e ocupar a calçada pode ser um tipo de apropriação do espaço apoiada na relação entre o formal e o informal, isto é, entre os donos de lojas e os camelôs. Consideramos essa relação como um tipo de estratégia adotada pelos camelôs com os quais conversamos. Citamos, aqui, o caso de D., que mantém uma relação de troca com um lojista: ela guarda a sua mercadoria dentro do estabelecimento e, em troca, não deixa que outro camelô se estabeleça no local. J. explicou que mantém uma relação semelhante com outro lojista. Ele ocupa um pedaço da fachada da loja, mantendo uma relação com o dono dela. A. e sua mãe também recebem o apoio de um lojista:

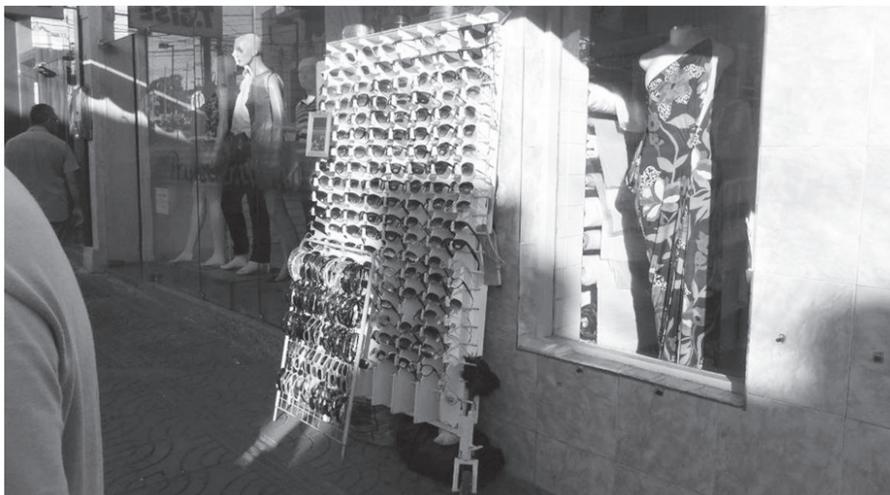
Aqui eu sou amiga dos donos da loja. Aqui essa dona me disse: não quero ninguém mais aqui do que você. Aí, quando vem algum outro, eu digo: Êpa! Aqui não, porque a mulher não quer nada aqui. [Perguntei se já trabalhou em outro canto]. Trabalhei também cinco anos na parede da Fininveste, porque na época eu era muito amiga da gerente (MÃE DE A., Percurso 1, informação verbal).

Na Figura 8, é possível perceber a dita cumplicidade entre as duas entrevistadas (A. e sua mãe) e o lojista. Vale salientar que as mercadorias das trabalhadoras estão dispostas na parte da fachada em que não há vitrine.

Compreendemos que, para se manter nesse espaço, as entrevistadas necessitam aceitar algumas regras impostas pela relação com o lojista, como excluir a presença de outros camelôs iguais a elas.

Acerca da construção cotidiana da permanência no espaço realizada pelos camelôs, identificamos que esta é conquistada por meio de estratégias que passam, principalmente, pelo diálogo com o comércio formal, mediante a relação com os donos das lojas em que estão situados e ao lado das quais vendem suas mercadorias.

Figura 8: Expositor de óculos apoiado na fachada de um comércio, Rua Santo Elias



Fonte: Moura (2014).

O apoio dos lojistas parece fundamental para permanecer no espaço, adaptar a ocupação e não permitir a entrada de novos camelôs. A partir dele, podem surgir “pactos”, troca de favores, nos quais muitas vezes o camelô acaba servindo de vigilante da calçada onde se encontra a loja, com vistas a regular a apropriação dos espaços por outros camelôs. Nessas relações, as mercadorias dos camelôs se confundem com as do lojista, como no caso de D. e da mãe de A. (ver Percurso 1, Mapa 1).

O elo entre o formal e o informal gera uma ambiguidade no que se refere às fronteiras entre esses campos. Percebemos que os espaços ocupados por camelôs, que poderiam ser caracterizados como opacos, por pertencerem a um setor marginalizado, nem sempre são invisíveis. Nesse sentido, podemos indagar: existe em tais “pactos” uma subordinação dos camelôs a uma racionalidade dominante ou esses vínculos se caracterizam por uma imbricação de racionalidades heterogêneas?

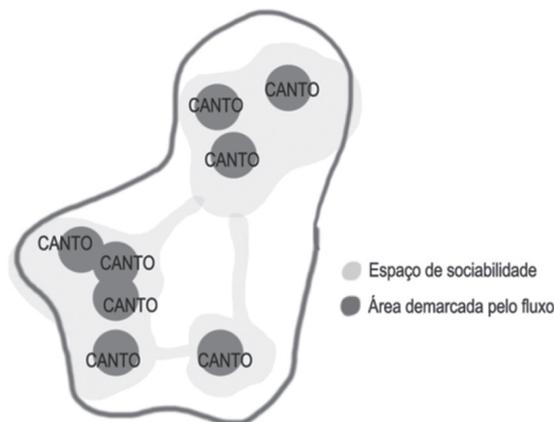
É provável que não possamos classificar a relação entre camelôs e lojistas como sendo atravessada simplesmente por uma única dimensão. Apesar da relação desigual de “forças”, os camelôs impõem certas diretrizes às “regras do jogo” das articulações com o setor formal.

Observamos, ainda, que cada camelô procura ocupar um espaço que seja “seu”. Muitos dos camelôs entrevistados designaram esse espaço como “canto”. A busca pelo espaço começa a ser identificada como a busca pelo “canto”: um lugar passível de apro-

priação através de diferentes ações. Nessa apropriação, há a suposição de um espaço delimitado e individual: “[...] é um querendo invadir o canto do outro [...], organizar o seu canto” (Mãe de A., Percurso 1, informação verbal). Na concepção de R., o canto é o espaço de trabalho: “Já trabalhei em todos os cantos, rodoviária, na C&A... Trabalho com óculos, chapéu... amanhã vai vir capa de celular” (R., Percurso 3, informação verbal).

A partir da observação das táticas utilizadas pelos camelôs na busca por se fixarem em “seu canto”, conseguimos visualizar, ao longo dos percursos, alguns espaços que mantêm características parecidas. Há, em primeiro lugar, um espaço descrito por eles como “bom para se localizar”, uma área demarcada pelo fluxo de pessoas, podendo ser ruas movimentadas ou trechos de praças. Como indicou J.: “Só digo uma coisa, ninguém quer ficar onde não vende, onde vende é que a turma quer ficar” (Percurso 1, informação verbal). Dentro dessa área de fluxo, os camelôs procuram o que intitulamos de “canto”, um espaço individual propício à comercialização de mercadorias. Geralmente, um “canto” é próximo de outros “cantos”, o que o transforma em um espaço de sociabilidade e convívio diário, de alianças, de controle e fortalecimento de laços. Esquematizamos essas características de ocupação do espaço da seguinte forma:

Esquema 2: Representação da relação espacial estabelecida entre camelôs e ambulantes



Fonte: Moura (2014).

O histórico de ocupação dos espaços por alguns dos camelôs entrevistados evidencia uma relação de espaço e tempo que varia entre permanência e mudança. Alguns relataram deslocamentos para outros locais em busca de melhores condições ou em razão da necessidade de ter de sair de onde se encontravam por causa de imposições da prefeitura de João Pessoa, como no caso de R., que ocupou diversos lugares do Centro, I. e J. Outros, por sua vez, disseram ter atuado no mesmo lugar ao longo de todos os anos de trabalho como camelô, como J., T. e D.

Um caso peculiar registrado é o de I. Atualmente, ele vende outra mercadoria, em um lugar diferente daquele em que começou a ser camelô:

[Por que você mudou para esse canto aqui?] Primeiro porque com o caldo [caldo de cana] eu não tinha um canto fixo. Agora, aqui, eu tenho. Aqui agora é meu. [Como você descobriu esse canto?] Fiquei aqui, fui ficando. Faz bem um ano que tô aqui. A mudança

foi porque o churros é mais fácil de trabalhar, você não perde mercadoria (I., Percurso 2, informação verbal).

De modo diferente, R., nos 30 anos de trabalho como camelô, nunca deixou de trabalhar no Centro, mas compreende que a permanência em um lugar específico pode depender de alguns fatores, como os que se relacionam ao Poder Municipal ou mesmo ao deslocamento com as mercadorias. Isso significa dizer que o espaço ocupado é visto como “seu” por um tempo determinado:

Tem ponto fixo não. Já trabalhei em vários cantos e agora tô aqui. Porque tá mais liberado e porque a mercadoria tá muito pesada pra sair andando. E tô guardando aqui pertinho. Uma confiança. A chinesa e o chinês me deu a chave de um lugar bem grandão (R., Percurso 2, informação verbal).

Identificamos que, de modo geral, todos optam por permanecer e comercializar no Centro de João Pessoa, mesmo morando em bairros periféricos ou em outros municípios, como D. (Percurso 1), que mora em Bayeux (município da Região Metropolitana de João Pessoa), ou A. e a mãe (Percurso 1), que moram no Cristo (bairro de João Pessoa). Isso nos faz passar a compreender o camelô e o ambulante como parte fixa e estável da rua. Certo trecho de uma das falas de T. reforça essa ideia: “Como você vê as mudanças que aconteceram aqui nesse espaço?” Esse espaço nunca deixou de ter ambulantes, nunca. Aumentou, aumentou o desemprego, tem que arrumar a sobrevivência de outra maneira” (T., Percurso 2, informação verbal).

Pensar o camelô como parte constante (fixa) da rua é também refletir sobre aspectos da insistência do camelô no espaço ao longo do tempo:

Faz 18 anos que tô aqui e faz 18 anos que tô aposentado como vigilante. Tive um acidente. Passei três meses recuperando e decidi vir vender doce aqui. Se você hoje perguntar se eu quero ficar aqui ou quero viver da minha aposentadoria, eu prefiro ficar aqui, tu acredita? Vir pra aqui todo dia. Já venho almoçado e aqui sempre foi essa loja. Mas essa aqui do lado não era, aqui era a padaria. Padaria Fluminense, que agora foi pra aquela outra esquina. [Comentei que na hora da entrevista, aproximadamente 15 horas, já havia vendido quase tudo] É, mas eu não quero ir embora, só quando dá cinco horas (T., Percurso 2, informação verbal).

Quando afirma que conseguiu permanecer, mesmo com as mudanças que ocorreram no Centro, talvez possamos fazer uma leitura no sentido de que ele é mais “fixo” que vários lojistas. O Centro é modificado, as lojas mudam de lugar, porém ele permanece no mesmo “canto”. Assim, desponta a ideia de que algumas das características dos camelôs são a insistência e a fixidez. Outra característica, relacionada às duas anteriores, é a flexibilidade no que se refere à venda de mercadorias adequadas a diferentes períodos do ano (adaptação de acordo com as demandas).

Ressaltamos que a quantidade de informações sobre mudanças urbanísticas, projetos, estabelecimentos e acontecimentos que os camelôs narraram ao longo das entrevistas demonstra intimidade com o espaço no qual atuam, fato que nos leva a pensar, novamente, no caráter de fixidez ou de constância dos trabalhadores de rua no Centro.

Durante a realização da pesquisa de campo, uma constatação ficou evidente: camelôs e ambulantes são bastante organizados e fixos, apesar de flexíveis. Fixidez e flexibilidade se conjugam na realidade dos trabalhadores informais, sobretudo com as pressões de gestão e planejamento por parte do Estado. Na sequência, apresentaremos nossas considerações finais, retomando os caminhos e as decisões de pesquisa, bem como seus principais resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas pesquisas se concentraram nas práticas urbanas, experiências espaciais e socioculturais vinculadas ao trabalho informal nas ruas do Centro histórico da cidade de João Pessoa. Representaram um esforço de aprofundamento teórico-metodológico do debate acerca da cidade contemporânea e suas dinâmicas socioespaciais, destacando as formas de produção e reprodução dos seus espaços públicos, as quais são atravessadas pela diversidade de usos e apropriações que os trabalhadores de rua imprimem no espaço onde vivem e trabalham por meio de suas práticas e representações cotidianas.

Apoiamos nossas reflexões e alternativas de pesquisa em autores como Henri Lefebvre (2008), Michel De Certeau (1994), Ana Clara Torres Ribeiro (2009) e Milton Santos (2008), compreendidos como fundamentos do pensamento crítico sobre produção e reprodução dos espaços urbanos, sobretudo quando apontam as diversas facetas desse processo. Podemos identificar, em escala global e local, as marcas de pelo menos duas dessas facetas, a saber, uma visível, hegemônica e estratégica, e outra invisível, contra-hegemônica e tática.

Além disso, no que tange ao escopo teórico-crítico-metodológico, mantivemos um diálogo com autores mais contemporâneos, como Michel de Agier (2011), Paola Berenstein Jacques (2012a) e Ana Clara Torres Ribeiro (2012a), e também com pesquisadores brasileiros, como José Guilherme Magnani (1993), Marcele Trigüeiro (2012) e Jovanka Baracuh Scocuglia (2012).

A câmera fotográfica/filmadora, os desenhos e os esquemas para registro dos percursos cotidianos de trabalho nas ruas e também o diário de bordo foram recursos/instrumentos utilizados de forma adaptada na pesquisa de campo. Emprestados da antropologia, procuramos associá-los às entrevistas, em um esforço de mescla de dispositivos de pesquisa alternativos aos modelos aplicados, em geral, nos estudos mais tradicionais de planejamento urbano. Cumpre frisar que procuramos dar voz aos sujeitos pesquisados, com o intuito de não diluí-los completamente em uma perspectiva de grupos, de uma coletividade supostamente homogênea e consensual. A partir do conjunto de informações coletadas, lapidamos os dados na tentativa de identificar temas, categorias e problemáticas referentes aos trabalhadores de rua e suas práticas cotidianas.

Consideramos importante o surgimento de discussões que estimulem a continuidade desta pesquisa a partir de novos e instigantes caminhos. Vemos, por exemplo, que há muito a ser discutido sobre o tema da relação entre o corpo e o espaço apropriado, pois é mediante a presença constante dos indivíduos no espaço que ocorre a reafirmação do espaço ocupado. No caso da nossa pesquisa, o espaço apropriado se apresentou como um espaço intermediário, isto é, nem rua nem casa, e o processo

de apropriação revelou conflitos explícitos e implícitos na categoria de trabalhadores estudada e na posição deles em relação a outros segmentos da sociedade, como comerciantes, transeuntes e gestores municipais.

Independentemente da concretização desses aprofundamentos, compreendemos que a presente pesquisa contribui para reafirmar questões importantes, por exemplo, a vitalidade cotidiana do bairro do Centro de João Pessoa. A partir dela, constatamos que a expressão “fazer cidade” revela uma conjuntura de ações no cotidiano e demonstra que a cidade está em contínuo processo de construção e desconstrução. Reafirmamos neste estudo que, na lógica da apropriação e dominação do espaço, a cidade é moldada por seus habitantes criativamente e de distintas formas.

Por fim, queremos registrar que, após finalizarmos a pesquisa de campo, retornamos aos mesmos locais onde ocorreram as entrevistas e percebemos que alguns dos espaços pesquisados estavam ocupados por outros trabalhadores de rua, isto é, não mais por aqueles com os quais conversamos durante as entrevistas e observações de campo. Nesse sentido, voltamos à afirmação de Ana Clara Torres Ribeiro (2012a, p. 66), citada na abertura deste artigo: “[...] a cidade viva e experimental não morreu [...]. [A] pesar dos impactos da crise societária, esta cidade permanece ativa na tessitura do cotidiano”.

Alessandra Soares Moura é graduada e mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: alearquimoura@gmail.com

Jovanka Baracuchy Cavalcanti Scocuglia é graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); professora associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB.
E-mail: jovankabcs@gmail.com

Artigo recebido em 15 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 19 de abril de 2016.

REFERÊNCIAS

- A CIDADE e as barracas. *A União*, João Pessoa, p. 3, 1950.
- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1 a arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COMISSÃO NACIONAL DE VENDEDORES(AS) AMBULANTES. Carta aberta à sociedade: dia Internacional do Ambulante. *Caros Amigos*, 14 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.carosamigos.com.br/index.php/gallery/100-outras-noticias/movimentos-sociais/3021-carta-aberta-dos-trabalhadores-ambulantes>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- JACOBS, J. *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, P. B. Experiência errática. *Redobra*, Salvador, n. 9, p. 192-204, 2012a. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Experiencia-erratica.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- _____. *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012b.
- LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUTA por um espaço garante sobrevivência. *A União*, João Pessoa, ano CIV, n. 53, p. 3, 7, 1997.
- MAGNANI, J. G. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, v. 2, jan./dez. 1993. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MOURA, A. S. *Trabalhar na rua: análise dos usos e apropriação do espaço por camelôs e ambulantes no bairro do Centro de João Pessoa-PB*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

- RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156.
- _____. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. *Redobra*, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012a. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- _____. Entrevista por Alessia de Biase. *Redobra*, Salvador, n. 9, p. 9-21, 2012b. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Alessia-de-Biase-entrevista-Ana-Clara-Torres-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- _____. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012c.
- SANTOS, M. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2008. (Milton Santos, 1).
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SCOCUGLIA, J. B. C. (Org.). *Cidade, cultura, urbanidade*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.
- TRIGUEIRO, M. Pacificação da cidade: A urbanidade legitimada – O caso dos espaços públicos do grand ensemble Lês Minguettes, em Lyon. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

SISTEMA DE INDICADORES DE QUALIDADE AMBIENTAL URBANA PARA METRÓPOLES COSTEIRAS (SIMEC):

UMA PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE ANÁLISE TERRITORIAL

AN URBAN ENVIRONMENTAL QUALITY INDICATOR SYSTEM FOR COASTAL METROPOLIS (SIMEC):

A PROPOSAL FOR TERRITORIAL ANALYSIS

NILTON MANOEL LACERDA ADÃO^{A, B, C, E, F}

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Faculdade SENAI de Tecnologia, Joinville, Santa Catarina, Brasil

MARCUS POLETTE^{A, B, C, E, F}

Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, Itajaí, Santa Catarina, Brasil

R E S U M O : O presente artigo apresenta um Sistema de Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana para Metrôpoles Costeiras (SIMEC) como proposta de instrumento de análise territorial no processo de gestão costeira integrada. Para tanto, na pesquisa, foram elencados e analisados 1.133 indicadores, provenientes de 22 sistemas nacionais e internacionais. Desse grupo, foram selecionados indicadores avaliados por especialistas residentes nos Estados costeiros brasileiros. Ao final, o estudo obteve 69 identificadores conexos às dimensões da prosperidade urbana: infraestrutura, inclusão e equidade social, qualidade de vida, produtividade e sustentabilidade ambiental, que foram aliados à estrutura DPSIR, isto é, *Drivers–Pressures–State–Impacts–Responses*. Como resultado, o sistema de indicadores mostrou-se consistente, sendo uma contribuição passível de replicação nas metrópoles costeiras brasileiras. Assim, o uso desses indicadores pode ser um instrumento de tomada de decisão na gestão integrada da zona costeira, constituindo um relatório de qualidade ambiental que possibilitará, além da análise territorial local específica, a comparabilidade com outras regiões costeiras.

P A L A V R A S - C H A V E : indicadores; metrópoles; metrópoles costeiras; qualidade ambiental urbana.

A B S T R A C T : *The present paper presents a system of indicators for urban environmental quality in coastal metropolises. Therefore, 1133 indicators from 22 national and international systems were initially listed and analyzed. From these, indicators were selected for assessment by specialists residing in Brazilian coastal states. The assessment enabled the validation of the system with the presentation of new indicators. As a result, 69 indicators associated with urban welfare were obtained: infrastructure, inclusion and social equity, quality of life, productivity and environmental sustainability, which were associated to the Drivers-Pressures-State-Impacts-Response (DPSIR) framework. As a result, the system of indicators initially proved to be consistent, and is a contribution that may be replicated in different Brazilian coastal metropolises. Thus, the use of these indicators may be used as an instrument for taking decisions for the integrated management of the coastal zone.*

K E Y W O R D S : *indicator; metropolises; coastal metropolises; indicators for urban quality.*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p325>

Contribuição de cada autor: **A.** fundamentação teórico-conceitual e problematização; **B.** pesquisa de dados e análise estatística; **C.** elaboração de figuras e tabelas; **D.** fotos; **E.** elaboração e redação do texto; **F.** seleção das referências bibliográficas

INTRODUÇÃO

Metrópoles são adensamentos urbanos e populacionais com influências econômica, política, informacional, cultural e de serviços que ultrapassam seus próprios limites territoriais. No caso brasileiro, segundo Grostein (2001), a urbanização das metrópoles apresenta problemas que geram a insustentabilidade do aglomerado urbano/metropolitano, para o qual devem ser considerados componentes físico-urbanísticos a partir das seguintes variáveis: forma de ocupação do território; disponibilidade de insumos para o seu funcionamento; descarga de resíduos; mobilidade urbana; oferta de moradia, equipamentos e serviços sociais; qualidade dos espaços públicos.

No caso das zonas costeiras, são identificadas diferentes variáveis que permitem verificar uma significativa pressão do aglomerado urbano/metropolitano sobre seus ecossistemas. Por exemplo, associado ao crescimento desordenado, nota-se o agravamento das condições de moradia das populações pobres com o aumento significativo dos índices de favelização, resultando, em muitos casos, em degradação ambiental, provocada por loteamentos ilegais em áreas protegidas e solos frágeis, como restingas, manguezais, encostas de mata atlântica e estuários. Assim, como afirmam Nicolodi, Zamboni e Barroso (2009), na convergência das pressões e fluxos, com os diferentes interesses de usos e ocupação em um bioma de alta vulnerabilidade, a zona costeira representa um grande desafio para a gestão ambiental, compondo um mosaico de tipologias e padrões de ocupação e de exploração econômica.

Ao mesmo tempo, observa-se uma tendência de metropolização na zona costeira brasileira, com a concentração de grande parte da população e das riquezas, o que propicia a existência de zonas especializadas que podem ser classificadas como comerciais, portuárias e industriais. A costa brasileira possui 17 Estados costeiros e 16 regiões metropolitanas com densidade demográfica superior a 200 hab/km², quais sejam: Belém (Pará), Grande São Luís (Maranhão), Fortaleza (Ceará), Natal (Rio Grande do Norte), João Pessoa (Paraíba), Recife (Pernambuco), Maceió (Alagoas), Aracaju (Sergipe), Salvador (Bahia), Grande Vitória (Espírito Santo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Baixada Santista (São Paulo) e no Estado de Santa Catarina as regiões metropolitanas de Florianópolis, Foz do Rio Itajaí, Tubarão e o Norte/Nordeste Catarinense (STROHAECKER, 2008).

Do ponto de vista socioeconômico, essas regiões apresentam processos de expansão urbana relacionados a investimentos em turismo, estruturas industriais, portuárias e logísticas, que, quando mal planejados, agravam a situação de expansão urbana irregular e os problemas e impactos dela decorrentes (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015). Essas interações econômicas, sociais, urbanas e demográficas, segundo Polette e Lins-de-Barros (2012), expõem problemas como ocupação irregular do espaço por populações de baixa renda, especulação imobiliária, adensamento, verticalização, erosão da região praiana, poluição, favelamento, entre outros.

Ao se considerar a dinâmica populacional e as características socioeconômicas associadas a esses impactos sobre os ambientes marinhos e costeiros, observa-se a carência de estudos que propiciem o entendimento da estrutura e dinâmica desses territórios. Nesse sentido, um sistema de indicadores pode ser um instrumento relevante para analisar, avaliar e monitorar essas áreas e suas particularidades.

Indicadores são instrumentos que valoram fenômenos para permitir a mensuração do estado de diferentes escalas espaciais e temporais. Quando transformados em informação, eles se tornam ferramentas para conhecimento e avaliação do território. Na atualidade, indicadores são utilizados para avaliar, medir e monitorar fatores distintos, em diferentes realidades (LOUETTE, 2008). É válido pontuar que Bellen (2004) compreende os indicadores como variáveis de significância própria que têm como objetivo principal agregar e quantificar informações para melhorar o processo de comunicação.

Tendo isso em vista, um indicador pode ser entendido como uma ferramenta para obtenção de informações de uma dada realidade (SICHE *et al.*, 2007). Para a boa qualidade na constituição de um indicador, deve ser considerado o que se deseja fazer a partir das informações obtidas. Assim, por exemplo, quando os indicadores estão associados à qualidade ambiental das áreas urbanas no ambiente natural costeiro, as especificidades delas devem ser ponderadas.

A qualidade ambiental urbana é marcada por espaços vulneráveis em razão dos usos, ocupações humanas e fluxos de toda ordem que impactam os ambientes naturais. Diante disso, para mensurar o grau de vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, de satisfação pessoal nos ambientes metropolitanos costeiros, é preciso examinar a qualidade ambiental de uma forma ampla. Neste artigo, esses aspectos são abordados a partir das dimensões da infraestrutura, qualidade de vida, inclusão e equidade social, produtividade e sustentabilidade ambiental.

Defende-se a hipótese de que a composição de um sistema de indicadores de qualidade ambiental urbana para metrópoles costeiras permite conhecer e entender diferentes variáveis da relação físico-urbana, configurando-se como um instrumento para tomada de decisão na gestão integrada. Este artigo objetiva, pois, apresentar um sistema de indicadores de qualidade ambiental urbana que sirva de instrumento de tomada de decisão na gestão integrada da zona costeira e que possa ser replicado em diferentes regiões do país. Para tanto, no que se segue, será apresentada a forma como esse sistema foi construído, mostrando as dimensões e as relações causais estabelecidas.

O MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES PARA METRÓPOLES COSTEIRAS (SIMEC)

O método de construção do SIMEC foi dividido em três fases principais: (I) levantamento e análise de sistemas de indicadores já existentes para a composição preliminar do sistema proposto; (II) avaliação do sistema preliminar por especialistas, com a integração de novos indicadores; (II) conexão sistêmica dos indicadores por meio de dimensões da Prosperidade Urbana e da estrutura *Drivers–Pressures–State–Impacts–Responses* (DPSIR).

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS SISTEMAS DE INDICADORES JÁ EXISTENTES PARA A COMPOSIÇÃO PRELIMINAR

Selecionar indicadores é uma tarefa delicada que não apresenta uma teoria formal consolidada, mas que necessita de uma reciprocidade entre o indicando (conceito) e os indicadores propostos (JANUZZI, 2002). Para uma melhor eleição dos indicadores, é necessário que haja uma concepção precisa do sistema que se quer gerenciar, com diferentes níveis de complexidade e facilidade, em função dos aspectos a se analisar, sendo relevante o uso de estratégias múltiplas (MINAYO, 2009).

Com o objetivo de alcançar um sistema coerente com a realidade das metrópoles costeiras, foram analisados sistemas de indicadores conceitualmente aceitos e aplicáveis em diferentes realidades espaciais e relevantes para as especificidades do caso. Utilizaram-se, como referências, 22 sistemas de indicadores, divididos por possibilidade de aplicação geral (isto é, aplicados em qualquer tipo de metrópole) e específica para zonas costeiras.

Como indicadores gerais, foram considerados: Indicadores Urbanos Globais (UN-HABITAT); Objetivos e Metas para o Desenvolvimento do Milênio (referência para mensurar informações que atendam aos objetivos dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU)); Índice para Cidades Sustentáveis (aplicado nas 20 maiores cidades da Grã-Bretanha); Índice para uma Vida Melhor (criado para comparar o desempenho dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)); Conjunto de Indicadores de Sustentabilidade para Austrália (refletem sobre as quantidades e qualidades dos recursos e sobre os fluxos de pressões do capital social, humano, natural e econômico); Programa Cidades Sustentáveis (assinado por diferentes cidades do planeta para evidenciar práticas sustentáveis); Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) de Belo Horizonte (índice multidimensional intraurbano); Índice de Qualidade Mercadológica (IQM) (desenvolvido pela *Urban Systems Brasil*, empresa de *Business Intelligence*, para identificar as cidades brasileiras acima de 100 mil habitantes mais atrativas para investimentos); Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) (desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles, o IBEU é calculado em 15 metrópoles do país); Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Santa Catarina (cobre todas as cidades de Santa Catarina). Também foi fonte de coleta a produção científica de Peano, Bottero e Cassatella (2011), autores que apresentam indicadores para a região de Piemonte na Itália, com o objetivo de avaliar, em escala regional, características das paisagens naturais e pressões urbanas. Juntos, esses sistemas totalizaram 813 indicadores.

Como indicadores específicos para zona costeira, foram consideradas as seguintes ações governamentais e de grupos de pesquisa: Observatório Nacional do Mar e do Litoral, França (objetiva elaborar estatísticas e análises técnicas do ambiente costeiro e marinho, bem como aspectos socioeconômicos); SUSTAIN (guia para a autoavaliação da sustentabilidade costeira de escala municipal, com indicadores e um sistema de pontuação elaborado para os 22 Estados costeiros membros da União Europeia); *Salish Sea Transboundary Ecosystem Indicators* (Relatório de Saúde do Relatório Mar Salish – é uma ação conjunta entre a Agência de Proteção Ambiental dos EUA e a do Meio Ambiente do Canadá); Indicadores para Costa e Oceanos da Austrália

(refletem sobre as quantidades e qualidades dos recursos e os fluxos de pressão do capital social, humano, natural e econômico). Também foram analisadas algumas produções científicas que aplicam indicadores em regiões costeiras, a saber: avaliação da costa da Baía de Guanabara (BIDONE; LACERDA, 2004); avaliação do estuário de Sado, em Portugal (MOURÃO *et al.*, 2004); análise da costa da Índia (NAIR, R.; BHARAT; NAIR, N., 2012); análise da costa de Xiamen, na China (LIN; XUE; LU, 2007); indicadores para Malta (BELL, 2012); indicadores para a costa da Eslovênia (BELL, 2012); estudo sobre as intervenções humanas no delta do rio Axios, em Thermaikos, na Grécia (KARAGEORGIS, 2006). Esses sistemas, em conjunto, totalizaram 320 indicadores.

ANÁLISE, INTEGRAÇÃO E COMPOSIÇÃO PRELIMINAR DO SISTEMA DE INDICADORES

Primeiramente, considerou-se como critério de análise que um indicador deve ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos (JANUZZI, 2002). Para atingir esse critério, foram evidenciados os indicadores já existentes que fossem comuns em diferentes realidades geográficas, sociais e econômicas. No total, 1.133 indicadores passaram por uma análise, sendo divididos em 22 sistemas.

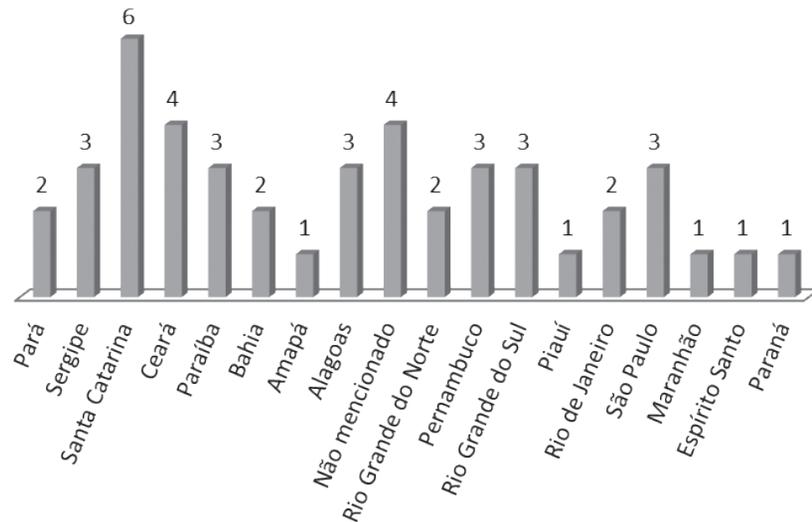
Foram levantados os indicadores que apresentaram maior número de aparições, a fim de evidenciar a representatividade deles diante das realidades de dois grupos: de metrópoles em geral e de zonas costeiras. Os indicadores foram pontuados e, inicialmente, ranqueados em cada um dos dois grupos; depois, foram unidos para compor um sistema único. Na junção, obtiveram-se 43 indicadores, sendo que o de maior valor alcançou 126 pontos e o de menor, 18. Diante da amplitude do intervalo entre os indicadores de maior e menor valor, definiu-se como ponto de corte o valor atípico inferior, ou seja, partindo da definição dos quartis e da amplitude entre o menor e o maior quartil, foram descartados os valores que apresentavam maior discrepância, isto é, aqueles que ficavam mais afastados dos grupos de indicadores de menor valor. Como resultado, 32 indicadores compuseram um sistema preliminar para mensurar a qualidade ambiental urbana de metrópoles costeiras.

NOVA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA A PARTIR DA AVALIAÇÃO DOS ESPECIALISTAS

Após a configuração do sistema preliminar, fez-se necessária a avaliação da sua consistência para a realidade das metrópoles costeiras, assim como da possibilidade de inserir novos indicadores.

Para validação dos indicadores, utilizou-se a técnica Delphi, que consiste na solicitação de avaliação de uma versão preliminar do sistema por pessoas experientes no tema, considerando a possibilidade de acréscimo e supressões (MINAYO, 2009). Foram encaminhados 338 questionários *on-line*, e o sistema foi avaliado por 45 especialistas residentes nos 17 Estados costeiros do país, distribuídos conforme a Figura 1.

Figura 1: Número de especialistas respondentes do questionário por Estados costeiros brasileiros



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 mostra que Santa Catarina apresentou o maior número de respondentes, sendo que todos os Estados costeiros foram representados por ao menos um especialista. Além da abrangência geográfica das áreas de atuação, deve-se mencionar que houve uma análise multidisciplinar com especialistas, em sua maioria, com doutorado nas áreas de Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Engenharia Florestal, Geologia, Economia, Oceanografia. Na avaliação, foi considerada a importância dos indicadores a partir dos seguintes critérios preestabelecidos:

- Muito significativo = Peso 3;
- Significativo = Peso 2;
- Pouco significativo = Peso 1;
- Não significativo = Peso 0.

Diante das avaliações, não foi possível definir um ponto de corte; todos os indicadores foram considerados relevantes. Os especialistas também propuseram novos indicadores para compor o sistema. Ao todo, foram propostos 130 novos indicadores. Na nova análise, foram usados os seguintes critérios:

- (1) Relevância para regiões costeiras;
- (2) Factibilidade operacional para sua obtenção;
- (3) Relação sistêmica com o sistema aplicado;
- (4) Aplicação sem sobreposição com outro indicador do sistema.

Como resultado, mais 33 novos indicadores foram considerados. Na integração entre os indicadores da versão preliminar e aqueles que foram indicados pelos especialistas, obteve-se um sistema para qualidade ambiental urbana de metrópoles costeiras com 65 indicadores. Para finalizar, os indicadores foram integrados de acordo com as dimensões da Prosperidade Urbana e relacionados com a estrutura Força Motriz–Pressão–Estado–Impacto–Resposta (tradução para a sigla em inglês DPSIR), a fim de caracterizar a relação causal entre eles e evidenciar, assim, um sistema sinérgico.

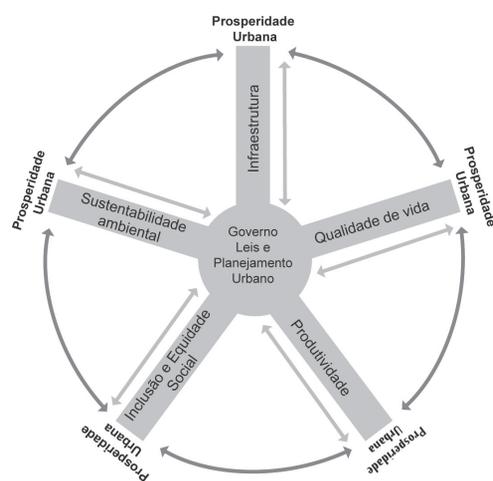
COMPOSIÇÃO SISTÊMICA DOS INDICADORES: DAS DIMENSÕES DA PROSPERIDADE URBANA À RELAÇÃO CAUSAL COM A ESTRUTURA DPSIR

A partir da definição do grupo de indicadores, foi necessário evidenciar uma visão integrada das variáveis. Utilizou-se como referência uma nova forma de abordagem para tratar o nível de prosperidade urbana proposto pela UN-Habitat (2012). Essa associação tem como objetivo a formação de um sistema de indicadores que, integrados, permitam a interpretação da realidade a partir da pluralidade de conhecimentos que são necessários para a gestão da qualidade ambiental urbana.

Como referência para a classificação dos indicadores ante as relações possíveis, fez-se uso das dimensões do Índice de Prosperidade das Cidades (IPC), desenvolvido pela UN-Habitat (2012), com a premissa de que os bons níveis de prosperidade urbana estão integrados às seguintes dimensões: produtividade, infraestrutura, qualidade de vida, inclusão e equidade social (WONG, 2015; BONAIUTO *et al.*, 2015). A boa qualidade das dimensões é entendida tendo em vista a boa gestão urbana, que possibilita o melhor desempenho e a eficácia da ação governamental (STEAD, 2015; WONG, 2015). No entanto, como índice composto, o IPC tende a ocultar informações mais detalhadas, ao mesmo tempo que dá margem para melhorias no quadro conceitual e metodológico (WONG, 2015).

Este estudo se apropriou das dimensões do IPC no intuito de classificar os indicadores previamente levantados e considerados com base nas necessidades das metrópoles costeiras. As dimensões da Roda da Prosperidade Urbana são vistas como relevantes para a valorização de um processo de interação voltado à promoção da prosperidade a partir de ações e políticas de planejamento urbano. Essa interação é apresentada na Figura 2.

Figura 2: Roda da Prosperidade Urbana, proposta pela UN-Habitat



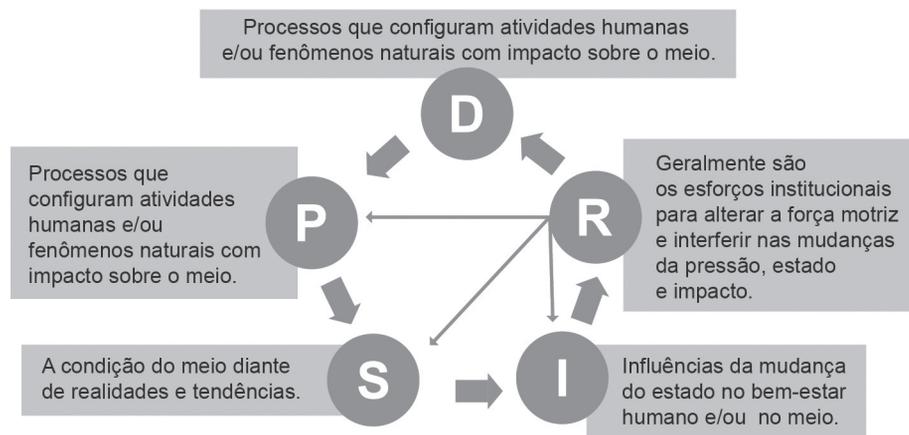
Fonte: Adaptado de UN-Habitat (2012).

A Figura 2 representa a interação entre as dimensões que sustentam a Prosperidade Urbana: Produtividade, Inclusão e Equidade Social, Qualidade de Vida, Sustentabilidade Ambiental e Infraestrutura, que podem apresentar melhores resultados a partir de ações de gestão urbana. De acordo com a UN-Habitat (2012), a produtivi-

dade refere-se à eficiência das ações para o desenvolvimento econômico local, considerando os processos produtivos e de serviços. Por sua vez, a inclusão e a equidade social permitem uma melhor distribuição de renda e a expansão das oportunidades e participações nos espaços urbanos. Além de maior poder aquisitivo e participação política, há a busca por melhor qualidade de vida, com a garantia do bem-estar individual e social por meio de participações comunitárias e convivência saudável nos espaços públicos. Já a sustentabilidade ambiental visa a promover uma relação equilibrada entre o crescimento econômico e o ambiente natural, em uma estrutura urbana adequada para o bem-estar da população e com menor impacto ambiental. Por fim, a infraestrutura é compreendida como um instrumento do desenvolvimento econômico, social e ambiental, estando associada a serviços básicos e estruturas físicas capazes de promover o bem-estar humano, com a minimização dos problemas ambientais e a melhoria da qualidade do ambiente (UN-HABITAT, 2012).

Os indicadores foram distribuídos de acordo com essas dimensões. Para uma análise mais integrada, utilizou-se o modelo conceitual *Drivers–Pressures–State–Impacts–Responses* (DPSIR), traduzido como forças motrizes, pressões, estado, impactos e respostas. Segundo Svarstad *et al.* (2008), em pouco tempo, a estrutura DPSIR tornou-se popular entre pesquisadores e formuladores de políticas como um modelo conceitual e estrutural para comunicar pesquisas ambientais. Sua popularidade está relacionada ao fato de tal modelo capturar, de forma simples, as relações fundamentais entre os fatores da sociedade e do meio ambiente, podendo também ser utilizado como ferramenta de comunicação entre diferentes partes interessadas. A Figura 3 mostra as relações estabelecidas entre força motriz (D), pressão (P), estado (S), impacto (I) e respostas (R).

Figura 3: Descrição das relações entre força motriz (D), pressão (P), estado (S), impacto (I) e respostas (R)



Fonte: Adaptado pelos autores de Carr *et al.* (2007).

Como observado na Figura 3, o DPSIR faz uma ligação entre modelos ambientais e macroeconômicos, tornando possível a integração de ações de conservação com desenvolvimento socioeconômico e estabelecendo relações entre atividades humanas, impactos ambientais e respostas políticas e sociais. No caso do sistema de indicadores

desenvolvido, ao aplicar uma estrutura para cada dimensão, o indicador de força motriz – “área urbanizada por km²” – foi considerado nas dimensões Sustentabilidade Ambiental e Infraestrutura. Da mesma forma, os indicadores “taxa de crescimento da população” (força motriz) e “densidade demográfica” (pressão) foram aplicados nas dimensões de Inclusão e Equidade Social e também na dimensão Qualidade de Vida.

Na configuração do DPSIR, também se percebeu a necessidade de inserir novos indicadores de respostas para constituir relações causais. São eles: “Percentual de despesa pública municipal com saúde”; “Percentual de despesa pública municipal com transporte”; “Percentual de despesa pública municipal com assistência social”; “Percentual de despesa pública municipal com urbanismo”. Como resultado, o sistema se constituiu em 69 indicadores, agrupados conforme as dimensões da prosperidade urbana e integrados na estrutura DPSIR. Após todas as fases do método de desenvolvimento, estruturou-se o Sistema de Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana para Metrôpoles Costeiras (SIMEC), um sistema de indicadores que visa à compreensão das metrôpoles costeiras em dimensões que, integradas, apresentam diagnósticos e permitem o acompanhamento das alterações que influenciam na qualidade ambiental urbana e, conseqüentemente, nos ecossistemas costeiros.

APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES DE QUALIDADE AMBIENTAL URBANA PARA METRÓPOLES COSTEIRAS (SIMEC)

Uma cidade, do ponto de vista técnico-material, segundo Acselrad (1999), é configurada a partir de um metabolismo urbano composto de movimentos interativos, circulação, transformação e capacidade de resiliência para superar as vulnerabilidades diante dos choques externos. Além da abordagem econômica, para esse autor, uma matriz que considere a qualidade de vida deve ser pensada e articulada a um conjunto de políticas que favoreçam o diálogo e a negociação. Com base nessas premissas, são realizados estudos em todo o mundo para analisar realidades territoriais e processos ecológicos associados a pressões urbanas e sociais que envolvem diferentes configurações e domínios, tendo a escala espacial e temporal como referencial para conduzir ações e mudanças (ERKIP; KIZILGUN; AKINCI, 2014; ZHANG, LIU, FATH, 2014; POLÈSE; SHEARMUR, 2006).

Sendo o objeto de estudo as metrôpoles, é necessário analisar uma série de processos que influenciam os modos e meios de vida e que impactam as áreas naturais. Quando localizados em zonas costeiras, esses processos exercem pressões, pondo em risco ecossistemas de alta relevância ambiental. Ao mesmo tempo, por conta dos recursos naturais existentes e dos processos civilizatórios, segundo a UN-Habitat (2012), questões como o menor custo do transporte, o acesso mais amplo a mercados, a beleza natural e o clima mais quente fazem com que as zonas costeiras e os deltas de rios apresentem vantagens competitivas que estimulam o crescimento das cidades, como comprovação disso, 14 das 19 maiores cidades do mundo são portuárias.

Ligado a essa realidade, o sistema de indicadores proposto visa à qualidade ambiental urbana. Como limitador, cumpre mencionar que a busca pela boa qualidade ambiental urbana abrange aspectos espaciais, sociais, biológicos e econômicos

que se mostram incompletos para atender aos objetivos e a diferentes e, por vezes, divergentes expectativas (VARGAS; RIBEIRO, 2001). Isso se dá pelo fato de a qualidade ambiental, como conceito, integrar diferentes aspectos objetivos e subjetivos da percepção sobre o ambiente. Mesmo assim, a *United Nations* (1997) designou que qualidade ambiental é o estado da condição do ambiente expresso por meio de índice ou indicadores.

Ao estudar os indicadores, Bellen (2004) também observa que eles, ao adotarem diferentes significados na monitoração de sistemas complexos, possibilitam a criação de um modelo que serve de ferramenta para conhecer e mudar a realidade. Reforçando, Rossetto *et al.* (2004) salientam que os indicadores tornam visíveis as características de uma cidade, o que possibilita compreender e avaliar a extensão dos problemas considerados.

Cabe assinalar que, para analisar as metrópoles costeiras, há que se levar em conta dois tipos de especificidades: uma relacionada ao resultado do indicador, que, mesmo sendo passível de aplicação em realidades de metrópoles interiores, deve ser relevante quando aplicada em metrópoles costeiras, por influenciar e ser influenciada pelas diferentes dinâmicas associadas à ocupação e ao uso dos ambientes próprios da costa; a outra é que o indicador traz características específicas para sua aplicação em áreas costeiras. De acordo com esses pontos, cada dimensão apresentou as seguintes composições:

Tabela 1: Proporção dos indicadores conforme a possibilidade de aplicação em áreas costeiras e não costeiras

Dimensão	Indicadores também aplicáveis em áreas não costeiras	Indicadores Próprios para zonas costeiras
Sustentabilidade ambiental	57,2%	42,8%
Produtividade	73,4%	26,6%
Infraestrutura	76,5%	23,5%
Qualidade de vida	100%	0%
Inclusão e equidade social	91,7%	8,3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

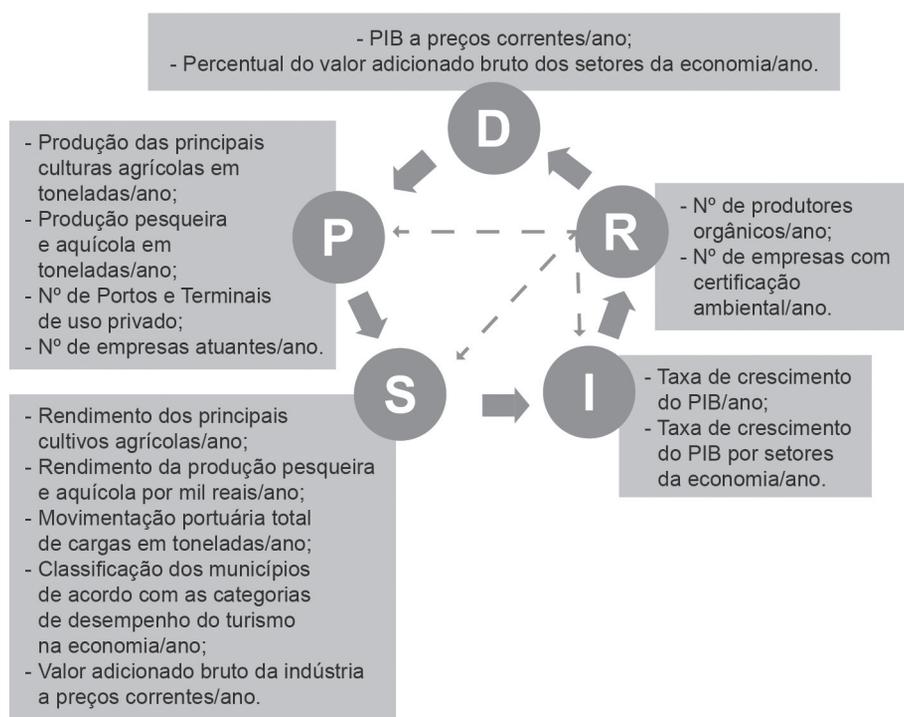
A Tabela 1 mostra que os indicadores, quanto mais sociais (qualidade de vida e inclusão e equidade social), são aplicáveis em realidades não costeiras. As especificidades das metrópoles costeiras aqui consideradas estão mais diretamente relacionadas às características da infraestrutura, do modo de produção e do meio ambiente. Esses indicadores influenciam diretamente nas condições sociais, representadas, neste artigo, pelas dimensões “qualidade de vida” e “inclusão e equidade social”.

Os indicadores que fazem parte do sistema foram aplicados no modelo DPSIR, segundo cada uma de suas dimensões. Os modelos servem como sugestão de análise, não tendo o objetivo de desconsiderar a importância individual de cada indicador nem a possibilidade de se estabelecer outras relações. Alguns indicadores foram observados em mais de uma dimensão, por exemplo, a taxa de crescimento da população, a força motriz para as dimensões de inclusão e equidade social e de qualidade de vida.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Cidades com maior produtividade são capazes de otimizar a produção com a mesma quantidade de recursos e, ao mesmo tempo, ofertar produtos e serviços a preços acessíveis (UN-HABITAT, 2012). Apesar de ser comumente utilizado como critério para definir a produtividade urbana, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é insuficiente quando analisado isoladamente. Fatores como crescimento populacional, infraestrutura, capital tecnológico, patrimônio cultural, recursos naturais, entre outros, constituem insumos básicos da atividade produtiva (UN-HABITAT, 2012). Essas variáveis serão consideradas também nas outras dimensões e devem ser analisadas a partir da relação sistêmica entre os indicadores. Nesse sentido, a dimensão produtividade apresenta indicadores para compreender as características dos processos produtivos e as ações voltadas para uma produção de menor impacto ambiental.

Figura 4: Indicadores da dimensão produtividade organizados na estrutura DPSIR



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a Figura 4, para análise da produtividade, foi considerado o PIB como força motriz e a sua variação, o impacto. Como respostas, foram elencados os indicadores que mostram os números de estabelecimentos agrícolas e as empresas com certificações ambientais para identificar, nos processos produtivos, padrões e condutas adequadas em termos ambientais e sociais.

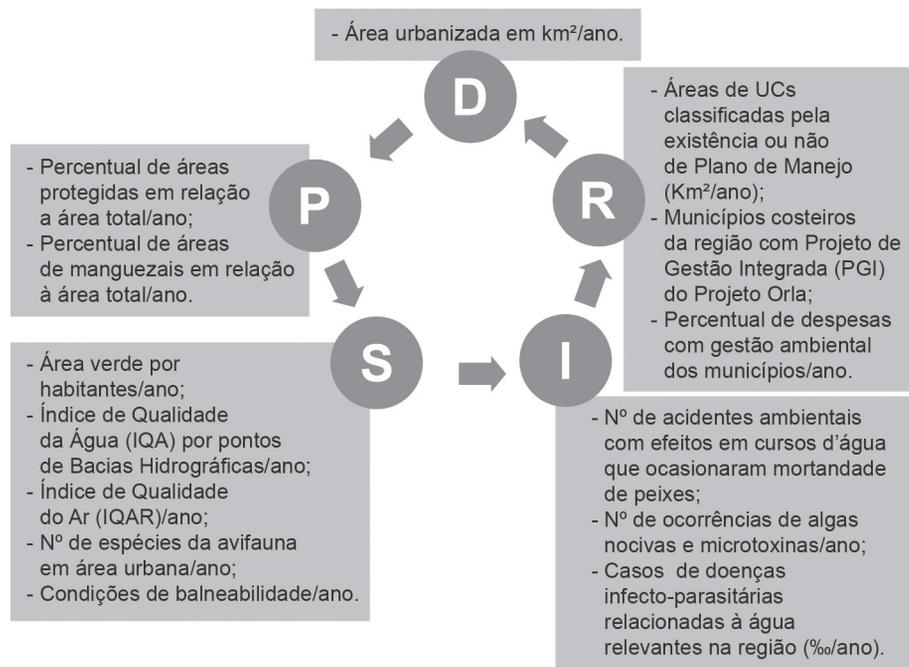
Das especificidades dessa dimensão, mesmo não sendo uma atividade urbana, estabeleceu-se o indicador da produção agrícola para identificar a capacidade de os municípios atenderem às demandas locais urbanas. Por estados, procurou-se identificar os rendimentos de acordo com os diferentes setores da economia. Nessa dimensão, a produção pesqueira e aquícola e o número de portos e suas movimenta-

ções são os indicadores específicos de zonas costeiras. O turismo, apesar de não ser específico da costa, é de extrema relevância para muitas cidades litorâneas. Assim, para classificar o desempenho econômico do turismo nos municípios, foi incluída a forma como o Ministério do Turismo categoriza os municípios a partir do desempenho das variáveis dimensão da rede hoteleira, empregos formais voltados para o turismo e estimativa de turistas recebidos.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As áreas urbanas consomem enormes quantidades de bens e serviços ambientais, como alimentos, água, energia, florestas, espaços verdes – muitas vezes além de suas fronteiras (UN-HABITAT, 2012). No ambiente costeiro, a pressão urbana impacta ecossistemas específicos. A proposta dessa dimensão é conhecer os aspectos e impactos ambientais e definir as melhores ações de correção e prevenção, sem desconsiderar as demandas sociais e econômicas. Os indicadores são apresentados na Figura 5.

Figura 5: Indicadores da dimensão sustentabilidade ambiental organizados na estrutura DPSIR



Fonte: Elaborado pelos autores.

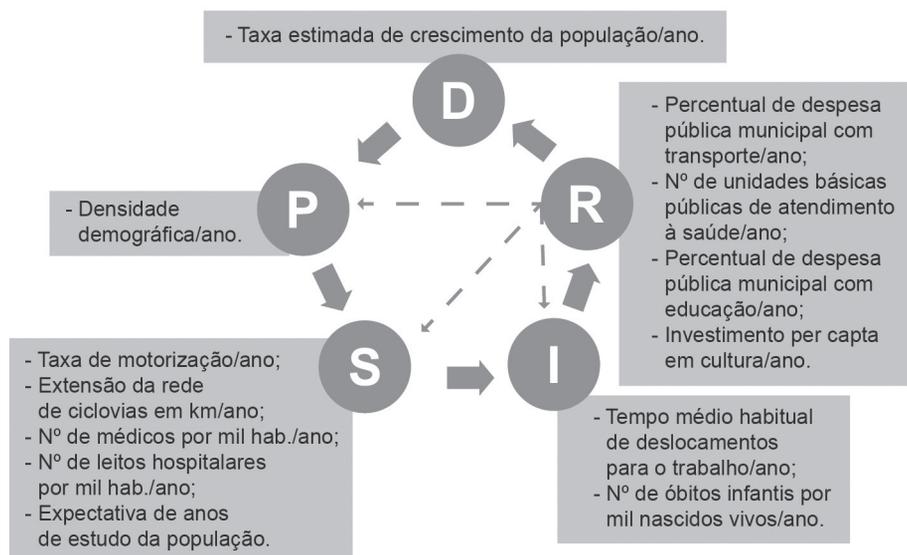
Como apresentado na Figura 5, nessa dimensão, como força motriz está a extensão da área urbanizada. Como pressão, além da riqueza de avifauna nas áreas urbanas, foi considerada a relação entre as áreas protegidas e a área total que pressiona e modifica os estados dos manguezais, condições de balneabilidade, índices de qualidade da água e do ar. Como impactos sobre as comunidades locais, foram levadas em conta as doenças infecto-parasitárias relacionadas à água e aos aspectos próprios de áreas costeiras, como a mortandade de peixes e a incidência de algas nocivas nas orlas. Como respostas para melhorar a relação entre áreas urbanas e espaços naturais, estão

os gastos com gestão ambiental e as extensões de áreas protegidas. Para o ordenamento espacial, como resposta, destaca-se também a importância da presença de um Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro para mapear as atividades, caracterizar usos e priorizar a proteção dos recursos naturais costeiros.

INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

Apesar de apresentar diferentes significados e facetas, seja nos países desenvolvidos, seja nos mais pobres, é fato que a qualidade de vida é essencial para que a cidade prospere. Nesse contexto, é possível compartilhar preocupações semelhantes, como empregabilidade, bem-estar material, boa saúde das famílias e acessos a diferentes oportunidades econômicas e de integração social (UN-HABITAT, 2012). Neste estudo, foram considerados três temas relevantes para a qualidade de vida das metrópoles brasileiras: mobilidade urbana, saúde e educação. Os indicadores são apresentados na Figura 6.

Figura 6: Indicadores da dimensão qualidade de vida organizados na estrutura DPSIR



Fonte: Elaborado pelos autores.

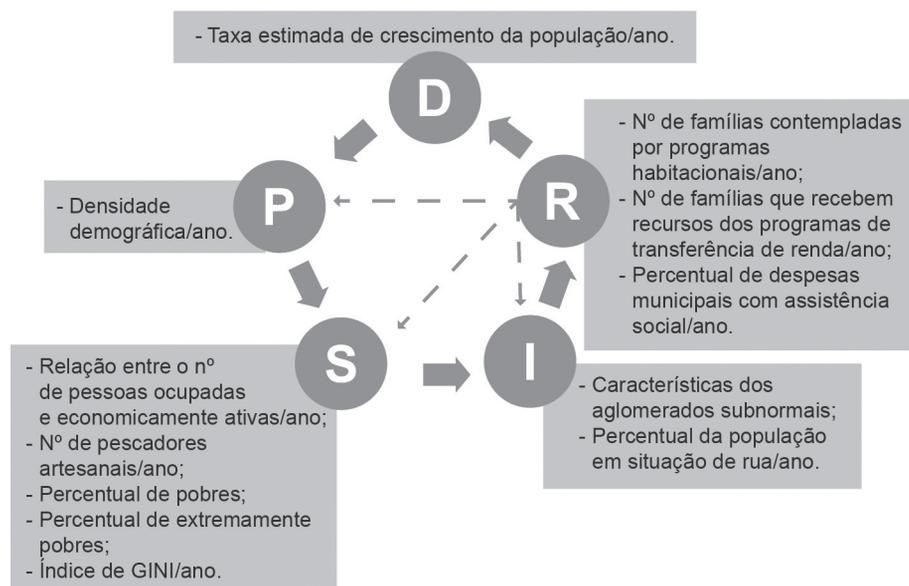
Para compreender as relações causais que afetam a qualidade de vida das populações, considerou-se como força motriz a taxa de crescimento da população; também foi observado como a densidade demográfica influencia na realidade urbana, sendo relevante conhecer a expectativa de anos de estudo, o acompanhamento da saúde humana com o conhecimento do número de médicos e de leitos, diretamente associados ao número de óbitos infantis – forte indicador para o entendimento da qualidade de vida. Outra questão importante é o estado da mobilidade urbana. Para esse aspecto, foi definido como imperativo no sistema o conhecimento do número de veículos por habitantes e as extensões de ciclovias que impactam, diretamente, o tempo médio de deslocamentos para trabalho ou estudo. Como resposta, aparece o investimento em cultura para atender a população dos centros urbanos e para a preservação do patrimônio cultural, também imprescindível para o gerenciamento costeiro.

É indicador de resposta, igualmente, a despesa municipal com transporte. E, para melhorar a qualidade da saúde da população, além da despesa anual, há as unidades básicas públicas de atendimento, que visam a ampliar o acesso com a descentralização do atendimento ao público e possibilitam ações preventivas e consultas médicas básicas, desafogando hospitais.

INDICADORES DE INCLUSÃO E EQUIDADE SOCIAL

Equidade envolve a diminuição da disparidade de renda entre ricos e pobres, prevendo, ainda, melhorias nas oportunidades direcionadas a minorias e grupos vulneráveis nas esferas social, política e cultural (UN-HABITAT, 2012). Na Figura 7 são apresentados os indicadores dessa dimensão.

Figura 7: Indicadores da dimensão inclusão e equidade social organizados na estrutura DPSIR



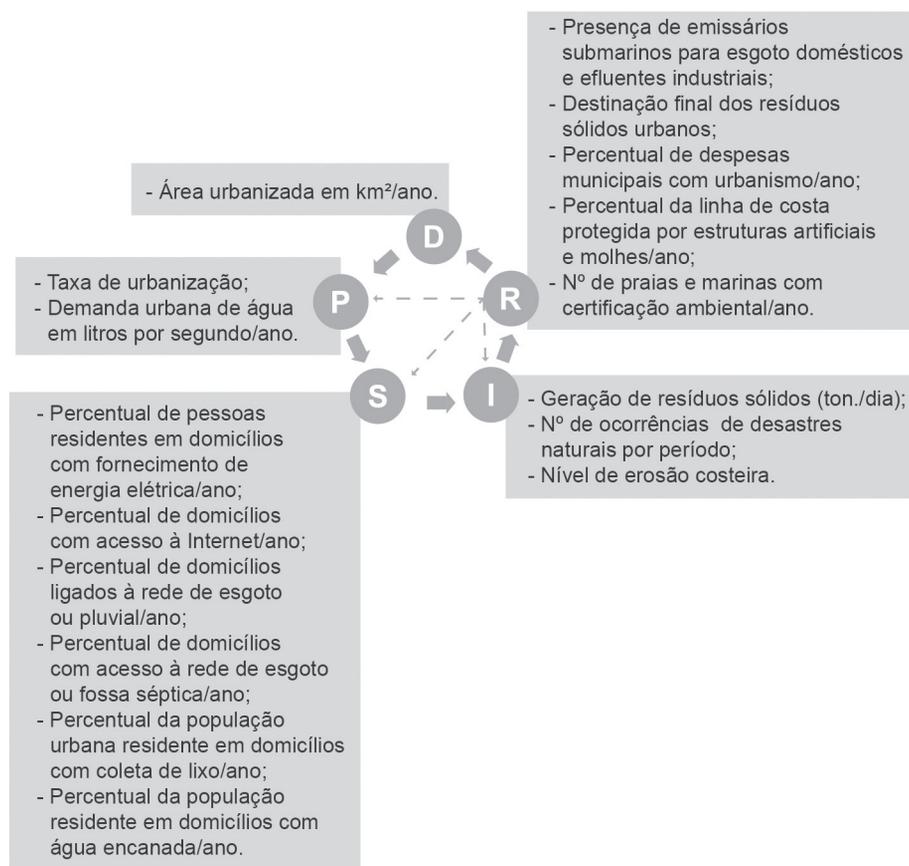
Fonte: Elaborado pelos autores.

Como mostra a Figura 7, assim como na dimensão de qualidade de vida, na inclusão e equidade social também foi considerada como força motriz a taxa de crescimento da população; como pressão, a densidade demográfica. Categorizada como indicador de estado, essa dimensão tem como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico da população e as características dos domicílios. Para compreender a realidade costeira, é também importante entender a quantidade de indivíduos pertencentes a populações tradicionais pesqueiras. Como impacto, foram levadas em conta a existência de habitações subnormais e a população em situação de rua. Como respostas, a análise observou as ações políticas voltadas para o extrato carente da população, por meio de programas habitacionais e de transferência de renda, bem como as despesas com assistência social.

INDICADORES DE INFRAESTRUTURA

As atividades humanas são vinculadas às obras que visam a suportar e manter o uso e ocupação das cidades e que interferem nas qualidades físicas, químicas e biológicas dos ambientes (ORNSTEIN; BRUNA, 2004). Assim, para a cidade prosperar, deve-se ter uma boa infraestrutura de saneamento, redes de transporte eficientes e modernas tecnologias da informação e comunicação (TICs) (UN-HABITAT, 2012). Nesse sentido, foi dada ênfase nos serviços de saneamento básico, acesso à Internet e fornecimento de energia elétrica. A Figura 8 apresenta as relações entre os indicadores abordados na dimensão da infraestrutura.

Figura 8: Indicadores da dimensão infraestrutura organizados na estrutura DPSIR



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a Figura 8, na relação causal entre os indicadores, a extensão da área urbanizada é a força motriz; já o indicador de pressão é a taxa de urbanização, que é o percentual da população que vive em área urbana. Por sua vez, quando se trata de infraestrutura, foram definidos como indicadores de estado: cobertura da coleta e tratamento de esgoto; geração e coleta de lixo; fornecimento de energia elétrica; acesso à Internet banda larga; acesso à água potável. Segundo a UN-Habitat (2012), o acesso à água limpa reduz a morbidade e mortalidade e melhora a capacidade produtiva dos mais pobres – um exemplo de indicador que pode ser relacionado as outras dimensões.

Os outros indicadores de impacto estão ligados às catástrofes naturais, como inundações, deslizamentos e erosão costeira, conexos com pressões antrópicas e naturais nos ambientes costeiros. Como resposta à erosão costeira, estão as medidas corretivas de proteção da linha de costa por estrutura de concreto armado e molhes. Uma resposta relevante é a presença de emissários para esgotos domésticos e industriais visando a aproveitar a capacidade de depuração dos oceanos. Da mesma forma, consideram-se como ações importante para a gestão costeira a existência de certificação ambiental em praias e marinas, as despesas municipais com urbanismo e a destinação adequada dos resíduos sólidos.

Para finalizar, cabe destacar que a classificação apresentada pretende permitir uma análise das relações entre indicadores e dimensões. Assim, é possível evidenciar, além da importância individual de cada indicador, as articulações e interações possíveis dentro de cada uma das dimensões e também entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar um sistema de indicadores de qualidade ambiental urbana para metrópoles costeiras, foi possível associar a realidade metropolitana com a realidade costeira. A junção de indicadores aplicáveis em aglomerados urbanos não costeiros com os específicos da costa permitiu entender as diferentes dinâmicas dos espaços urbanos e também como os interesses setoriais interferem na resiliência dos sistemas costeiros.

A associação dos indicadores com as dimensões da Prosperidade Urbana, por sua vez, possibilitou uma interpretação sistêmica de diferentes temas, com sugestões de ações de gestão urbana a partir do entendimento das questões sociais, econômicas, ambientais e de infraestrutura. Nesse contexto, a aplicação do modelo DPSIR evidenciou a relação causal entre as variáveis, indicando uma perspectiva de análise.

Em suma, o sistema de indicadores apresentado pode ser considerado um instrumento destinado a avaliar a realidade espacial, com a garantia, ainda, de uma análise histórica. Da mesma forma, por permitir o exame das especificidades dos territórios costeiros, ele pode contribuir para a construção de relatórios de qualidade socioambiental que sejam capazes de proporcionar a gestores públicos, à sociedade e a investidores econômicos uma fonte de informações fundamental para conhecer e agir na realidade. Por fim, os Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana para Metrópoles Costeiras (SIMeC) podem ser identificados como um instrumento para a tomada de decisão na gestão integrada da zona costeira, aplicável em diferentes regiões do país.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 79-90, maio 1999. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>
- BELL, S. DPSIR: A Problem Structuring Method? An exploration from the "Imagine" approach. *European Journal of Operational Research*, v. 222, n. 2, p. 350-360, out. 2012. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ejor.2012.04.029>
- BELLEN, H. M. Van, Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa.

Nilton Manoel Lacerda Adão é geógrafo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG); mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); doutor em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); professor no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Joinville.
E-mail: niltonadao@hotmail.com

Marcus Polette é graduado em Geografia e Oceanografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG); mestre e doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); professor na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).
E-mail: mpolette@univali.br

Artigo recebido em 20 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 27 de maio de 2016.

- In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. *Anais do 28º Enanpad*. Curitiba: ANPAD, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalho/EnANPAD/enanpad_2004/GSA/2004_GSA569.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- BIDONE, E. D.; LACERDA, L. D. The use of DPSIR framework to evaluate sustainability in coastal areas. Case study: Guanabara Bay basin, Rio de Janeiro, Brazil. *Regional Environmental Change*, v. 4, n. 1, p. 5-16, mar. 2004. <http://dx.doi.org/10.1007/s10113-003-0059-2>
- BONAIUTO, M. *et al.* Perceived Residential Environment Quality Indicators (PREQIs) relevance for UN-HABITAT City Prosperity Index (CPI). *Habitat International*, v.45, n. 1, p. 53-63, jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2014.06.015>
- CARR, E. R. *et al.* Applying DPSIR to sustainable development. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, v.14, n.6, p. 543-555, 2007. <http://dx.doi.org/10.1080/13504500709469753>
- ERKIP, F., KIZILGUN, Ö.; AKINCI, G. M. Retailers' resilience strategies and their impacts on urban spaces in Turkey. *Cities*, n.36, p. 112-120, fev. 2014. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2012.12.003>
- GROSTEIN, M. D. Metr pole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, jan./mar. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392001000100003>
- JANNUZZI, P. M. Considera es sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formula o e avalia o de políticas públicas municipais. *Revista de Administra o Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6427>>. Acesso em: 20 nov. de 2015.
- KARAGEORGIS, A. P. *et al.* Impact of 100-year human interventions on the deltaic coastal zone of the inner thermaikos gulf (Greece): a DPSIR framework Analysis. *Environmental Management*, v. 38, n. 2, p. 304-315, ago. 2006. <http://dx.doi.org/10.1007/s00267-004-0290-8>
- LIN, T.; XUE, X. Z.; LU, C. Y. Analysis of coastal wetland changes using the "DPSIR" model: a case study in Xiamen, China. *Coastal Management*, v.35, n.2-3, p. 289-303, 2007. <http://dx.doi.org/10.1080/08920750601169592>
- LOUETTE, A. *Compêndio para a Sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Antakarana, 2008.
- MINAYO, M. C. S. Constru o de Indicadores qualitativos para Avalia o de Mudanças. *Revista Brasileira de Educa o Médica*, v.33, n.1, p. 83-91, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-55022009000500009>
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Gerenciamento Costeiro no Brasil*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro>> Acesso em: 13 fev.2015.
- MOURÃO, I. *et al.* Application of the DPSIR model to the Sado Estuary in a GIS context– Social and Economical Pressures. In: CONFERENCE ON GEOGRAPHIC INFORMATION SCIENCE, 7., 2004, Creta. *Proceedings of 7th Conference on Geographic Information Science*. Creta: Crete University Press, 2004. p. 391-402. Disponível em: <https://agile-online.org/Conference_Paper/CDs/agile_2004/papers/4-3-2_Caeiro.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- NAIR, R. S.; BHARAT, A.; NAIR, M. G. DPIRS Framework for Sustainable Development of Coastal Areas. Bonfring. *International Journal of Industrial Engineering and Management Science*, v. 2, n. 4, p. 117-124, dez, 2012. <http://dx.doi.org/10.9756/bijiems.1746>

- NICOLODI, J. L.; ZAMBONI, A. J.; BARROSO, G. F. Gestão integrada de bacias hidrográficas e zonas costeiras no Brasil: implicações para a Região Hidrográfica Amazônica. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v. 9, n.2, p. 9-32, 2009. <http://dx.doi.org/10.5894/rgci115>
- ORNSTEIN, S. W.; BRUNA, G. C. Uma abordagem interdisciplinar: avaliação pós-ocupação e impacto ambiental. In: ALBUQUERQUE, J.L. *Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2004. p. 1001-1018.
- PEANO, A.; BOTTERO, M.; CASSATELLA, C. Proposal for a Set of Indicators. *Landscape Indicators Springer Netherlands*, p. 193-215, 2011. http://dx.doi.org/10.1007/978-94-007-0366-7_9
- POLÈSE, M.; SHEARMUR, R. Why some regions will decline: A Canadian case study with thoughts on local development strategies. *Papers in Regional Science*, v. 85, n.1, p. 23-46, mar. 2006. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1435-5957.2006.00024.x>
- POLETTE, M.; LINS-DE-BARROS, F. Os desafios urbanos na zona costeira brasileira frente as mudanças climáticas. *Costas*, v.1, n. 1, p. 165-180, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.cona.cl/noticias/2012/0020costas/Costas-Vol1.pdf#page=171>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- ROSSETTO, A. M. *et al.* Proposta de um Sistema de Indicadores para Gestão de Cidades visando ao Desenvolvimento Sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO. Florianópolis, UFSC, 2004.
- SICHE, R. *et al.* Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2007000200009>
- STEAD, D. What does the quality of governance imply for urban prosperity? *Habitat International*, v. 45, n. 1, p. 64-69, jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2014.06.014>
- STROHAECKER, T. M. Dinâmica populacional. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil*. Brasília: MMA, 2008.p. 59-73.
- SVARSTAD, H. *et al.* Discursive biases of the environmental research framework DPSIR. *Land Use Policy*, v. 25, n.1, p. 116-125, JAN. 2008. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2007.03.005>
- UN-HABITAT. *State of the world's cities 2012/2013: Prosperity of cities*. Nairobi: UN-HABITAT, 2012. Disponível em: <<https://www.construible.es/images/CONSTRUIBLE/media/content/20130125-informe-onu-habitat-estado-de-las-ciudades-2012-2013.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2015.
- UNITED NATIONS. *Glossary of environment statistics*. United Nations Pubns, 1997.
- VARGAS, H. C; RIBEIRO, H. Qualidade Ambiental Urbana: Ensaio de Uma Definição. In: _____; _____ (Org.). *Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2001.p. 13-20.
- WONG, C. A framework for 'City Prosperity Index': Linking indicators, analysis and policy. *Habitat International*, v. 45, n. 1, p. 3-9, jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2014.06.018>
- ZHANG, Y., LIU, H.; FATH, B. D. Synergism analysis of an urban metabolic system: Model development and a case study for Beijing, China. *Ecological Modelling*, v. 272, p. 188-197, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304380013004651>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

- 1) São publicados apenas textos inéditos e dentro do escopo da Revista.
- 2) Os textos não devem estar em avaliação em outros Periódicos.
- 3) Os artigos não devem conter quaisquer informações sobre os/as autores/as, nem mesmo nas referências bibliográficas, que devem evitar menções a trabalhos próprios.
- 4) Os dados dos/as autores/as devem ser encaminhados em arquivo separado.
- 5) Todos os artigos devem ser enviados por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).
- 6) São aceitos textos em português, espanhol e inglês.
- 7) Todos os artigos recebidos são submetidos à avaliação não identificada de dois pareceristas com domínio sobre o conteúdo específico do trabalho (avaliação cega e por pares).
- 8) Em caso de discordância entre os dois pareceristas o artigo será encaminhado a um/a terceiro/a avaliador/a, também reconhecido na área específica do trabalho, para que a decisão editorial seja tomada.
- 9) Após avaliação, os artigos podem ser ACEITOS, INDICADOS A UMA NOVA SUBMISSÃO ou REJEITADOS.

NORMAS DE FORMATAÇÃO

- 1) Os textos encaminhados à seção “Artigos” devem ter de 16 (dezesseis) a 20 (vinte) páginas ou de 6.000 (seis mil) a 8.000 (oito mil) palavras, incluindo tabelas, gráficos, figuras e referências bibliográficas.
- 2) Os textos encaminhados à seção “Resenhas” devem ter, no máximo, 05 (cinco) páginas ou 2.500 (duas mil e quinhentas) palavras, incluindo referências bibliográficas quando necessário.
- 3) Os textos devem ser enviados em Word (.doc) com fonte Arial tamanho 11; espaçamento de 1,5 cm; e margens laterais, superior e inferior de 2,5 cm.
- 4) Além de inseridos no corpo do texto, as tabelas e gráficos devem ser enviados em *Excel* (.xml), em arquivo separado.
- 5) O título e os subtítulos devem ser numerados e ordenados da seguinte maneira:
 - Título: Arial, tamanho 14, normal, negrito;**
 - Subtítulo 1: Arial, tamanho 12, normal, negrito;**
 - Subtítulo 2: Arial, tamanho 11, itálico, negrito;**
 - Subtítulo 3: Arial, tamanho 11, sublinhado.**
- 6) Todas as figuras devem ser enviadas em grayscale (escala de cinza), em formato EPS ou TIF, com resolução de 300 dpi. Figuras coloridas devem ser readequadas a esse padrão.
- 7) As notas de rodapé devem ser utilizadas apenas para informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas, em fonte Arial tamanho 9, espaçamento simples.
- 8) As referências bibliográficas devem seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e colocadas no final do texto, em ordem alfabética, de acordo com os exemplos abaixo:
 - * **Livro:** SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- * **Artigo de periódico:** PIQUET, R. P. S.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, mai. 2008.
- * **Capítulo de livro:** LAFER, C. O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 29-50.
- * **Trabalho publicado em Anais:** VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais do IX Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 140-151.
- * Se houver **até três autores**, todos devem ser citados; **se mais de três**, devem ser citados os coordenadores, organizadores ou editores da obra (por exemplo: LEME, M. C. (Coord.). *O urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; FUPAM, 1999); ou utilizada a expressão “et al.” (por exemplo, LEME, M. C. et al. *O urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; FUPAM, 1999).
- 9) As citações no decorrer do texto devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (LEME, 1999) e (SANTOS, 1996, p. 217). Se houver mais de um título do mesmo autor publicado no mesmo ano, eles devem ser diferenciados por uma letra após a data: (SANTOS, 1996a); (SANTOS, 1996b), etc.
- 10) Quando não houver informações sobre as referências, utilizar “s.n.,” “s.l.” e “s.d.” para, respectivamente, *sine nomine* (sem editora), *sine loco* (sem o local de edição) e *sine data* (sem referência de data).

ENVIO DO TEXTO

Primeiramente, faça seu cadastro no sistema ou acesse caso já seja cadastrado. Em seguida, siga rigorosamente os passos da submissão:

Passo 1. Iniciar submissão

* **Seção:** escolha uma seção da RBEUR, como “Artigos”, “Resenhas”, etc.

* **Condições de Submissão:** leia e marque todas as condições de publicação da RBEUR.

* **Declaração de Direito Autoral:** leia e concorde com os termos da Declaração de Direito Autoral da RBEUR.

Passo 2. Transferência do manuscrito

* **Transferir arquivo:** acesse os campos “Escolher Arquivo” → “Transferir”.

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação)

* **Autores:** insira os dados do/as autores/as, como nome, e-mail, instituição e biografia.

* **Título e resumo:** informe título e resumo do trabalho.

* **Indexação:** insira informações sobre campo de conhecimento, palavras-chave e idioma.

* **Agências de fomento:** informe as entidades financiadoras do trabalho.

* **Referências:** insira a lista de referências bibliográficas utilizadas no texto, de acordo com as normas da RBEUR.

Passo 4. Transferência de documentos suplementares

* **Transferir documentos suplementares:** passo opcional no processo de submissão, para transferência de documentos suplementares, como imagens, tabelas e outros arquivos pertinentes.

* **Nesse passo, a Comissão Editorial solicita a inserção de arquivo Word (.doc), constando das seguintes informações:**

- título do trabalho;

- nome dos/as autores/as, formação e titulação acadêmica, atividade profissional, instituição em que atua, e-mail, telefone e endereço para correspondência;

- resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) palavras, com indicação de 5 (cinco) a 7 (sete) palavras-chave e keywords.

Passo 5. Confirmação da submissão

* **Concluir submissão:** após concluídos e verificados os passos anteriores, confirme o envio do seu trabalho à Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Um e-mail de confirmação será encaminhado em seguida. Acompanhe a situação da submissão, dentro do processo editorial da Revista, acessando o sistema como autor/a.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel offset 90g/m². Rio de Janeiro, 2016.